

UNESP – Universidade Estadual Paulista
Relatório Final pesquisa Iniciação Científica financiada pela FAPESP

Maria Ednéia Martins

*RESGATE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E
ATUAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA
RURAL: UM ESTUDO NO OESTE
PAULISTA*

Ilustração 1

Bauru, dezembro 2003

Maria Ednéia Martins

Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural: um estudo no oeste paulista

Relatório Final pesquisa Iniciação Científica financiada pela FAPESP
– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vicente Marafioti Garnica

Bauru, dezembro 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que participaram, direta ou indiretamente, na concretização desse trabalho. Em especial,

Agradeço

- a Deus;
- aos professores, alunos e inspetor de ensino depoentes desse trabalho;
- ao professor Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica por sua brilhante orientação, sempre qualificando esse trabalho, e por suas fundamentais contribuições em minha formação.
- aos meus verdadeiros companheiros do Curso de Licenciatura em Matemática da Unesp/Bauru pelas lutas e princípios compartilhados;
- ao professor Antonio Geraldo Bergamo, por suas importantes intervenções nas várias fases de minha formação;
- à minha mãe Áurea e meu pai Ovídio, meus irmãos Eni, Wladimir e Vanderley, minha sobrinha Laura, e à Rosi, pelo apoio às minhas idéias e pelo carinho incondicional;
- ao Moacir, por sua filosofia de vida, pelo apoio e valor atribuído aos meus princípios.

RESUMO

Este trabalho buscou investigar como ocorria a formação dos professores e alunos de núcleos de ensino rural na região oeste do estado de São Paulo, visando a constituir, especificamente, uma das faces da Educação Matemática no sistema educacional brasileiro. Para tanto, usando a História Oral como parâmetro, buscamos constituir parte do cenário da escola rural a partir do relato de alunos, professores e inspetor de ensino que efetivamente vivenciaram esta realidade, nesta região, no período de 1950 a 1970.

Palavras chaves: Educação Matemática, Formação de Professores, Escolas Rurais, História Oral.

ABSTRACT

The main intention of this work is to investigate the teachers preparation to develop their teaching in rural schools, specially focusing schooling process in west of São Paulo State (Brazil). Within this goal we also intended to rebuild historically how Mathematics Education took place in this region I order to do this, Oral History was our methodological guide to understand the landscape in which teachers, students and public school managers developed their activities in the 50's and 70's.

Keywords: Math Education, Teachers formation, Rural Schooling, Oral History

SUMÁRIO

Capítulo 1	
1.1. Introdução	08
1.2. Disposições sobre esse relatório	11
Capítulo 2	
2.0. Metodologia	12
2.1. Considerações a respeito da História	12
2.2. Nossos procedimentos metodológicos	19
2.2.1. Constituindo o cenário da escola rural -	19
2.2.2. Seleção dos depoentes	20
2.2.3. Roteiro para entrevistas	21
2.2.4. O momento das entrevistas, transcrições e textualizações	22
2.2.5. Detectando tendências	24
Capítulo 3	
3.0. Análise das tendências	28
3.1. A zona rural: um pequeno registro de nossa paisagem	28
3.1.1. Relações de trabalho e êxodo	28
3.1.2. Os transportes	34
3.1.3. Contrastes de realidade	39
3.2. Organização das escolas rurais	43
3.2.1. Aspectos físicos	43
3.2.2. Multisseriação	45
3.2.3. Recursos materiais e didáticos	48
3.2.4. Horário de funcionamento	49
3.2.5. Acúmulo de funções	49
3.3. Tipos de escolas rurais	56
3.3.1. Escolas Isoladas	57
3.3.2. Escolas de Emergência	58
3.3.3. Escolas Típicas Rurais	59
3.3.4. Grupos Escolares	61
3.4. Zona Rural como “terra de passagem”	63
3.4.1. Concursos e remoção	63
3.4.2. Cadeira Prêmio	67

3.4.3	Direito à faltas e licenças	68
3.4.4	Implicações das constantes remoções dos professores	69
3.5.	Caracterização do professor e do aluno rural	71
3.5.1	Os professores	71
3.5.2	Os alunos	77
3.6.	Participação da família e da comunidade	83
3.7.	Currículo, inspeção e avaliação	90
3.7.1	A grade curricular	91
3.7.2	Desenvolvimento dos conteúdos	94
3.7.3	Inspeção	98
3.7.4	Avaliação e promoção	105
3.8.	Sistema de ensino	110
3.9.	Ensino de Matemática	117
Capítulo 4		
4.0.	Considerações finais	135
Capítulo 5		
5.0.	Bibliografia	139
5.1	Referência das ilustrações apresentadas	144
Apêndices		
1.	Textualizações dos depoimentos dos professores	
I.1.	Ana Rosa Pereira	146
I.2.	Antonia Vieira Portes Bentivenha	154
I.3.	Deusa Maria Trindade Morales	157
I.4.	Edite Pereira de Castro	168
I.5.	Elza Mesquita da Costa	172

I.6.	Jacyra Falco Salles	181
I.7.	Joaquim Elíseo Mendes	191
I.8.	Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro	201
I.9.	Marisa Lia Mondelli.	209
I.10.	Neuza Aracy Costa Sampaio.	213
I.9.	Rodolpho Pereira Lima	216
2.	Textualizações dos depoimentos dos alunos	
II.1.	Carlos Roberto Graciano	232
II.2.	Geni Giorgetto Salles	235
II.3.	Marina Brosque.	238
II.4.	Ovídio Pereira Martins	245
II.5.	Tomás de Jesus Leitão	247
3.	Textualização do depoimento do inspetor de ensino	
III.1.	João Dorival de Carvalho	249
Anexos		
Anexo A)	População rural e urbana da “região”	256
Anexo B)	Roteiro para entrevista com os professores	258
Anexo C)	Roteiro para entrevista com os alunos	259
Anexo D)	Roteiro para entrevista com o inspetor de ensino	260

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

Este relatório refere-se ao trabalho de pesquisa realizado em nível de iniciação científica, no período de fevereiro de 2002 a dezembro de 2003, com o objetivo de investigar a formação em Matemática dos professores e alunos de escola rural na região oeste paulista nas décadas de 1950 a 1960. Buscamos com esse trabalho constituir parte do cenário educacional e, a partir dele, apontar possíveis questões referentes ao ensino e aprendizagem de Matemática.

A constituição desse cenário é de fundamental importância para a compreensão da educação no meio rural, uma vez que poucos são os estudos realizados nessa área, sendo que sobre essa região não encontramos nenhuma referência bibliográfica específica.

Foram coletados depoimentos de onze professores, cinco alunos e um inspetor de ensino que vivenciaram a escola rural, sendo a maioria dos colaboradores residentes atualmente em Bauru (sete professores, dois alunos e o inspetor de ensino), mas também tivemos depoentes da cidade de Areiópolis (um aluno e uma professora), Iacanga (uma professora e um aluno), Santa Cruz do Rio Pardo (uma professora e um aluno) e Pederneiras (uma professora).

Embora hoje os depoentes professores residam nas cidades citadas, a maioria atuou em escolas rurais em outros municípios, a saber: Álvaro De Carvalho, Araraquara, Areiópolis, Avaí, Bauru, Bernardino de Campos, Cafelândia, Duartina, Echaporã, Gália, Iacanga, Lins, Martinópolis, Mineiros do Tietê, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pederneiras, Pompéia, Presidente Alves, Presidente Prudente, Reginópolis, Riberão Grande, Rinópolis, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, Timburi e Uru. Quanto aos alunos depoentes, os dois deles, residentes atualmente em Bauru, não cursaram a escola rural no município onde hoje residem, sendo que apenas um dos depoentes ainda vive em zona rural. O inspetor de ensino, que também iniciou sua carreira como professor primário, atuou em Bauru, Agudos, Piratininga, Arealva, Presidente Alves, Tibiriçá, Iacanga, Duartina, Cabrália Paulista e Gália.

A seguir apresentamos o mapa do estado de São Paulo, com destaque à “região” na qual nossos depoentes estudaram ou atuaram como professores ou inspetor de ensino.

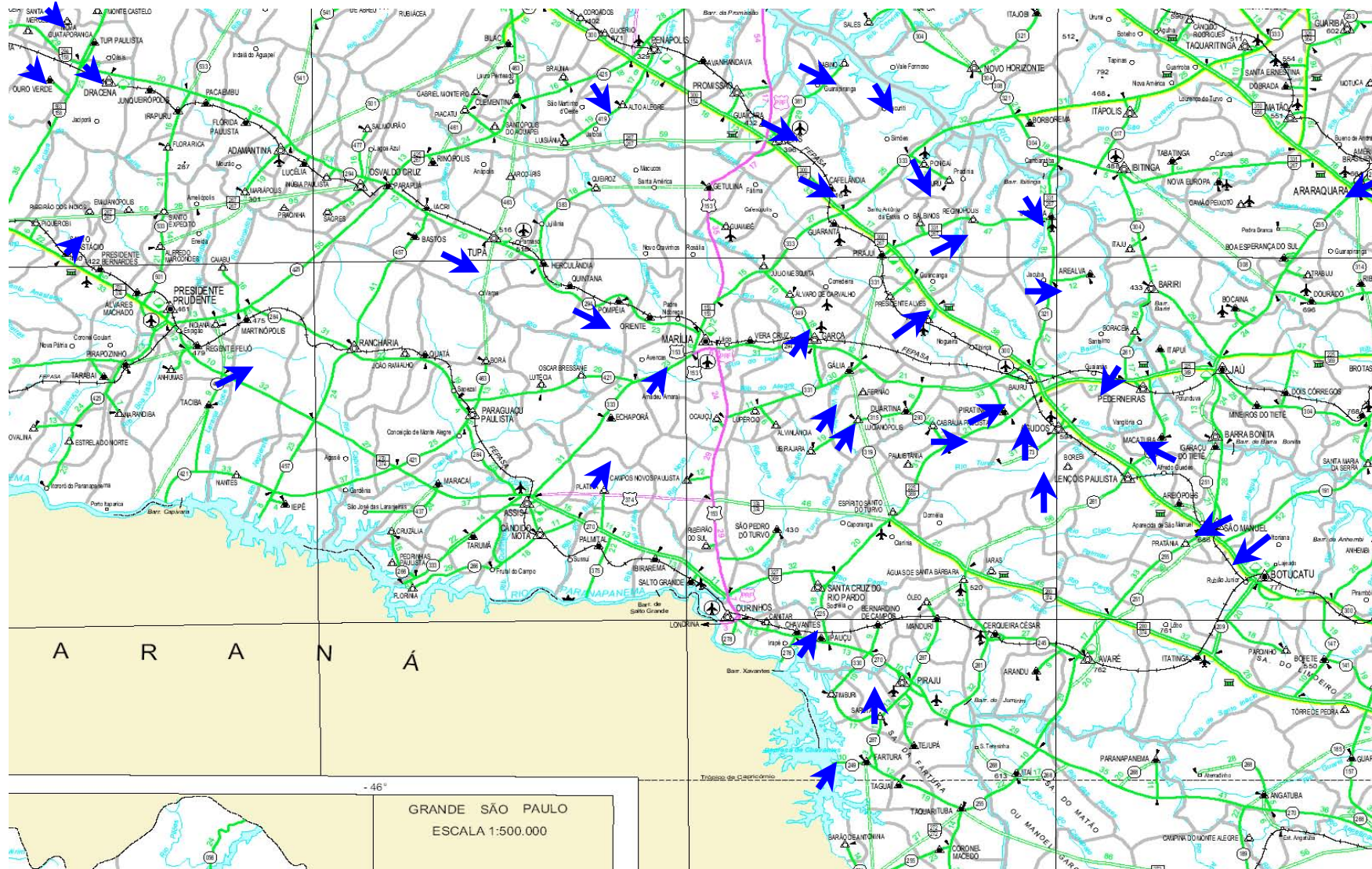


Ilustração 2

Através do recorte do mapa o estado de São Paulo que apresentamos na próxima página, é possível perceber uma certa trajetória dos professores dentro dessa “região” por nós enfocada. É possível verificar, a partir dos depoimentos (tema que trataremos mais detalhadamente no capítulo 3), que a maioria dos professores não iniciava a carreira do magistério nos municípios onde residiam, mas buscavam adquirir pontos e se remover para escolas de centros urbanos, em especial para suas cidades de origem.

RECORTE DO MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO – LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS

Ilustração 3



1.2 Disposições sobre este relatório

O capítulo II trata de questões referentes à metodologia, da bibliografia utilizada e do como se deu o desenvolvimento de nossas atividades, baseadas na metodologia da História Oral.

Reservamos o capítulo III para focar as tendências que detectamos, buscando constituir parte de um cenário da educação rural e apontar algumas convergências e contradições no ensino rural, especialmente em Matemática, sugeridas pela “análise” dos depoimentos. Procuramos, nesse capítulo, apresentar “tendências” detectadas durante nossa trajetória de pesquisa, tecendo considerações que a nós pareceram mais relevantes em função dos objetivos desse trabalho. Apresentamos essas tendências em tópicos, aos quais acompanham nossos comentários, ilustrados por recortes de depoimentos e da literatura, elementos estes que nos auxiliaram a constituir o cenário que pretendíamos configurar.

As textualizações dos depoimentos seguem como apêndice a esse trabalho (Cf. Apêndices de I.1 a I.11, II.1 a II.5 e III.1). Essa dinâmica de apresentação deve-se ao fato de que há, já na constituição das “tendências”, explicitação de vários recortes das vozes de nossos depoentes, motivo pelo qual, julgamos, ficaria bastante repetitivo mantê-las, na íntegra, no corpo do trabalho. A inclusão como apêndice é importante para que se tenha acesso ao conteúdo todo do que fora relatado por nossos depoentes.

No capítulo 4 apresentaremos as conclusões “finais” do trabalho realizado, buscando responder às questões levantadas quando da elaboração do projeto de pesquisa e a configuração do movimento da Educação Matemática nesses núcleos de ensino rurais, nesse período específico.

Alem do trabalho impresso, o relatório vem acompanhado de um CD contendo esse trabalho completo e todas as transcrições das entrevistas.

CAPÍTULO 2

2. METODOLOGIA

2.1. Considerações a respeito da História

As abordagens historiográficas vão se alterando de tempos em tempos. Uma radical mudança no panorama da historiografia, sem dúvida, ocorre com a escola dos *Annales*, no início do século XX.

Dentre outras características, alteraram-se a percepção do tempo histórico; a motivação para as pesquisas; a concepção de “fato histórico”, além de alterada, é também relativizada; a interdisciplinaridade efetiva-se em parcerias entre historiadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos, etc; os recursos de análise modernizam-se e diversificam-se as fontes.

Com isso, surgem abordagens específicas e diferenciadas, tendo, a maioria delas, a intenção, já manifestada em Bloch (2001), de compreender o homem no tempo. É também Bloch (2001) quem nos alerta, em seu método regressivo, que o passado é visto a partir do presente – *locus* do qual o historiador não pode apartar-se.

A História Oral não deve ser vista apenas como forma de preencher lacunas em trabalhos que utilizaram outras fontes, mas como elemento vital para a constituição de outras versões dessa história, de novas abordagens. Para Certeau (2002) uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Esse tipo de percepção permite ao historiador se posicionar criticamente e colocar, no panorama, a História do Cotidiano (em relação à qual a História Oral desempenha – ou está desempenhando cada vez mais – papel significativo).

Gattaz (1996) chama a atenção quanto à diferenciação entre aqueles que optam por uma abordagem em História Oral e os que a utilizam apenas por falta de outras fontes.

Em busca de constituir a História Oral como uma nova disciplina, assim como em qualquer disciplina, os seus defensores buscam em autores antepassados respeitados, evidências de terem trabalhado com História Oral, especificamente Heródoto, Tucídides, Michelet. [...] Embora a oralidade tenha sempre permeado os trabalhos historiográficos, isso não nos permite afirmar que eles tenham trabalhado com a metodologia História Oral por escolha ou simplesmente por não haver documentos escritos. (GATTAZ, 1996, p.237).

Embora a coleta de depoimentos orais possa ser detectada, entre os historiadores, muito antes do século XX, foi o surgimento da tecnologia que ampliou o espectro de atuação, vindo a constituir o que, hoje, conhecemos por História Oral. Segundo Gattaz (1996), pode ser considerado marco inicial da História Oral as gravações de Allan Nevins, nos Estados Unidos, que, ao final da década de 1940, no pós-guerra, entrevistou personalidades americanas¹. Esse contexto é significativamente alterado após a década de 1970, quando as minorias também passam a ser, de modo mais significativo, foco das investigações.

A História Oral parece ter superado os embates iniciais, quando a oralidade era vista como menos confiável que os documentos escritos. Atualmente, entre os historiadores que tem trabalhado com a História Oral, há uma discussão referente a sua “natureza”. Alguns a têm como metodologia da pesquisa, outros como área independente no ínterim das disciplinas históricas e, alguns, ainda, a vêem como uma mera forma de coleta de dados para constituição de arquivos orais.

Segundo Freitas (2002, p.18): a “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Nesse sentido, a História Oral é ao mesmo tempo uma fonte e uma técnica.

Bom Meihy (2000) trata do desenvolvimento da metodologia História Oral e vai além, apontando sua relevância enquanto instrumento de denúncia com função social e seu vínculo com a política. Aponta uma diferenciação entre a trajetória brasileira em História Oral em relação à da Europa e a dos Estados Unidos, desde sua origem, pois, como em outros países da América Latina, tem seu início coincidindo com o processo de redemocratização – período pós-ditadura militar². Por outro lado, revela preocupações que também são preocupações de outros autores, quanto às conseqüências das marcas deixadas pelo constante “colonialismo cultural” pelo qual passamos, em especial nas nossas academias. A História Oral encontra-se num impasse político entre a criação de um saber autônomo, de uma prática temática independente, ao mesmo tempo em que convive com a prática imitativa às práticas do exterior.

Foram séculos de colonialismo seguido de subdesenvolvimento, de expropriação de nossas riquezas, de genocídio de nossos índios, de escravização dos africanos trazidos para nosso continente. Foram séculos de

¹ Thompson (1998) considera que Allan Nevins foi quem sistematizou o uso da História Oral em meados da década de 1940.

² Ainda que a introdução da História Oral no Brasil date da década de 1970, será apenas nos anos de 1990 que vivenciará efetiva expansão.

condenação de nossa população à miséria, à desigualdade social, à falta de terras onde trabalhar. Foram séculos de ignorância, de interdição tanto dos saberes eruditos europeus quanto, ao mesmo tempo, aos saberes de nossos índios e de nossos negros. Foram séculos de imposição do cristianismo e de proibição de outras crenças. [...] temos sido não apenas, e por tantas vezes, exilados políticos, expulsos de nossos países pelos regimes ditatoriais [...] a mestiçagem é o resultado de um processo histórico impositivo e desigual, o fruto, muitas vezes, não do amor, da vontade e do entendimento, mas da violência contra as mulheres, contra os negros e contra os pobres. [...] Até hoje os países latino-americanos mantêm seus negros e mestiços em uma situação inferior: são eles os mais pobres, os que menos acesso têm à educação e à saúde, os que menores oportunidades conhecem de ascensão social e, sobretudo, os que mais sofrem as conseqüências dos profundos preconceitos sociais, econômicos e étnicos (AMADO, 2000, p.106-109).

Thomson (2000) também aponta que a História Oral tem caráter de denúncia ao trazer, para a história, a contribuição daqueles que sempre estiveram excluídos, contribuindo para com o processo de democratização da memória e da história.

O uso de vozes nos trabalhos, de acordo com Thompson (1998), além de alterar a textura da história, muda também seu conteúdo, alterando o foco das leis, estatísticas, administradores e governos para as pessoas. Esse equilíbrio entre o conteúdo e fontes históricas, alterará o julgamento da História e, conseqüentemente, sua mensagem como mito público. Em recente conferência no Brasil, este autor afirmou que a História Oral é uma abordagem bastante ampla: é uma interpretação das sociedades, é interdisciplinar: não é só histórica, é também sociológica e parte dos estudos culturais – e essas interações transcendem as disciplinas (informação verba)³.

Quanto às formas de constituição da História Oral, Thompson (1998) aponta três possibilidades: i) narrativa da história de uma única vida; ii) coletânea de narrativas e; iii) análise cruzada (evidência oral tratada como fonte de informação a partir da qual se organiza um texto expositivo). E, caso o principal objetivo seja a análise, já não podemos nos orientar pela evidência oral, mas sim pela própria forma de apresentação, sendo para isso necessárias citações mais curtas e associadas a evidências provenientes de outras fontes. Nesse sentido, o tratamento que demos aos nossos depoimentos ampara-se tanto em seu próprio conteúdo, quanto na literatura por nós consultada.

Para Thompson (1998) a interpretação é central nos trabalhos com História Oral: “fazer a história ter sentido”. Trabalhar com História Oral exige fazer escolhas. Segundo o autor, a evidência oral assume a forma de história de vida, trazendo à tona o dilema da interpretação

³ Definição dada por Paul Thompson no Seminário Internacional Memória, Rede e Práticas Sociais, em São Paulo, em agosto 2003.

histórica. O desenvolvimento sistemático da interpretação histórica tem como fundamental a exposição e análise cruzada. Ressalta também que um dos grandes desafios para se conseguir êxito está na integração entre generalidade e detalhe, e entre teoria e “fato”, sendo que “[...] uma interpretação se torna verossímil quando o modelo de evidência é coerente e procede de mais de um ponto de vista” (THOMPSON, 1998, p.317).

A concepção assumida nesse nosso trabalho é de que a História Oral é mais do que uma técnica, é uma metodologia de pesquisa - metodologia esta formada por um conjunto de procedimentos e pressupostos. Para que ela se efetive segundo essa concepção, temos que pensá-la diferentemente da historiografia clássica, questionando a existência de “fato” histórico, sem, no entanto, rivalizar o escrito e o oral, mas conciliando-os em determinadas situações. Um pesquisador que adota a História Oral como metodologia observa o homem no tempo e não busca “a” verdade histórica, mas busca conceber uma versão dessa história, busca histórias das verdades.

Segundo Bernardes (2003):

A opção [pela História Oral] [...] encontra respaldo em autores, entre eles Portelli, que enfatizam o tipo de credibilidade diferente das fontes orais: a importância dos relatos orais reside muito mais na divergência com os fatos, consequência da imaginação e do simbolismo, do que no apego a eles. As crenças e os conhecimentos são menos representação acurada ou não acurada do mundo e mais instrumentos produzidos no decorrer da vida. Não se trata de ciência e não tampouco de ideologia, mas de narrativas imaginativas que descrevem e redescrivem o mundo, o eu, aos outros, indefinidamente. Assim, pesquisas que utilizam fontes orais, são intermináveis em decorrência da natureza das suas fontes. Trabalhos históricos ao excluïrem fontes orais são incompletos por definição porque a História não é apenas sobre os eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como eles são vivenciados e lembrados na imaginação, ou, como sugere Foucault: sobre como se desenha o jogo de verdade.

Quanto às possibilidades de abordar temas em História Oral enquanto metodologia, os pesquisadores têm concordado sobre a existência de duas abordagens distintas, mas bastante próximas. Uma é a da História de Vida, na qual o depoente conta experiências de sua vida como um todo. A História Oral Temática pode ser considerada como uma outra abordagem. Na História Oral Temática o depoente também relata suas experiências de vida, focalizando, porém, um determinado aspecto, anteriormente definido pelo pesquisador, o que não o impede, entretanto, de contar episódios que aconteceram fora desse espectro.

Esta diferenciação é apontada em trabalhos de pesquisadores:

Ao trabalhar com a História de vida, o pesquisador interessa-se pelo que o depoente, previamente selecionado, conta de sua vida como uma totalidade: o depoente narra-se. [...] O trabalho com História Oral Temática, ainda que, como na História de Vida, pautado nos depoimentos orais recolhidos de pessoas particularmente significativas para o problema focado pelo pesquisador, centra-se mais em um conjunto limitado de temas (GARNICA, 2003, p.18).

A diferença entre história de vida e depoimento⁴ está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma dessas técnicas, durante o contato com o informante. Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador, pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da ‘vida’ de seu informante só lhe interessam acontecimentos que venham a se inserir diretamente no trabalho e a escolha é unicamente efetuada sob esse critério. Se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao assunto. Nas histórias de vida, embora o pesquisador sub-repticiamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador, diante do qual o pesquisador deve se conservar tanto quanto possível silencioso. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência. (QUEIROZ, 1988, p.21)

Outros autores têm incluído, além da História de Vida e da História Oral temática, uma terceira abordagem, a Tradição Oral.

[...] uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas, também, como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocução-chaves, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. (VANSINA apud FREITAS, 2002, p.20)

De acordo com Freitas (2002), essa tradição oral pode ser resgatada em sociedades letradas ou não, através da metodologia de História Oral.

⁴ Notamos que a autora utiliza o termo “depoimento” para o que aqui chamamos História Oral Temática. Além disso, é importante ressaltar que a autora coloca, de modo um tanto quanto radical, a presença do pesquisador na coleta de tais “depoimentos”. Ainda que essa citação sirva para mostrar a existência de modalidades distintas em “História Oral”, preferimos atuar, durante a coleta de material com nossos depoentes, seguindo versão mais dialogada, aproveitando todas as considerações que nossos colaboradores achassem necessário fazer, ainda que elas se afastassem de nosso tema central, como indica Portelli (1997) que se ao ouvirmos nossos depoentes e nos flexibilizarmos em nossa pauta de trabalho, incluindo não só aquilo que desejaríamos ouvir mas também aquilo a que o outro atribui relevância, nossas descobertas irão além de nossas expectativas. cremos que esse aproveitamento de lembranças (não tão direcionado, conforme aponta Queiroz (1988) é essencial para a constituição do relato e para o alinhamento do fio da memória, com o qual o depoente constitui-se ao constituir sua narrativa.

A História Oral como metodologia de pesquisa, por nós assim considerada nesse trabalho, possibilita novas interpretações que não as registradas em documentos escritos ou levantamento de fatos até então nunca relatados.

A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. /.../ A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recree a multiplicidade original de pontos de vista”. (THOMPSON, 1998, p.25).

De acordo com pesquisadores que adotaram a História Oral em seus estudos, a trajetória metodológica inicia-se com a seleção do grupo com o qual se pretende trabalhar ou se estabelece um critério para isso, sendo o de rede⁵ bastante utilizado. Quanto à entrevista, momento posterior à seleção, é importante o contato preliminar com os colaboradores para esclarecimentos e determinação da data e local para coleta do depoimento, devendo-se explicar ao depoente a forma como será desenvolvida a pesquisa. O entrevistador deve considerar o bem-estar do narrador, sendo a casa desse depoente um lugar bastante adequado, o que não é, entretanto, uma norma. De acordo com Tourtir-Bonazzi (1996, p.236): “[...] Em sua casa [o depoente] se sentirá mais à vontade, num ambiente que conhece, cercado de recordações, fotografias suscetíveis de avivar sua lembrança, e poderá ver seus familiares”. Considera-se, também, a importância da elaboração de um roteiro para realização das entrevistas, com perguntas abertas que auxiliem – como guia – a coleta das informações.

Segue-se, então, a etapa de transcrição da entrevista, mantendo os vícios e mesmo erros de linguagem, conservando perguntas e respostas. A partir desse texto, elabora-se a textualização, um texto em primeira pessoa, no qual são eliminadas idéias repetidas, feitas as correções gramaticais, estabelecida certa ordenação, seja ela cronológica ou temática. A textualização é devolvida ao depoente para conferência, sendo passíveis possíveis correções e/ou alterações.

Assim, são várias as textualizações (ou vários os momentos de uma textualização) possíveis. Um primeiro momento pode ocorrer apenas com a “limpeza” dos vícios de linguagem e inclusão, no texto, das perguntas do entrevistador. Num segundo momento, pode-se reconfigurar os temas, realocando-os no texto de acordo com uma linha previamente definida (cronológica ou temática). Há, ainda, a possibilidade de textualizações (ou momentos posteriores na textualização) ainda mais criativas do ponto de vista literário, como o teatro da

⁵ Esse critério consiste em solicitar indicação de novos nomes para os indivíduos que estão sendo entrevistados.

linguagem. Esta é uma estratégia validada por Bom Meihy (1996), por exemplo, em que se permite ao pesquisador um livre exercício criativo com o texto do depoimento, entremeando ficção e realidade ou posicionando, num suposto diálogo, as personagens que cederam seus depoimentos individualmente. Temos, em nossa pesquisa, recorrido apenas às primeiras formas de textualização, evitando, em princípio, formas mais arrojadas.

É bastante comum que, ao ler a transcrição de seu depoimento, o próprio depoente fique, de certo modo, desapontado com suas habilidades lingüísticas. A linguagem escrita que é bastante diversa da linguagem oral, não tem tantas imprecisões, não tem a pontuação sonora (ãhn, né, ah, ta etc), tem um encadeamento mais compreensivo e, certamente, é de leitura mais fluente. Na transcrição, as “falhas” naturais da linguagem oral estão presentes, e não são raros os casos em que o próprio depoente pede por uma “limpeza” no texto. Com isso, a transcrição (o documento recolhido do depoente, o estado bruto da narrativa) é, obviamente, alterada. Ainda são possíveis outras alterações nesse documento e tais alterações – sempre executadas COM o depoente, checadas e legitimadas POR ELE – têm a função de tornar o depoimento mais fluente. O documento que então é constituído, com essas alterações, é o que chamamos de “textualização” (sobre o qual já discorreremos acima), e é de leitura mais agradável, pois a memória pode, então, ser relatada (re-contada) de modo mais fluente, seguindo uma ordem posteriormente imposta em uma negociação entre depoente e pesquisador. Isso, certamente, altera a transcrição – que é, por excelência, o documento coletado – mas torna o texto mais “operacional”, agradando mais, inclusive, ao depoente. Esse é o modo como têm procedido muitos autores que trabalham com História Oral.

Assim, realizada a textualização, o texto gerado e aquele primeiro texto – o da transcrição – são devolvidos ao depoente para conferência, sendo passíveis de correções e/ou alterações.

2.2. Nossos procedimentos metodológicos

2.2.1. Constituindo o cenário da escola rural

Nessa concepção de história – segundo a qual as mais diversas fontes e cenários estão incluídos - à qual a História Oral vem dando significativas contribuições, é que esse nosso trabalho sobre História da Educação Matemática pretende ser incluído.

Também a literatura aponta para a necessidade de estudos que considerem o contexto onde se dá a educação, os que a vivenciaram e o modo como o sistema educacional se desenvolveu ao longo da história, num sentido que Souza e Souza (2001) chamaram de “percepção de cenários”.

A intenção de constituir um cenário da escola rural contribuirá para que, considerando essa realidade, possamos analisar e formar algumas compreensões a partir do relato de ex-alunos e professores:

[...] quase nunca se procura estudar os problemas e os valores vivenciados pela população quanto a sua escolarização, e pelos agentes da educação, como os professores primários, no desempenho de suas atividades, e, mais que isso, apreender o funcionamento do sistema educacional no contexto da sociedade mais ampla. (DERMATINI, 1984, p. 199)

Existem poucos estudos sobre Educação na zona rural, é o que aponta a pesquisadora Maria de Nazareth Wanderley. Segundo a autora, a partir da década de 1970, os cientistas sociais brasileiros desinteressaram-se pelo estudo do “rural”, como se ele não tivesse mais consistência histórica e social e como se seu fim fosse previsível e até mesmo desejável para a modernização social. Já a professora Malvina Dorneles da UFRGS em estudos que vem realizando em programas de Pós Graduação brasileiros nos últimos anos, aponta que “apenas 2% das pesquisas se referem a questões do campo e não atinge 1% as que tratam da Educação Escolar no meio rural” (apud KOLLING, et all, 1999, p. 38).

Para essa abordagem histórica, acreditamos que a história oral como fundante metodológico é extremamente apropriada, pois ao resgatarmos informações que estão na memória daqueles que vivenciaram a realidade das escolas rurais, podemos obter novas informações, diferentes ou confirmadoras daquelas presentes nos poucos documentos escritos disponíveis, evidenciando como as práticas do ensino de Matemática foram efetivadas nas escolas rurais nessa região, permeados por suas características próprias.

Por isso foi fundamental esse diálogo com pessoas que já vivenciaram certas experiências, mais ainda por focarmos uma escola – a rural – e uma gama de experiências educacionais ligadas a elas que, em nossa região, está em fase de quase extinção.

Balizar-se pelos relatos, pelas histórias contadas pelos colaboradores é, segundo Benjamin⁶, uma forma de apreensão da “sabedoria” em seu sentido mais original, aquele da comunicação da experiência por quem sentiu seus sabores. Já para Portelli:

[...] Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta somente apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas (PORTELLI, 1997, p. 17)

2.2.2. Seleção dos depoentes

Buscamos investigar a Educação Matemática, registrando os caminhos da escola rural no interior do estado de São Paulo, focalizando o estudo no período de 1950 a 1970, por ser um período significativo sob vários pontos de vista: (a) do ponto de vista político – há o golpe de Estado em 1964; (b) esse período é anterior ao êxodo rural que no estado de São Paulo intensificou-se a partir de 1970; (c) época em que a carreira do Magistério era, ainda, bastante valorizada (cf Baraldi); (d) nesse período, muitos professores e matemáticos aderem ao Movimento “Matemática Moderna” (MMM) que buscava um retorno às estruturas formais da Matemática formal e é ainda tido como uma grande revolução nos projetos educacionais sobre a Matemática. Além disso, julgamos que para abordar períodos anteriores teríamos dificuldades de encontrar ainda vivos e lúcidos os professores, o que realmente verificamos quando do levantamento de nomes de possíveis depoentes.

Para encontrarmos os antigos professores, consultamos a Diretoria de Ensino de Bauru, de onde tivemos a indicação, pelo diretor de ensino, do primeiro depoente. A partir daí fomos sempre solicitando aos professores entrevistados a indicação de novos nomes, adotando aquele critério de rede ao qual já nos referimos. Nossos depoentes apenas indicaram os nomes, sendo que nós mesmos fizemos, com eles, contato por telefone.

⁶ “O narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo antiquado é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em conseqüência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história /.../. O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”.(BENJAMIN, apud OLIVEIRA, 1999, p.21)

O critério que estabelecemos, à luz de nossa questão de pesquisa, para entrevistarmos os professores foi: ter entre sido professor de núcleos de ensino rural, durante o período focado. Durante as entrevistas percebemos que a maioria dos professores iniciou sua carreira como professor substituto em escolas rurais e encontram-se hoje aposentados ou desenvolvendo outras atividades.

Também entrevistamos alunos de escolas rurais e um inspetor de ensino. A seleção dos estudantes foi feita seguindo o critério de terem sido alunos de algum professor já entrevistado, e foram sendo contatados após a entrevista com seus professores, o que foi mais fácil quando o professor ainda residia no município ao qual pertencia a zona rural onde lecionou. Também neste caso, buscamos o número do telefone em lista telefônica. Apenas um dos alunos contatados não quis ser depoente em nossa pesquisa.

Quanto ao inspetor de ensino, buscamos levantar possíveis nomes junto aos nossos colaboradores de Bauru. Tanto o professor Rodolpho Pereira Lima quanto Joaquim Elíseo Mendes indicaram João Dorival de Carvalho, também indicado pelo Djalma Pacheco⁷ da Unesp/Bauru. Algumas tentativas foram feitas para conversar com antigos delegados de ensino da cidade que tivessem atuado no período por nós investigado, porém não conseguimos nenhum. Geralmente, quando ocupam cargos dessa natureza, os depoentes não eram recém-formados ou jovens, como eram os professores.

2.2.3. Roteiro para entrevistas

Nossos roteiros (ver anexo A, B e C), com pequenas variações entre o dos professores, antigos alunos e inspetor de ensino, enfocava, para os professores questões como sua formação, sua história no Magistério e relações de ensino e aprendizagem e as demais relações humanas estabelecidas em sua prática docente. Em alguns casos retornamos para a realização de uma segunda entrevista com professores, incluindo no roteiro duas questões para serem mais exploradas: i) como os professores trabalhavam com classes multisseriadas e ii) como fariam uma comparação entre ensino rural e urbano, visto que todos eles atuaram nas duas situações.

Na primeira etapa realizamos onze entrevistas com professores e cinco entrevistas com alunos que vivenciaram a escola rural, sendo que retornamos para uma segunda entrevista,

⁷ Professor da disciplina “Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio” do curso de Licenciatura em Matemática da Unesp/Bauru.

buscando um aprofundamento de alguns aspectos, a três dos professores: Jacyra Falco Salles, Deusa Maria Trindade Morales e Elza Mesquita da Costa.

Nos depoimentos dos alunos, procuramos investigar sobre sua profissão atual, como o ensino da zona rural o influenciou e quais suas lembranças, em termos gerais, da escola rural e, em específico àquelas relacionadas ao ensino e aprendizagem de Matemática. Já o roteiro utilizado para a coleta do depoimento do inspetor de ensino buscava evidenciar aspectos quanto à legislação, contratação de professores e seu vínculo com o Estado, além de sua experiência nessa função.

2.2.4. O momento das entrevistas, transcrições e textualizações

Os depoimentos foram gravados em fitas K-7, em datas e horários estabelecidos pelo colaborador. Todos os nossos depoentes aceitaram a utilização do gravador sendo que isso não causou nenhum desconforto aparente, embora tenham relatado fatos em conversas preliminares que não tornaram a repetir durante essa gravação.

Durante o depoimento do professor Joaquim Elíseo Mendes, devido a problemas técnicos com o aparelho gravador, perdemos três minutos de gravação, o que foi possível acrescentar na textualização, sendo solicitado ao depoente que no momento da conferência observasse se não havíamos incorrido em equívocos quanto a esse registro. Outros dois depoimentos tiveram partes gravadas em volume muito baixo, o que foi resolvido com auxílio do laboratório de Rádio da Unesp, campus Bauru, aumentando o volume da fita e passando o trecho para outro suporte magnético para que fosse possível fazer a transcrição.

Posteriormente, fizemos as transcrições dos depoimentos, constituindo os documentos escritos do que partimos para a etapa posterior: a textualização. Essas textualizações foram utilizadas como material base no levantamento de “tendências” percebidas no conjunto de depoimentos. Voltaremos a esse tema posteriormente.

Na textualização optamos pela inclusão de notas de rodapé que explicassem não só as idéias não muito claras como, também, explicassem termos específicos da Matemática que, porventura, fossem desconhecidos dos possíveis leitores do trabalho. A elaboração dessas notas serviu, também, como uma forma de familiarização com os documentos.

À medida que fazíamos as entrevistas íamos adquirindo uma maior familiaridade com a situação de coleta dos dados e, com isso, uma maior eficácia nas intervenções durante as falas não de forma a interromper as memórias que iam sendo relatadas, mas com a intenção de

enriquecer os depoimentos. Os alunos depoentes tiveram mais dificuldades em relatar espontaneamente suas experiências. Nestes casos, foi muito maior o número de intervenções.

Essa diversidade de depoimentos, que fornece ao pesquisador novos parâmetros para as novas entrevistas e uma conseqüente busca e aprofundamento de novos dados, é discutido por Demartini (1994, p.277): “A postura mais aberta e o modo de formular as questões nos momentos ‘certos’ dependem não só da experiência do pesquisador, mas também do conjunto de conhecimentos que ele vai acumulando ao longo do processo da pesquisa”.

Embora o roteiro das entrevistas em cada categoria fosse o mesmo, cada depoente narrou de forma diferente, compondo suas lembranças da maneira que lhe era mais confortável, no que concordamos com Thomson (1997), que afirma sobre a existência de dois sentidos para a composição de nossas lembranças: um para dar sentido á nossa vida passada e presente e outro, é a necessidade de compormos um passado com o qual possamos conviver. Essas composições, no entanto, a nosso ver, não alteram as vivências relatadas, só são exteriorizadas com enfoques diferentes, enfatizando o que para o depoente é mais importante, cabendo ao pesquisador, que ouve atentamente, fazer as indagações pertinentes, de forma a auxiliar o depoente no resgate de suas lembranças.

Ao tratar dos textos criados a partir dos depoimentos, em conjunto pelo colaborador e depoente, Portelli (1997) aponta que esse texto é constituído de “múltiplas vozes e múltiplas interpretações”, seja a dos entrevistados, a do pesquisador e a dos leitores.

Quanto ao momento de textualização e análise, em Educação Matemática (área em que essa metodologia está ainda na infância), alguns estudos têm sido feitos para fundamentar teoricamente esses momentos metodológicos (cf.p.e GARNICA, 2002). Mas enquanto eles estão sendo elaborados, seguimos, nessa nossa investigação, as disposições e exemplos de outros autores, que também vêem a textualização como momento próprio à pesquisa. Não temos conhecimento de aprofundamentos teóricos sob essa perspectiva, embora julgemos que estudos nesse sentido sejam extremamente necessários. Conseguimos, entretanto, com nosso estudo, argumentar sobre a necessidade da textualização como um momento no qual o pesquisador se familiariza com o depoimento em suas nuances mais profundas (o que lhe dará uma visão mais panorâmica para fazer suas análises), ressaltando, entretanto, que essa familiaridade, que permite ao pesquisador ser co-autor do relato, é sempre relativa, pois não pode exceder os limites do que o depoente (o outro co-autor) impõe. Essa função da textualização não é objeto de tratamento pelos autores com os quais dialogamos e mesmo o momento posterior – o da análise – não está por eles bem configurado. Sendo assim, tomamos aqui, certas “liberdades” que poderão se constituir como fermento para um estudo

metodológico mais profundo, seja atribuindo funções mais vitais à textualização, seja configurando o momento de análise como um momento de detectar as tendências mais marcantes (elementos convergentes – comuns a vários depoimentos – ou divergentes) a partir das quais poderemos constituir um cenário do tema focado (em nosso caso, a escola rural numa região específica).

2.2.5. Detectando tendências

No que se refere às análises, nossos procedimentos foram de leituras das textualizações com apontamentos das convergências e divergências, não com o intuito de comparar os depoimentos, mas a fim de buscar apreender o cenário por eles constituídos, um panorama multifacetado. As tendências levantadas sistematizam (e facilitam) esse perceber.

Embora nosso conjunto de depoimentos seja considerável tanto quantitativamente quanto qualitativamente, incluindo duas gerações de professores (se considerarmos a diferença de até vinte anos entre nossos depoentes professores), ele não nos permite utilizar a abordagem proposta por Thompson e Bertaux, a “análise cruzada entre gerações” da qual os autores se valem na tentativa de melhor compreender as interferências de uma geração sobre a outra (THOMPSON, 1998). O que tentamos fazer, em especial no que se refere às tendências “Participação da família e comunidade”, “Caracterização do aluno/professor rural e “Zona rural como ‘terra de passagem’”, é tentar perceber quais os desejos, revelados nos depoimentos, dos pais, dos professores e dos alunos, quanto às aspirações profissionais e sociais.

Nossas análises servirão, pensamos, para constituição do cenário a partir do que coletamos e estudamos. Uma abordagem mais generalizada, muito provavelmente só será possível quando contarmos com um conjunto maior e mais diversificado de depoimentos. Isso, inclusive, é a proposta do Grupo de Pesquisa “História Oral e Educação Matemática”⁸, do qual também sou integrante.

Em História Oral, como já afirmamos anteriormente, há que se ter o cuidado para que os relatos não apareçam apenas como decoradores, configurando o trabalho final como uma simples história anedótica, pois o essencial, segundo penso, são exatamente as análises que o

⁸ Grupo constituído por professore, estudantes de mestrado, doutorado e de graduação, a saber: Antonio Vicente Marafioti Garnica, Antonio Carlos Carrera de Souza, Carlos Roberto Vianna, Emerson Rolkouski, Helenice Fernandes Seara, Heloisa da Silva, Ivani Pereira Galleti, Ivete Baraldi, Luzia Aparecida de Souza, Maria Ednéia Martins, Marisa Resende Bernardes, Michela Tuchapesk, Rosinéte Gaertner, Sivia Regina Vieira da Silva e Zionice Garbelini Martos.

pesquisador pode e deve fazer de seu material⁹. Interpretar certas realidades de nosso problema histórico a partir dos relatos orais não significa aceitar pacificamente o depoimento recolhido. Julgamos importante que o pesquisador questione seus dados e questione-se a si próprio, tentando estabelecer certas conjecturas e emitir opiniões, com a sensibilidade de perceber, no entanto, que essa é apenas uma versão, o que não equivale a dizer que se trata de uma versão superficial, incorreta ou equivocada: é sua versão a partir da memória do outro.

Nesse sentido Thompson (1998) salienta, ainda, que trabalhar isoladamente com as fontes orais pode desencadear a ilusão de um passado cotidiano no qual não aparecem os entrosques da narrativa política da época, as pressões discretas das mudanças econômicas e estruturais, pois elas, em geral, não interferem nas lembranças das pessoas comuns. Em nosso trabalho, isso pode ser percebido, pois, quanto menor a posição social ou profissional do depoente, menos preso ele fica às formalidades e preocupações com o destino de seu depoimento, ao mesmo tempo, em que já buscam, com maior liberdade, fazer determinadas comparações da conjuntura educacional de sua época com a atual, tentando estabelecer algumas possíveis causas das mudanças por eles detectadas. O que buscamos fazer, em consonância com Thompson, foi, além de coletarmos vários depoimentos, incluindo três “faces” da realidade da escola rural – professores, alunos e inspetor de ensino – buscar, em outros trabalhos, contribuições complementares: trabalhamos a partir dos depoimentos e, com isso, construímos, junto a outras fontes e recursos, nossas compreensões, que nem sempre foram apontadas por nossos depoentes.

As possibilidades de se compreender a escola rural, a formação de seus alunos e professores, a partir dos depoimentos coletados, são enormes. Nossas análises foram desenvolvidas com o intuito de alinhar considerações que julgamos pertinentes para a construção de um cenário da escola na zona rural da região oeste paulista.

Entendemos “região” em sincronia com as concepções enunciadas por Baraldi (2003).

A região é um espaço geográfico atravessado pela história que o institui como referencial para os próprios homens. A região não existe a priori, é resultado de uma série de representações que possuem historicidade. [...] região não nos remete a um recorte meramente geográfico ou econômico específicos nem a agrupamento de elementos naturais com características comuns. Uma região é uma paisagem elaborada por nossos olhos e mentes, carregada de lembranças e significados. (BARALDI, 2003:18-19, volume α).

⁹ A opção por não analisar, desde que justificado essa decisão, pode ser, no meu entender, uma tomada de posição do pesquisador em relação a seu objeto, configurando uma interpretação sua em relação a este.

Sob essa concepção de região, perspectiva e dinâmica é que realizamos as entrevistas. A partir dos depoimentos coletados tentamos detectar tendências – grandes temas constituídos a partir da percepção de convergências nas falas dos colaboradores – que nos auxiliaram na configurar, cada vez mais claramente, a região que estudamos, constituindo nossa paisagem sobre as práticas educativas na zona rural. São essas tendências e o movimento que as fez nascer – um movimento analítico ainda não bem configurado nos estudos sobre História Oral – portanto, que constituem nosso cenário.

A cada tendência detectada fizemos acompanhar alguns recortes extraídos dos depoimentos e, à luz da bibliografia consultada, buscamos tecer algumas considerações a respeito dessa versão da história da educação rural que nos propusemos reconstituir. A separação em tendências não tem a pretensão de compartimentar a história, uma vez que essas tendências ocorrem simultaneamente, mas é uma tentativa de facilitar a elaboração desse trabalho. Será recorrente a retomada das discussões já realizadas em uma tendência quando da apresentação de outra. O elo que alinhava o cenário que essas tendências delineiam é a formação dos professores e alunos das escolas rurais. As nove tendências a seguir apresentadas têm a intenção de esboçar o cenário da escola rural em algumas de suas múltiplas perspectivas.

Inicialmente havíamos detectado dez tendências, mas com a elaboração da apresentação dos resultados desse trabalho percebemos que a tendência “Dificuldades” poderia ser diluída dentro das demais tendências, o que também daria mais possibilidade de relações entre elas, já que as dificuldades encontradas nas diversas situações têm conseqüências diretas em outras.

A essas nove tendências chamamos: i) A zona rural: um primeiro registro de nossa paisagem; ii) Organização das escolas rurais; iii) Tipos de escolas rurais; iv) Zona rural como “terra de passagem”; v) Participação da família e da comunidade; vi) Caracterização do professor e do aluno da escola rural; vii) Currículo, inspeção e avaliação; (viii) Sistema de ensino e ix) Ensino de Matemática.

Essa seqüência não foi estabelecida por relevância, mas buscando partir de características mais gerais que configurem a zona rural, passando pelo como as escolas rurais se organizavam (para o que exigia, dos professores, desempenho de outras funções além da docência), e as diferenciações entre esses núcleos escolares. Colocados esses aspectos estruturais e físicos fomos detectando quais as relações entre professores, estudantes e comunidade. Daí articulamos o processo escolar através do currículo, avaliações e inspeção que ocorriam nesse cenário, o que também está relacionado com o sistema de ensino vigente no período e com o como este atendia aos estudantes rurais. Mais especificamente, em

seguida, buscamos perceber o movimento do ensino de matemática nessas escolas, detectando algumas particularidades devido ao lócus onde esse processo educacional ocorria.

CAPÍTULO 3

3. Análises das tendências

3.1. A zona rural: um primeiro registro de nossa paisagem¹⁰

3.1.1. Relações de trabalho e êxodo

Nessa região que estamos estudando, “situada” no interior do estado de São Paulo, oeste paulista, havia, até meados do século XX, um predomínio da população rural sobre a população urbana. As grandes fazendas de café (mesmo após a crise de 1929), em suas colônias, acolhiam muitas famílias e muitas delas numerosas. Havia também os médios e pequenos agricultores que se dedicavam ao plantio de lavouras de subsistência, como o arroz, feijão, frutas, desenvolvendo também agropecuária.

Nessas áreas rurais, distantes dos centros urbanos, eram necessárias escolas para atender crianças e até mesmo adultos ainda não alfabetizados, sendo que as escolas em geral estavam situadas nas fazendas, como nos relataram nossos depoentes.

Em 1962, trabalhei na Escola Mista da Fazenda São João da Areia Branca [...] Quando começou havia apenas uma sala de aula, com a 1ª, 2ª e 3ª séries. Depois, como a fazenda foi ampliada, aumentaram os colonos, precisou ampliar também as salas de aula. (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Já havia uma escola municipal [...] que funcionava no período da manhã [...] Como havia muitos alunos nessa região, o nosso prefeito, senhor Lúcio Casa Nova, trabalhou para que houvesse uma escola estadual. [...]. E no período da noite eu lecionava o Curso de Alfabetização de Adultos, na mesma escola [...]. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Era uma casa qualquer que ficava bem localizada na colônia. Ficava num bairro mais central para atender todos os alunos dos bairros mais próximos. Os fazendeiros escolhiam uma casa (no bairro, a pessoa que tinha

¹⁰ Souza e Souza (2001) tratam da constituição da História da Educação (Matemática) como um cenário, que desponta e é percebido pelo pesquisador a partir de memórias, cenas, usos, costumes, práticas cotidianas, crenças, sensações e perspectivas de futuro, montagens e remontagens de vivências e tendências lembradas e detectadas – isto é, do reavivamento do sentido de paisagem – a partir de seus vários autores. Cabe, portanto, ao historiador perceber – e registrar – paisagens.

uma fazenda grande oferecia uma casinha) e ela servia de escola. Muitos anos a escolinha foi no mesmo local, depois demoliram aquela...[...] (Marina Brosque, aluna)

O tipo de propriedade rural e plantações predominantes na região determinam a situação econômica e social dos homens que se relacionam com a terra. Essas determinações serão, posteriormente, pontos relevantes quanto à escolha profissional que pais e professores almejam para os estudantes das escolas rurais. Bertaux (1979) chama atenção de que estamos em uma ordem social na qual a identidade social é conferida pela profissão, e no caso dessa nossa investigação, serão as formas de relação de trabalho que se estabelecem no campo que caracterizarão as diferentes categorias de profissionais rurais e, conseqüentemente, a identidade social e econômica da comunidade.

Na Figueira Branca não era classe pobre, era de classe média para cima. Plantava-se café, alfafa, milho, feijão, arroz. Meus alunos eram todos sitiantes. Havia alunos também de uma fazenda anexa, mas a maioria era sitiante. [...]. Já na fazenda Santa Maria, os alunos eram filhos de colonos, tinham um nível mais baixo. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Naquele tempo não havia a pobreza de hoje, eles trabalhavam, colhiam algodão, eram sitiantes. Quando acabava a roça deles, iam trabalhar na roça de outro [...]. Não havia miséria, nunca precisei socorrer um aluno. Aí eu vim para uma escola rural da fazenda Dinamérica [...] Era uma fazenda de café, eram colonos ali, viviam ali mesmo. Embora tendo tudo aquilo que uma fazenda tem, tantas possibilidades, a criança quase não podia fazer nada: o terreiro de café ficava perto da escola, mas ninguém podia pisar. A escola ficava muito próxima da sede da fazenda, mas havia muita proibição quanto ao uso das dependências da sede da fazenda, que só era ocupada pelos proprietários durante as férias. Havia água encanada, mas não dava nem para lavar a escola [...] (Jacyra Falco Salles, professora)

As condições econômicas dos trabalhadores rurais que não possuíam propriedade própria tendem a ser piores do que a dos proprietários, ainda que pequenos proprietários. Essa situação não se aplica aos administradores das fazendas, que também têm situação de vida melhor do que a de outros trabalhadores. Situações como essa reafirmam que são as formas de relação de trabalho que determinam a identidade social. Essa diferenciação nas condições financeiras será retomada quando tratarmos das possibilidades de continuidade dos estudos pelos filhos de trabalhadores rurais, também influenciadas pelo tipo de função desempenhada pelos pais na zona rural.

Os fazendeiros nem sempre residiam na propriedade e, nesses casos, também seus filhos não estudavam nas escolas rurais. A grande maioria dos estudantes eram filhos de pequenos sítiantes e trabalhadores das fazendas.

[...] Ambas eram fazendas de café. A fazenda da Areia Branca era muito grande, tinha muitos colonos, e por isso tinha duas escolas nessa mesma fazenda. Os freqüentadores da escola eram os filhos dos colonos e também do Administrador, porque o patrão não morava na fazenda, só ficava o Administrador.[...] (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

[...] A escola [...] era na fazenda da usina de cana Santa Cruz. [...]. Saía da minha casa às cinco horas da tarde e ia à estação, onde passava uma caminhonete que pegava o filho mais novo do dono da fazenda, que estudava em Araraquara. Eu ia com eles. [...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

Era uma região onde a maioria das propriedades eram pequenos sítios. O sogro da minha professora era fazendeiro na região, mas nem tinha sede na fazenda. Nos sítios, plantava-se milho, arroz, feijão: plantava de tudo para consumo próprio: só para o gasto. Lembro-me que quando era moleque, minha mãe fazia açúcar, farinha: fazia tudo lá no sítio. Só compravam-se as roupas. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

[...] A intenção deles era que ele [marido da professora Jacyra] ficasse na fazenda, para que eu também fosse para lá e desse aulas para os filhos deles. (Jacyra Falco Salles, professora)

Embora nossos depoentes não façam distinção quanto às várias categorias de trabalhadores rurais, Prado Júnior (2000), ao tratar do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.914, de 2 de março de 1.963), afirma que uma diferenciação importante entre as relações de trabalho na zona rural e urbana é a forma de remuneração. Os trabalhadores urbanos são assalariados (o que hoje também tem sido bastante modificado, principalmente pela rápida expansão da categoria dos terceirizadores e parceiros). Já na agropecuária, a forma diversificada de remuneração acaba por dar maior complexidade a essas relações de trabalho, pois há arrendatários, meeiros, empregados, empreiteiros (aqueles contratados apenas para colheita ou plantio), além daqueles que, embora pequenos proprietários, também empregam sua força de trabalho em outras propriedades em tempos de entressafra. Essas relações são temporais e espaciais, pois dependem do período (safra ou não) e da região do país em que ocorrem. A forma de remuneração pode ser em dinheiro, benefícios (como, por exemplo, usar partes da propriedade para criação de animais) e *in natura* (parte da produção).

[...] nem o próprio colono que trabalhava não pegava o dinheiro, era troca, toda a transação comercial. Era fazenda não é? Era troca de produtos por outros. Vendia, já recebia ali, já pagava o banco, porque o banco é que tinha emprestado para safra. [...] (Jacyra Falco Salles, professora).

Devido a essa complexa relação de trabalho nas zonas rurais, para Prado Júnior (2000), o Estatuto do Trabalhador Rural, na forma como foi aprovado, sem a devida discussão, revela em seu conteúdo a falta de maturidade sobre o assunto, não abrangendo e nem assegurando aos trabalhadores rurais, das mais diversas categorias, seus direitos. O que revela essa imaturidade são as várias lacunas na lei e o fato do legislador transpor para o trabalhador rural leis já existentes na legislação trabalhista que fora traçada para o trabalhador urbano. O problema da adaptação de uma realidade a outra, no caso a rural sendo colocada em função da urbana, foi também apontada nesse nosso trabalho no que se refere aos “programas de ensino”, constituídos para a realidade urbana e utilizados com os mesmo objetivos na zona rural.

Também em nossa pesquisa verifica-se a pouca informação a respeito do Estatuto do Trabalhador Rural. Embora pouco tenha sido debatido sobre o assunto e pouco interesse os partidos políticos tenham demonstrado a respeito, alguns empregadores ficaram apreensivos diante da nova situação, percebido por nossa depoente como uma forma de entrave nas relações de trabalho na zona rural.

O êxodo rural também foi por causa das leis trabalhistas que foram criadas para proteger os trabalhadores rurais, não que eles não mereçam. Acontece que os fazendeiros, as pessoas que tinham sítios, ficavam meio que assustados. Aí tinha que pagar salário família, aí tinha que pagar salário mínimo, qualquer coisa eles traziam patrão na Junta...Esse negócio de patrão na Junta Trabalhista é um caso muito sério, porque geralmente eles dão a causa pros empregados. E os empregados levam os patrões! Parece que eles ficaram com medo de dar emprego prá essa gente. Não sei se foi um bem ou um mal essa lei. Porque eles começaram a ficar vendo muitos os direitos, acho que eles têm esses direitos, mas os deveres já não eram mais como antes, que tinha mais amizade com o patrão. Ao contrário: eles viam o patrão como muito exigente, qualquer coisa ele vinha falar mal do patrão. E o governo é assim: o patrão é que paga o pato. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

O êxodo rural figura como sendo um dos processos determinantes na alteração do cenário da zona rural, revelando que o quadro populacional não se configura de modo linear durante o período das décadas de 1950 e 1960. As transformações na zona urbana

são percebidas, em especial, com o “milagre econômico”¹¹, implementado pelo intenso processo de industrialização. Na zona rural também surgem intensas modificações. No conjunto de depoimentos percebemos que a predominância da monocultura do café sobre as demais culturas vai sendo substituída pela monocultura da cana e pelas propriedades voltadas para a pecuária. Essas modificações das formas de produção nas zonas rurais terão implicações diretas na organização das escolas e na forma de acesso a elas pelos estudantes que ainda continuaram vivendo nos sítios e fazendas.

[...] ministrei aulas [...] na Escola Mista do Bairro do Gavião, na zona rural de Mineiros do Tietê, numa fazenda, em que se plantava essencialmente cana. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

Havia colônias. Na Monção era muito gado, mas havia alguns sitinhos pequeninhos onde plantavam milho, arroz no banhado, tinha gente que plantava café. Mas tudo pequenas coisinhas. Na fazenda Monção era gado. Tinha um pouco de café, mas o gado era o forte.[...] (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora).

Naquele tempo o que se plantava era comum: arroz, feijão. Não tinha café, cana, como hoje. Porque foi justamente depois que começou com o plantio de cana que acabaram com as escolas rurais. Porque quando comecei a lecionar, naquela região de Guaianás, tinha 5 escolas. Hoje, é triste falar, não tem nenhuma na zona rural. Todos os alunos da zona rural são transportados em peruas que a prefeitura manda para buscar os alunos. [...] O que foi a cana e como a cana acabou com as escolas: o êxodo rural foi justamente por isso! (Ana Rosa Pereira, professora)

A crise do café, em 1929, aliada à intensificação das monoculturas, à modernização das técnicas e equipamentos agrícolas e às ofertas de emprego nas cidades (devido à expansão industrial no Estado a partir de 1970), acentua o processo de migração da maior parte da população para as zonas urbanas, caracterizando o êxodo rural, o que acarretou o inchaço das cidades, gerando problemas sociais como o desemprego e o aumento da violência. Essa mudança da estrutura social, vivenciada pelos depoentes desse trabalho, é por várias vezes retratada.

¹¹ Período de intensa aceleração econômica de algumas economias mundiais no pós Segunda Guerra Mundial. Nos países subdesenvolvidos esse processo ocorre na primeira metade da década de 1970.

[...] No sítio eles tinham galinha, plantavam mandioca, tem uns que são meio folgados, mas tem uns que plantavam muita coisa. Tinham muita coisa da terra. Viviam praticamente bem. Tinham uma alimentação boa...Agora, se mudar prá cidade...trabalhar no quê? Prá ser bóia fria? Na época eu não percebia que eles queriam vir, mas agora acho que o pessoal está fugindo da zona rural. E depois do êxodo rural eu acho que não melhorou a vida deles. Ao contrário, porque eles vieram prá cidade, ficaram na periferia, morando em casinhas horrorosas, sem nenhum saneamento básico, sem água encanada...Como não tem em muito lugar por aí, vai trabalhar na zona rural e volta mais do que cansado.(Elza Mesquita da Costa, professora)

Nessa época os alunos não tinham muita vontade de vir para a zona urbana. Eles normalmente cultivavam o café, fruta, principalmente laranja, lima, manga, essas frutas, o arroz e feijão, bastante amendoim, alho, a cana também já existia, a soja não, a soja foi de 1970 para cá. A evasão mesmo, o êxodo rural, foi a partir de 1970, quando as classes começaram a diminuir o número de alunos. Foi uma pena. Até hoje a gente sente os problemas da evasão rural, do êxodo rural. Veio a urbanização, o desemprego e o abandono rural. A zona rural ficou tão abandonada, com esse solo tão maravilhoso que temos no estado de São Paulo. Foi a grande perda para o estado. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Segundos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1950, no Brasil havia 18.782.891 pessoas na zona urbana e 33.161.506 pessoas na zona rural: 63,84% da população brasileira vivia em zona rural. Já em 1970 verifica-se uma alteração nesse cenário: 52.084.984 pessoas vivem nas zonas urbanas e 41.054.053 nas zonas rurais, é 55,92% da população vivendo na zona urbana.

Essa inversão também é percebida quando analisamos dados do IBGE (ver anexo 1) relativos à região que estamos enfocando. Na década de 1950, 63% dessa população estava concentrada em zonas rurais e 37% em zonas urbanas ou suburbanas. Em 1960, já ocorre a inversão, embora com percentuais bastante próximos, evidenciando que nessa década começa a intensificar-se o fenômeno do êxodo rural: 54% da população está na zona urbana e 46% na zona rural. Os dados relativos a 1970 confirmam a ocorrência desse fenômeno, pois 72% da população concentrou-se nas cidades e apenas 28% nas zonas rurais.

A partir desses dados é possível verificar que algumas cidades maiores, como Bauru e Araraquara, já na década de 1950, apresentam população urbana maior que a população rural, sendo que na década de 1970 essa diferença aumenta consideravelmente.

3.1.2. Os transportes

Nosso estudo revela o papel importante desempenhado pelas estradas de ferro, em especial a Sorocabana, a Paulista e a Noroeste. Para muitos dos professores, formar-se no curso Normal implicava um deslocamento para cidades maiores (essas questões serão novamente abordadas na tendência “Caracterização do professor e alunos da escola rural”). Para o exercício da profissão a questão dos transportes era também ponto importante: não raras vezes iniciavam a carreira em municípios que não aqueles em que residiam suas famílias.

Ingressei no Magistério Primário do Estado, por concurso, em 1955, e fui lecionar na Escola Masculina do Bairro de Ribeirão Grande [...] que ficava a 42 quilômetros de Penápolis. Hoje 42 quilômetros é perto, as estradas estão todas asfaltadas, pistas duplas, mas naquele tempo eu ia pela Estrada de Ferro Noroeste até Penápolis, desembarcava, pegava uma jardineira (quase que um trilho de terra) e ia até o sítio. [...] Gastava-se muito tempo, saía de Bauru às seis horas da manhã e chegava às seis da tarde [...] (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Só no Domingo o dia era livre. Às vezes passava a condução para Bernardino de Campos, sábado à tardezinha eu ia embora e voltava no Domingo à noite ou, então, na segunda de madrugada. Ia até Bernardino de Campos, pegava o trenzinho da Sorocabana até Santa Cruz. Era muito difícil. Mas como eu era muito nova, era tudo muito fácil. (Edite Pereira de Castro, professora)

Quando ingressei, o trem chegava até Tupã. A Paulista, que existia naquele tempo, chegava até Tupã, depois chegou até Lucélia. Mas dali até Dracena a gente ia de ônibus pela estrada de terra, nem pensava o que era uma estrada asfaltada. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] fiz o Normal, no Instituto de Educação Ernesto Monte em Bauru. Como sempre morei em Guaianás, ia de trem. [...] eu saía de casa num trem que passava quinze para as dez (me lembro muitíssimo bem), e ia para Bauru. De Guaianás a Bauru dava 15 minutos, chegava às dez horas. Eu tinha que esperar até meio dia e meia para entrar na aula. Saía 4:30 hs, tinha que esperar um trem que saía de Bauru 7:15hs da noite. O trem parava em viagem, fazia troca de máquina e demorava muito tempo. Demorava para chegar! Chegava em Guaianás cinco para as oito da noite. [...] até de sábado. [...] Era muito sacrificado. Quem queria estudar, tinha que fazer isso. (Ana Rosa Pereira, professora)

Tomava um trem às 6 horas em Bauru, na estação central. Ia para a escola e voltava à tarde. Tinha um trem em que iam muitos professores dessa região aqui de Bauru. Iam pelas cidades da Noroeste. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Além dos trens, os ônibus e jardineiras também figuram como possibilidades de se chegar às cidades mais próximas da escola rural, pois nem todos os municípios eram beneficiados pelo sistema ferroviário. Havia casos de se utilizar vários meios de transportes até chegar à escola: trem, ônibus, charrete ou cavalo.

Havia aula aos sábados, e só vínhamos para a cidade à tarde, às quatro horas, com o ônibus que vinha de Lucélia. (Jacyrá Falco Salles, professora)

As jardineiras não tinham nem portas, eram bancos inteiriços, se chovesse a gente ficaria todo molhado e muitas vezes atolava no areião. Era uma viagem para chegar. Sair de um centro como Bauru e ir para uma zona rural e depois andar a cavalo, sofri muito! (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Alguns alunos vinham para a escola de bem de longe: dez ou doze quilômetros. Vinham a pé e alguns a cavalo. A professora ia de charrete. Às vezes, a professora ia sozinha, e outras, de carona com as pessoas que iam para o sítio trabalhar. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Outra coisa que eu gostaria de chamar a atenção é sobre a dificuldade de transporte do professor da cidade para a zona rural: às vezes ia de charrete, ou usava uma montaria ou aquela jardineira aberta dos lados, que hoje não existe mais, parecia trem, só que aberta dos lados. E andava um bom trecho a pé para chegar na sua escola. E as crianças andavam às vezes quatro ou cinco quilômetros para chegar na escola. [...] naquele tempo era tudo mais difícil. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Como era raro quem dispunha de veículo próprio, um outro meio de transporte surge como sendo muito utilizado tanto por professores para chegarem até a cidade, quanto por alunos que iam estudar em zonas urbanas: o caminhão de leite. Como esse veículo passava pelas fazendas e sítios pegando o leite para ser levado aos laticínios urbanos (prática ainda comum no interior do Estado de São Paulo), ele era uma possibilidade para se conseguir chegar à zona urbana ou à rural:

Quantas professoras não iam para a cidade em caminhão que transportava o leite das fazendas... Aquele desconforto, em cima do caminhão, porque na cabine já estava a esposa do motorista ou outras pessoas. Esse caminhão ia buscar o leite na fazenda, todo sujo de terra, como ainda pode existir hoje. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

No meu tempo, no sítio não tinha 4ª série. Aquela turma que terminava a 3ª série tinha que estudar na cidade de Avaí. Sempre acabavam indo uns três ou quatro alunos e alguns até desistiam devido a dificuldade de transporte, porque para ir tinha o caminhão de leite, mas para voltar dependia de carona ou de alguém ir buscar. Não tinha esse ônibus como hoje, que facilita tudo. Era bem complicado. Tinha que ir de caminhão do leiteiro! (Marina Brosque, aluna)

Já os meios de se locomover nas redondezas rurais, próximas às escolas, era a pé, de charrete ou a cavalo. Os alunos iam a pé ou a cavalo, e para vencer a distância até a escola, saíam mais cedo de casa.

A escola estava a uns dois ou três quilômetros de distância para a maioria dos alunos. A professora que morava na minha casa ia a pé junto com a gente. Ela não tinha condução. Ia a pé, porque para ir a cavalo era perto, não compensava. Por isso a gente saía bem mais cedo. Se as aulas começavam às 8 horas a gente tinha que sair de casa às 7 horas. Tinha esse probleminha, mas as professoras costumavam morar sempre num lugar mais próximo da escola para facilitar suas vidas. (Marina Brosque, aluna)

Íamos a pé ou a cavalo na escola. Para mim a distância era de uns 2 km, para os alunos do Bairro “Corgo” Fundo uns 3 km [...] Eu era uns dos que morava mais perto. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

Para o Bairro dos Carneiros eu ia de charrete. Pegava uma charretinha, minha mesmo, andava 8 km todo dia. Ia conduzindo a charrete. Teve um tempo que eu levava meu sobrinho que já ia como aluno. [...]. (Ana Rosa Pereira, professora)

Embora houvesse muitas dificuldades em relação aos transportes, os professores não as sentiam tanto, pois algumas comunidades já se organizavam para suprir essa carência:

O charreteiro da fazenda me buscava na cidade. O dono da fazenda mandava buscar. Naquela época eles se preocupavam com isso. Já os alunos iam à escola a pé. (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Íamos de charrete até a fazenda: um charreteiro me pegava em minha casa e ficava esperando até terminar a aula ao meio dia para me trazer de volta, porque não existia outro tipo de condução. A estrada era de terra, quando chovia era bem difícil o acesso, mas íamos com sol, com chuva, com o cavalo patinando no meio do canavial [...] (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora).

Quando eu ia para a cidade, no dia anterior tinha que avisar. Toda vez eu falava: “olha, amanhã eu vou para a cidade”. Faziam todo aquele preparo: prendiam os cavalos da charrete e no outro dia me levavam no ponto do ônibus que ia para a cidade. [...] Era longe, acho que uns cinco quilômetros (não sei o quanto era) mas de ônibus não era muito longe, mas era estrada de terra, buraco, quando chovia não podia nem andar, nem tinha ônibus. [...] Já deixava avisado o dia em que eu voltaria (na Segunda ou no Domingo à tarde, não lembro bem, eu acho que no Domingo à tarde) e o fiscal da fazenda mandava me buscar. [...] Uma vez pedi para me buscarem, mas parece que ele não recebeu o recado: vim a pé do ponto de ônibus, sozinha. Horrível! [...] Isso antigamente, hoje não. Mesmo que vá lecionar numa escola rural têm asfalto, tem estradas boas, ônibus toda hora. Naquele tempo era jardineira, estradas de terra. Quando chovia parava. Viajava muito assim. Difícil! (Elza Mesquita da Costa, professora)

Por ser perto, eu viajava de Garça para a fazenda de moto [...] Teve uma época em que eu viajava de ônibus: ia de ônibus até um determinado ponto, descia, pegava um cavalo que ficava numa estrebaria de uma colônia, andava 4 km a cavalo até a fazenda. Depois voltava, deixava o cavalo aos cuidados de um aluno meu, do pai dele também, e pegava o ônibus de volta. [...] Depois me removi para Gália. [...] Naquela época viajava de ônibus (já melhorou!) de Garça a Gália. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Essas dificuldades de transportes não eram de todo superadas por aqueles professores que dispunham de veículo próprio, pois nos dias de chuva, o barro que se formava era um grande empecilho para se chegar à escola. Aqueles que podiam ir de lotação junto com outros professores paravam longe da escola onde atuavam, no que ainda dependiam do auxílio da comunidade local.

Para as outras escolas, em Pederneiras, vinha de Guaianás de trem, descia na estação, pegava uma perua que era uma lotação que levava todas as professoras (a gente alugava uma perua). Todos os professores iam nessa perua, descia na estrada e sempre tinha um aluno com uma charrete esperando para levar até na escola, porque até chegar na escola ainda tinha uma distância. Quando chovia era difícil. Mas ia de charrete e com um guarda-chuvinha. Não tinha como faltar. O negócio era sério mesmo. (Ana Rosa Pereira, professora)

A primeira escola em Echaporã chamava-se Escola do Bairro Mandaguari. Era muito longe, estrada muito deserta. Em 10 km de viagem, desde o centro da cidade de Echaporã, tinha apenas uma casa, era um deserto mesmo! E lá, depois dos 10 km, tinha a escolinha. Inicialmente ia de charrete e, depois, no outro ano, levei o meu carrinho, porque era impossível. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] Era um sacrifício, pois eu não dirigia, tinha medo. Pegava uma perua com professoras de outras escolas rurais e ia para a fazenda, depois que acabava a aula ficava esperando a perua de volta para me pegar. De carro estaria em casa em 15 minutos. [...] Quando eu estava na fazenda Santa Isabel, o pai de uma professora [...] é que nos levava de perua. Eu andava um pedacinho a pé para chegar na escola. Repentinamente ela foi removida para Bauru: perdi a condução. Isso me forçou a aprender dirigir: na marra, à força. [...] Eu tinha muito medo de bater. Mesmo sendo uma estrada bem tranqüila na zona rural. Aprendi a dirigir numa semana e levava as outras professoras. Íamos em quatro professoras: duas iam para a mesma escola que eu, e outra ficava numa escola na cidade de Arealva. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Quando eu ia de carro lecionar num sítio, no meu carro, meu Deus! Era vaca que corria atrás, que lambia o carro...E a criançada que corria para abrir porteira. Era um negócio! Aprendi a dirigir no sítio, para poder ir dar aula. Era uma aventura. Chovia, aquilo ficava...Eu tinha um volks e um dia os alunos me carregaram para poder passar num córrego: “Ah, nós vamos

empurrar, Dona Tuti”. Foi todo mundo, a família inteira. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Também os inspetores de ensino enfrentavam dificuldades para chegar às escolas, em especial nos dias de chuva. Novamente era na fazenda que o inspetor buscava auxílio para que pudesse transpor esse transtorno.

Nos dias em que mais chovia, o carro do inspetor ia até a fazenda Cocaes, e como não conseguia chegar até a Figueira Branca, devido o barro, emprestava o jipe da fazenda e ia, para “pegar” a professora, ver se estava dando aula ou não. Pois havia muita malandragem. (Edite Pereira de Castro, professora)

Essa escola era tão longe da sede que no dia em que o inspetor foi me levar, não sabia nem o caminho: perdeu-se. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

Em outros casos, mesmo com muito esforço, não era possível chegar até a escola, momento em que as aulas ficavam suspensas.

Quando chovia, por conta da estrada, os carros não passavam. Nem caminhão de leite vinha, nem as professoras. Se chovesse no sábado e domingo e as professoras tivessem ido para casa, elas não vinham na Segunda-feira, por conta da chuva e do mau acesso. (Marina Brosque, aluna)

As dificuldades de locomoção e a falta de transportes atuaram como impedimento para a continuidade dos estudos para muitos estudantes, fugindo a essa regra aqueles cujos pais tinham melhores condições financeiras ou influências.

Quando eu terminei o 3º ano, fui estudar na cidade. Meu pai era tratorista nessa fazenda e meu tio era o administrador. Pedimos a meu tio e ele deixou usar a charrete. Todo dia, eu saía sete horas da manhã e andava de charrete 8 km até a cidade. Porque o Estado não fornecia transporte para os alunos. [...] Não tive condições de estudar depois da 4ª série. Não tinha condução que ia buscar nessa fazenda. [...] Caso tivesse tido transporte eu teria continuado os estudos. Vontade os alunos tinham! (ex-aluna Geni Giorgetto Salles)

Muitos da 1ª a 3ª já tinham que ir a cavalo pois morava bem longe. E quando tinha que ir para outra fazenda ficava pior ainda, porque cada um tinha que se virar, a Prefeitura não dava condução para ninguém. Tinha que ir a cavalo, andar a pé, e, às vezes, as crianças paravam de estudar. (professora Ana Rosa Pereira)

Os alunos faziam o 1º, 2º e 3º no sítio, depois no 4º ano iam para a cidade. Mas a maioria das crianças abandonava no 3º ano, porque não tinha

transporte. O problema do sítio era esse. Às vezes, alguns deles iam à pé. Os pais, o administrador, os que tinham melhores condições financeiras traziam o filho junto com outros dois de charrete. Mas muitos abandonavam para trabalhar com o pai no café. Naquela época de 62 era obrigatório de 1ª a 4ª série, mas não tão exigido assim. Sei que a maioria abandonava a 3ª série. (professora Antonia Vieira Portes Bentivenha)

Já na introdução de seu texto *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Daniel Bertaux¹², nos dá indícios para interpretar esses obstáculos e impedimentos que, de tão comuns, acabam por configurar o universo das escolas rurais. Trata-se de ler esses depoimentos confrontando-os com o discurso da igualdade de oportunidades, um discurso que, segundo o autor, sustenta um projeto social:

O projeto social daqueles que denunciam as desigualdades é um projeto de moralização da sociedade capitalista: é um projeto reformista que se apresenta como um projeto progressista mas está, desde o início, condenado à impotência. [...] A idéia de desigualdade de oportunidades escolares é a expressão direta da ideologia meritocrática que assim se pode resumir: uma sociedade justa é uma sociedade que dá, a todos os seus filhos, oportunidades iguais – desde o ponto de partida. No ponto de chegada, pois bem, que ganhem os melhores! (E azar dos vencidos). Essa forma ideológica está profundamente enraizada no aparelho escolar e no ‘igualitarismo pequeno-burguês’. [...] Ao enfatizar a desigualdade de oportunidades, a idéia meritocrática desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de condição, tais como resultam da estrutura de classe. [...] Ou a igualdade de oportunidades traz consigo a igualdade de condições; ou então – o que é muito mais provável – a desigualdade de condições, a curto prazo, leva à desigualdade de oportunidades. (BERTAUX, 1979, p. 44-45).

A configuração mais plena de nossa paisagem, com o andamento de nosso trabalho, trará mais algumas vezes, esta mesma questão de volta à tona, em especial, na tendência “Caracterização do professor e do aluno da escola rural”.

3.1.3. Contraste de Realidades

Ainda que a comunidade oferecesse suas casas para que os professores pudessem se instalar durante o tempo que permanecessem na escola, as dificuldades de adaptação também figuram nesse cenário. A mudança para a zona rural não era muito tranqüila para os professores, que em geral eram muito novos e acostumados à outra realidade na casa de seus

¹² BERTAUX, Daniel. **Destinos Pessoais e estrutura de classe**: para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

pais e em residências urbanas, dispondo de certos confortos que essa nova realidade não oferecia.

[...] A professora morava lá e dava aula. [...] Em muitos núcleos, fazendas, tinham duas escolas, por isso as duas professoras moravam nessa casa. Elas ficavam porque essa escola estava próxima de um lugarejo. Só iam para o núcleo, no final de semana, sábado e domingo, e voltavam. Algumas escolas em que não havia núcleo perto, a professora ficava morando na própria fazenda. Geralmente o fazendeiro dava um lugar para ela morar, morava com o administrador. A vida do professor naquela época era difícil! Complicado! [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Sair de um centro como Bauru e ir para uma zona rural e depois andar a cavalo, sofri muito! Morei nesse sítio numa casa de barro, piso de terra batida, sem porta no quarto, colchão de palha. Não tinha água encanada, era água de poço. Banho tomava-se no rio. Caso se sentisse mal, uma dor de cabeça, não tinha uma farmácia para ir buscar remédio, era difícil. Era um total isolamento, porque não tinha luz elétrica (era luz de lamparina), não tinha rádio, não tinha televisão, tinha nada. Eu era quase noivo, deixava a noiva aqui em Bauru. Para telefonar uma vez por mês, saía do sítio e ia a Penápolis, e assim mesmo anunciava no telefone para depois receber a ligação, muitas vezes após uma hora. Era uma espera enorme. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Como era distante de Iacanga uns 90 km, tinha que morar lá. Foi o único lugar onde tive que morar enquanto lecionei na zona rural. Embora fosse possível ir [...] até o Bacuriti, pegava outro professor, mas quando chovia tinha que ficar dormindo lá, por isso arrumei a casa de uma mulher e fiquei morando. Só voltava para Iacanga nos finais de semana. Mas era um negócio bem precário, uma casa muito pobrezinha essa que me deu pensão: sem forro, tinha um boteco na frente...os ratos andavam....Um dia choveu tanto que dormi de guarda-chuva aberto. Não tinha porta, aquelas cortinas de fita, aquilo me dava uma má impressão, “e se entra alguém aqui?”. Graças a Deus nunca aconteceu nada. Mas era feio! O chuveiro ainda era daqueles de subir, colocava água lá dentro. O banheiro era para fora da casa, coletivo. Meu Deus, aquele sofrimento! Chovia...E tinha só um telefone e às vezes eu ia ligar para minha casa, não que tinha condição de falar, porque o telefone era precário: quando eu falava minha mãe só escutava ou quando ela conseguia falar eu só ouvia. Não tinha diálogo. Era monólogo! O telefone era para monólogo! Foi um tempo bem difícil, mas foi uma escola boa. [...] (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

No entanto há exceções, como é o caso da fazenda dos ingleses, como nos relatou o professor Joaquim Elíseo Mendes:

[...] Tinha colega de Piracicaba, de São Paulo...Todos moravam lá, com todo conforto e com todo apoio do fazendeiro. [...] Era uma fazenda linda, eles

tinham todo conforto, tinha cinema para os colonos, eram muitos colonos, que podiam usufruir as coisas da fazenda. O cinema era de graça, funcionava (se eu não me engano), sexta, sábado e domingo. Cinema muito bom. [...] E as professoras e os professores usufruíam tudo isso também, além de terem pensão: residência. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Além das diferenças de acomodação, de conforto, também os costumes eram diferentes, havendo um certo choque entre essas duas realidades: o professor sempre tinha novidades, era o “arauto” do conhecimento e das novidades vindas da cidade. Já o que a comunidade rural tinha como seu nem sempre era de interesse do professor.

Morei na casa de um empregado [...]. Tinha uma moça, que era sobrinha do fiscal da fazenda, que não tinha muita cultura mas dava para batermos um papo.

Na segunda vez em que fui para essa mesma escola já não tinha ninguém para bater papo. Eu tinha que conversar com o pessoal de lá e só. Morei na casa do fiscal: eram uns senhores. [...] Eles eram pessoas muito recatadas, tinham medo, porque antigamente as professoras ou eram benquistas ou eram mal faladas (algumas namoravam homem casado, fazia uns programas bem diferentes daqueles do sítio). [...] A casa deles era boa, grande, de tijolos, até confortável. Só que luz só tinha quando ligava o gerador. Como eles não gostavam de gastar muito, ligavam um pouco e já desligavam. Dormíamos com a lamparina de querosene (acendia o paviozinho). [...] A comida era muito simples. Não tinha carne (tinha frango), embora o caminhão que eles tinham fosse quase todo dia para Lins. (Elza Mesquita da Costa, professora).

Também acabavam surgindo casamentos tanto entre professores, quanto entre professor e membro da comunidade rural, e a nova família continuava residindo onde estava instalada a escola.

Casei-me com um rapaz que conheci lá mesmo. [...]. Construíram casa também para nós, lá na fazenda. Então eu continuei na mesma escola depois de casada. Eu ficava num lugar bom, eles eram portugueses e tinham um pouco de cultura, tinha rádio, telefone, muita limpeza. (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Havia muitos casos em que funcionava no mesmo lugar escola feminina e masculina: daí saíram muitos casamentos. E havia casais de professores que moravam nessas escolas típicas rurais, viviam muito bem. Era o início de uma família, um casal, os filhos nasciam...Inclusive depois o filho começava a freqüentar a escola, o professor tinha horta, pomar, criava galinha. Houve muitos e muitos casos de famílias que começaram nessas escolas. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] As professoras iam todas da cidade, eram todas moças normalistas formadas, que terminavam o Normal (aquelas festas de formatura...). Não tinha vaga para dar aulas na cidade, iam para a zona rural. Muitas delas, naquele isolamento, acabavam casando com o filho do fazendeiro ou, muitas vezes, até com elementos de classes mais baixas, havendo até um certo desajustamento para quem via. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Ainda que pareça contraditório, a zona rural é retratada como um ambiente de grandes dificuldades para os professores e alunos, mas do qual guardam boas recordações. Há uma grande ênfase aos bons relacionamentos entre professores e alunos, e entre professores e comunidade, sendo a amizade apontada como uma característica predominante.

Eles levavam o almoço na panelinha, no caldeirãozinho. Brincavam. E entre eles não havia nenhum problemático, nem brigas. Parece que entre eles, a sociedade da zona rural, a amizade era diferente, eles precisavam uns dos outros e faziam tudo para viver bem. Eu ensinei os meninos a soltar papagaio, fiz papagaio com eles, ensinei as meninas brincarem de pique, barra manteiga, eu tenho até hoje bilboquê. Ensinei bordados para elas, ensinava-as a brincar no recreio. (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Era gostoso. Aconteciam muitas brigas dos amigos. Nossa! [...]. Briga de criança de escola, no outro dia já estava tudo bem. Tinha uma colônia perto de casa, tinha que passar em frente, tinha que fazer as pazes de novo. Chega a em casa e falava que tinha brigado, a mãe: “brigou com quem?” “Ah, com o filho da comadre lá”. “Ah, o que é isso? Tem que ir lá fazer as pazes”. Brigava cedo e à tarde estava tudo bem de novo. (Carlos Roberto Graciano, aluno).

Essas colocações a respeito do “bom relacionamento” entre professores e comunidade serão novamente abordadas na tendência “Participação da família e da comunidade”.

3.2. Organização das escolas rurais

3.2.1 Aspectos físicos

As escolas rurais são apresentadas com diferentes características, dependendo do local onde estavam instaladas e do apoio que recebiam da comunidade. Muitos prédios eram de madeira, constituídos por apenas uma sala, sem a existência (ou com existência precária) de sanitários, cozinha e pátio.

[...] Só uma sala. Às vezes de madeira (de madeira eu nunca peguei). Era sala de aula assim de tijolo mesmo, mas era uma sala só. Uma sala só. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Na Fazenda Conceição era uma escola de tijolos. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] Nessas duas escolas os banheiros eram fora do prédio, aquelas casinhas de madeira.[...] A escola rural geralmente era uma sala grande, de madeira, uma pequena cozinha e um banheiro muito simples, quando tinha. Em algumas o banheiro era fora da escola (isto antigamente), em outras o banheiro era dentro do prédio. [...] Em Álvaro de Carvalho, peguei a construção antiga e depois peguei um prédio novo da escola. Nessa época, parece, os prédios escolares estavam sendo melhorados pelo Estado. [...]. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Quando saí, fiz doação da minha parte de 500 m²; pois minha mãe havia morrido, para a Prefeitura construir uma escola de tijolos, porque a que existia era de tábuas. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Tínhamos uma sala de aula e só um sanitário. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

A escola era pequena: uma sala, o banheiro era aquela privada de buraco. Era tudo rústico! Tinha em torno de 30 alunos (25 a 30 alunos), nas 3 séries juntas. [...] (Carlos Roberto Graciano, aluno)

Em alguns locais, a própria comunidade tomou para si a responsabilidade de construir as escolas, revelando que a expansão do número de escolas no estado de São Paulo não foi apenas mérito do Estado e das políticas públicas, mas também da efetiva procura pelo saber

sistematizado pelos moradores das zonas rurais e de suas próprias formas de organização para conseguir sua implantação e manutenção.

[...] Era uma escola de madeira, bem ampla, mas só tinha uma sala. Os sítiantes ajudaram a fazer a escola, seja com mão de obra, seja com dinheiro.
[...] (Jacyra Falco Salles, professora).

Os prédios escolares muitas vezes eram simplesmente uma adaptação de uma casa disponível na região, cedida pelo proprietário rural, para ser utilizada como escola. Novamente aqui é evidenciado o importante papel desempenhado pela comunidade na preservação do sistema escolar nas zonas rurais.

[...] Desde a 1ª série estudei em escola rural, que normalmente era uma escolinha simples, de madeira e de assoalho. Era uma casa qualquer que ficava bem localizada na colônia. Ficava num bairro mais central para atender todos os alunos dos bairros mais próximos. Os fazendeiros escolhiam uma casa (no bairro, a pessoa que tinha uma fazenda grande oferecia uma casinha) e ela servia de escola. Muitos anos a escolinha foi no mesmo local, depois demoliram aquela...Na primeira escola que estudei era uma casinha, um quadradinho, bem simpleszinha, que acredito ter sido feito para ser escola (talvez!). Depois foi mudando, foi melhorando a qualidade...(Marina Brosque, aluna)

Os próprios moradores também construíram a escola: cada um deu um pouco. Fizemos uma “vaca” para construir a escola. Mas a Prefeitura também ajudou. Os pais queriam uma escola ali. Meu pai também ajudou, embora eu ainda não estivesse em idade escolar. Ela deve ter sido construída em 1948 ou 1949, eu não sei certo. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

[...] Escola Mista da Fazenda Córrego Novo [...]. Escola Municipal. Era uma casa da qual derrubaram as paredes do meio, fizeram uma adaptação para funcionar a escola. E funcionava normalmente. Nessa escola, trabalhei com 1ª, 2ª e 3ª série na mesma sala de aula: era difícil. (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Um outro aspecto da escola rural que poderemos ressaltar é o de uma estruturação, de certo modo, mais elaborada. Este é o caso das escolas típicas rurais e, também, o de algumas fazendas mais desenvolvidas. Havia, ainda, escolas que recebiam apoio de outras instituições, como no caso, a empresa Noroeste do Brasil. Em alguns casos (ainda que configurando uma exceção) a zona rural chega a ter grupos escolares com um professor para cada turma, com presença de diretora, cozinha para preparo da merenda, pátio e sanitários.

[...] no Horto Florestal de Araribá [...] era um pouco diferente, pois o local era administrado e pertencia e, deve pertencer até hoje, à antiga Rede Federal da Noroeste (Ferrovia Noroeste) que dava bastante apoio, embora fosse uma escola estadual mantida pelo Estado. [...] Era um prédio bom, não lembro se era de madeira ou se era de tijolos. [...] Uma construção muito bonita, eu lembro que era muito agradável. Muitas flores no caminho! Era um privilégio lecionar em Araribá.[...]

[...] A escola típica rural tinha uma horta e jardim, cuidados pelos alunos e professor[...]. A área da escola era grande, coisa de 300x100 metros. [...] Eu preparava a salada. Enfeitava a escola com as florzinhas que dava. [...] A outra metade do terreno era ocupado pelo prédio da escola, a horta e o jardim. A horticultura e a jardinagem bem próximas do prédio escolar.[...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora).

[...] Era um grupo bem construído: prédio próprio e construído pelo Estado com a finalidade de ser Grupo Escolar. Além das 4 salas, tinha a diretoria, a portaria, cozinha, um pátio, galpão... As verbas do Estado eram para manutenção do prédio e dos professores. O fazendeiro, naquela época, colaborava dando mantimentos, hortaliças, legumes...e cedendo pensão para as professoras, quando lá moravam. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Essas situações de falta de espaço, aliadas a outras dificuldades a serem abordadas em seguida, revelam que a comunidade rural não simplesmente submeteu-se a essas condições dadas, mas desenvolveu certas estratégias para garantir acesso ao saber escolar, oferecido pelo Estado, ainda que de forma precária e deficitária.

3.2.2 Multisseriação

Na maioria das escolas rurais eram oferecidas apenas as três séries iniciais. Como em geral a escola era constituída por uma única sala, as três séries (ou “anos”, como se falava à época) eram atendidas pelo mesmo professor, simultaneamente. Essa estrutura teve influências imediatas na forma de condução das atividades com os alunos.

Devido à estrutura física da escola, os professores acabavam por utilizar várias estratégias para tentar superar o problema de se ter mais de uma série na mesma sala. Para tanto, buscava-se dividir a sala em fileiras por séries, a lousa era também dividida em uma parte para cada turma e, durante o tempo em que uma turma estava junto com o professor na lousa, as outras turmas estavam fazendo atividades já encaminhadas e não necessitavam muito do apoio do professor.

[...] Geralmente a gente dava aula para as 3 primeiras juntas na sala, de 1ª a 3ª series. Foi diferente em São Luis de Guaricanga que apesar de ser na zona rural era considerada um Grupo Escolar, as classes eram separadas.

Geralmente eu dava aula para o 1º e 2ª series, gostava muito dos pequitos, dos menores. E no Bairro Serrinha também eram 3 salas e 3 professoras, e ali eu também deveria ter a 1ª ou 2ª serie (não lembro). (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Todo dia após a aula, à tarde, tínhamos que preparar muito bem a aula seguinte, no Diário de Classe, para que pudéssemos coordenar as três séries ao mesmo tempo. O professor da zona rural dessa época era um verdadeiro maestro: enquanto as crianças da 3ª série, que eram em menor número, iam realizando os exercícios após uma pequena explicação, ia ensinando a 1ª série e, ao mesmo tempo, já passava a matéria para a 2ª série na lousa e ia explicando. Dessa forma íamos conseguindo conciliar a matéria com o tempo e as séries. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

[...] Dava aula numa vez só para mais de uma série. Essa era a vida de todos os professores da zona rural. A gente precisava ser artista, porque começava com a 1ª série, passava para a 2ª série, passava lição para a 3ª série que já andava mais rapidinho. Ia passando mais coisa. Aquela dificuldade porque nem lousa tinha direito nas escolas rurais. Era aquela lousinha “petitiquinha”, uma para cada série. Você tinha que se desdobrar. Porque alfabetizar é um negócio que requer um cuidado com cada um. Mas eu gostava. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

[...] Tinha uma lousa muito pequena, no máximo 1 por 2 metros. Tinha que se virar ali, dividia a lousa ... [...] Embora fossem 3 classes, 3 graus numa mesma classe, a gente dividia as fileiras dos alunos. Não tinha material didático quase que nenhum. [...] Dividia a lousa, passava atividade no caderno para as crianças de 3ª série, se virava. Dava um jeito. Tinha dar atenção para os alunos que estavam chegando. Mas era muito bom, embora sendo desse jeito, com toda essa dificuldade, era muito mais fácil... (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Escola Mista da Fazenda São João da Areia Branca. Escola Estadual. Construída com a finalidade de ser escola. Quando começou havia apenas uma sala de aula, com a 1ª, 2ª e 3ª séries. Depois, como a fazenda foi ampliada, aumentaram os colonos, precisou ampliar também as salas de aula. Passamos a ter duas salas, que eram ótimas. Como geralmente as turmas de 1ª série são maiores, numa sala ficava apenas a turma da 1ª série e na outra, as turmas da 2ª e a 3ª séries. Ficava uma professora para a 1ª série e a outra para a 2ª e a 3ª. Fiquei uma vez só com a 1ª e uma vez só com a 2ª e 3ª, onde era, mais ou menos, possível trabalhar os conteúdos. (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Essas escolas eram mistas, freqüentadas por meninos e meninas. Era uma classe só: 1ª, 2ª, 3ª série ao mesmo tempo. Era de madeira, tudo muito simples. Não tinha nada de infra-estrutura, nós é que mandávamos lá. (Marisa Lia Mondelli, professora)

O trabalho com as salas multisseriadas constitui uma das maiores dificuldades para os professores que, em geral, estavam iniciando sua carreira no magistério. Essa falta de preparo

dos professores para trabalhar com mais de uma série simultaneamente será explorada na tendência “Caracterização do professor e do aluno da escola rural”.

[...] Era muito difícil trabalhar com as 3 séries, mas a gente acostumava. A gente pegou prática, tinha aquele jogo de cintura, dava para trabalhar bem. Eu geralmente tinha uma fileira para cada série, geralmente cabia direitinho, dava para dispor os alunos direitinho. [...] (Deusa Maria Trindade Moraes, professora).

Eu colocava uma turma do 1º ano numa fileira, 2º e 3º anos em outras fileiras (3º ano tinha 2 ou 3 alunos, só para atrapalhar), mas tinha que ter a matéria deles. Tinha que separar em fileiras. Às vezes, eu chamava, dava uma lição para o 3º ano, e dava para o 2º ano e, depois, ia para o 1º ano. Tem que ter um pouco de jogo de cintura. O que eu não tinha muito na época, porque estava iniciando. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Ela passava um trabalho para a 1ª série e explicava, e deixava todo mundo trabalhando. Passava uma tarefa, um serviço para a turma, dividia a lousa em três partes e passava para cada uma das turmas. [...] não tinha esse tipo de problema de “não fez tarefa”. (Marina Brosque, aluna)

Além do trabalho com mais de uma série na sala, os professores também enfrentavam as diferenças individuais entre os alunos da mesma série, em especial os alunos do primeiro ano.

[...] Como quando comecei a dar aulas era só 1º ano, já fui me acostumando. No segundo ano, só tinha o 1º e 2º anos e depois veio o 3º ano. Não existia 4ª série na escola rural. Pra que todos dominassem a matéria, pra que fossem bem alfabetizados, eu dividia o 1º ano em três grupos: sessão A, B e C. Enquanto a sessão A estivesse na lousa, as outras sessões estariam em aula indireta, que é uma cópia, um treinamento daquilo que já viram. (Jacyrá Falco Salles, professora).

Havia uns 30 alunos entre as três séries. E não tinha dificuldade em aprender por esse motivo. A professora dividia a lousa em três partes, uma para cada série. Passava para uma turma, explicava e passava para a outra turma... Naquele tempo ia bem devagar. [...] Inicialmente a professora passava para os alunos de 3º ano que eram mais adiantados, depois ficava com os de 1º ano, na lousa. Enquanto isso os outros iam fazendo o que ela tinha passado. Ela explicava a matéria e dava os exercícios. [...] (Geni Giorgetto Salles, aluna).

Todas essas escolas rurais eram mistas e algumas com mais de uma série na mesma sala. Trabalhar com mais de uma série junto, não era fácil, mas dava tempo, porque dávamos atividades para os mais adiantados irem fazendo sozinhos e íamos “cuidar” dos menores, dos mais fracos, iniciantes. Tinha que ir misturando, caso contrário não conseguiria. Tinha que ser artista! (Marisa Lia Mondelli, professora)

Essas estratégias tendiam a minimizar as dificuldades e, como conseqüência, acabavam por desenvolver nos estudantes uma prematura autonomia, o que muito provavelmente teve melhor aproveitamento por parte dos estudantes que tinham maiores facilidades de aprendizagem.

3.2.3 Recursos materiais e didáticos

A falta (ou carência) de recursos, tanto de materiais de consumo quanto dos didáticos, nas escolas rurais, também interferia na forma de atuação dos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Na tentativa de amenizar essas dificuldades, professores e comunidade, em geral os fazendeiros, buscavam contribuir comprando materiais e colocando-os à disposição dos alunos na escola.

O governo mandava material, ainda bem! E parece que era melhor do que agora. Era pouca coisa: caderno, lápis, algum material, mas só também...Porque o povo não tinha... . [...] (Ana Rosa Pereira, professora).

O governo não dava nada, nada. Comprávamos tudo: giz, cadernos...A maioria dos alunos tinha o material. Todos os livros eu dava para eles e não recolhia no fim do ano, porque trocávamos o método. [...] (Edite Pereira de Castro, professora).

Os alunos, razoavelmente, tinham materiais. O Estado mandava um pouco. Sempre mandava uma caixa para distribuir, tinha um pouco de ajuda. Não era um abandono total, às vezes a fazenda ajudava um pouco, e o professor, muitas vezes, ajudava também. Parece que os alunos recebiam livros, cartilhas. O material básico quase sempre recebia. Naquela época eles recebiam cartilhas, alguns alunos podiam comprar, outros que não podiam comprar, muitas vezes até os professores (era muito normal isso, era muito comum) comprarem os materiais para os alunos, a gente se acostumou com umas caridades...Mas tinha época, não sei se dependendo dos governos, tinha uns governos que ajudaram mais as escolas, a gente recebia muito material. Mas também quando não recebia, preparava direitinho as aulas.[...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora).

Na Fazenda Conceição era uma escola de tijolos. Tinha lousa, mas não tinha giz. Quem comprava era eu. (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] O quadro negro não tinha buraco, era muito bom, não era feito não, era comprado. As professoras reclamavam muito, mas eu não tinha falta de nada, não tinha falta de giz, quando faltava, eles compravam, iam à cidade, eu pedia para trazer, traziam, nem cobravam.

Era escola do governo, mas que eles construíram. O governo pagava o professor, dava giz, dava os livros de escrituração da escola, não para os alunos, os alunos é que compravam os materiais. Naquele tempo não havia a pobreza de hoje [...]. (Jacyrá Falco Salles, professora)

Há divergência em relação à participação do Estado e das Prefeituras na distribuição de materiais escolares, o que está relacionado com as próprias condições das Prefeituras e da força política do município. Segundo Leite (2002, p.39), a Lei 4.024 de dezembro de 1961, omite-se em relação às escolas rurais, pois muitas prefeituras municipais não dispunham de recursos humanos e nem financeiros para assumir a responsabilidade pelas escolas rurais.

3.2.4 Horário de funcionamento

O horário das aulas estava mais concentrado no período da manhã, embora houvesse casos de aulas à tarde e também à noite para o curso de adultos. Também havia, na época, aulas aos sábados.

Sempre lecionei na zona rural no período da manhã, geralmente das oito horas ao meio dia, com intervalo de meia hora, no máximo. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] Tanto na zona rural quanto na cidade, sempre estudei no período da manhã: das oito horas ao meio dia. E tinha aulas de sábado. [...] (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...] As aulas eram das 8:00 h às 12:00 h e das 12:30 h às 16:30 h. Meus alunos da tarde iam à minha casa no período da manhã, depois que almoçavam, das 10:00 h às 11:50 h, sempre ia uns dois ou quatro alunos. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] As crianças vinham das colônias para freqüentar o grupo escolar que só funcionava no período da manhã. [...] Como as aulas eram da 8:00h ao meio dia, com intervalo das 10:00h às 10:30h para o recreio, eu vinha cedo, dava a minha aula e depois voltava de moto. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] Sempre estudei no período da manhã, acredito que seja das sete e meia, oito horas, era bem de manhãzinha, até onze horas, meio dia. E tinha um intervalo para lanche. (Marina Brosque, aluna)

[...] Havia aula aos sábados, e só vínhamos para a cidade, à tarde, às quatro horas, com o ônibus que vinha de Lucélia. [...] (Jacyrá Falco Salles, professora).

O funcionamento das escolas no período da manhã vai acarretar ao professor, em várias localidades, mais uma função: o preparo da merenda escolar.

3.2.5 Acúmulo de funções

A configuração geral das escolas rurais acabava exigindo do professor um acúmulo de funções. Este, além das atribuições da docência, tratava das matrículas, de toda parte administrativa da escola, da manutenção de materiais e também da limpeza (no que era auxiliado pelos alunos).

[...] No começo nem tinha merenda, mas no final eles já mandavam leite para a escola no sítio. Mandava aquele leite em pó. E a professora mesmo tinha que botar água naquele leite ali e mexer para dar aos alunos, porque não tinha merendeira. Não tinha fogão, a gente tinha que providenciar, fazer um com uns tijolos, botar um caldeirão encima. A professora que se virava com tudo. Porque não tinha nada, mal tinha sala de aula. [...]. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Fazia-se o leite, chocolate, para os alunos, numa casa do sítio vizinho, em frente à escola. Fazia-se leite de soja para as crianças todos dias. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

A merenda as professoras levavam. Pegava, esquentava numa cozinha que tinha para fazer leite, essas coisas. Chegava na hora, a professora ia e esquentava para nós: sopa, essas coisas. A dona Neide, lembro até hoje, Dona Neide Cantão. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

A matéria-prima utilizada na merenda escolar, nos locais onde havia, era entregue aos professores durante as reuniões pedagógicas realizadas uma vez por mês na zona urbana (sobre essa reunião trataremos mais adiante).

Geralmente tinha leite que era preparado pelo professor. Quase sempre. Apenas no ano de 1971, no município de Reginópolis, foi contratada pela prefeitura, como merendeira da escola rural, uma jovem, ela chamava Marli. Na zona rural só neste ano mesmo. O leite era fornecido pelo Estado. A gente recebia nos grupos escolares quando ia para a reunião pedagógica. Normalmente o professor já recebia os pacotes de leite em pó, tipo um fubazinho. Fervia a água, fazia aquele processo todo: dissolvia na água fria e depois punha água quente. Tinha que preparar. O professor, nos últimos minutos da aula, no início do recreio, já preparava o leite. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Merenda não tinha, escola rural nunca teve, não tinha condição, porque até chegar a merenda já tinha até estragado. Era longe. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] A professora morava lá e dava aula. Ela mesma fazia a merenda na cozinha da casa e servia. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] Na escola do sítio tinha leite. O governo mandava para as Prefeituras e estas distribuíam para as escolas isoladas. A própria professora fazia. Tinha fogão para ela esquentar. (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...] A professora fazia merenda. Na minha época não tinha sopa ainda, depois parece que criaram o sopão, [...] era só o leite mesmo, mantido pelas prefeituras das cidades. A professora recebia uma boa quantidade de leite, era um saco grande de leite em pó. Tinha um lugarzinho, um cobertinho fora da sala, bem simpleszinho, bem precário mesmo, onde se fazia um fogãozinho improvisado com uma meia dúzia de tijolos, a turminha mesmo colhia madeira no campo para fazer o fogo e ela tinha um caldeirão bem grande. [...] Depois a escolinha mudou para uma casa que tinha um fogão de lenha e passou-se a usá-lo. Não tinha uma pia, não tinha nada, era água de mina. Para pegar água para beber, às vezes, ela escolhia os alunos para irem na mina buscar, porque a mina não era perto. Como não tinha água encanada, na classe tinha um filtro para os alunos beberem água. Mas era tudo bem difícil mesmo! A professora escolhia aquele que estava com o trabalho mais adiantado para sair uns dez minutos antes do intervalo para acender o fogo. Ajudava ela, porque esse trabalho era ela que fazia. [...] (Marina Brosque, aluna)

Professores e alunos assumiam para si também a responsabilidade pela limpeza e conservação do prédio escolar, inclusive a dos arredores. Tal atividade era geralmente realizada no último dia de aula da semana, sendo esse um momento de “descontração” entre professor e estudantes. A maior dificuldade na realização de mais essa tarefa estava na falta de água encanada, havendo a necessidade de buscá-la em rios ou retirá-las de poços construídos próximos à escola.

[...] Eu mesma limpava a escola. Mesmo à noite, no Curso de Adultos. Como usávamos lamparinas a querosene, à tardezinha eu já enchia todas as lamparinas. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Eu geralmente tirava água do poço e junto com os alunos lavávamos a escola. Isso tinha que ser feito se quiséssemos uma escola limpa, porque não tinha quem fizesse isso, na zona rural não tinha nada. Era uma farra. Ficava eu e as crianças depois do meio dia para lavar a escola. Eles adoravam lavar a escola! E eu gostava também de deixar a escola bem limpinha. (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] Aos sábados, depois que eu terminava a aula, as crianças maiores tiravam água do poço e lavávamos a escola. [...] E as crianças tinham gosto em deixar a escola limpinha, púnhamos toalha, era um ambiente agradável e eu me realizava ali [na fazenda Água Santa], ensinando estes alunos. [...] Da parte de fora da escola eram eles que cuidavam, limpavam. A escola era muito limpa, muito bem cuidada, chamava atenção de todos, de toda autoridade que visitava. [...] [na] escola rural da fazenda Dinamérica [...] Havia água encanada, mas não dava nem para lavar a escola. Mas as crianças também já não gostavam de fazer isso, como gostavam as crianças da Água Santa. (Jacyrá Falco Salles, professora)

[...] Na zona rural, aos sábados, a própria professora limpava a sala. Às vezes, nós, crianças, ajudávamos: jogando água, lavando a sala, limpando as carteiras. E gostávamos de fazer isso. (Geni Giorgetto Salles, aluna)
 Nessa escola tinha até a 3ª série, com apenas uma sala de tamanho 6 por 8. [...] A escola não tinha servente. As meninas mais grandes é que varriam, limpavam a classe. Às vezes a professora também limpava, mas ela ia fazer o seu almoço também. [...] .(Ovídio Pereira Martins, aluno)

Tínhamos que lavar a escola. Pegar balde de água no rio e trazer para lavar a escola. Era uma verdadeira odisséia dar aula no sítio. Na escola a professora fazia tudo. [...]. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Nas escolas rurais, geralmente, não havia outros profissionais, sendo os professores os responsáveis pelas funções administrativas, como a realização das matrículas dos alunos, além de manter em ordem os registros de transferências e desistências. Além de ir a busca dos alunos desistentes.

Na maioria das vezes o professor tinha que sair atrás das matrículas dos alunos, chamar para voltar, incentivar para voltar para escola. Quando a gente morava no local, dava para desenvolver bem esse trabalho, conviver com as famílias, visitava... E conseguia trazer os alunos de volta. Um trabalho muito difícil, muito digno. [...]. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] Saí de casa em casa me apresentando, dizendo que eu era a nova professora, para eles mandarem os alunos. “Ah! Eles não tem uniformes”. “Podem ir do jeito que quiserem, uniforme não é obrigatório”. [...] Quando eu disse isso, apareceu aluno aos borbotões. [...] Arrumei 40 alunos no total: fiquei doida [...]. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Pelo desempenho de todas essas funções, os professores não tinham remuneração superior, apenas adquiriam pontos, sendo que tais atividades eram acompanhadas de perto pelos “inspetores de ensino” (posteriormente denominados “supervisores de ensino”), sobre o que trataremos oportunamente.

Na zona rural o professor desenvolvia outras funções pelas quais ele apenas ganhava pontos a mais, mas a remuneração era a mesma. Ele era responsável pela matrícula, tinham um boletim onde marcavam as presenças e as faltas; tinha um livro de matrícula; um livro de chamada; o seu diário de classe e o plano que ele estava desenvolvendo. [...]. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Essas atividades eram desenvolvidas pelos professores e levadas para o diretor uma vez por mês, sob forma de relatório, numa reunião citada por todos os professores depoentes: a reunião pedagógica e administrativa. Essa reunião era uma das poucas oportunidades (principalmente para os professores que residiam nos locais onde estavam as escolas), de contatos entre os professores.

[...] Depois eles [inspetores de ensino] deixavam o termo de visita que o professor tinha que passar em duas vias e levar quando fosse para a reunião mensal no Grupo Escolar. Tinha que levar esse termo de visita. [...] Nas escolas bem isoladas o contato com outros profissionais era mais difícil. Tinha reunião na cidade, mas o contato era bem pouco mesmo. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] e uma vez por mês, normalmente, os professores rurais iam fazer reunião na cidade.[...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

Tínhamos reunião pedagógica todo mês, tínhamos que comparecer à reunião, o inspetor orientava os professores e dava apostilas. (Edite Pereira de Castro, professora)

Nós tínhamos reunião pedagógica, todo mês, na cidade. Essa reunião era onde recebíamos orientações do diretor. Se tivéssemos problemas, contávamos e ele ajudava resolver. As escolas rurais eram vinculadas a uma escola urbana, onde ficava o diretor. [...] (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Todas as escolas rurais eram vinculadas ao Grupo Escolar da cidade. A gente tinha reunião mensal no grupo. Tudo direitinho. A gente prestava contas para o diretor de todas as coisas: provinhas, avaliaçãozinha mensal. [...].(Luiza Maria Caldas De Sousa Constantino Pedro, professora)

Em geral essa reunião era no grupo escolar da cidade, com exceção de alguns casos em que o inspetor reunia-se com os professores em uma das escolas rurais.

Quando fui inspetor em Avaí, Presidente Alves, realizava muitas reuniões integradas de escolas isoladas (inspirada no Jamburi, movimento de escoteiros no qual se reúnem grupos de escoteiros para trocas de experiências). Eu realizava mini reuniões (o nome era mini reuniões de escolas isoladas) que objetivam trocas de experiências. Pegava dez escolas isoladas, num distrito, e se reuniam em uma. [...] Era uma troca, sentavam em grupo, e eu falava (eu presidindo, coordenando): “Vamos ver Matemática. Como é que está o negócio?” Todos os professores trocavam os cadernos. E um falava: “Mas que coisa interessante, como que você dá isso aqui?” E o outro: “Mas que bacana isso aqui, eu dou assim, assim, assim...” Vamos ver agora a Linguagem: “Como é que vocês estão dando tal...?”. “Alguém quer mostrar?” Não era só caderno bom, tinha que trazer caderno

de aluno adiantado, aluno médio e aluno atrasado. A realidade. [...] O professor via: “Nossa, que interessante, como é que é isso aqui? Eu não tinha pensado nisso”. E aquela que estava fazendo ia lá no quadro, explicava: “Eu faço assim, assim, assim...” Servia para os colegas e para o supervisor. Eram as mini reuniões para enriquecimento de experiências. Ficava ali olhando, o período todo, das 8:00 h ao meio dia, das 8:00h às 11:00h. [...] Isso daí era altamente eficiente e construtivo. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Nessa reunião, os professores recebiam orientações quanto às suas dificuldades, podiam “trocar experiências”, mostrar trabalhos de alunos e, ainda era o momento em que recebiam o pagamento. Esse dia, para muitos que residiam na zona rural, representava o dia em que voltavam para casa, depois dos vários dias que passavam na zona rural.

Ficava um mês escondida. Só ia uma vez por mês para minha casa porque tinha reunião dos professores em Pompéia. Para essa reunião levávamos um resumo das aulas, quantos dias deu (precisei aprender também, o inspetor ensinou). Depois da reunião eu ia para minha casa. [...]. (Elza Mesquita da Costa, professor)

Essas reuniões, embora chamadas de “pedagógicas”, revelam-se muito mais em sua natureza administrativa, sendo pouco detalhada por nossos depoentes as orientações que recebiam dos inspetores e diretores quanto às dificuldades de atuação em sala de aula (o tratamento das questões didáticas e pedagógicas).

Todo fim de mês havia uma reunião, chamada Reunião Pedagógica, onde eram reunidos todos os professores daquela região [...]. Nós recebíamos também o cheque do pagamento, o salário (hoje deposita-se em banco, na conta). Nessa reunião, o inspetor, o delegado, dava orientações sobre as dificuldades encontradas, etc e pagava-se o professor, o cheque do mês. Uma vez por mês é que íamos para a cidade. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Geralmente no finalzinho do mês tínhamos reunião pedagógica administrativa com o diretor do Grupo Escolar Antônio Ferraz, que também era diretor de todas as escolas da zona rural. Participavam também todos os professores e o inspetor escolar. Nós, professores da zona rural, fazíamos e levávamos nesta reunião um resumo das faltas, do número de alunos, enfim, toda a parte administrativa. Os professores da zona urbana não tinham tanta necessidade de fazer porque o diretor e seu auxiliar faziam essa parte. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

Havia mensalmente uma reunião pedagógica. Esses professores de roças vinham até a sede do auxiliar de inspeção e numa das salas da escola era feita uma reunião com eles, para saber se havia algum problema: a água era de poço, se o poço desmoronou; se a vacinação foi feita; se havia alguma coisa que merecesse uma atenção maior do inspetor para levar ao conhecimento do delegado. Nessas reuniões tratava-se das necessidades tanto das escolas, do aluno, quanto do próprio professor. E o inspetor

participava também de todas as reuniões. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Embora as formas de contrato, concurso e os direitos dos professores possam ser abordados aqui, decidimos dar um tratamento mais detalhado a isso na tendência “Zona rural como terra de passagem”.

Parece que por ser um período no qual as escolas ainda estavam se expandindo nas zonas rurais, a comunidade e alguns professores foram obrigados a tomar para si a responsabilidade de garantir o seu funcionamento. Essas iniciativas, de certa forma, colaboravam para a isenção da responsabilidade do Estado na manutenção e desenvolvimento da escola rural. Novamente – e de modo reforçado – compreende-se que a igualdade de oportunidades não acompanha uma igualdade de condições. Continuam separados discurso e ação.

3.3. Tipos de escolas rurais

Faremos aqui algumas considerações sobre os de tipos de escolas que foram sendo citadas pelos depoentes. Essa “tipologia”, segundo pensamos, é relevante, pois caracteriza o sistema educacional desse período e mostra algumas das transformações pelas quais foram passando o ensino, uma vez que, em nossa região, as escolas rurais estão num acelerado processo de extinção.

Nessa “região” e período que estamos enfocando, as escolas e grupos escolares rurais se dividem entre municipais e estaduais, contando ainda com apoio da comunidade e, em alguns casos, de empresas privadas. A Lei 4.024 (1ª LDB), promulgada em dezembro de 1961, deixa aos municípios a responsabilidade pelas escolas rurais, conforme apontamos na tendência “Zona rural: um primeiro registro de nossa paisagem”.

Em 1962, trabalhei na Escola Mista da Fazenda São João da Areia Branca [...]. Escola estadual. [...] Posteriormente, de 1963 a meados de 1965, passei a lecionar na Escola Mista da Fazenda Córrego Novo [...] também pertinho de Areiópolis. Escola Municipal. [...].

As escolas eram feitas conjuntamente pelo Estado, prefeituras e o fazendeiro. [...] (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Já havia uma escola municipal [...] Como havia muitos alunos nessa região, o nosso prefeito [...] trabalhou para que houvesse uma escola estadual. [...]. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Esta escola era um pouco diferente, pois o local era administrado e pertencia e, deve pertencer até hoje, à antiga Rede Federal da Noroeste (Ferrovia Noroeste) que dava bastante apoio, embora fosse uma escola estadual mantida pelo Estado. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Eram todas escolas estaduais e o governo é que pagava o professor, mas não sei sobre as origens das escolas, se foi empenho dos pais... O professor tinha que comprar tudo: giz, materiais que fosse usar... As fazendas não colaboravam. [...]. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Esses núcleos de ensino rural, estaduais ou municipais, também se subdividem em escolas isoladas, escolas de emergência ou grupos escolares, dependendo do número de estudantes que viviam nas redondezas dessa escola.

A zona rural naquele tempo era muito populosa, mais do que a zona urbana. Por isso havia Grupos Escolares, com 4 classes, nos distritos e em fazendas populosas, e escolas isoladas naqueles núcleos que não comportavam Grupo Escolar. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

3.3.1 Escolas isoladas

As escolas isoladas situavam-se tanto em zonas rurais quanto nas cidades.

[...] lectionei uma vez numa escola municipal na cidade de Bauru, onde quem fazia merenda era eu. Porque era uma escola isolada, não era Grupo Municipal. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

De acordo com o Anuário Paulista de Educação de 1968 (apud DEMARTINI, 1979, p. 121), pela lei 3.303 de 27/12/1955, que dá nova redação ao artigo 184 do Decreto nº 17.689/47, são consideradas escolas isoladas aquelas em que, dentro de uma área de 2 quilômetros de raio, haja 40 crianças em condições de matrícula nas sedes municipais, ou 30 crianças, quando se tratar de sedes de distritos ou zona rural. Essas escolas isoladas só seriam mantidas caso a frequência não fosse inferior a 24 durante o ano, em três meses consecutivos ou em três visitas do inspetor.

Nossos depoentes relataram que numa escola isolada sempre eram oferecidos os três primeiros anos do ensino primário, sendo que se houvesse necessidade e número de alunos suficientes, implantava-se outra escola isolada: uma para os dois primeiros anos e a outra com o terceiro e quarto anos do ensino primário. Raramente implantava-se grupo escolar.

[...] A escola isolada podia conter três anos: 1º ano, 2º ano e 3º ano. Para ter o 4º ano teria que ter duas escolas. Essa escola era obrigada, desde que houvesse demanda, servir aluno de 1º ano, 2º ano e 3º ano. [...] A zona rural naquele tempo era muito populosa, mais do que a zona urbana. Por isso havia Grupos Escolares, com 4 classes, nos distritos e em fazendas populosas, e escolas isoladas naqueles núcleos que não comportavam Grupo Escolar. [...]. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Essas escolas eram, em geral, ocupadas por professores não efetivos e em início de carreira, como já abordado em nossa primeira “tendência”.

[...] Havia muita aula lá, nós fomos em três irmãs e uma cunhada do meu irmão e todas nós conseguimos aulas em escolas isoladas. (Jacyra Falco Salles, professora)

Eram escolas em que havia até o terceiro ano primário e, em geral, multisseriadas. Estavam sempre vinculadas a um grupo escolar urbano, com o qual compartilham o diretor. Como os diretores permaneciam nas cidades, as questões administrativas eram deixadas aos professores rurais, tema também já discutido neste trabalho. Cada diretor era responsável por várias dessas escolas, assim como também o inspetor de ensino, que as visitava algumas vezes durante o ano. Na tendência “Currículo, inspeção e avaliação” essas visitas dos inspetores de ensino serão retomadas, buscando desvendar algumas de suas implicações para o sistema educacional.

Quando eu saí para lecionar, em fevereiro de 1949, fui para bem longe, Martinópolis, onde meu irmão mais velho era diretor de um “grupo escolar” da cidade. Ele também ajudava a inspecionar as escolas rurais que, naquela época, a gente chamava de escolas isoladas. Havia muita aula lá, nós fomos em três irmãs e uma cunhada do meu irmão e todas nós conseguimos aulas em escolas isoladas. (Jacyra Falco Salles, professora)

Fui também auxiliar de inspeção - era um cargo em que o diretor tomava conta das escolas isoladas. Além do inspetor escolar (naquele tempo chamava inspetor escolar), havia o auxiliar de inspeção, que fazia toda a escrituração da escola isolada, que para isso tinha também um outro professor que o auxiliava. Ele às vezes tinha 15, 20, 30 escolas, dependendo do tamanho do município. Eu cheguei a trabalhar com umas 30 escolas - tomava conta da minha escola na cidade e das escolas da roça. [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Por concurso de remoção fui para Arealva: outra escola rural. Essa escola já tinha três salas com um professor para cada série. [...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

3.3.2 Escolas de emergência

As escolas de emergência estavam instaladas em locais onde, por um certo período, havia número suficiente de alunos para que funcionassem (independente de ser zona rural ou distrito). Eram também instaladas quando havia mais alunos que a capacidade de atendimento da escola já existente. Era assim denominada, pois o objetivo era o de a escola funcionar apenas por um período determinado, o que na prática acabava por não acontecer, pois a escola funcionava durante muito tempo com esse nome, o que mostra a falta de constante reorganização das escolas rurais, apontando para a ausência de investimento do poder público nesses estabelecimentos de ensino.

[...] Eram chamadas Escola de Emergência porque não era fixa naquele lugar (estava em fase de ver se ficava ou não a escola). Criavam-se essas escolas porque tinha alunos e não sabia se elas iam ser mantidas. Havia muitas naquele tempo. Quase todas as escolas rurais eram chamadas Escolas de Emergência. Mas permaneciam durante muito tempo com esse nome. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] fiquei sabendo que num vilarejo, um distrito de Pompéia, tinha uma vaga para uma Escola de Emergência (quando o grupo não tinha as salas suficientes, tinha mais alunos, eram implantadas Escolas de Emergência). Pedi para o meu diretor se eu podia ir, seria mais fácil para mim (tinha vários professores porque tinha também um Grupo Escolar), e o diretor permitiu. Fiquei o resto do ano lá. (Elza Mesquita da Costa, professora)

A criação dessas escolas de emergência se estabeleceu com a lei nº 3.783 de fevereiro de 1957. O Decreto nº 37.575, de novembro de 1960, em seu artigo segundo dispõe: “As escolas de emergência somente serão criadas na zona rural, lugares de acesso manifestadamente difícil e onde a população escolar não ofereça condições de estabilidade” (Anuário Paulista da Educação, apud DEMARTINI, 1979, p. 121).

3.3.3 Escolas típicas rurais

O ensino típico rural também figura nessa paisagem que estamos compondo, sendo ministrado em escolas típicas ou em grupos escolares típicos rurais. Embora esse tipo de ensino merecesse um aprofundamento maior, sendo inclusive uma das nossas pretensões para prosseguimento dos estudos, já é possível alinhar algumas considerações.

Para atuar no ensino típico rural a preparação do professor era diferenciada. Aqueles que não fizeram a Escola Normal Típica Rural de Piracicaba, a única que dava formação específica para o ensino típico rural, estudavam a bibliografia do concurso (para o ensino típico rural já havia concurso de provas) ou faziam cursos especiais. A isto era reduzida a preparação do professor para atuar em escolas onde havia disciplinas e práticas de culturas da zona rural. O ensino das disciplinas curriculares tradicionais eram ministradas no período da manhã, e, no período da tarde, ensinavam-se técnicas de cultivo e de atividades rurais típicas.

Fiquei três anos como substituta na Escola Típica Rural da Fazenda Santo Antônio em Álvaro de Carvalho. Fui para Campinas, durante as férias, fazer um curso especial na Escola de Agronomia, só para substituir nesta escola. [...] Era uma escola que tinha mesmo por obrigação dar aulas de horticultura e jardinagem. O programa era especial: além de todas as matérias, de todo o planejamento normal como todas as outras escolas, a gente tinha que se

dedicar à horticultura e à jardinagem. [...]. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Existia em Piracicaba uma Escola Normal Típica Rural. Foi a única Escola Normal do Estado de São Paulo e do Brasil em que a formação do professor era para o ensino típico rural. [...] era uma escola normal como a outra que tinha as matérias pedagógicas e mais a parte específica, era um curso muito puxado. [...]

Mas nem todos os professores passavam por esta escola. A maioria se reciclava, se habilitava para o ensino típico rural: saia a bibliografia para o concurso e ele tinha que dominar tudo aquilo. Tinha que estudar. Saia indicação Pedagógica do Normal e mais a parte específica composta por especialidade, tinham mais ou menos umas onze disciplinas: horta, jardim, piscicultura, apicultura...[...] O professor tinha que ter conhecimento dessas especialidades (agricultura geral, piscicultura, apicultura) porque ele ia transmitir noções para os alunos. [...]

Eram 4 horas de aula em classe, nas quais o professor dava a matéria do ensino comum e mais conhecimentos específicos [...]. Dava noções de jardinocultura...tudo isso no período de 4 horas. No período da tarde os alunos voltavam para a prática, durante duas horas. Os grupos típicos rurais tinham hortas, avicultura (criação de aves), muitos grupos faziam criação de suínos (suinocultura). [...] O professor também voltava para trabalhar com os alunos, para orientá-los na prática. O professor ganhava uma gratificação pelo retorno. Durante esse período eles aprendiam, cuidavam da horta, semeavam, plantavam, transplantavam...[...]. (Joaquim Elíseo Mendes, professora)

As condições de funcionamento e estrutura desses núcleos de ensino típico tendem a ser melhores do que nas escolas de ensino “comum” (como já apresentado na tendência “Organização das escolas rurais”).

A escola típica rural tinha uma horta e jardim, cuidados pelos alunos e professor, no caso eu em todos os anos que fiquei ali. Tinha plantações de pinus em volta da escola, era bem arborizada. Era uma escola que tinha mesmo por obrigação dar aulas de horticultura e jardinagem. O programa era especial: além de todas as matérias, de todo o planejamento normal como todas as outras escolas, a gente tinha que se dedicar à horticultura e à jardinagem. Tinha uma pequena horta. Alguns alunos geralmente iam à tarde com a professora, eu tinha que voltar à tarde, quando tinha necessidade de molhar o jardim e a horta. Período extra. Extra-escolar e não é extra curricular. E, a maioria dos alunos gostava da escola típica rural.

[...] Era para meninos e meninas, para todos os alunos matriculados na escola. A área da escola era grande, coisa de 300x100 metros. [...] Já o pinus foi plantado por outras pessoas, não foram os alunos, e quando eu cheguei já existiam aqueles pinus. Acho que o ciclo deles era de 4 anos, mas eles cresciam bastante. [...] Ocupavam quase metade da área escolar. A outra metade do terreno era ocupado pelo prédio da escola, a horta e o jardim. A horticultura e a jardinagem bem próximas do prédio escolar. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Na época tinha a Escola Típica Rural, uma escola diferente. Ingresso era por concurso de títulos e provas, tinha a parte da agricultura, fazer horta, fazer tudo. A minha era comum. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Com a instalação das escolas típicas rurais pretendia-se preservar o meio ambiente e manter o homem no campo, muito embora muitas outras escolas rurais continuassem, sem apoio, em situação de abandono por parte do poder público.

Naquele tempo, inclusive a política da educação era procurar fixar o homem na zona rural. Por isso existiu o ensino típico rural. Partia-se do pressuposto de que se dominando o meio ambiente, se dominando o meio onde morava e também gostando do meio, ele lá permanecesse. [...] Com o progresso industrial, a urbanização que aconteceu, a escola não tinha mais como motivar, incentivar a permanência do homem na zona rural. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professora)

Esse tipo de ensino foi revogado por Decreto no final da década de 1960 (cf. DEMARTINI, 1979, p. 122).

3.3.4 Grupos escolares

Os grupos escolares são tipicamente urbanos ou de distrito (com algumas exceções, como no caso de grandes fazendas que tinham sede bem estruturada), onde já havia estrutura completa: salas específicas por turmas, direção, secretaria, servente e pátio. Atendiam de 1º ao 4º ano, sendo que poderia funcionar mais de uma sala para a mesma série.

Na redondeza sempre tinha mais escola. [...] Para o lado do São Vicente tinha o Quilombo, onde havia uma escola típica rural (eu nunca lecionei em típica rural) e depois no São Vicente, mais para frente, um Grupo Clássico com 1º e 2º, 3º e 4º. [...] (Maria Luiza de Sousa Constantino Pedro, professora)

As crianças vinham das colônias para freqüentar o grupo escolar que só funcionava no período da manhã. Tinha uma diretora que era de Bauru. Era um grupo bem construído: prédio próprio e construído pelo Estado com a finalidade de ser Grupo Escolar. Além das 4 salas, tinha a diretoria, a portaria, cozinha, um pátio, galpão... (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Outro aspecto das escolas era o de serem mistas (freqüentadas por meninos e meninas) ou masculinas, sendo que até certo tempo a preferência para lecionar em escolas mistas era dada às professoras, ficando aos professores homens as escolas masculinas. Como nem sempre isso

era possível esse critério era “desrespeitado”, ficando também sob responsabilidade de professores escolas freqüentadas por meninas.

Tanto em Rinópolis quanto em Nova Guataporanga, sempre trabalhei com classe masculina. Aquele tempo, em Grupo Escolar, quando havia duas escolas, a separação era natural: o professor homem trabalhava com a classe masculina e a professora com a classe feminina ou mista. Dava preferência da mista para professora. Em casos raríssimos, raríssimos, é que o professor dava aula para uma classe mista. Em Grupo Escolar não podia, mas em zona rural havia essa possibilidade em ocasiões excepcionais.(Joaquim Elíseo Mendes, professora)

Nesse ano só trabalhei com o Curso de Adultos. [...] Essas escolas eram mistas, freqüentadas por meninos e meninas. [...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

A minha escola chamava Escola Masculina do Bairro do Ribeirão Grande, podia chamar Escola Primária [...] Separava em seção, uma fila de carteira só de meninas e outra só de meninos, dentro da sala. [...] Ou então uma sala só de menina e outra sala só de menino, porque muitas vezes não tinha condições pelo número de pessoas, formar uma outra, e muitas vezes nem prédio, então se fazia de conta que não enxergava e colocava junto. Isso de Escola Masculina é preconceito da época, e também um meio de evitar um problema com a menina ou com o professor. [...] E se houvesse, por exemplo, a denúncia de um pai para o inspetor (nossa senhora!), o professor era demitido sumariamente. [...] se acontecesse isso, a pessoa estava morta, os sitiantes, os colonos, matavam. [...] Quando eu fui a São Paulo, pois o Estado abriu o concurso de escolha [...] o homem só podia escolher Escolas Masculinas. Isto oficialmente, pois muitas vezes na realidade, quando havia poucas meninas, o professor dava aula. Mas oficialmente eram reservadas Escolas Masculinas para o professor homem e Escolas Femininas só para a professora mulher. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Todas eram escolas mistas, com meninos e meninas. Dava aula numa vez só para mais de uma série. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Essas escolas rurais geralmente eram mistas. Houve épocas em que não, mas depois de 1975 se aglomeraram e passaram a ser todas mistas. E tanto o professor homem quanto mulher lecionava na mesma classe. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

3.4. Zona Rural como “terra de passagem”

3.4.1 Concursos e remoções

O ingresso no Magistério Público, à época dava-se pelo Concurso de Títulos, sendo para isso considerada a quantidade de pontos dos professores. Na escola rural, normalmente retratada como de difícil acesso, a concorrência era menor, e os primeiros pontos eram, em geral, ali adquiridos.

Ninguém ingressava em cidade: a pessoa ingressava na zona rural. As professoras iam todas da cidade, eram todas moças normalistas formadas, que terminavam o Normal (aquelas festas de formatura...). Não tinha vaga para dar aulas na cidade, iam para a zona rural. [...]. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Naquele tempo não existia o concurso de provas e títulos, era apenas de títulos. Era considerado há quanto tempo o professor dava aulas (valia, como hoje vale). Concurso de títulos era pela experiência, pelo tempo de substituição. A Secretaria da Educação fazia a classificação pelos títulos. E não acumulava cargos, não existia a figura da acumulação. (Joaquim Eliseo Mendes, professor)

Já os professores do ensino típico rural prestavam concurso de provas.

No ensino comum era só concurso de títulos e no ensino típico rural era concurso de provas e títulos. Nesse título entravam as atividades, inclusive o professor tinha uma gratificação pelo número de alunos aprovados. Tinha vantagem na contagem de pontos. O primeiro professor que fez o concurso de provas e títulos foi o do ensino típico rural. Era um concurso pesadíssimo, entravam aquelas noções de Pedagogia, Psicologia, Sociologia, tudo...E mais a parte específica. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Os pontos eram adquiridos pelas substituições que se fazia, pela atuação em cursos noturnos, pelos cursos realizados, pelo o número de alunos promovidos e de acordo com as dificuldades de acesso ao local em que estavam atuando.

Na época, não havia concurso de provas, era por merecimento. A frequência às aulas, o número de alunos promovidos e o tempo de serviço contribuíam para a classificação no Concurso de Remoção de Professores. (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Hoje tem os estágios, naquela época não. Ia-se para a zona rural. Ganhava-se experiência na zona rural [...] (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Depois surgiu o Concurso de Ingresso. Naquela época não se ingressava por provas, era por pontos, contados pelos cursos feitos, substituições. Como eu tinha pontos de substituições, pontos do Curso de Adultos, acabei sendo classificada para ingressar. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Fui substituindo, substituindo... até que ingressei no Magistério, porque para ingressar primeiro tinha que fazer ponto com substituições e cursos. Fazia prova no concurso de ingresso, que ainda hoje deve ter. [...] (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Os professores consideram ingresso no Magistério apenas quando de sua efetivação, não considerando o tempo que atuaram como substitutos nas escolas: é o ingresso como efetivo o marco do início da carreira de professor.

A pontuação que ia sendo adquirida era acompanhada de perto pelo inspetor de ensino, além do que era de sua responsabilidade o “bom andamento” das escolas, inclusive os cursos de adultos que funcionavam no período da noite, que também acrescentavam pontos ao professor.

Na zona rural também havia o curso noturno, no qual o professor ganhava pontos para que ele se efetivasse no ano seguinte, por concursos de títulos e provas, muito mais por títulos, e também pelos pontos auferidos durante o ano: devido a promoção de alunos, se a escola era de difícil acesso, tudo isso contava ponto a mais ou a menos para o professor. Chegava no fim do ano, em dezembro, o auxiliar de inspeção fazia um relatório, um boletim, e entregava para o professor. “A senhora aprovou - vamos supor, dezoito alunos - sua escola ficava na zona rural de difícil acesso ou de fácil acesso...”. Por esses pontos, além da programação que geralmente o professor tinha durante o dia, à noite ele exercia também a função de professor na escola de alfabetização de adultos, que dava mais pontos para ele ainda. Somava os pontos do dia e os da noite para se remover para um lugar melhor. [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

O inspetor ia à escola. Ah, santo Deus! À noite era pior. Nos dias em que mais chovia, o carro do inspetor ia até a fazenda Cocaes, e como não

conseguia chegar até a Figueira Branca, devido o barro, emprestava o jipe da fazenda e ia, para “pegar” a professora, ver se estava dando aula ou não. Pois havia muita malandragem. Na noite em que eles foram na minha escola, foi o senhor Gentil Marques do Valle. [...] Só ver se estava funcionando. Neste dia cortaram muitos Cursos de Adultos, porque o professor não estava. Mas não tinha condições, estava chovendo. [...]. (Edite Pereira de Castro, professora)

Já havia, nessa época, o Concurso de Remoção por união de cônjuge (garantido até hoje pela Constituição do estado de São Paulo, artigo 130), o que facilitava a ida dos professores para centros urbanos.

Nesse mesmo ano eu me casei com uma professora e me removi para Bauru. Naquele tempo existia uma lei que facultava uma certa preferência, muitos chamavam de privilégio, que na classificação para remoção os casados (lei da união de cônjuge). Como eu morava em Guaricanga e ela aqui em Bauru, então só concorreria comigo nas vagas de Bauru quem estivesse na mesma condição de casado (daí seria número de pontos, de tempo de serviço, para classificar). (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Lá começou a minha vida de funcionária pública estadual. Fiquei lá um ano e pouco. Como o meu marido era funcionário público (professor da FOB) e professora casada com funcionário público tinha direito de escolher antes das outras, na remoção dos professores, fui lecionar na Vila Quaggio, onde terminou a minha vida de professora. (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] E havia muitos professores que até se casavam com professores porque facilitava muito para trazer a esposa para a cidade, e vice-versa, a esposa trazer o marido para a cidade. Eu dizia que, naquele tempo, o professor casava mais por necessidade do que por amor. E era uma verdade. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Por Concurso de Remoção da Fazenda da Água Santa eu fui para Dinamérica em Gália, de Gália eu vim para Fernão Dias, aqui pertinho. Depois eu vim para Duartina, no Grupo Teodósio Lopes, depois eu fui para Paraguaçu; de Paraguaçu, Piracicaba; de Piracicaba a Barretos; de Barretos aqui. Foram 32 anos de Magistério, sendo 12 anos em alfabetização. (Jacyrá Falco Salles, professora)

A maioria dos professores da zona rural eram substitutos e sua contratação dava-se inicialmente em caráter temporário. Somente após a aquisição pontos é que se ingressava como efetivo.

Mesmo depois de efetiva, do ingresso por concurso, continuei em zona rural, pois era onde tinha a oferta de aulas para serem dadas, na cidade não tinha. Mas foi por opção também, pois tinha um outro problema, eu gostava da

segurança. [...] Na época, quando ingressei em Mandaguari, tive notícia que poderia escolher um Grupo quase que central em São Paulo, porque felizmente fui muito bem classificada no concurso. Devo ter passado com 5; 80, alguma nota assim. Era uma nota bem alta para um concurso estadual na época. Fiquei muito bem classificada. Mas eu era muito temerosa com centros como São Paulo. [...] optei pela zona rural. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

É pela Lei nº 500 de 13 de novembro de 1974 que se institui o regime dos servidores admitidos em caráter temporário: “Além dos funcionários públicos poderá haver na administração estadual servidores admitidos em caráter temporário [...]”. (Lei nº 500 de 1974, artigo 1º).

Os professores substitutos eram celetistas. Eram regidos pela CLT. Não tinham vínculo com o Estado. Para ter vínculo com o Estado precisava se efetivar no cargo, passando de celetista para funcionário efetivo do Estado – professor efetivo do Estado. Todos esses substitutos eram regidos pela lei da CLT – Consolidações das Leis do Trabalho. Não ter vínculos com o Estado era dizer que ainda não era efetivo. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Naquele tempo a gente não tinha um vínculo fixo com o Estado. A gente não era efetiva. Era professora contratada. Por isso eles deixavam essas Escolas de Emergência, para não ter um vínculo com o professor. Era do Estado, não firmavam vínculo empregatício nenhum com o professor, mas pagava-se direitinho. Era contratado para o ano inteiro (pegava no início do ano e ficava até o final do ano). Quando chegava no ano seguinte você ia de novo para escolha e pegava uma outra escola. Eu peguei três ou quatro anos a Escola de Emergência do Bairro dos Carneiros, porque era uma escola próxima de Guaianás, onde eu morava, e eu vinha para um processo de atribuição em Pederneiras, e o pessoal não tinha o interesse de pegar lá. Sempre sobrava para mim. Tive vários alunos lá. (Ana Rosa Pereira, professora)

Lecionei nesta escola, como professora substituta, de fevereiro de 1954 até metade de 1957, quando ingressei no Magistério em sete de julho de 1957, por concurso. Escolhi e tomei posse na Escola Santa Elisa de Timburi. [...] (Edite Pereira de Castro, professora)

Tive vários professores na zona rural. Passava às vezes 3 ou 4 meses com uma professora, vinha outra, no mesmo ano. Além da Toninha, que não era efetiva na época, tive Nazareth Blanco, Sílvia Blanco (irmã do atual Secretário de Ensino de Areiópolis), Jéssica Naveles Canevesi. Não tive professor homem, só professora. (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...]. Às vezes uma professora acabava ficando dois ou três anos no bairro. Algumas ficavam um ano, não se adaptavam devido às dificuldades. Tinha que ficar a semana inteira, não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha

nada, e para elas que viviam na cidade era ou não era difícil mesmo? [...] (Marina Brosque, aluna)

[...] Estive durante 3 anos e 3 meses na escola, porque a escola entra em fevereiro... Nesse período tive três professoras: Edite, Marisa e Léo. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

As constantes mudanças dos professores ainda eram influenciadas pela não adaptação à vida rural quando havia necessidade de residir nos sítios ou fazendas, ou ainda, por surgirem vagas em locais de acesso mais fácil.

Fui duas vezes para a essa escola rural. Enquanto eu estava lá, ainda da primeira vez, fiquei sabendo que num vilarejo [...] tinha uma vaga para uma Escola de Emergência [...]. Pedi para o meu diretor se eu podia ir, seria mais fácil para mim [...]. Fiquei o resto do ano lá. (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] mudei bastante de escolas. Naquela época acontecia isso, era mais ou menos normal. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

3.4.2 Cadeira Prêmio

Outra forma do recém-formado ter o privilégio de escolher uma escola para iniciar sua carreira como efetivo, antes dos demais profissionais ainda não efetivados, era através da cadeira prêmio. Essa “cadeira” era conquistada pelo melhor aluno da turma do Curso Normal ou do Aperfeiçoamento.

Na época havia a cadeira-prêmio para o aluno que tirasse maior nota no Curso Normal ou Curso de Aperfeiçoamento. Consegui terminar o ano com média 98, era a maior média, então ganhei a cadeira prêmio e assim ingressei no Magistério. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

[...] Ganhava-se experiência na zona rural, com exceção dos que ganhavam cadeira prêmio, que era o meu caso. [...] Em 1960 formei-me e como ganhei cadeira prêmio em 1962 já comecei a dar aulas, enquanto fazia o Aperfeiçoamento. Por isso, até 1965 trabalhei na zona rural. Ingressei em 1965. [...] (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Havia também a cadeira prêmio: quando um aluno se formava com as melhores notas nas Escolas Normais, tinha direito de ingressar sem se submeter a provas ou a esses pontos que outros levavam um ano para fazer. A própria Consolidação das Leis do Ensino e a Legislação da Secretaria da Educação do estado de São Paulo davam a ele esse direito de escolher. Havia inclusive escolas que nós chamávamos de escolas de zona rural. Só para zona rural. O professor era formado só como ruralista, só podia dar aula na

zona rural, mas não era o típico rural. Ele poderia escolher escolas que pertenciam à zona rural. Esses professores eram formados por uma escola que tinha só em Piracicaba: Escola Normal Rural de Piracicaba. Eles tinham preferência sobre os outros para escolha na zona rural. Depois, por ser meio conflitante com a Legislação, desapareceu também. E todos os professores passaram a ser iguais para todos os fins. A minha cunhada, inclusive, foi uma que se aproveitou dessa situação. Era previsto na Legislação e depois foi modificado. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Esse direito também era garantido para os professores do ensino típico rural e que se formaram pela Escola Normal de Piracicaba.

[...] Só tinha direito à cadeira prêmio o 1º da turma da Escola Normal de Piracicaba, os demais tinham que fazer concurso junto com os outros que não tinham feito aquela escola Normal, mas que tinham estudado a parte específica. As habilitações e as especializações eram exigidas para todos. [...]. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

3.4.3 Direito à faltas e licenças

Outro direito garantido por lei era a licença prêmio. De acordo com o artigo 209 da Lei 10.261/68, “o funcionário terá direito pela sua assiduidade, à licença remunerada de 90 dias a cada período de 5 anos de exercício ininterruptos, em que não haja sofrido qualquer penalidade administrativa.”

Nesse período de quatro anos tive três filhos. [...] não faltava nenhum dia, tanto é que, depois que terminou esse meu período lá, pude gozar uma licença prêmio, porque eu não faltava às aulas. [...] As licenças e as faltas abonadas não contam como falta. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Devido muitas vezes estarem longe de suas casas, os professores usufruíam do direito das faltas abonadas como uma possibilidade de voltar para casa.

Tínhamos o direito de dar três faltas mensais, ligadas à data do ciclo menstrual, mas fomos perdendo esse direito. Eram doze faltas por ano, não era todo mês que se podia dar três faltas. Também tínhamos direito à licença. Se num período de cinco anos você não tivesse tido licença, conseguia a licença-prêmio. Eu consegui quatro licenças-prêmio, só a última que não. A do último quinquênio eu não consegui por causa de tratamento de saúde. (Jacyra Falco Salles, professora)

Um outro aspecto interessante é que existia uma lei (talvez já tenha sido revogada), que todo professor, seja homem ou mulher, tinha o direito a três faltas abonadas por mês. Não importava o dia que ele faltasse, apenas

comunicava ao diretor (na escola isolada comunicava-se a inspeção): “deixei de comparecer as aulas nesses dias, de acordo com o artigo tal da lei tal”, que era uma falta abonada. E não precisava apresentar atestado médico, era direito. Eu interpreto isso como sendo para as professoras (o período dela, mensal) e estenderam ao homem (hoje não existe mais). [...].

[...] lecionávamos na zona rural, mas na cidade também acontecia, três dias no final do mês e três dias no mês seguinte e ficávamos seis dias fora. Muitas vezes, era tão longe que ficávamos o mês inteiro isolado numa fazenda. Eu não acredito que fosse esse o objetivo, mas, muitas vezes, procurávamos fazer isso. O homem podia fazer isso, mas a mulher aproveitava essas três faltas abonadas de maneira diferente. Mesmo porque, não é como hoje, todos têm o seu carro, vai daqui até uma cidade, leciona até em outra cidade. Naquele tempo não, ia para a fazenda e ficava mesmo entocado. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

3.4.4 Implicações das constantes remoções dos professores

Essas mudanças, principalmente as que ocorriam durante o ano letivo, acabavam por prejudicar o desenvolvimento das atividades escolares devido à necessidade de contratação de substituto e de um período de adaptação dos alunos com o novo professor: era um recomeço.

Já a professora Deusa [...] ficou um bom tempo [...]. Mas houve outras que não conseguiam não: ficavam um ano e depois iam embora. E você tinha que começar tudo de novo, porque normalmente essa mesma professora dava aula para todas as séries, 1ª, 2ª e 3ª série. (Marina Brosque, aluna).

Eu gostei muito de ter sido professora, e quando fechava o local de trabalho, a gente saía triste, já pensando no que ia enfrentar. (Edite Pereira de Castro, professora)

Estando a escola rural à mercê dessas variantes, percebemos a zona rural como uma “terra de passagem”. Muito embora alguns professores permanecessem muitos anos na mesma escola rural, ou em zona rural, a tendência era de procurar trabalhar em escola urbana.

[...] Depois que a família foi crescendo não dava mais para morar em sítio. Em Fernão Dias eu já estava esperando a terceira filha. (Jacyrá Falco Salles, professora)

Por muitos anos, lecionei em escola rural direto, mas a intenção do professor da zona rural era sair e ir para a zona urbana. Eu fiquei bastante tempo, fiquei além do que imaginei, porque fui tão de repente. O diretor chamava e vai...Fiquei muitos anos. Mas foi opção, não reclamei. [...]. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Muitos profissionais ingressaram em municípios distantes de onde residiam (onde havia vagas) ou foram removidos para longe, o que levou muitos a não conhecerem a história da escola onde atuaram e nem saber se seus alunos continuaram os estudos ou não. Os que permaneceram no próprio município puderam dar mais detalhes.

Hoje no sítio não mora mais ninguém. A perua transporta meia dúzia de crianças, faz de 1ª a 4ª série sendo uma classe com uma professora de 1ª e 2ª séries e outra de 3ª e 4ª séries. Voltou a ser o que era em 1965, quando eu trabalhei na cidadezinha. E o resto dos alunos vêm estudar em Pederneiras. Transportam. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Tive um aluno com 9 anos na escola da fazenda Conceição que tinha tanta vontade de aprender...[...] Como os outros estavam muito atrasados, aquilo que eu ensinava para os outros não era importante para ele. Ele queria avançar e avançou. Pena que eu saí daquela escola e não vi todo progresso dele, mas eu acompanhei uma parte. (Elza Mesquita da Costa, professora)
[...] Não sei se continuaram estudando, porque depois fui para outra cidade. (Edite Pereira de Castro, professora)

O discurso de que muitos sacrifícios foram necessários para atuar em escolas rurais não está ligado apenas ao ideal de “levar” o conhecimento aos estudantes. O sacrifício era necessário por ser a escola rural – via-de-regra – o início “natural” da carreira docente (ou um início do último estágio da formação anterior à docência, porque o professor vê a carreira se iniciando, realmente, com a efetivação). A zona rural serve, nesse sentido, a aspirações individuais de desenvolvimento profissional, configurando-se como uma “terra de passagem”.

3.5. Caracterização do professor e do aluno da escola rural

3.5.1 Os professores

A maioria dos professores da zona rural era composta por mulheres, o que poderá ser resultado da existência de classes mistas (com meninos e meninas) cuja preferência de escolha era dada às professoras.

Quando eu fui a São Paulo, pois o Estado abriu o concurso de escolha [...] o homem só podia escolher Escolas Masculinas. Isto oficialmente, pois muitas vezes na realidade, quando havia poucas meninas, o professor dava aula. Mas oficialmente eram reservadas Escolas Masculinas para o professor homem e Escolas Femininas só para a professora mulher. [...] (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Havia preferência para classes homogêneas quanto ao sexo. Quando havia muitos alunos, por exemplo, de 2ª série, formava-se uma segunda série: uma masculina e outra mista. Caso houvesse uma escola mista, a professora escolhia. Como a escola isolada era mista, era sempre escolhida por uma mulher, professor homem não escolhia. Se uma escola isolada mista era escolhida por uma professora e ficasse vaga, era regida por uma substituta. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

É comum, ao se referir aos professores, a distinção de gênero, evidenciando essa grande presença de professoras no ensino primário, em especial na zona rural.

Mas a professora se virava muito em conjunto com o fazendeiro, ela pedia e ele, às vezes, dentro das suas possibilidades, fornecia [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Ninguém ingressava em cidade: a pessoa ingressava na zona rural. As professoras iam todas da cidade, eram todas moças normalistas formadas, que terminavam o Normal (aquelas festas de formatura...).(Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Pegava uma perua com professoras de outras escolas rurais e ia para a fazenda, depois que acabava a aula ficava esperando a perua de volta para me pegar. [...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

[...] A professora morava lá e dava aula. Ela mesma fazia a merenda na cozinha da casa e servia. Em muitos núcleos, fazendas, tinham duas escolas, por isso as duas professoras moravam nessa casa. Elas ficavam porque essa escola estava próxima de um lugarejo. [...] Algumas escolas em que não havia núcleo perto, a professora ficava morando na própria fazenda. Geralmente o fazendeiro dava um lugar para ela morar [...]. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Nos dois primeiros anos foi uma professora, depois foram outras. [...] Elas iam, e até no final de semana elas voltavam para as casas nossas pra fazer pamonha, fazer aquelas coisas de sítio. [...] Corria abrir a porteira para a professora, coisa desse tipo. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

[...] Teve uma época em que a gente ia de perua e deixava as professoras pelas escolas afora. Era uma fazenda perto da outra. Conforme a escola ficava mais isolada [...] (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

[...] Nesse período tive três professoras: Edite, Marisa e Léo. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

A maior parte dos professores da zona rural eram iniciantes e atuaram como substitutos, tendo por isso, inicialmente, apenas formação em Curso Normal. Esses professores não discutiram ou vivenciaram, em sua formação, especificidades em relação ao ensino rural, embora a maioria deles aponte que era usual o início da profissão na zona rural. Muitos não conseguiam relacionar o que se aprendeu no Curso Normal com a prática docente, embora alguns afirmem ter feito essa “ponte”, explicitando uma certa contradição quanto ao que os professores consideram ser uma “boa formação” para o Magistério. Esse desnivelamento entre o que se aprendia no Curso Normal e a prática docente estava relacionada com o nível teórico ao qual a formação do professor estava vinculada, independente dos estágios.

Não me conformo de ver a matéria que a gente aprendia no Normal! [...] na minha época uma das matérias, em Matemática, (que se aprendia muito, que enchia o saco e até hoje não lembro por que aquilo e nem qual a utilidade disso), era aquele bendito logaritmo. Para que? No Normal aprendia naquela tábua de logaritmo, aquela coisa. No que ia usar aquilo para a criança?

[...] O prático mesmo, o básico, passei para os meus alunos do jeito que aprendi. E do jeito que eu aprendi foi jogado, aquela coisa. E depois chegava no Ginásio, parava naquilo, acabava até esquecendo. Voltei a lembrar para ensinar para meus alunos. Não aprendi mais nada disso. Nem no Normal. Hoje não sei como está o conteúdo do Magistério, mas naquele tempo... (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] No Normal tinha estágio, mas como a gente sai tão em branco da escola! [...] (professora Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro)

Na escola Normal, pelo menos no meu tempo, não se aprendia muito a dar aula. Era Sociologia, Psicologia, ..., muita "gia". Não era o dia a dia de um professor. A Prática de Ensino se resumia a uma aula que a gente dava no fim do ano. Só! O resto era só teoria (teoria é uma e a prática é outra). Quer dizer, na nossa Prática de Ensino não tinha que dar aula, a gente dava no máximo duas aulas por ano. Essa prática a gente também não fazia como hoje, que se faz mais estágio (apesar de ter uma escola primária no Instituto quando me formei). A gente não fazia estágio na classe. O professor não saía preparado, podia sair preparado culturalmente, mas preparado para ir na aula? Eu não me sentia. Não para entrar numa aula e dar aula. Teria que fazer um pouco mais, mas não tinha, o curso era esse. Agora deve ser bem diferente, não deve ter mais aquelas matérias. Mas, em compensação, tem professor que escreve bem errado na lousa. O Português que a gente aprendia era um Português muito importante: a gente não escrevia errado (eu não lembro...). Agora, se você entra numa classe de alguma professora mais nova... são palavras erradas, palavras com dois "ss" escrito com cedilha ou vice e versa... (Elza Mesquita da Costa, professora)

Já para outros professores, sua formação deu conta de atender às expectativas no exercício da profissão.

Aprendíamos o que ensinaríamos no primário. Por isso já saí pronta. (Edite Pereira de Castro, professora)

O Curso do Magistério desde aquela época já era muito bem elaborado. Gostei muito, me deu muitas perspectivas para lecionar durante a vida. [...] A gente aprendeu bastante Português, Literatura Infantil. [...] Na época esses professores estavam terminando a Faculdade de Filosofia, antiga FAFIL, que não era tão antiga. Essa turma de professores, a maioria vinha de fora fazer faculdade em Bauru. E davam as aulas para gente, eram umas aulas bem modernas. Era uma turma muito boa. Eram ótimos professores, um Magistério muito bem feito. [...] Na minha formação não tive nada específico da zona rural, no conteúdo geral dava para se perceber, pois era citado bastante, sempre lembrado, mas especificamente para zona rural não tinha. [...]

[...] A gente dava muitas aulas para as crianças nas atividades de Prática de Ensino no Liceu Noroeste. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Por outro lado, a prática didático-pedagógica dos professores eram influenciadas pelos inspetores de ensino quando de suas visitas e quando estavam abertos a esse tipo de contribuição (como veremos na tendência “Currículo, inspeção e avaliação”, nem sempre o inspetor de ensino tinha formação pedagógica), durante as reuniões pedagógicas em que tinham contato com o diretor de ensino e com outros professores, e durante treinamentos que lhes eram oferecidos - que nem sempre eram caracterizados como produtivos. Para muitos, a opção eram os livros didáticos disponíveis.

Embora a maioria dos professores começasse na zona rural, na formação não tinha nenhuma preparação especial. O professor aprende mesmo é no dia a dia de aula. Tínhamos cartilhas, livros... Havia muitos livros para consultarmos, e uma vez por mês, normalmente, os professores rurais iam fazer reunião na cidade. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] A gente não teve uma formação adequada. Depois participando de cursos que a escola preparava fui aprendendo o que era aquilo. Daí já tinha dado aulas durante 20 anos e os coitados dos meus alunos foram obrigados...E os alunos tinham uma certa dificuldade na divisão por 3 algarismos. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Todos os livros eu dava para eles e não recolhia no fim do ano, porque trocávamos o método. Fazíamos muitos cursinhos na Delegacia de Ensino.(Edite Pereira de Castro, professora)

Quando fui inspetor em Avaí [...] Eu realizava mini reuniões (o nome era mini reuniões de escolas isoladas) que objetivam trocas de experiências. [...] para enriquecimento de experiências. [...] Porque o professor é muito curioso e gosta de ter um referencial. Isso daí em todos os níveis, inclusive no nível universitário. Ele quer saber. Quando há dois na mesma disciplina: “Como é que você dá isso?” Quer olhar. Por isso eu fazia isso na zona rural, com muito sucesso. Trocavam experiência. Isso daí era altamente eficiente e construtivo. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Os cursos e treinamentos oferecidos pela Secretaria da Educação nem sempre preenchiam as lacunas na formação inicial do professor, sendo novamente considerados distantes de sua prática.

Eu acho que o professor tem que ser auxiliado, ele precisa, mas não da maneira como eu vi. Nós recebíamos muitas apostilas, eu não lia apostila na sala de aula, eu trazia pra casa e lia. Gosto muito de ler. O que me servia eu

usava. Mas eu acho que interrompiam muito as aulas, faziam muito auê, os professores ficavam muito sem saber como lidar, encontrávamos dificuldades, eu acho que isso não convém não. Eu acho, que se for fazer um curso, não deve ficar fornecendo apostilas apenas, deve convidar o professor a fazer o curso, deixá-lo à vontade, e ele aprende a usar aquilo ali, ou dentro da sala de aula, vir alguém, e dar aula para o professor aprender (na época éramos auxiliados pelo Serviço de Orientação Pedagógica – SEROPE – através de apostilas). (Jacyra Falco Sales, professora)

Nós tínhamos naquele tempo um órgão que funcionava junto à Delegacia de Ensino, chamava-se SEROPE - Serviço de Orientação Pedagógica. E esse SEROPE formulava as publicações de ensino que eram distribuídas aos professores tanto da zona urbana quanto da zona rural. E em todas as férias tínhamos cursos de aproveitamento do professor, elaborados pela Secretaria da Educação, para fazer uma reciclagem dos professores do ensino primário. Geralmente vinha de São Paulo uma equipe, todos qualificados com ensino superior - formados em Pedagogia, Letras, História, Geografia, Matemática, conforme a área que iam desenvolver os seus trabalho, e nem seria possível fazer de outro jeito - para poder ministrar essas aulas aos professores de todas as escolas. E, às vezes, também para o ensino secundário, Normal. Havia participação, era obrigatório. Geralmente todos tinham interesse de se inscrever. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Alguns professores, além das dificuldades que poderiam encontrar devido à formação julgada “inadequada” e às diferenças em relação à comunidade rural, ainda não fizeram opção pela carreira do Magistério, tendo feito a escolha por “falta de opção”.

[...] Após os quatro anos de Ginásio, só havia duas alternativas naquela época: fazia Contabilidade ou fazia o Normal (Magistério). Como eu não tinha vocação para Contabilidade, não gostava de ser contador, optei pelo Magistério. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] Fiz o Normal porque, na realidade, não tinha outra opção. Juntamente com o Normal fiz a Escola de Belas Artes de Araraquara, em Nível Médio. Gostava, mas também não tinha onde seguir depois. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Ainda é possível perceber que muitos irmãos optavam pela mesma profissão e que algumas vezes era também a profissão de seus pais.

Quando eu saí para lecionar [...] fui para bem longe, Martinópolis, onde meu irmão mais velho era diretor de um “grupo escolar” da cidade. [...] Havia muita aula lá, nós fomos em três irmãos e uma cunhada do meu irmão e todas nós conseguimos aulas em escolas isoladas. (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Depois de formado comecei a substituir em Rinópolis [...] Tinha uma irmã professora que morava lá. [...] . (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Nesse ano só trabalhei com o Curso de Adultos. Já minha irmã era substituta na Escola Carlos Baptista Magalhães [...] Minha mãe sustentava a casa com o dinheiro de professora [...] (Marisa Lia Mondelli, professora)

Quanto aos vencimentos dos docentes, algumas compreensões podem ser formadas a partir dos depoimentos coletados. A questão salarial é fator determinante quanto à escolha profissional e o enfrentamento das dificuldades quanto à atuação do professor na zona rural.

[...] E quando comecei a lecionar, ganhava-se muitíssimo bem. Era um salário! Por isso a gente ia, esse sacrifício, ficar até 8 horas da noite estudando, tudo...Lembro que tinha uma comadre da minha mãe [...], quando comecei a lecionar, que perguntou quanto que eu ia ganhar. Falei. E ela disse: "meu Deus, mas por um salário desse eu pousava todas as noites no cemitério!" Foi a expressão que ela usou, para ver como o salário era bom! Por causa disso, pelo salário ser bom, pelo valor que a gente tinha perante a sociedade...Os próprios alunos valorizavam o professor. Hoje os professores são tão desvalorizados, todo mundo sabe que o professor não ganha nada, que o professor é maltratado. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

O salário naquela época até que era compatível com o trabalho. Mas de 1975 para cá começou a ficar defasado. [...] Hoje em dia o salário do professor é uma calamidade pública, como de outras secretarias também. [...]. Na educação, hoje, se é muito mal remunerado. [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino).

Nossos depoentes apontam que a desvalorização do salário dos professores contribui com a desvalorização desse profissional.

Na época o salário era assim bem melhor do que hoje. [...] O profissional do ensino não é nenhum sacerdote: ele é profissional, e como profissional deve ser muito bem remunerado por aquilo que faz. E estamos há sete anos sem reajuste salarial, com um plano de carreira que é totalmente uma colcha de retalhos, com disparidades enormes dos vencimentos. Penso que valorizar o professor sem dar a ele um salário digno não é valorizar. Infelizmente, embora nós tenhamos isso na Constituição, tenhamos isso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o governo do estado faz ouvidos moucos e não atende às reivindicações e passa para população que está valorizando o ensino quando, na realidade, não é bem isso que está acontecendo. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

É bastante comum, quando se trata dos salários dos professores de épocas anteriores, estabelecer comparações entre os salários desses profissionais aos dos juízes de direito.

A Constituição Federal de 1946 determinava que o ingresso no Magistério era apenas por concurso de títulos, o Ensino Secundário (Ensino Médio) era de títulos e provas e o professor secundário, de acordo com a Constituição, era nomeado catedrático vitalício. É importante que se registre que a época de 1946 o Professor Secundário, em relação ao salário, assemelhava-se com o do Juiz de Direito, e Promotor da Justiça (se fizermos um paralelo, hoje um está iniciando com R\$600,00, R\$700,00 e outro inicia com R\$5.000,00, chega a ganhar até R\$10.000,00 ou R\$ 20.000,00 por mês). Houve um progresso maior destas profissões. Com o Magistério, infelizmente, uma desvalorização total. (Rodolpho Pereira Lima, professora)

Segundo estudos realizados por Baraldi (2003, p.95), a respeito dessas comparações:

O salário mínimo, em 2003, está fixado em R\$ 240,00. Um juiz iniciante e um professor secundário iniciantes recebem, como remuneração, respectivamente, 33,3 e 4 salários mínimos. Esse cálculo mostra uma estagnação quanto aos vencimentos dos professores secundários desde o início da década de 1960, enquanto os dos juizes de direito sofreram um acréscimo considerável (passaram de 4,3 mínimos, em 1960, a 33,3 mínimos em 2003 (cálculos aproximados)).

Assim, a “metáfora” corrente do “professor que ganhava como juiz” coloca-se como sendo mais do que uma mera metáfora. No trabalho de Baraldi (2003) pode-se constatar a proximidade quantitativa dos salários iniciais dos professores e juizes. Disso decorre, também, a tão proclamada desvalorização salarial do professor – como aponta claramente a citação anterior. Mais que isso, reforçamos, essa disparidade nos mostra como, em curto espaço de tempo, ocorre a brutal concentração de renda no país, no qual as identidades profissionais – do que nos alerta também Bertaux (1979) – têm desempenhado papel significativo para promoção e manutenção das desigualdades.

3.5.2 Os alunos

Os alunos são caracterizados como sendo disciplinados e esforçados, com o que afirmam e reproduzem a visão bucólica do homem do campo, do “selvagem domesticado” e dócil.

Eles eram muito simples. [...] mas eles falavam tão engraçado...Como eu fazia uns cartazes, um menino ia falando: ‘a da abelha, e do elefante,..., da do dado, pa da pata, ta do tatu...Dona Tuti, cagaram na Zazá!’ O passarinho tinha sujado o cartaz. Eu morria de rir disso. [...]. Eram demais de espontâneos. (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

[...] As crianças, não sei, parece que eles tinham a cabecinha fresca para aprender. Não é como hoje, que eles se preocupam muito com televisão, com

muita coisa, parece que a cabeça fica cheia. Antigamente não, quem morava no sítio, na zona rural, parece que a cabeça deles era fresquinha. É como uma terra fresca, uma terra boa, você põe uma semente, cresce aquela semente. Agora numa terra cansada já é mais difícil produzir. Assim era a cabeça das crianças aquele tempo. A cabeça parece que era descansada. Aprendiam com facilidade. (Ana Rosa Pereira, professora)

A escola rural é onde fiz no início. No sítio é gostoso, aquelas brincadeiras de sítio, aquelas brigas de escola. Ia roubar manga, aquelas coisas de sítio mesmo. Era gostoso. Aconteciam muitas brigas dos amigos. Nossa! (Carlos Roberto Graciano, aluno)

Ao aluno adulto cabem as mesmas considerações, sendo a diferença que este frequenta os cursos de adultos no período noturno.

[...] Neste dia cortaram muitos Cursos de Adultos, porque o professor não estava. Mas não tinha condições, estava chovendo. Mas os meus alunos iam, porque um tinha namoradinho... Geralmente era assim, porque eram moços, moças, queriam ir para a escola. E o professor tinha que ir, de guarda chuva, porque eles estavam lá. Mas eu morava perto da escola. (Edite Pereira de Castro, professora)

Para o curso de adultos, os alunos tinham que comprovar realmente que eram analfabetos porque às vezes o aluno já tinha feito no ano anterior, mas gostava tanto que voltava à escola e dizia que era analfabeto, a gente tinha que ter um certo cuidado para que esse aluno não fosse novamente matriculado e passasse a constar como um novo aluno a ser alfabetizado, porque ele já era alfabetizado - às vezes acontecia, mas a gente tinha o zelo, o carinho, o cuidado de fazer uma verificação muito boa para que isso não acontecesse. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Essa caracterização também foi apontada nos estudos realizados por Demartini (1989), no depoimento de um professor que atuou em escola rural em 1918, revelando que alguns paradigmas a respeito da comunidade rural foram mantidos ao longo dos anos:

[...] dos alunos guardamos as melhores lembranças – inteligentes, respeitadores, carinhosos, obedientes, serviçais, amigos da escola e do mestre – faziam enormes caminhadas a pé ou a cavalo [...]. (DEMARTINI, 1989, p.15)

Leite (2002, p.15) na busca fazer uma leitura/interpretação crítica da educação rural opõe-se à “[...] interpretação idealista tradicional, que situa os rurícolas como homens felizes e tranqüilos, em virtude do contato com a natureza, da mesa farta e de uma vida regrada”. Em nosso estudo, essa visão tradicional apontada por Leite (2002) é evidenciada em escolas cujos alunos são pertencentes às classes sociais de pequenos sítiantes, nas quais também a

participação da família como auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos é mais evidenciada:

Naquele tempo o que ajudava muito é que a família estava muito junto da escola. E queriam que os filhos aprendessem. Na escola dos colonos não tinha essa motivação. A gente percebia que o pai queria que aprendesse, mas a motivação era bem menor. Porque eu não sei se eles eram muito vigiados...[...]. Tinha o feitor, o capataz que era o administrador. Só aquela roupa dele, aquela polaina, aquele chicote na mão...Só isso assustava! Já impunha! E nada, nada é feito com imposição! (Jacyrá Falco Salles, professora)

Os alunos não faltavam da escola para trabalhar com os pais. Os pais queriam que os filhos fossem na escola. Incentivavam para ir. E os pais ensinavam muito aos filhos. Nossa senhora! Aprendíamos em casa. [...] Tinha lição de casa, aqueles problemas que eu tinha muita dificuldade, as tabuadas... [...] Ensinava e muito! (Ovídio Pereira Martins, aluno)
[...] mas meus pais já eram pessoas mais cultas, eles também já conseguiram estudar e não eram analfabetos. Isso é importante, pois a maioria dos pais dos alunos daquela época era analfabeta e não podiam ajudar os filhos em nada em casa. E eu tive o privilégio da professora morar na minha casa, e diante de algumas dificuldades, elas acabavam ajudando a gente. E nós acabamos conhecendo pessoas mais cultas e tendo uma certa facilidade. Ficamos mais desenvolvidos, mais desembaraçados, por conta delas terem um contato mais direto com a gente. (Marina Brosque, aluna)

Podemos considerar, também, que essa manutenção de uma imagem do homem rural como tranqüilo e produtivo seja conseqüência das mudanças de valores rapidamente incorporados pela sociedade, principalmente a urbana, devido aos avanços tecnológicos. Isso remete a comparações entre os períodos nos quais os professores atuaram e o tempo de hoje, momento mais recente, no qual o trabalho docente já não é tão valorizado quanto na época em que atuaram.

Também é relevante, no conjunto de depoimentos, a não consideração dos conhecimentos do aluno rural, devido à supervalorização dos conhecimentos sistematizados muito mais dominados por alunos urbanos que têm mais facilidades de acesso a estas informações que o rural, seja pelos meios de comunicação pouco comuns na zona rural, seja por freqüentar cursos pré-primário.

Os relatos nos revelam o quão dependente dos conhecimentos detidos pelos professores (urbanos) está a população rural, até mesmo para que estes possam sair da condição de vida proporcionada por sua profissão e atingir “cargos urbanos” mais valorizados, denunciando que o parâmetro de comparação está sempre na zona urbana, o que nos remete a uma possível contribuição dada pela escola no processo da perda de identidade do homem rural.

O aluno não tinha conhecimento, ele vivia naquele mundo rural autêntico, não tinha facilidade de transporte. Muito mais ignorantes não no sentido de burrice, mas de conhecimento. [...] Tinha aluno que nunca tinha ido à cidade, não conhecia um trem. Tínhamos muita dificuldade como professor primário numa zona rural para falar para o aluno, por exemplo, do mar. Qual a idéia que ele tinha de mar? Ele conhecia rio, uma lagoa, mas mar? Quando que um aluno daqueles ia lá em Santos ver o mar? [...]. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Os do sítio têm dificuldade por terem um vocabulário um pouco diferente da cidade e isso atrapalha um pouco. Eles têm um linguajar diferente, por causa dos pais. Hoje parece que nem tanto porque tem televisão no sítio, tem rádio...Mas antigamente a pessoa do sítio falava bem diferente da pessoa da cidade. Um falava umas coisas completamente diferentes, um falava umas coisas erradas, e isso talvez atrapalhasse um pouquinho, mas não muito (mais na Língua Portuguesa, na alfabetização, nas outras disciplinas não). (Elza Mesquita da Costa, professora)

A própria organização dos conteúdos na forma dos Programas de Ensino (o que discutiremos em momento posterior) contribui para que o contexto rural não seja considerado, efetivamente, no processo de ensino e aprendizagem. Há que se ressaltar que o ensino ligado à vida, ao cotidiano, à realidade, já era premissa freqüente dos documentos educacionais da época e a realidade, no caso da zona rural, é fator determinante para a caracterização do grupo social e a manutenção não de uma condição, mas de uma identidade.

Nesse mesmo viés, Leite afirma:

A função primordial da escola é *ensinar*, transmitir valores e traços da história e cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador. (2002, p.99, grifo do autor)

Essas situações nos revelam a contribuição do sistema escolar no processo de urbanização da sociedade rural. Quando se pensava estar dando condições de compartilhar o conhecimento até então sistematizado, acaba-se por inculcar valores urbanos como melhores que os rurais, muitas vezes desconsiderados. Podemos perceber a valorização de profissões urbanas em detrimento de profissões rurais:

Então, na zona rural, naquela época, falava-se (agora não sei): instruir a pessoa para ela ficar no próprio ambiente dela. Se o pai é plantador de café, ele vai querer ser plantador de café. [...]. Eu não seguia essa linha. Eu achava que cada um tem que estudar porque quando for grande vai querer uma profissão. Quanto mais estudo tiver, melhor profissão terá. Eu mostrava para eles. Tinha alguns que não faziam porque não queriam. Mas tinha alunos muito inteligentes. [...]. (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] Um aluno meu chegou até Medicina, outro a prefeito e outra é professora em Paraguaçu Paulista. (Jacyra Falco Salles, professora)

Poucos depoentes demonstraram tentativas de, embora cumprindo o “programa”, colocar os conhecimentos rurais como parte do trabalho escolar, considerando a concepção de que currículo é mais do que, meramente, a grade curricular.

Porque que você vai chegar com aquele ponto já dado lá para eles? Se eles têm tudo e muito mais? Eu fazia tudo depois certinho, coletava dos alunos, passava direitinho para a Secretaria da Educação.[...] Eles vêm com grandes coisas, grande bagagem. Tem que partir do que eles têm para chegar no que a gente tem. Só que naquele tempo, não era todo mundo que fazia isso. [...] Tinha o plano de ensino, você podia seguir muito bem dentro daquele plano e depois formar o ponto com os alunos. E você vai ficar perdendo todo tempo em dar aquele pontão, nem sabe de onde saiu aquilo! Com toda aquela riqueza que tinha no sítio!? Era o lugar onde eu mais gostava de lecionar, porque tinha coisa para fazer! (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

Mas em todas as escolas eu trabalhava do mesmo jeito, sempre colocando dados atuais, procurando atualizar. [...] porque eu gostava muito do flagrante, eu gostava muito. Uma revista que a gente recebia, se um artigo do jornal, um fato que a gente ouvisse no rádio (porque não havia TV).. (Jacyra Falco Salles, professora)

Quando as professoras vinham para cidade sempre levavam jornais para fazermos pesquisa, recorte. Bastante recorte de jornal, bastante pesquisa de atualidades, de guerras, naquela época já tinha muita guerra no Vietnã. Passavam para a gente as coisas do mundo, porque lá não tinha televisão, praticamente você não ouvia rádio, era difícil, o rádio era a pilha, aquela pilha grande, era difícil de adquirir. Bastante trabalho de parede, para expor em cartolinas, davam as cartolinas para fazermos trabalho em várias áreas. (Marina Brosque, aluna)

A influência dos valores urbanos é percebida nos depoimentos que consideramos, uma vez que dos cinco alunos colaboradores, quatro exercem ou exerceram atividades urbanas, considerando a aprendizagem obtida em escola rural como uma contribuição para alcançar tal posto. A própria organização do sistema escolar rural (a maioria das escolas oferecia até o terceiro ano primário, apenas) colabora para que a zona rural não fosse um local favorável para quem desejasse estudar, uma vez que a valorização dos estudos estava relacionada ao sucesso em “posições” urbanas.

Eu tinha vontade de vir morar na cidade. Me formei em 1982, falei: ‘de hoje em diante eu não trabalho mais no sítio’. Tomei uma decisão. ‘Eu não vou

mais trabalhar no sítio’. Porque era assim: chegava à tarde, você tinha que pegar a perua, tomava banho correndo e ia. Um dia eu tomei essa decisão, falei: ‘eu não quero mais. De hoje em diante eu vou para a cidade. Eu vou arrumar um serviço para mim.’[...] Mas eu sempre tinha essa vontade de vir para a cidade, de ter um negócio, fazer alguma coisa diferente. E dar conclusão nos meus estudos. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

Nunca encontrei dificuldades por ter estudado em escola rural. Fiz a 4ª série na cidade e não encontrei dificuldade nenhuma na sala de aula. O que aprendia no sítio aprendia na cidade. Não tinha diferença nenhuma. Também fiz vários concursos públicos, na Prefeitura mesmo, e passei. Fui, inclusive, efetiva. Para mim, a escola do sítio foi boa, porque fui para a cidade e não me atrapalhou em nada. Tanto eu quanto minha irmã. (Geni Giorgetto Salles, aluna)

Nesse sentido percebemos que a implementação da Lei 4024 de 1961 possibilitou a criação de espaços de ensino centrados em cursos urbanos como o SENAC e o SENAI. Esses cursos técnicos configuram como uma possibilidade de continuidade dos estudos pelos estudantes rurais que conseguiram concluir o ensino primário.

O que aprendi na escola rural influenciou ter a profissão que tenho. Caso contrário eu não teria conseguido entrar no SENAI. Não teria passado no exame para entrar. Foi o ensino de lá que meu deu essa base[...] (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Quando terminei a 4ª série [...] nós mudamos para Duartina. [...] Fiz admissão e fiz a 5ª, 6ª série em Duartina. Mudei para Bauru e comecei a estudar no SENAC, onde fiz até a 8ª série e um Curso Profissionalizante de Estatística. [...] Foi logo no começo que o governo implantou um estudo que tinha que ser em parceria, a parte técnica era feita no SENAC e a teórica na estadual. [...] Era aula de Matemática e Português na escola, e no SENAC, era Estatística, com professores do profissionalizante na área de Matemática, mas voltado para Mecanografia [...] Foi o 1º ano que teve um curso com a parceria entre a escola estadual e o colégio técnico. Não deu muito certo. Acho que só teve duas turmas. Não foi adiante, não deu certo. [...] (Marina Brosque, aluna)

Retomamos, aqui, o que discutimos na primeira tendência sobre o caráter reformista na educação, um projeto progressista que se apóia no ideal do mérito pessoal. O fato de alguns terem superado as desigualdades de condições colocadas no início de sua formação oculta que o não oferecimento de escolas em “condições iguais” aos estudantes rurais é fator determinante para a não continuidade dos estudos.

Ainda nessa visão meritocrática, novamente, o ideal de ultrapassar a condição social dos pais através da escola não fica garantido que a mudança de profissão acarrete mudança de classe social, como apontado por Bertaux (1979), pois em geral o filho do trabalhador rural ou

do pequeno proprietário, na cidade, vai exercer atividades próprias às camadas populares urbanas, sendo raros os casos de atingirem profissões em geral “pertencentes” às classes privilegiadas.

Não se trata, portanto, de considerar o ruralista “como ruralista”, doce selvagem que sempre deve manter seu lugar numa hierarquia na qual ocupa uma posição de desprestígio, nem de impedir seu acesso à informação ou ao conhecimento. O projeto adequado à escola rural está para ser pensado, mas se criadas condições de igualdade, perceber-se-á que a manutenção do homem no campo não implica desqualificação de seu fazer e de sua identidade. E com o discurso da igualdade de oportunidades, resta a eles almejar tais “posições urbanas” com o que uma “melhora” nas condições de vida parece ser, a julgar pelos depoimentos, decorrência natural.

3.6. Participação da família e da comunidade

Retomando a tendência “A zona rural: um primeiro registro de nossa paisagem”, observamos que toda a comunidade rural desempenhou papel extremamente significativo quando da instalação e manutenção de muitas das escolas rurais. A oferta, pelos fazendeiros, de alguma casa desocupada em sua propriedade para que a escola fosse lá instalada é, inclusive, de certo modo, exigência da Lei 4.024/61 (artigo 32) que indica aos proprietários rurais de locais onde não se possam manter escolas primárias para atender as crianças residentes na região que facilitem sua freqüência às escolas mais próximas, ou que possibilitem a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades. O que podemos concluir, com esse trabalho, conforme apresentado na primeira tendência é que o empenho de instalar escola em sua propriedade evitava a necessidade de propiciar condições de locomoção das crianças para outras escolas na região, o que talvez fosse economicamente menos adequado.

Esse empenho, algumas vezes, estava relacionado com o desejo de beneficiar algum professor conhecido, que era indicado para assumir a escola. Nessas situações os inspetores de ensino poderiam/deveriam interferir, pois a escala de professores substitutos candidatos a assumir as aulas era de responsabilidade do diretor do grupo escolar ao qual a escola rural estava vinculada.

[...] A intenção deles era que ele [marido da professora Jacyra] ficasse na fazenda, para que eu também fosse para lá e desse aulas para os filhos deles. Só que num dia em que estávamos na fazenda e o Seu Arnaldo não estava, chegou o dono da outra fazenda onde eu já havia lecionado: veio nos buscar.

Ofereceu proposta melhor e nos levou de lá. Construíram casa também para nós, lá na fazenda. Então eu continuei na mesma escola depois de casada. [...] (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Às vezes o fazendeiro tinha uma filha ou alguma conhecida e chegava até o auxiliar de inspeção ou ao inspetor escolar e falava assim: “Bom, eu vou criar uma escola aqui, na minha fazenda”. “Olha, muito bem, o senhor está de parabéns”. “Só que eu quero que essa escola seja regida por uma professora da minha indicação”. Nós não concordávamos e falávamos: “Nós agradecemos a sua boa intenção, se o senhor quiser criar a escola, construir a escola, muito bem, mas tem que seguir os preceitos da Secretaria da Educação”. A maioria das vezes entendia e aceitava. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Comecei a lecionar em fevereiro de 1954, no Bairro da Figueira Branca, local onde nasci. Na época havia uma lei: se uma escola estivesse sem professora, aquela que tivesse até segundo grau de parentesco com o dono do terreno daquela escola teria direito a entrar como professora substituta. Foi o que aconteceu, porque lá pertencia ao meu pai. (Edite Pereira de Castro, professora)

O que percebemos é que a participação da comunidade e da família na escola estava mais voltada aos aspectos físicos, embora alguns depoentes ressaltem, também, o envolvimento das famílias em relação ao processo de educação escolar sistematizada de seus filhos (esse envolvimento será percebido melhor na tendência “Ensino de Matemática”).

[...] Os pais queriam que os filhos fossem na escola. Incentivavam para ir. E os pais ensinavam muito aos filhos. Nossa senhora! Aprendíamos em casa. [...] (Ovídio Pereira Martins, aluno)

E os pais também acompanhavam os alunos na escola. Atravessavam pastos com gado bravo, riacho, às vezes atravessava estrada de rodagem que era perigoso para criança de sete ou oito anos. [...] naquele tempo era tudo mais difícil. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Em algumas escolas ocorriam reuniões de pais e mestres, seja para tratar de assuntos relacionados ao desenvolvimento escolar dos alunos quanto para esclarecer a respeito da saúde das crianças.

Havia reuniões com os pais na escola mensalmente para mostrar o aproveitamento do filho, principalmente nas escolas típicas rurais, onde os professores falavam também sobre o conteúdo para os pais. Em muitas escolas típicas os pais participavam, trabalhavam na horta também. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Com os pais o relacionamento também era ótimo. Eu fazia reunião com eles, por exemplo, para dar remedinho para criança. Exame de fezes? Eu chamava todos os pais, conversava direitinho (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

Eu fazia uma reunião mensal com os pais para falar como estavam os filhos (com os pais do sítio era muito pouco). (Elza Mercedes da Costa, professora)

[...] duas ou três vezes por ano, tinha reunião de pais na escola: a cada três meses. [...]. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

Uma prática bastante comum na zona rural eram as visitas dos professores aos pais em suas próprias residências nos momentos em que se deparavam com problemas, principalmente relativos ao abandono da escola ou à saúde dos alunos.

Não fazíamos reuniões de pais e mestres. Naquela época não. Conversávamos com os pais quando a criança aparentava estar doente: íamos às suas casas. Às vezes, os pais vinham contar alguma coisa, porque o filho não fora à escola...O contato com os pais era mais em momentos de necessidades. Eu, particularmente, visitava muito as famílias dos alunos. (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

[os pais] [...] trabalhavam muito, o dia inteiro na roça, não tinham nem tempo de ir à escola. Por isso as professoras tinham um trabalho de ir diretamente às casas, conhecer as famílias. Faziam visitas e conversavam com eles. Eram bem voltadas para isso, era bem interessante. Embora quase não tivesse problemas com os alunos, como não estar fazendo tarefa, não estar indo bem [...].(Marina Brosque, aluna)

[...] uma vez por mês, normalmente, os professores rurais iam fazer reunião na cidade. Já com os pais não lembro de fazermos reuniões. Dificilmente os pais participavam da escola. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Esse contato direto entre pais e professores chega a ser assumido, por alguns alunos, como uma “relação familiar”, principalmente com as famílias que residiam próximas à escola:

Era essa coisa de família, elas iam na casa da gente, almoçava em casa...Passava a ser da família. [...] A relação com os pais (nossa!) era muito tranquilo! Ainda mais em casa, ali pertinho. Elas iam, e até no final de semana elas voltavam para as casas nossas pra fazer pamonha, fazer aquelas coisas de sítio.[...] (Carlos Roberto Graciano, aluno)

O reconhecimento de toda a comunidade escolar pelo papel desempenhado pelos professores seja em relação aos conhecimentos, seja em relação aos auxílios que alguns professores davam para o encaminhamento dos problemas da comunidade (nos casos em que

havia esse envolvimento do professor) se traduzia na retribuição de “favores”, oferecendo ao professor produtos por eles mesmos produzidos:

[...] A professora era o elo entre a cidade e o campo. Eu levava remédio, trazia no mercado. [...] Era um leva e trás. Mas também o que ganhava de alface, meu Deus! Nas casas deles tinha horta. Na colônia eles faziam e davam para a professora. Era ovo, era queijo, era frango. Nossa! Era muito presenteadada. (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

A criança de zona rural se apega ao professor. O professor é tudo. Eu vinha para casa carregada, porque eles levam de tudo para o professor na escola. (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Embora na zona rural a família valorizasse muito o acesso das crianças à escola, a evasão escolar antes de concluir o terceiro ano primário e as faltas, quando ocorriam, estavam relacionadas à necessidade de auxiliar os pais nos trabalhos rurais.

Leite (2002, p.79) discute a necessidade do trabalho da criança como auxiliar na sobrevivência da família: “[...] Nem sempre a escola se estabelece como força entre os rurícolas, pois se tratando de sobrevivência material da família, o trabalho em si é mais forte que a escolarização, o que muitas vezes leva a família rural em direção oposta à escola”. Em nosso trabalho esse “descompasso de caminhos” não foi significativamente presente, tendo sido mais enfatizado o trabalho dos alunos no período em que não estavam na escola. E não como uma necessidade, mas como auxiliar em pequenos serviços. Isso parece demonstrar não ser possível estabelecer um “modelo” de escola e de relações na comunidade rural, o que dependerá muito do próprio local onde a escola está inserida e dos valores considerados por cada família ou comunidade:

Para alguns, bastava uma iniciação escolar, anterior mesmo ao terceiro ano primário que era oferecido nas escolas rurais: o estudante deveria auxiliar os pais nos trabalhos da zona rural. Com esse nosso trabalho não é possível apontar se os pais sofriam pressões para tomarem tal atitude, uma vez que se valorizava muito os estudos, considerando a escola como meio de se alcançar “melhores” profissões e “melhores” condições de vida.

E, no sítio, naquela época, os filhos estudavam até a 2ª série e os pais já tiravam porque achavam que tinham que ir para a roça. Era meio complicado. A maioria acabava nem estudando direito, nem terminavam a 4ª série (Marina Brosque, aluna)

Como sempre, havia o problema da evasão escolar, nas primeiras series tinha sempre um número maior. [...] Eu tinha a impressão que quando chegava na

2ª série vinham aquelas idéias que os pais tinham: quando o aluno já estava sabendo um pouco vai ajudar o pai na roça. Sempre houve esse problema. E eles faltavam bastante. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Na Figueira Branca não era classe pobre, era de classe média para cima. [...] Meus alunos eram todos sitiantes. Havia alunos também de uma fazenda anexa, mas a maioria era sitiante. Não havia quase reprovação, nem problemas com faltas por causa do trabalho ou evasão na época de safra. Eu tive muita sorte. Já na fazenda Santa Maria, os alunos eram filhos de colonos, tinham um nível mais baixo. Tinham mais dificuldades para aprender. Mais problemas com evasão e freqüência por causa do trabalho. Era muita pobreza. Mas sempre trabalhei da mesma forma em todas as escolas. Eu era uma professora muito dedicada. “O aluno aprende quando o professor ensina”, e eu ensinava de fato, não tinha outro compromisso, estava lá para isso. (Edite Pereira de Castro, professora)

A opção por manter os filhos estudando está diretamente relacionada às condições financeiras das famílias, o que reitera que a igualdade de oportunidades não co-existia com a desigualdade de condições (Bertaux, 1979, p.47).

Não tinha problemas com faltas e evasão. Porque também, naquele tempo, a maioria das crianças que estudavam ali eram filhos dos donos, dos sitiantes. Por isso, o poder aquisitivo deles não era tão ruim. Ou mesmo de empregados que moravam ali. Mas naquele tempo eles não precisavam muito do trabalho da criança. Não era que não precisava, é que valorizava mais o estudo do que o trabalho. Eles davam muito valor mesmo. Eu não sei se por que os pais não tiveram acesso à escola, não conseguiram estudar...Valorizavam muito, o estudo era prioridade. Ninguém deixava de ir na escola, não existia falta por trabalho. Nunca tive um caso de aluno que saiu da escola ou que faltou porque tinha que trabalhar, nem em época de safra. Eram 4 horas, não era como hoje que são 6 horas. Ia na escola das 8h ao meio dia, chegava em casa e, depois, se tivesse que ajudar, ajudava. Muitas vezes os alunos saíam da escola por ser longe, ter que ir longe. Os pais se preocupavam, pegar estrada sozinho...Porque eram crianças pequenas: na 3ª série são crianças pequenas. Já naquele tempo parece que as crianças iam para a escola na idade certa. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Logo saí, no 3º ano. Mas não saí porque meu pai quis me tirar, não. Eu mesmo falei: “ah, eu não vou mais na escola, não”. E ele: “não, tem que ir na escola”. [...] ele falou: “você acaba de fazer a 3ª série no Dourado e faz a 4ª série no Lajeado”. Embora eu gostasse da escola, não sei o que entrou na cabeça, não quis continuar. Tinha uma inclinação, gostava demais, de arar a terra, era pequenino ainda, mas gostava. Arar! Trabalhar com burro! [...] Os alunos não faltavam da escola para trabalhar com os pais. Os pais queriam que os filhos fossem na escola. Incentivavam para ir. [...] (Ovídio Pereira Martins, aluno)

Por outro lado, havia problemas com faltas, em especial em períodos nos quais a mão-de-obra das crianças era utilizada com maior freqüência. É interessante perceber que na zona rural é bastante comum crianças começarem a trabalhar desde muito cedo, mesmo que isso

não configure como “trabalho”, mas como uma iniciação ao trabalho realizado pela família toda.

[...] Vai trabalhar na roça junto com os pais, porque eles ajudavam. Conforme a época tinha falta: “porque preciso ajudar meu pai”. Os de 3ª série. “Preciso ajudar meu pai colher algodão, debulhar milho”...Essas coisas.[...] (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

[...] Os pais valorizavam a escola. Quando eu não queria ir à escola, meu irmão me levava. [...]. Os alunos não faltavam para trabalhar. Quando éramos moleques pequenos, não trabalhávamos. Íamos estudar e brincar apenas. Era difícil trabalhar. Os nossos pais, mães, irmãos, não nos forçavam a trabalhar. Trabalhávamos porque queríamos, mas não era forçado. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

[...] Nos anos iniciais que eu estudava na zona rural só faltava quando ficava de companhia com a mãe que precisava sair...Mas só faltar assim não. Mas depois, às vezes, o tempo fechava, queria chover: “olha, hoje tem que acabar isso aqui, vamos ficar até mais tarde, tá.” Às vezes não dava tempo de pegar a perua. [...] (Carlos Roberto Graciano, aluno)

Para muitos estudantes era apenas através do professor que se tinha acesso às novas informações, o que contribuía para que esse obtivesse distinção dentro da comunidade.

Naquele tempo não, o conhecimento das crianças era pelo professor. O professor era valorizado porque era o culto, o intelectual. Na zona rural eles respeitavam muito o professor nesse sentido, não só conhecimento da escrita que ensinava para eles, mas também o que falava para ele. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

A relação dos alunos com os professores era muito boa. [...] O professor, na zona rural, era uma pessoa benquista. Tinha uma reputação incrível! Todos gostavam do professor, não somente os alunos, como os pais dos alunos, a comunidade. O professor por sua formação intelectual era aceito, era o conselheiro, resolvia inúmeros problemas na zona rural. Eles gostavam demais. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Os cursos de adultos, muito procurados por estudantes na zona rural, além de serem um espaço para o acesso ao saber, eram também o espaço para o encontro entre os jovens e adultos da região.

No curso de adultos tinha alunos do Córrego Fundo, da Jacutinga. Vinham de longe, até do bairro Dourados. Não havia outra escola. Com o passar dos anos criaram uma escola no bairro Jacutinga e outra na Figueirinha de São Roque. Era da 1ª até a 3ª série também. Trabalhar com os adultos era como trabalhar com as crianças. No fim do ano fazia uma grande festa, baile, ia

muita gente de Santa Cruz. A festa era na escola, à noite. Todo mundo ficava esperando a festa do fim do ano. (Edite Pereira de Castro, professora)

Mesmo com todo esse respeito pelos professores, as peculiaridades da zona rural nem sempre são compreendidas pelos professores, principalmente porque, oriundos de zonas urbanas, carregavam uma certa desvalorização em relação às atividades desenvolvidas pela comunidade rural e seu modo de vida.

Quando os ruralistas vinham para a cidade eles traziam porco vivo, frango, galinha: vivia esse drama. Era uma viagem para chegar. Sair de um centro como Bauru e ir para uma zona rural e depois andar a cavalo, sofri muito! (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Tinha uma moça, que era sobrinha do fiscal da fazenda, que não tinha muita cultura mas dava para batermos um papo.[...] Na segunda vez em que fui para essa mesma escola já não tinha ninguém para bater papo. Eu tinha que conversar com o pessoal de lá e só. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Por outro lado, embora a comunidade e pais tivessem todo apreço pelos professores, também estavam atentos aos seus comportamentos, estabelecendo, junto com o inspetor de ensino, uma vigilância constante sobre o “andamento” da escola e da própria conduta pessoal do professor.

E geralmente a gente tinha tudo em ordem. O professor era muito vigiado pelos pais, qualquer falta eles comunicavam para inspetoria. E não vinha o diretor daquela escola, vinha o inspetor daquela escola. Era fogo. (Jacyra Falco Salles, professora)

[...] Eles eram pessoas muito recatadas, tinham medo, porque antigamente as professoras ou eram benquista ou eram mal faladas (algumas namoravam homem casado, fazia uns programas bem diferentes daqueles do sítio). As professoras, pelo menos quando eu comecei, nessa parte não eram muito bem vistas, por isso você tinha que ter uma conduta boa senão eles falavam. Mesmo sem ter eles costumavam falar, porque todo povo gosta de falar. Talvez fosse um pouco de ciúmes (não sei): achavam que a professora ganhava muito, numa moleza. (Elza Mercedes da Costa, professora)

3.7. Currículo, inspeção e avaliação

Nessa tendência, agrupamos os temas currículo, inspeção e avaliação por detectarmos vínculos essenciais entre eles: o desenvolvimento do “currículo” está sob constante vigilância dos inspetores de ensino e, que a partir da grade curricular adotada por todos os professores, inspetores ou diretores escolares realizavam “exames finais” para promoção ou não dos alunos, sendo que o professor, em geral, não tinha “poder” algum na decisão sobre essa promoção ou retenção.

Considerando que currículo é muito mais amplo do que grade curricular é que tentaremos abordar essa questão. A discussão do que seja currículo é feita por vários autores.

Currículo [...] não é simples elenco de conteúdos ou disciplinas, mas sim um complexo de atividades e propostas de ações, de estratégias, que vão desde a organização do horário escolar até o entendimento do profundo significado e o papel de cada membro da comunidade escolar, tendo em vista o exercício da cidadania e dos direitos/deveres de toda a sociedade. (LEITE, 2002, p.106)

Em recente conferência, a professora Nereide Saviani também tratou dessa questão, pois no senso comum, currículo é tido como a carga horária das matérias. Embora a grade curricular seja parte essencial do currículo, currículo não é grade curricular. Currículo é, de acordo com Nereide Saviani, um conjunto de atividades e experiências, é a organização para fins de ensino e aprendizagem do saber escolar de forma sistematizada. O currículo não é estático, é um processo (informação verbal)¹³.

A grade curricular para o ensino rural e urbano era a mesma, tendo ocorrido uma adaptação do modelo urbano ao rural. O desenvolvimento e organização das atividades escolares, assumidos aqui como currículo, não poderiam, segundo julgamos, serem os

¹³ Informações dadas pela professora Nereide Saviani em “O papel do professor na seleção dos conteúdos curriculares e na organização do trabalho pedagógico”, conferência realizada durante a XV Semana da Licenciatura em Matemática da Unesp Bauru, em Bauru, em novembro 2003.

mesmos em situações marcadamente diferentes. Essa diferenciação deve-se, por exemplo, ao trabalho com classes multisseriadas, situação de que já tratamos anteriormente, que exigiam estratégias específicas dos professores, o que não era comum em escolas urbanas. O que podemos apontar, com nosso estudo, é que o currículo nas escolas rurais, tendia a ter as escolas urbanas como referência, um assumido modelo de transparência estereotipado.

3.7.1 A grade curricular

A grade de disciplinas e tópicos da escola rural era o mesmo das escolas urbanas. Os conteúdos eram tratados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Educação Moral, Social e Cívica.

Esses programas de ensino traziam os conteúdos que deveriam ser tratados mensalmente pelos professores, deixando a seu critério apenas as estratégias a serem utilizadas. De posse desses programas, os professores planejavam suas aulas em Diário (planejamento diário) ou Semanário (planejamento semanal) de acordo com a exigência do inspetor ou diretor, ou segundo a preferência do próprio professor. Esses planejamentos, além de favorecerem a condução das aulas (em especial nas salas multisseriadas, nas quais o tempo devia ser bem controlado), também era alvo de controle rígido por parte dos inspetores de ensino quando visitavam as escolas.

Naquele tempo se exigia o Semanário ou o Diário do professor: tinha que planejar as atividades. O professor optava, havia diretores que exigiam Semanários do professor, que era planejamento para a semana de segunda a sábado (havia aula aos sábados). E o Diário, era diariamente. [...]

O professor planejava, programava, partindo do seguinte princípio: tinha que manter as três classes, as três turmas ocupadas. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Fazíamos um plano da matéria a ser dada durante o ano. Em muitas escolas tinha que ter Semanário, mas em algumas fazíamos Diários. Geralmente era Semanário. Planejava dia por dia o que seria dado na semana, para cada série. Embora nunca tenha acontecido comigo de o inspetor chegar e eu não estar cumprido o Planejamento (porque ele também olhava isso) acredito que não teria problema, pois esse planejado não era rígido. (Marisa Lia Mondelli, professora)

[...] Todo mês vinha um programa com os conteúdos para o professor cumprir. E era cumprido perfeitamente. Constavam desse programa os objetivos a serem atingidos, os conteúdos, só não tinham as estratégias. O professor é que definia as estratégias. Fazíamos Semanários, onde constava todo o conteúdo e exercícios a serem dados na semana [...]. E, além disso, tinha o Diário de Classe [...] Dava a aula que estava naquele Diário. Não tínhamos os recursos de hoje. (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

[...] A gente tinha que ter o Diário. Às vezes podia ser em Semanário, alguns inspetores exigiam só um semanário (nessa semana vai dar isso...). Alguns municípios avisavam: “pode ser um semanário”, outros exigiam diários. [o] Diário de Classe era um planejamento. Um caderno onde punha, por exemplo, Língua Portuguesa, silabação, as letras tais, por exemplo, o p e o b. Diferenças entre o p e o b, ou o m, o m antes do p, que era uma grande dificuldade. Matemática, essa semana, trabalhar com tabuada do 2, por exemplo. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] Eram os guias orientadores de como deveria dar Matemática, como deveria dar Língua Portuguesa (que era Linguagem), como deveria dar Geografia, deveria dar História [...]. Os pontos que o professor deveria tocar, os passos...(Joaquim Elíseo Mendes, professor)

No começo do ano, o Estado publicava no Diário Oficial uma grade curricular a ser seguida, proposta pela Secretaria para o Estado inteiro. O professor podia variar dentro daquilo. Fazer suas variações, suas nuances. Dentro dessa grade curricular é que nós desenvolvíamos os planos de trabalho [...] fazia uma espécie de Semanário, Diário - um plano de aula - que o diretor via mensalmente. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Nas escolas típicas rurais o programa das disciplinas usuais era o mesmo, com acréscimo de disciplinas específicas como agricultura, horticultura, entre outras.

O programa [da escola típica rural] era especial: além de todas as matérias, de todo o planejamento normal como todas as outras escolas, a gente tinha que se dedicar à horticultura e à jardinagem. Tinha uma pequena horta. Alguns alunos geralmente iam à tarde com a professora, eu tinha que voltar à tarde, quando tinha necessidade de molhar o jardim e a horta. Período extra. Extra-escolar e não é extra curricular. E, a maioria dos alunos gostava da escola típica rural. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] No típico rural tinha o mesmo do ensino comum e era complementado com outros conhecimentos. Partia do pressuposto que fossem aqueles conhecimentos que a criança, aquele adulto da zona rural, precisaria. Davam-se noções de agricultura geral. [...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Esses programas comuns a todos os professores acabavam sendo, muitas vezes, um recurso auxiliar nas dificuldades com os conteúdos e/ou abordagens.

Mas não tive dificuldades de ensinar os meus alunos porque no meu tempo havia uma facilidade muito grande: a Secretaria da Educação fornecia para todos os professores o programa comum. Esse programa comum é aquele que hoje [...] chama de Guias Curriculares, que nada mais são que repetição daquilo. [...].(Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Há no discurso dos depoentes dessa pesquisa, uma crença de que é possível comparar o currículo urbano e rural devido ao uso da mesma grade curricular.

Não tinha diferença entre o ensino rural e o urbano. A gente recebia uma programação tanto na cidade como na zona rural. O conteúdo era o mesmo.[...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Não havia diferença do como se ensinava na zona rural e na zona urbana. Ensinava-se da mesma forma. Tinha um plano, com os conteúdos, e tinha que seguir. Havia um Programa de Ensino, com uns tópicos, e baseado nisso o professor distribuía os conteúdos mensalmente. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Essa grade curricular “comum”, presente nos programas, tinha também a função de possibilitar a todos os alunos o acesso aos mesmos conhecimentos (igualdade de oportunidades) independente de serem as escolas urbanas ou rurais. Quanto ao nível do ensino nas duas escolas, este é bastante relativo, pois depende do como os professores percebem sua própria atuação.

Não tinha diferença entre o ensino rural e o urbano. A gente recebia uma programação tanto na cidade como na zona rural. O conteúdo era o mesmo. No jeito de trabalhar sempre tem que ter umas diferenças. Na cidade o nível é um e na zona rural é outro. Sempre tem que ceder um pouco. Aquilo que usa na cidade não é a mesma coisa na zona rural. O professor, isso sempre teve, tem que fazer de acordo com a clientela, de acordo com os alunos. [...] Tem que ir adequando. (Ana Rosa Pereira, professora)

Tenho a impressão que o ensino da zona rural ficava um pouco aquém, pela dificuldade. O problema era trabalhar com as 3 séries. [...] Talvez falhasse alguma coisa, o aluno não podia ter 100% o professor como ocorria numa classe única [...] Na zona urbana talvez fosse um pouco mais desenvolvido, numa classe só, os alunos têm possibilidades de aprender melhor. Mas os alunos da zona rural aprenderam bastante, tem uma visão boa, aprenderam quase que tudo, dentro do possível! (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

A discussão proposta por Bertaux (1979, p.45), já abordada em tendência anterior, de que a igualdade de oportunidades e a desigualdade de condições não co-existem, revela que a prática desses professores, permeada um discurso reformista, uma tentativa de “dar” aos estudantes da escola rural as mesmas oportunidades, ao mesmo tempo em que, na prática, convivia-se com a desigualdade de condições, manifesta-se aqui, como uma “negociação” para minimizar as dificuldades, tanto do professor quanto do aluno: a igualdade de condições é, então, “nivelar as mesmas exigências em patamares diferentes”, pré-supondo uma desqualificação do estudante rural.

Mesmo com a promulgação da 1ª LDB, Lei 4.024 de 1961, que buscava através dos Conselhos Estaduais de Educação uma ampliação da grade curricular (sempre em acordo com o currículo mínimo proposto pelo Conselho Federal e MEC), não se promove grandes mudanças nas escolas, pois, os recursos já existentes não permitiam a efetiva implementação da proposta. (cf. Leite, 2002, p.39). Isso vai configurando mais claramente a isenção do Estado quanto às questões educacionais da zona rural na década de 1960.

3.7.2 Desenvolvimento dos conteúdos

Com os estudantes do curso primário os professores trabalhavam várias disciplinas, sendo que os conteúdos de todas elas eram propostos pelos programas. Como já tratado anteriormente, o desenvolvimento das atividades dava-se num ambiente carente tanto de recursos materiais e didático-pedagógicos quanto de infra-estrutura física e humana.

[...] o professor de primeira à quarta série tinha um amplo cabedal de conhecimento. Porque ele dava História, Matemática, Português, todas as disciplinas concernentes à grade curricular que o Estado exigia. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Na escola, as professoras tinham bastantes livros, explicavam bem [...]. Nós fazíamos divisão do caderno em várias partes, numa fazia Matemática, na outra Português...Dividia umas folhas no caderno para não ficar tudo misturado. A escola dava os cadernos, os livros, cartilhas, dava todo o material para a professora: giz, lousa, o apagador. Às vezes ficava sem material e ela acabava tendo que comprar. Às vezes ela reclamava, “olha, acabou o material, não tem, então a gente vai ter que economizar”. Porque os alunos, quando terminava a aula, tinha uma vontade louca de levar um pedacinho de giz para casa: “professora, dá um pedacinho de giz pra eu levar para casa”. Muitas vezes ela dava um pedacinho, mas muitas vezes, diante da dificuldade por falta de material, ela não dava não. [...] (Marina Brosque, aluna)

A professora dava aula de Matemática, História, Geografia: de todas as disciplinas. O caderno era dividido, deixava-se uma certa quantidade de folhas. A professora, às vezes, fazia um “bico” no caderno para demarcar o início de outra matéria. Tínhamos 2 ou 3 cadernos apenas. Ela dividia porque tínhamos poucos materiais. [...] (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...] Os alunos de 1ª série tinham cartilha: eles compravam. Como não adotávamos livros, para os alunos de 2ª série passávamos mais textos na lousa e eles iam copiando, lendo e a íamos trabalhando com eles, na parte de Linguagem. Sempre trabalhei muito vocabulário com as crianças e eles aplicavam sempre, enriqueciam muito as narrações com descrições e aumentavam o vocabulário, usavam um vocabulário bem grande, bem rico, para fazer as composições. [...]. Dividia a lousa para a 1ª e 2ª série, e os de 3ª série usavam ou o meu Diário de Classe ou os livros que eu levava.

[...] Nós só tínhamos uns quadros grandes de papel com figuras, que pendurávamos num suporte, para eles olharem e poderem a partir dali ir trabalhando a parte da descrição, da imaginação e da narração. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

Eu gostava muito da escola. Aprendia Matemática, Português: o básico. E aprendia também religião. A mesma professora também dava aula de religião [...] (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

No primário ensinávamos tanto Matemática quanto Linguagem. Tinha caderno de Linguagem. O aluno era obrigado a ter letra boa, letra legível, como o professor. O inspetor criticava até a letra do professor no quadro negro. O quadro negro era uma tábua. [...] Era difícil ensinar, e o professor primário da época, tinha que ensinar tudo, todas as matérias. Era um conhecimento limitado. Já na cidade tinha mais recursos. O conteúdo base era o mesmo, mas na zona rural tínhamos mais dificuldades, pois não podia mostrar nada, nem compasso tinha: dependia muito da criatividade do próprio professor. (Rodolpho Pereira Lima, professora)

Os professores buscam estratégias na tentativa de “contextualizar” o ensino, torná-lo mais próximo dos estudantes rurais: essa possibilidade de adequação está bastante presente nos discursos. As formas de se trabalhar com as salas multisseriadas já foram abordadas na tendência “Organização das escolas rurais”, e as estratégias quanto à disciplina Matemática serão melhor apresentadas e discutidas na tendência “Ensino de Matemática”.

O conteúdo era o mesmo. No jeito de trabalhar sempre tem que ter umas diferenças. [...] O professor, isso sempre teve, tem que fazer de acordo com a clientela, de acordo com os alunos. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Foi fácil trabalhar em classe multisseriada, eu sempre achei fácil, exige muito método, muito jeito e ocupa o dia do professor. O professor tem que trabalhar bastante, muita atividade, porque se você der um exercício para o aluno você tem que corrigir, não pode deixar nada sem correção, senão eles não farão tarefa nenhuma, se eles perceberem que você não vê, não cobra... Correção é uma cobrança daquilo. [...] (Jacyrá Falco Salles, professora)

Sempre chamei bastante à lousa. [...] na zona rural eles gostavam de escrever [...] na lousa, eram crianças...Acho que pra eles era mais ou menos novidade chamar na lousa. E, eles se dedicavam a essas atividades.

[...] Não me lembro de ter utilizado atividades em grupo, isso foi depois que fiz a faculdade (de 69 a 72 fiz Pedagogia). Vimos na faculdade, com outros professores, que funcionava bem. Procuramos aplicar para fazer com que os alunos trabalhassem em grupo, com a nova mentalidade dos nossos orientadores também, foi bem inovador e deu bons frutos também.

Eu sempre procurava levar livrinhos de leitura, comprava ou pedia algumas coisas, ou pegava em alguma biblioteca também. Inclusive, na zona rural, existia sempre uma biblioteca, acho que o professor ia, deixava alguma coisa. Era muito comum ter essas bibliotecas mini. Era comum ter alguma coisa assim, alguns livrinhos pra ler. E a gente levava também no começo do ano. Já tinha o material próprio para o professor, e nessas horas, nesses momentos que a gente estava dando essas aulas que exigiam mais do professor, numa determinada série, os outros poderiam inclusive estar consultando essa biblioteca. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

O que se percebe é que há uma certa facilidade em recordar as atividades desenvolvidas na disciplina de Língua Portuguesa, o que não é relatado com tanta riqueza de detalhes pelos depoentes quando tratando das outras disciplinas.

[...] Na área de Português (no início era Linguagem e depois mudou para Língua Portuguesa), quando ia fazer uma dissertação, fazia de acordo com a zona rural: tipo de plantação, diversão de zona rural. [...] Na cidade vai mandar a criança descrever alguma coisa: um parque, um cinema, uma praça da cidade...Na zona rural não tem como mandar falar sobre o parque. Vai falar sobre a plantação, a criação do gado, o leite por exemplo, passeio que é diferente (naquele tempo tinha os bailinhos da roça, as festinhas de sítio). Na cidade você já fala para a criança descrever uma festa de aniversário, já no sítio naquele tempo e até hoje também não vai mandar descrever uma festa de aniversário que eles não sabem o que é. Tem que ir adequando. (Ana Rosa Pereira, professora)

Em Língua Portuguesa, para alfabetização, usava o Método Analítico: começava pela sentença (primeiro a frase inteira), depois as palavras até chegar nas sílabas. Por exemplo: “Lili, Lalau e o lobo. O menino se chama Lalau. A menina se chama Lili”. Daí, Lalau depois Lili. A e i. Depois ensinava as vogais: “a, é, i,...”, e assim ia. E na redação havia muitos cartazes. (Edite Pereira de Castro, professora)

Isso era normal, ele dominava muito bem. No início do ano, começava alfabetizando todos, 15 alunos. Os 15 na frente e ta, ta, ta...Depois dava ditadinho de palavras, depois ditadinho de sentenças, agora tinha aqueles alunos que já iam ficando para trás, não tinham facilidade, tinham dificuldade na leitura, tinham dificuldade na coordenação motora, tinha dificuldade mesmo de falar...Naturalmente iam ficando atrasados. Dos 15 alunos, 6 tinham aprendizagem rápida, que estavam na lição de número sete da cartilha (naquele tempo tinha cartilha para o 1º ano, o livro para o 2º ano e livro para o 3º ano), três estavam na lição número 4 e tinham dois ou três que

não conseguiam sair da lição número 2. Mas o professor não podia e nem deixava para trás, tinha que atender os três níveis do 1º ano. Tinha uma turminha que ia como rojão, uma turma do meio e uma turminha lá trás (aqueles que tinham muita dificuldade) que inclusive chegavam no final do ano ou no meio do ano e não conseguiam ser alfabetizada. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Em Português (eu não gostava muito dessa matéria), a professora não tinha outros recursos para ensinar, só a cartilha. Estudamos na Cartilha “Caminho Suave”. Já em Matemática, só havia o livro do Professor: passava-se tudo na lousa. Era tudo escrito na lousa. Hoje é uma mordomia: estêncil, todas essas coisas. Levávamos palitos de fósforo para contar, em Matemática. Não tínhamos Educação Física. Só quando estava muito frio é que nós íamos caminhar. (Geni Giorgetto Salle, aluna)

[...] Como eu fazia uns cartazes, um menino ia falando: ‘a da abelha, e do elefante,..., da do dado, pa da pata, ta do tatu...Dona Tuti, cagaram na Zazá!’ O passarinho tinha sujado o cartaz. Eu morria de rir disso. [...]. Eram demais de espontâneos. (Luiza Maria de Sousa Constantino Pedro, professora)

Em Linguagem, fazia o preparo, noutro dia execução e outro dia correção, isso para as séries mais adiantadas. [...] Eu falava: “olha aqui, o que vocês estão vendo? Estão vendo que aqui tem uma casa, deve ser a residência do aluno. Aqui não tem um rio? Vejam, ele tem que atravessar essa ponte. Olha aqui os bois no pasto”. Tinha outras gravuras com galinhas, pintinhos. Esse dia era o da preparação, explicava para eles: “veja bem, é uma descrição de uma gravura, o que é gravura? É uma figura. É esta figura aqui nesse quadro que vocês estão vendo...”. Tinha que explicar tudo.

No outro dia, era a execução: “agora vocês vejam, ontem nós fizemos o estudo sobre essa gravura, hoje vocês vão descrever o que vocês estão vendo na gravura. Era uma dificuldade, porque depois que eu falava “descrever”, e às vezes eles colocavam histórias. Eu falava (tinha que ensinar), “não é história vista de uma gravura”. Porque já tinha ensinado descrição, eles tinham que descrever o que estavam vendo, por exemplo: “olhando na gravura eu estou vendo o desenho de uma casa, estou vendo o menino com a menina e tem um rio onde tem uma ponte que eles atravessam, tem uns bois no pasto”. Eles escreviam. No outro dia corrigia. Ia ver se eles escreveram, se escreveram certo, os erros de grafia, tudo isso.

No outro dia ensinava-se narração: “agora vocês vão contar uma história, vão inventar uma história”. Eles faziam uma confusão tremenda. Era descrição com a narração. Eu falava: “vocês não estão vendo aqui um menino e uma menina? Vocês vão contar uma história, invente a história que vocês quiserem. O menino mora numa casa, com o pai, com a mãe, embora vocês não estejam vendo, mas vocês podem dizer, e esses são os irmãozinhos. Eles vão estudar lá numa escola, saem de manhã, vão passar por uma ponte sobre o rio para ir até a escola.” Explicava para eles, ficava meia hora, uma hora, aí seria o preparo. Agora já seria narração de uma história vista de uma gravura.

Depois pedíamos para eles inventarem uma história sem gravura, sem eles verem. Eu falava: “como vocês aprenderam essa descrição à vista de gravura, vocês vão descrever a casa onde vocês moram, sem a gravura: como é a sua casa, se ela é de barro ou não é de barro, se ela é feita de pedra, de tijolo, há quantos quilômetros fica sua casa aqui da escola e assim por

diante. O que o seu pai faz lá, ele trabalha, ele é sitiante? Então vocês vão contar uma história”. Era feito assim. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...], mas não vou falar que eu era uma boa professora de Matemática: eu sempre achava que a Matemática não era boa. Eu gostava mais da Língua Portuguesa, parece que era mais fácil para trabalhar, e eu também não sou muito boa em Desenho, em Matemática é bom o desenho: eu usava giz de cor. Ensinei, mas grande sucesso não tive. [...]. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Notamos que, embora não explicitamente, os ideais da época da ditadura militar também interferem nas atividades desenvolvidas na escola, em especial quanto ao civismo e patriotismo.

[...] Fazíamos festa de comemoração de sete de setembro, costumávamos cantar o Hino Nacional. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

[...] Tinha comemoração. O pessoal comemorava, cantava o hino nacional com a mão no peito, aquela coisa assim. Tinha que cantar. Saber o hino certinho. Tinha essas comemorações normais. Dia da Bandeira que era dia 19 de novembro. Tinha essas comemorações. Hastear a bandeira... (Carlos Roberto Graciano, aluno)

[...] Em sete de setembro havia festinhas, que se faz até nos dias de hoje. Já no Dia da Criança e no dia do Professor não lembro se fizemos alguma coisa. Nem festa junina também. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

[...] Em História se comemoravam muito as datas históricas principalmente. Era tudo muito comemorado, muito preparado. Todas as datas cívicas. 7 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril, 1º de maio, dia do trabalho, dia do índio também, eram as 5 mais...Fazia festinha. Os alunos cantavam os hinos pátrios, a gente ensinava direitinho. Dia da criança...Dia do professor, sempre existiu, mas não me lembro se comemorava. [...]. (Deusa Maria Trindade Morales, , professora)

3.7.3 Inspeção

Os inspetores de ensino desenvolviam atividades na delegacia de ensino e junto à secretarias:

Na Delegacia de Ensino, além das minhas funções, também atuava na área da saúde. [...] Nas escolas, o trabalho do supervisor era o de verificar o prontuário dos professores, se estava tudo em ordem, se o professor realmente tinha a documentação completa junto à escola, se o diretor levava a efeito o planejamento anual como deveria ser feito, verificava as escalas

dos professores substitutos. [...] Eu via também o prontuário, verificava a matrícula, eliminação e transferência de alunos, enfim, aquela parte administrativa da escola. Mas o supervisor quando chegava na escola também via a parte pedagógica - discutia com o diretor da escola como estava sendo a parte pedagógica: o que ele oferecia... Às vezes nós assistíamos aulas, entrávamos dentro de uma sala de aula de surpresa, ia lá num cantinho no fundo, numa carteira, e ficava olhando a aula do professor, para ver como é que ele desenvolvia a matéria [...]. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Era também através das visitas dos inspetores de ensino que se concretizava a possibilidade de instalação de novas escolas.

O supervisor de ensino visitava os núcleos rurais, verificava o número de alunos, a necessidade de nova escola, a necessidade de aumentar o núcleo... Levava ao delegado, a proposta era feita e a Secretaria aprovava. Na hora que fazia essas visitas, verificava essas necessidades. [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Esses profissionais organizavam um cronograma de visitas às escolas, sendo que o número de visitas anuais estava relacionado com o número de escolas que deviam atender e às dificuldades de acesso.

[...] a gente recebia visita da supervisão, de vez em quando aparecia o supervisor (o mesmo que inspetor). Tinha supervisor na época. A gente trabalhava ali, de vez em quando via um carrinho, a gente sabia: o supervisor está vindo. Ia visitar a escola, saber como estava passando... Como as Escolas de Emergência pertenciam a um Grupo Escolar de Pederneiras, pertencente à Delegacia de Jaú, o inspetor que ia de vez em quando fazer a inspeção, saber como estava funcionando tudo, era dessa delegacia. (Ana Rosa Pereira, professora)

O [...] inspetor escolar vinha visitar a escola [...] mensalmente, ou duas vezes por semestre. De repente aparecia na porta. A gente estava dando aula, os alunos falavam “professora, tem visita”. A gente olhava para a porta estava o supervisor, o inspetor. Mas era muito bom. Geralmente encontrava tudo certinho. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

No período em que estive nessa zona rural não recebi visita nenhuma, embora tivesse inspetor. Era difícil, complicado, não era todo mundo que tinha carro. No vilarejo já tinha o inspetor, lá era mais organizado. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Nós tínhamos, na zona rural, as visitas permanentes e constantes dos inspetores escolares que registravam tudo. [...] Em um ano o inspetor visitou três vezes a escola. [...] O ensino era muito disciplinado. Na época em que terminei o Curso Normal, ainda jovem (tinha uns vinte anos), com muitas

ilusões, aquele idealismo, achava um absurdo aquela estrutura escolar: “um professor ser fiscalizado”? Achava que o professor era quase um ser superior! Depois entendi que, de fato, há necessidade. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

As visitas consistiam na avaliação do andamento da escola, na constatação de possíveis dificuldades, na análise dos planejamentos das aulas do professor e na checagem da frequência, para o que o inspetor conversava com os alunos e conferia as documentações pertinentes.

[...] De repente aparecia na porta. [...]. Olhava os cadernos dos alunos, passava visto. Conversavam com os alunos, perguntavam...[...] Os alunos gostavam, era bom uma visita, uma pessoa diferente além do professor. Olhavam os diários dos professores, livro de chamada, livros que a gente tinha que pôr em ordem e atas de reunião. Eles faziam uma inspeção. [...] Alguns eram mais exigentes, as visitas eram mais demoradas, outros mais moderados, viam o geral da classe, faziam uma avaliação mais rápida. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] O inspetor chegava para visitar a escola, a primeira coisa que via era o Livro de Chamada para verificar o comparecimento dos alunos. Depois passava visto no Diário e no Semanário. [...] (Edite Pereira de Castro, professora)

De vez em quando o inspetor de ensino visitava a escola. Nunca se sabia o dia. Ia fiscalizar o professor: se ele estava dando aula, sua frequência... Olhava a matéria, fazia algumas perguntas para as crianças. Depois apontava, no termo de visita, que encontrou a escola em ordem, que estava tudo certo, que as crianças estavam bem. [...]. (Marisa Lia Mondelli, professora).

Ele olhava os cadernos dos alunos. Verificava o Diário, se estava feito [...] verificava o Livro de Chamada (porque tinha chamada todo dia). Verificava tudo. Conversava com os alunos. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] O inspetor olhava tudo: os alunos, os cadernos, a aplicação dos alunos, fazia uma avaliação e também falava do geral. Fazia perguntas para os alunos. Mandava-os à lousa para ver o ditado, no primeiro ano, eles iam. A gente tinha visitas. [...] O horário, tudo, eles pegavam a gente lá na pontinha. Mas eu não tinha nada que fazer, no sítio a gente se dedicava totalmente, porque durante a semana eu ficava lá. Ele chegava à escola, via a chamada, a primeira coisa era o livro de chamada porque tinha que saber do comparecimento dos alunos, do professor, tudo. E geralmente a gente tinha tudo em ordem. [...] Não era esse livro de hoje não, essa cadernetinha. Era coisa bem complicada, tinha nota, tudo ali. Depois que ele via tudo aquilo, via o Semanário ou o Diário. [...] (Jacyrá Falco Sales, professora)

[...] O inspetor entrava na sala e olhava: segunda feira tantas horas, o que está sendo dado? Se fosse aula de Linguagem tinha que ser naquela hora porque senão o inspetor ia falar: “aqui consta Segunda feira que das nove às dez horas preparo de Linguagem, eu não estou vendo isso af”.(Rodolpho Pereira Lima, professora)

[...] O supervisor chegava, a primeira coisa que via era o livro de matrícula, se estava certinho, as eliminações de alunos, os alunos que foram matriculados, a época certa da matrícula, a época certa da eliminação [...] Havia uma série de observações que eram próprias da Legislação e que o supervisor observava. Tinha um livro que chamava Termo de Visita, ali o supervisor contava tudo o que encontrou no dia: o trabalho do professor, elogiava ou fazia uma crítica, não uma crítica pejorativa, mas na intenção de melhorar o trabalho do professor. Nunca houve punições. Algumas vezes o professor faltou naquele dia e não justificou a sua falta, mas nunca houve nenhum problema. [...] (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

O inspetor escolar visitava a escola, de vez em quando, para ver se estava sendo cumprida a programação. Também comparava o Programa com o Diário e o Semanário...E tinha que estar mais ou menos batendo. Não é que tinha problema, mas na época, não havia a flexibilidade de atualmente. Hoje, por exemplo, joga-se o conteúdo mais para frente. Existia isso também na época, só que era mais rígido. Tinha que cumprir esse Programa! O inspetor via um probleminha na lousa e dizia assim: “fulano, como é que você resolveu esse problema aqui?” Ele perguntava tudo. A criança levantava, ia à lousa e resolvia. “Fulano, fala a tabuada do três”. “Sicrano”, ele via no Diário em qual tabuada estava, mandava falar. Via na parte de Geografia e perguntava, por exemplo, se fosse 3ª série: “qual é a capital da Bahia?” Naquela época nós ensinávamos isso. Era um ensino muito mais puxado. Muito mais puxado! Ele fazia as perguntas de acordo com o que estava no Diário do professor. E as crianças não tinham medo. [...] (Antônia Vieira Bentivenha, professora)

Durante as visitas os inspetores relatavam por escrito, no Termo de Visita, tudo o que observaram naquela escola. Esses registros eram posteriormente enviados pelos professores ao diretor da escola. Também os inspetores davam retorno ao diretor de sua visita à escola.

[...] Depois eles deixavam o termo de visita que o professor tinha que passar em duas vias e levar quando fosse para a reunião mensal no Grupo Escolar. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

E quando saía, deixava as observações escritas no livro de termo e o professor era obrigado a tirar cópias em duas vias: uma para a Delegacia e para o Diretor ou Auxiliar de Ensino [...]. Ele olhava os cadernos dos alunos, conversava com eles, fazia perguntas sobre a matéria e orientava o professor. (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Depois ele fazia um termo de visita, no livro da escola. Quando completava o livro todo era enviado para o arquivo morto da escola sede na cidade. Deve ter até hoje. (Antônia Vieira Bentivenha, professora)

O professor era obrigado a tirar uma cópia do termo de visita e mandar para o auxiliar de inspeção (que era o diretor de uma escola urbana e com a função de inspecionar todas as escolas rurais do município que estavam subordinadas a esta escola urbana). (Rodolpho Pereira Lima, professor)

O supervisor de ensino passava na escola onde ficava o auxiliar de inspeção e dizia: “visitei hoje tais e tais escolas, assim, assim. Achei os professores tais, tais, tais e tais. Tais e tais faltaram no dia de hoje. O senhor queira anotar: eles não compareceram à escola”. Para ver se no fim do mês batia com anotações feitas pelo professor em um bloquinho (eles tinham para fazer o seu resumo do mês): “dei tantas aulas, faltei dia tal, não faltei”. Esse boletim era entregue para o auxiliar de inspeção, que passava para o livro. Tinha que bater com as visitas do inspetor também. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Alguns depoimentos apontam para o receio que tanto alunos quanto professores tinham em relação às visitas dos inspetores, sendo que alguns docentes, ao saberem com antecedência da visita, orientavam os alunos a irem “bem apresentáveis”, o que indica que se buscava manter certas “aparências”, não considerando os reais costumes e condições de vida do aluno rural. O receio dos professores está mais em querer que tudo fosse encontrado em “ordem”. Já para os estudantes, o receio estava mais no fato de serem avaliados, questionados pelo inspetor. Havia uma “preparação” para receber esses profissionais, mesmo que a data da visita não fosse de conhecimento dos professores.

[...] Tinha que ter todo aquele respeito, quando o diretor chegava todo mundo tinha que ficar em pé. Ou mesmo quando qualquer outra pessoa que fosse visitar a escola. Tinha que ficar todo mundo em pé, aquela coisa! Era diferente de hoje!. O inspetor faziam perguntas para ver como estava o aprendizado. Cobrava para ver se estava sabendo, principalmente tabuada: “Levanta fulano de tal e fala a tabuada de tal”. Acho que era mais exigido. Cobrava sim. Perguntava para a professora como que estava funcionando tudo. Era sempre assim. Cobrado.

O dia que o inspetor ia, ficava: “ah, porque vem fulano hoje, ou fulano”. A professora avisava. Tinha que estar tudo certinho: no sítio é tudo pé no chão, aquela roupa simples... Ia com uma roupinha melhor. A professora orientava isso. Falava: “tal dia vai chegar um diretor aí”. Ele nunca ia de surpresa, que eu me lembre não. Ela falava: “vai vir o diretor”. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

[...] Quando a supervisora vinha ela olhava tudo. A supervisora ia ao sítio, ia visitar para saber como é que você estava dando aula, quantos alunos havia... Eu levava a supervisora, nunca tive medo. É só a gente fazer certinho que não tinha problemas. Ela foi muitas vezes na escola da Monção. Tinha

professor que morria de medo da supervisora, de ouvir alguma crítica. Eu não tinha medo não. Naquele tempo o Supervisor era chamado de Inspetor. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

De vez em quando, um supervisor, um diretor passava para dar uma olhadinha nos cadernos. Você ficava morrendo de medo daquele dia, a professora avisava, ‘vai vir alguém aqui, vai dar uma olhada, vai fazer uma inspetoria aqui’. Ela pedia para gente procurar ir bem limpinho, bem arrumadinho, porque tinha aluno de família muito pobre, às vezes, ia até meio sujo para a escola, por isso ela pedia, ‘olha, vem bem bonitinho, bem arrumadinho, corta o cabelo, lava a cabeça...’ [...] Vinha, a gente ficava com medo. [...] ‘está gostando da professora? Ela está ensinando direitinho? Vocês estão encontrando alguma dificuldade? Vocês querem que troquem de professora?’ Eles questionavam [...]. (Marina Brosque, aluna)

Durante o ano o diretor visitava a escola. A professora avisava: o diretor vai vir. Morriamos de medo dele. Só olhava os cadernos para ver como é que estavam. [...] (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...] Quando eu estava no 2º ano, o inspetor veio no meio do ano. Veio só bater um papo. Só conversou, olhou os cadernos... Olhou os cadernos e já falou: “você tem que prestar mais atenção”. “Você está mal, você precisa muita atenção”. Falava desse jeito! (Ovídio Pereira Martins, aluno)

O inspetor chegava na escola rural para visitar, todo mundo ficava em pé e cantava uma musiquinha de “seja bem vindo senhor inspetor”. Quando nós saímos todos eles ficavam em pé se despedindo, era uma maneira muito gostosa em que o professor que tinha o seu ideal de bem servir era bem servido também. Os alunos não tinham problemas nenhum com o professor e nem com o inspetor escolar. Todos nós vivíamos em perfeita harmonia. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Essas “conversas” com os alunos indicam que, embora a prevalência da inspeção fosse no funcionamento da escola em seus aspectos administrativos, alguns inspetores tentavam auxiliar os professores na condução das atividades em sala de aula, o que nem sempre era realizado com sucesso, pois nem todos tinham formação para isso.

[...] Observava depois a parte pedagógica, pegava um caderno dos alunos, de um aluno qualquer, aleatoriamente. Vamos supor que era uma classe de primeiro e segundo graus, eu pegava um caderninho de um aluno do primeiro grau para ver o adiantamento dele. Se ele já estava semi-alfabetizado, se já estava alfabetizado, qual era o livro adotado, qual era a cartilha adotada, qual era o plano que a professora se propunha fazer para que aquele aluno fosse alfabetizado o mais rapidamente possível. E na terceira e na quarta série era a mesma coisa. A gente já tinha o planejamento proposto pelo professor, víamos pelos cadernos se estavam acompanhando em *pari e passu* o que a professora se propôs a fazer. Às vezes atrasava, às vezes adiantava, porque havia remoção no meio do ano, o outro professor

que ia ocupar o lugar às vezes não estava adaptado com o meu sistema de trabalho, ou com o sistema de trabalho do auxiliar de inspeção, que tomava conta também dessas escolas. Havia uma série de implicações, mas funcionava muito melhor do que hoje. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Alguns eram bem didáticos, perguntavam coisas bem práticas, outros, parece que não tinham muita prática, perguntavam umas coisas que não tinham nada a ver com nada. Tinha lá suas falhas também. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Tínhamos a visita, na escola, do inspetor escolar uma vez por mês: ele via todos os cadernos dos alunos. Ficou admirado de ver o adiantamento das crianças, como eles estavam escrevendo bem: por ser da zona rural, três séries. Ele pediu para eu levar os cadernos dos meus alunos para eles verem durante uma reunião na cidade. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

Essa questão da função principal das vistas dos inspetores é abordada por Sperb (1967, p.50): “A preocupação com o trabalho do professor regente de classe, via de regra, não ia além do exame semanal ou mensal do diário de classe. [...]”. A autora ainda trata da mudança do conceito de administração escolar, que à época, se refletiu no próprio conteúdo das disciplinas nos cursos superiores, solicitando maior dinamismo dos administradores. Compreender e interpretar o comportamento humano são mecanismos que começam a ganhar espaço nos setores industriais logo após a 1ª guerra mundial, implementado pelo desenvolvimento da Psicologia Social. “Naturalmente”, chega à escola e à legislação escolar.

Podemos perceber, também, que embora o título da função tenha sido alterado (de inspetor de ensino passa a supervisor), na prática, sua atuação não teve mudanças significativas.

Quando fui inspetor em Avaí, Presidente Alves, realizava muitas reuniões integradas de escolas isoladas (inspirada no Jamburi, movimento de escoteiros no qual se reúnem grupos de escoteiros para trocas de experiências). Eu realizava mini reuniões (o nome era mini reuniões de escolas isoladas) que objetivam trocas de experiências. Pegava dez escolas isoladas, num distrito, e se reuniam em uma. [...] Era uma troca, sentavam em grupo, e eu falava (eu presidindo, coordenando): “Vamos ver Matemática. Como é que está o negócio?” Todos os professores trocavam os cadernos. E um falava: “Mas que coisa interessante, como que você dá isso aqui?” E o outro: “Mas que bacana isso aqui, eu dou assim, assim, assim...” Vamos ver agora a Linguagem: “Como é que vocês estão dando tal...?”. “Alguém quer mostrar?” Não era só caderno bom, tinha que trazer caderno de aluno adiantado, aluno médio e aluno atrasado. A realidade. [...] O professor via: “Nossa, que interessante, como é que é isso aqui? Eu não tinha pensado nisso”. E aquela que estava fazendo ia lá no quadro, explicava: “Eu faço assim, assim, assim...” Servia para os colegas e para o supervisor. Eram

as mini reuniões para enriquecimento de experiências. Ficava ali olhando, o período todo, das 8:00 h ao meio dia, das 8:00h às 11:00h. [...] Isso daí era altamente eficiente e construtivo. [...].

O inspetor fazia visitas às escolas rurais. Num primeiro momento, ele era um fiscalizador. Ia até às escolas para verificar se o professor estava trabalhando, como estava a frequência dos alunos. Já num segundo momento o inspetor era o orientador. Ele se preocupava em orientar o trabalho do professor. Chegava lá, examinava os cadernos, fazia vistoria dos cadernos, a sondagem dos cadernos, via o que a professora estava dando, punha uma conta na lousa (dividir por doze)...Dava uma aula modelo. Procurava criar um estado em que o professor confiasse nele. Quando o inspetor chegava é como se fosse um salvador! Ele perguntava, falava que estava com dificuldade nisso, e o supervisor orientava. A atuação dele foi muito importante, o que não é hoje. Hoje também não se justificaria um supervisor de ensino dar aula modelo, pois existem especialistas. Tem o professor de Matemática que vai orientar nas especialidades...E naquele tempo não tinha. O inspetor tinha que saber um pouquinho de tudo, tinha que ser criativo, para compensar as ausências. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

O papel desempenhado pelos inspetores de ensino consta da LDB 4024, art. 28: a administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios deverão promover anualmente o levantamento o registro das crianças em idade escolar e incentivar a fiscalização da frequência às aulas.

Esse aspecto da vigilância constante é tratado por Foucault (1999), referindo-se a uma forma de poder amplamente utilizada depois do fim do século XVIII: o panoptismo¹⁴: Sobre os indivíduos é exercida uma forma de vigilância individual e contínua – inicialmente através de uma arquitetura que permitia que o único vigilante observasse os detentos ou loucos – que, posteriormente, implicou uma forma de vigilância sobre o que está na eminência de ocorrer, não tendo apenas função de correção. As visitas dos inspetores de ensino, não eram anunciadas previamente, o que obrigava os professores a manter o “bom funcionamento” da escola a qualquer tempo e a se conservarem em constante estado de vigilância em relação aos outros e com eles próprios.

3.7.4 Avaliação e promoção

¹⁴ O Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural. Na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela o indivíduo a ser vigiado. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Esta organização induz no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático da vigilância, em um processo permanente de efeitos e descontínua de ação (FOUCAULT, 2000c, p.165-166).

Os programas com os conteúdos a serem abordados também eram utilizados pela delegacia de ensino para elaboração das provas do exame final a ser aplicado no final do ano pelo inspetor/diretor ou por um professor de outra escola designado para tal tarefa. O professor da classe não avaliava seus alunos no exame final, apenas nas avaliações mensais que, em geral, não interferiam na aprovação ou reprovação do aluno.

Mas professores davam prova mensal para os alunos treinarem durante o ano. Existia o boletim que trazia a nota. Trazia a nota de Matemática, Linguagem... Mensalmente ela fazia uma provinha, preenchia o boletim, entregava para o aluno e o pai tinha que assinar. Os pais tinham que assinar. Muitas professoras usavam o boletim. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

A avaliação era diária pois corrigíamos os cadernos dos alunos todos os dias, valia nota. E todo final de mês fazíamos provas mesmo, em um caderninho de Linguagem fininho, que era utilizado para as provas. Esses cadernos eram vistos pelo inspetor escolar. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

“Cumprir o programa” era um objetivo associado à fiscalização do inspetor de ensino durante suas visitas, exigência de que os alunos tivessem “visto” todo o conteúdo para o exame final.

No fim do ano existia a aprovação ou reprovação do aluno. E existia mesmo! [...] Naquele tempo o aluno ficava reprovado em Linguagem se ele errasse tantas palavras na grafia. Perdia o ano. Em Matemática tinha que fazer continhas (de multiplicar) e tinha exame oral. Tinha que fazer a tabuada oralmente [...]. Se os alunos errassem as perguntas que o inspetor fazia, ele dizia que a classe estava muito atrasada, porque tinha um programa a seguir. Para passar tinha exame oral de fim de ano e não era aplicado pelo professor da classe. A Delegacia designava um outro professor de uma outra região para vir fazer exame numa outra classe, e as questões eram elaboradas pela Delegacia. Como existia o programa a se seguir [...] eles não queriam saber, seguiam o programa, se não foi dado o aluno era prejudicado. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

E tinha o exame final, com o inspetor. E o medo do inspetor! A professora falava: “ele vai passar tal coisa” E cadê que a gente ia lembrar? [...]. Passava com nota baixa: 60, 65. [...] Em dia de exame, o inspetor mandava o aluno na lousa, porque a prova não era só escrita no caderninho. Tinha que ir lá na lousa resolver. De repente, o inspetor falava: “tal problema, tal fulano vai lá, vai lá na lousa e faz lá na lousa”. Citava um nome. Eu nunca fui mandado. Sorte! (Ovídio Pereira Martins, aluno)

E, no final do ano, a prova era feita por esse inspetor. Não era o professor. [...] Era o próprio inspetor que fazia as questões da prova. Porque a gente sabia o assunto, tinha um programa de ensino. Era aquela matéria que tinha que ser desenvolvida durante o ano. Todos os professores tinham o mesmo

programa de ensino. Esse programa já era feito pelo próprio Estado. Vinha um programa do Estado. A gente tinha aquela programação e, dentro dessa programação, o inspetor ia a todas aquelas escolas rurais e aplicava essa prova. Tinha que cumprir esse conteúdo para que as crianças pudessem fazer a prova. E eles iam até bem. Mas, para eles, a visita do inspetor era coisa do outro mundo! Eles tinham medo. Mas até que em vista, eles iam bem na prova. Iam bem. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

O que mais intimidava a criança era aquele exame final. Havia avaliações que hoje nem se usa mais. Só eram avaliados mesmo no final do ano. Havia provas durante o ano, mas não tinham valor no final do ano letivo. A prova que valia para passar de ano era a prova feita no final do ano, sendo o examinador um outro professor de fora. O professor da turma só ficava na sala. Essas provas eram preparadas pelas Delegacias de Ensino, com base nos programas. Era horrível aquela época. Às vezes, o aluno era bom o ano todo, na hora da prova, com examinador estranho, ficava nervoso ao fazer uma redação, um problema, errava, e ia mal. E quem corrigia as provas eram eles. Muitas crianças que eram bons alunos durante o ano todo e por qualquer coisinha, repetia. E não tinha recuperação, nada, nada. A gente tentava, porque sempre trabalhei com muito amor, mostrava os caderninhos de provas mensais, para dar uma chance para aquela criança... Esse problema nós tínhamos na escola rural. (Antônia Vieira Bentivenha, professora)

Na escola rural também tinha prova. Opa! Todo mês tinha prova e no final do ano tinha aquela prova que se a gente não passasse naquela ficava mesmo, e era aplicada pela professora mesmo. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

[...] Todo mês a gente fazia aquela avaliaçãozinha, e depois tinha avaliação no meio do ano e depois no final do ano, uma prova maior para ver se ia passar de ano. Prova final elaborada no Grupo. Às vezes ia outra pessoa junto com a gente para aplicar a prova. [...] (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Fazíamos provas mensais, provinhas de todas as matérias: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Moral, Social e Cívica. No fim do ano havia o exame. O exame era feito pelo professor enviado pela Diretoria de Ensino. [...] Às vezes ia o inspetor fazer o exame no fim do ano, mas podia ser um professor também. [...] Essas provas eles traziam já elaboradas e faziam a aplicação nos alunos.[...] (Edite Pereira de Castro, professora)

A avaliação era feita geralmente pelo supervisor de ensino, ou inspetor de escola. Na época do inspetor escolar era ele quem preparava as provas, levava e aplicava, e o professor só ficava num cantinho vendo. Corrigia ali na hora. Toda a aprovação era feita na hora, e quem passou, passou; quem não passou, não passou. A prova era baseada nos programas de ensino, na programação que a professora desenvolveu com a criança, mesmo nas escolas da cidade. [...] E o professor que acompanhou o aluno durante o ano todo já nem precisava de uma prova. Ele sabia quem tinha condições de ser aprovado ou não, baseado nas suas próprias observações. Era muito mais útil

e racional que assim fosse. E passou a ser feito assim. Graças a Deus os “iluminados” aceitaram isso. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Embora houvesse esse descompasso (as atividades escolares durante o ano serem de responsabilidade dos professores que, no final do processo, não participavam, diretamente, na aprovação ou não dos estudantes) não se tinha número expressivo de reprovação, ainda que a presença de outro profissional algumas vezes pudesse causar um certo desconforto aos estudantes.

Mas não tínhamos muita reprova. Como era rigoroso, só passava quem soubesse ler e escrever. Havia mais reprova na 1ª série. Já na 2ª e 3ª série não havia muita. Era uma média de 85 a 90 por cento de aprovação. (Antônia Vieira Bentivenha, professora)

Reprovei o mínimo de aluno. Pouquíssima reprova. E mesmo porque na zona rural não era o professor da classe isolada que fazia as provas quando chegava o final do ano. Vinham professores da Delegacia de Ensino, no mínimo dois professores. Professores de outras escolas que iam avaliar os alunos. No exame final mesmo não era o professor que tinha autonomia...O professor, que direcionava a escola e a classe o ano todo não dava palpite em nada. Era uma prova tipo concurso. Vinha uma provinha pronta para cada aluno e os professores visitantes. Eram geralmente provas escritas. Eu não lembro muito bem se fazer prova com outros professores influenciava o como os alunos se saíam na prova, mas eu tenho a impressão que influenciava, sim. Se bem que eram professoras também, tinham bastante didática, não atrapalhavam, deixavam a prova...Os professores visitantes corrigiam e, logo à tarde, às duas horas da tarde, já tínhamos os resultados. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Não tinha quase repetência como tem hoje. As crianças, não sei, parece que eles tinham a cabecinha fresca para aprender. Não é como hoje, que eles se preocupam muito com televisão, com muita coisa, parece que a cabeça fica cheia. Antigamente não, quem morava no sítio, na zona rural, parece que a cabeça deles era fresquinha. É como uma terra fresca, uma terra boa, você põe uma semente, cresce aquela semente. Agora numa terra cansada já é mais difícil produzir. Assim era a cabeça das crianças aquele tempo. A cabeça parece que era descansada. Aprendiam com facilidade. Faziam a prova com o inspetor no final do ano, uma pessoa diferente, chegava ali e aplicava aquela prova, matéria que a gente dava, mas sabe como é que é, nem sempre você vê...é tipo hoje, faz esse provão. As pessoas têm esse conteúdo, os alunos aprendem aquele conteúdo, mas não sabe como vai ser jogado para você responder. Para uma pessoa que faz faculdade já é mais fácil, mas para uma criança da 1ª série, chegar no final do ano, aparecer o inspetor, às vezes dá de uma maneira um pouquinho diferente do que o professor...Mas eles iam bem. (Ana Rosa Pereira, professora)

Fazíamos provas mensais, provinhas de todas as matérias: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Moral, Social e Cívica. No fim do ano havia o exame. O exame era feito pelo professor

enviado pela Diretoria de Ensino. [...] Às vezes ia o inspetor fazer o exame no fim do ano, mas podia ser um professor também. [...] Essas provas eles traziam já elaboradas e faziam a aplicação nos alunos. E eles iam bem. Não sei, mas parece que antigamente os alunos eram mais inteligentes...(Edite Pereira de Castro, professora)

Havia os exames finais e as provas mensais. [...] As provas mensais eram da responsabilidade dos professores. A prova final normalmente era o inspetor que vinha fazer, na minha escola vinham professores, mas veio o inspetor também. Os alunos não tinham apuro, esse medo, a gente já ia preparando porque eles estavam bem. E eles sabiam conversar, não eram tímidos. Eu os deixava bem à vontade, não havia problema não! Aquelas crianças eram maravilhosas! (Jacyra Falco Salles, professora)

Todo mês tinha que aplicar prova. O exame final, cuja prova vinha pronta, mesmo na cidade, era aplicado por outro professor ou pelo o inspetor de ensino, que também corrigiam. E os alunos não tinham medo, porque eles viam o conteúdo muitas vezes. Nunca vi nenhum aluno visivelmente nervoso. (Marisa Lia Mondelli, professora)

As provas e o exame final sempre eram dados pela professora. Ela dava e corrigia. Tinha pouca reprova, eram poucos alunos, não tinha como ter bastante reprova. Não havia recuperação, passava-se na raça mesmo. Quando os alunos estavam no 1º ano, estavam aprendendo, a professora pegava na mão de todos para ensinar a escrever. Depois que aprendia escrever, já ia por conta própria. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Naquele tempo existiam os exames. As questões eram feitas pelo auxiliar de inspeção, diretor do grupo escolar [...]. O exame era feito no final do ano, novembro geralmente. O auxiliar de inspeção indicava, designava um professor do grupo, ou de outra escola para fazer o exame na escola dele. Ele pegava as questões e ia para a fazenda, geralmente com condução providenciada pela professora da fazenda, cedida pelo fazendeiro, que vinha buscar a examinadora.

Essa examinadora ia, levava e aplicava as provas do 1º, 2º e 3º anos. Ficava na fazenda depois que terminava, corrigia e já dizia para aqueles que tinham sido aprovados ou não tinham sido aprovados (aqueles que tinham sido reprovados). Falava. A correção era na hora. Geralmente o dono da fazenda, ou o administrador servia um farto almoço para a examinadora, também participava a professora da escola. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Bons resultados eram esperados por todos: para os professores o número de alunos aprovados era computado como ponto para remoção; aos alunos atribuíam certo mérito pessoal; aos fazendeiros eram o resultado de sua “boa ação” e aos administradores davam a sensação de que o sistema de ensino nas escolas rurais se desenvolvia em sua plenitude. Nesses eventuais “acordos” reside um ponto de neutralização de ações que buscassem não apenas programas reformistas, consequência desses discursos que contribuem com a manutenção do *status quo*, mas um projeto efetivo e eficiente de educação no meio rural. Esse

possível projeto tem sido, nos dias atuais, motivo de discussão, como as realizadas no Fórum Mundial de Educação em janeiro de 2003 em Porto Alegre, onde se discutiu de que a escola rural, de modo geral, tem sempre sido tratada a partir de “programas”, nunca a partir de projetos sólidos, panorama que se pretende alterar as atuais Diretrizes Operacionais da Educação Básica no Campo.

3.8. Sistema de ensino

O sistema educacional brasileiro passou por diversas reestruturações. Na década de 1960 é promulgada a primeira LDB - Leis, Diretrizes e Bases para o ensino nacional, Lei 4024/61, que dispõe sobre a estruturação e o funcionamento do ensino em 4 graus: Primário composto por 4 anos; Secundário ou Ginásio com 4 séries num total de 4 anos; Colégio com 3 anos e Superior. Em 1971 a lei 5692 altera a 4024/61, mas não a revoga, reestruturando o funcionamento do ensino em 3 graus: 1º grau que foi a fusão do Primário com o Secundário em séries, num total de 8 anos; 2º grau com 3 anos e Superior. Apenas em 1996 é fixada a segunda LDB, Lei 9.394/96, revogando a anterior. É estabelecida nova estruturação para o Ensino: Educação Básica composta pelo Ensino Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental – antigo 1º grau, e Ensino Médio – antigo 2º grau, e estabelece obrigatoriedade apenas o Ensino Fundamental.

Muitos professores passaram por essas duas fases. Essa pode ser a confusão da terminologia verificada em nossos depoimentos, alguns se referindo às séries, outros aos “anos”.

[...] Tínhamos várias leis esparsas que falavam de ensino primário, outras falavam do ensino técnico, falavam do ensino comercial, do ensino superior. Não existia um diploma legal único, uma lei de caráter geral. A primeira lei de caráter geral que condensou tudo numa única lei foi a de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de vinte de dezembro de 1961.

Surge em 1971 a lei que unificou o antigo primário com o antigo ensino médio: a 5692 de 1971. Em 1996 tivemos a Segunda Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional [...]. Antes das Diretrizes e Bases de 1961 o programa dado numa escola, norte a sul, leste a oeste, no Brasil, era único. Entrava e terminava o período letivo, período de férias. Depois, numa rua podia ter uma escola particular e na outra uma oficial e cada uma ter seu programa e suas disciplinas. Também surgiram os Conselhos (na época era Federal de Educação hoje é Conselho Nacional de Educação e os Conselhos

Estaduais) e hoje, com a Lei de Diretrizes e Base de 1996, foram determinados até os Conselhos Municipais de Educação, que não existiam. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Vários foram, nesse período, os acordos internacionais realizados pelo governo brasileiro. Segundo Leite (2002, p.42-46), com a ditadura militar, os projetos de extensão rural vão substituindo o professor do ensino formal por técnicos, cujos salários eram subsidiados por entidades internacionais. O MEC assina um acordo com o AID (*Agency for International Development*) cujo interesse, capitalista, era a reestruturação do sistema educacional. É nesse cenário que será promulgada a lei 5.692/71 que, na verdade, trouxe poucas transformações, mas acabou por acentuar divergências sócio-políticas e consagrou o elitismo presente no processo escolar nacional. As escolas rurais, como já vimos não tem destaque algum, distante que está de participar – elas e sua clientela – da elite privilegiada.

Nas zonas rurais foram criados os cursos de alfabetização de adultos nos quais vários professores iniciaram suas carreiras. Além de atuarem na alfabetização das crianças, muitos professores também assumiam o curso para adultos.

Segundo Leite (2002, p.36-52), os cursos de adultos foram incluídos como parte de programas de alfabetização no país. Na década de 1950 surgiram a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR), sendo que, como parte da primeira estava a Campanha de Educação de Adultos e as Missões Rurais de educação de adultos. Essas campanhas também objetivavam fixar os homens no campo e que não foram suficientes para impedir ou minimizar o êxodo rural na década de 1960.

No curso de adultos tinha alunos do Córrego Fundo, da Jacutinga. Vinham de longe, até do bairro Dourados. Não havia outra escola. Com o passar dos anos criaram uma escola no bairro Jacutinga e outra na Figueirinha de São Roque. Era da 1ª até a 3ª série também. Trabalhar com os adultos era como trabalhar com as crianças. No fim do ano fazia uma grande festa, baile, ia muita gente de Santa Cruz. A festa era na escola, à noite. Todo mundo ficava esperando a festa do fim do ano. (Edite Pereira de Castro, professora)

Para o curso de adultos, os alunos tinham que comprovar realmente que eram analfabetos porque às vezes o aluno já tinha feito no ano anterior, mas gostava tanto que voltava à escola e dizia que era analfabeto, a gente tinha que ter um certo cuidado para que esse aluno não fosse novamente matriculado e passasse a constar como um novo aluno a ser alfabetizado, porque ele já era alfabetizado - às vezes acontecia, mas a gente tinha o zelo, o carinho, o cuidado de fazer uma verificação muito boa para que isso não acontecesse. (João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino)

Como me formei com 17 anos, no ano seguinte, 1958, fiz Aperfeiçoamento de um ano: complemento da Escola Normal. Nesse mesmo período, fui dar aula no Curso de Adultos. [...]. (Marisa Lia Mondelli, professora)

Na minha época tinha aula de manhã, das 8h às 12h, e à noite para adultos, com a mesma professora. Havia muitos adultos, tanto quanto o número de crianças do período da manhã. Todos os meus tios iam. Nossa senhora! Se abusar tinha mais do que criança. Todos já tinham feito 2ª série, 3ª série. Iam para reforçar. Faziam novamente. Mas não tinha recuperação fora do horário que se estudava. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

[...] Eu lecionei em Curso de Alfabetização de Adultos de 1953 a 1955, e até hoje, 2.002, não acabou. Por quê? Porque não se combateu a causa de existir adulto analfabeto. A mesma coisa agora. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Na década de 1970 houve outra tentativa de erradicar o analfabetismo de adultos no Brasil, o que novamente não surtiu o efeito desejado. Há, no período da ditadura militar, como vimos, várias alterações na legislação educacional brasileira, mas conforme já apontamos nesse trabalho, nas zonas rurais o sistema de ensino não atendeu nem em quantidade e nem em possibilidade de continuidade de estudos os estudantes rurais que não se mudaram para zonas urbanas. “A crítica que se faz [...] sobre as mudanças educacionais [...] com o advento dos militares, é que o sistema escolar [...] limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos de segurança nacional. (Leite, 2002, p.52)”.

Como já tratado nesse trabalho, o acesso às escolas rurais era, para a maioria dos estudantes e para a família, uma oportunidade de, se apoderando desse saber escolar, conseguir “melhores” profissões fora da zona rural. Com essa idealização, a grande procura pelos cursos de adultos caracteriza-se por uma posterior saída do campo, o que justifica nossas afirmações quanto ao papel desempenhado também pela escola quanto ao êxodo rural.

Quanto ao ensino destinado às crianças, a primeira LDB, Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (artigo 27) estabelece a obrigatoriedade para o ensino primário a partir dos sete anos de idade, o que nem sempre, em zonas rurais, estava garantido. O maior problema, no entanto, está na possibilidade de conclusão do ensino primário, uma vez que em zonas rurais, em geral, é oferecido ensino até o terceiro ano.

Se houve durante o período de 1930 a 1960 um interesse maior pela instrução no meio rural e se algumas providências foram tomadas no sentido de se expandir o sistema educacional, estas não foram suficientes; o sistema continuou sem dar atendimento a toda a população, ou dando-o de modo deficitário. (DERMATINI, 1979, p.376)

O início à escolarização dava-se com a primeira série do ensino primário, sendo que a educação infantil ainda não era realidade nas zonas rurais. Para alguns, a falta de uma iniciação anterior interferia na aprendizagem dos estudantes.

Aprendia tudo na escola. Não existia como existe hoje o “prézinho”...Nada disso. Era mais na força de vontade mesmo. Você ia aprender o BE-A-BÁ no 1º ano de escola, aos 7 anos. Hoje não, tem essa preparação, bem antes, tudo...Eu fui aprender o ABCD com 7 anos de idade mesmo. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

O aluno da zona rural vinha completamente zerado de conhecimento. Era difícil porque eles não tinham noção de nada, não sabiam pegar no lápis, nem contar de um em um. Meninos de 8 anos não sabiam contar de um até dez. Era difícil Matemática para eles! Diferentemente de muitas crianças das cidades que vão no parque primeiro, onde pintam, escrevem e desenvolvem a coordenação motora. A minha filha, por exemplo, quando via a Vila Sésamo, já sabia como que contava. Brincando eles aprendiam. (Elza Mesquita da Costa, professora)

O aluno não tinha conhecimento, ele vivia naquele mundo rural autêntico [...] Muito mais ignorantes não no sentido de burrice, mas de conhecimento. O recurso que a gente tinha de material didático era muito pouco, não existiam livros como hoje, com a riqueza de figuras que têm, inclusive em cores. Isso é coisa moderna. O livro e a cartilha eram só texto. Não tinha desenho. E a dificuldade de entender? Tinha aluno que nunca tinha ido à cidade, não conhecia um trem. Tínhamos muita dificuldade como professor primário numa zona rural para falar para o aluno, por exemplo, do mar. Qual a idéia que ele tinha de mar? Ele conhecia rio, uma lagoa, mas mar? Quando que um aluno daqueles ia lá em Santos ver o mar? Então eu falava para eles o que existia, uma onda, queria explicar, não tinha um livro com uma figura, não tinha vídeo cassete para você passar, não tinha uma televisão onde eles pudessem ver o mar. Não tinha condição. [...] (Rodolpho Pereira Lima, professor)

Poucos foram os professores que revelaram utilizar métodos ensino específicos. Apenas duas professoras depoentes apontaram utilização de método de alfabetização: o analítico e o analítico sintético, que não seguem a seqüência “ensino das sílabas, palavras e frases”, muito comum nas cartilhas de alfabetização. O método analítico, na alfabetização, consistia em ensinar inicialmente a frase, depois as palavras contidas nessa frase e, posteriormente, as sílabas. Já o método analítico sintético consistia em ensinar a partir de uma palavra dentro de uma frase e a partir daí, particularizando as sílabas, voltava-se à palavra e novamente à frase, num processo do geral para o particular e depois do particular para o geral.

Em Língua Portuguesa, para alfabetização, usava o Método Analítico: começava pela sentença (primeiro a frase inteira), depois as palavras até chegar nas sílabas. Por exemplo: “Lili, Lalau e o lobo. O menino se chama Lalau. A menina se chama Lili”. Daí, Lalau depois Lili. A e i. Depois ensinava as vogais: “a, é, i,...”, e assim ia. E na redação havia muitos cartazes. (Edite Pereira de Castro, professora)

A minha alfabetização era assim. Eu tinha três grupos, três seções: o método era o analítico sintético. Através de uma história para motivar, primeiro eu escolhia uma palavra chave, por exemplo, a vaca (eles tinham ali no meio), e colocava numa oração. Dessa palavra eu salientava a sílaba, da sílaba eu passava à palavra e da palavra novamente à oração. Mas isso tudo com a participação do aluno. Eu olhava muito a grafia correta da palavra, da sílaba que eles tinham que escrever naquele dia. E sei que assim foi muito fácil lecionar. (Jacyra Falco Salles, professora)

Uma das estratégias didáticas, de organização das salas de aula, apontadas por professores e alunos, é devido ao fato dos alunos de primeira série, que não tinham conhecimentos prévios, precisarem de maior atenção do professor: os outros alunos, de séries mais avançadas, seguiam com o trabalho enquanto o professor dava uma maior atenção àqueles iniciantes. Essa estratégia parece permitir o desenvolvimento de uma certa autonomia dos alunos, em momentos ainda muito precoces (a partir da segunda série primária). Essas estratégias, que já abordamos na tendência “Organização das escolas rurais” são agora retomadas com o intuito de apontar algumas conseqüências desse sistema de ensino.

Essa autonomia – ainda que forçada, dadas as condições do contexto – pode ser analisada como potencialmente produtiva e própria das escolas com classes multisseriadas. Se, por um lado, as escolas urbanas – sem salas multisseriadas – eram, para muitos, um “modelo”, as escolas rurais permitiam ao aluno essa experiência de compartilhar conhecimentos para que todos, em seus ritmos, pudessem ser atendidos.

Uma tática que eu sempre usei desde as primeiras épocas de Magistério até os últimos tempos em que eu lecionei, era dos alunos mais adiantados ajudarem os mais necessitados. [...]. Às vezes se adaptava muito bem e o efeito era muito produtivo. Às vezes acontecia, de ambas as partes, o mais adiantado não querer ensinar ou não ter jeito pra coisa, e, às vezes acontecia de um mais fraco, mas orgulhoso, não querer auxílio do colega, preferia só o auxílio da professora. Às vezes eu ficava trabalhando com os mais fracos e ao mesmo tempo os colegas melhores ajudando os mais fracos. Era uma ajuda mútua. [...]. Naquela época era muito comum carteira dupla. Sentavam-se de uma maneira que agradasse os dois alunos: o necessitado e o que fosse ajudar (o melhor). Às vezes aprendia quase que mais que com a professora. Porque, às vezes, tinha um elo assim de amizade muito bom entre os dois. Foi muito bem aproveitado. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Alguns depoimentos apontam o trabalho realizado pelos professores fora do horário de aulas como uma tentativa de que os alunos com maiores dificuldades aprendessem, contribuindo para a redução do número de reprovados. Essa estratégia de “ensino remedial” só poderia ser executada caso o professor residisse na zona rural e caso os alunos não trabalhassem no período em que não tinha aulas regulares.

Aprendizagem, avaliação, reprovação e promoção são, aqui, tidos quase como sinônimos e essa estratégia, especificamente, deve ser considerada à luz de um contexto que privilegiava, com pontos para a classificação em concursos de remoção, os professores com maior número de alunos promovidos.

[...] muitos professores, aqueles que moravam nas fazendas, pediam para os alunos que apresentavam problemas para voltarem no período da tarde na escola. Dava um reforço por conta dele. Não fazia parte da orientação da Secretaria. [...] dava as atividades de recuperação, procurando nivelar os alunos. E conseguia. É por isso que o índice de reprovação era muito pequeno.[...] O que é institucionalizado hoje, recurso da recuperação paralela, o professor fazia por conta própria no período da tarde. (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] Meus alunos da tarde iam à minha casa no período da manhã, depois que almoçavam, das 10:00 h às 11:50 h, sempre ia uns dois ou quatro alunos. (Edite Pereira de Castro, professora)

Os depoentes apontam que, quanto a materiais manipulativos e outros recursos para auxiliar o ensino nas zonas rurais, havia algumas gravuras, que eram enviadas aos professores para os trabalhos em linguagem. Muitos professores acabavam por confeccionar, eles próprios, materiais didáticos como cartazes e jogos buscando auxiliar na aprendizagem dos alunos.

Os depoimentos fazem referência freqüente ao respeito que permeava as situações de ensino e aprendizagem, principalmente nas zonas rurais, o que facilitava o trabalho tanto dos professores quanto dos próprios alunos, revelando a alteração dos valores de uma época em relação à outra, e da valorização que se dava aos estudos.

[...] Respeitava muito o professor, tinha educação. Hoje, coitado do professor, é muito massacrado na escola. Não pode falar nada para os alunos, que são muito sem vergonha. Não me conformo! O aluno está muito abusivo, é por isso que não aprende. Isso porque os professores de agora são ainda mais esforçados: o aluno não entendeu torna a repetir, não entendeu torna a repetir... Fica cansativo para o professor, mas os alunos não se importam. [...] Na minha época a professora nem dava castigo. Bastava falar.

Todo mundo tinha medo do professor, respeitava. [...]. (Geni Giorggeto Salles, aluna)

Os alunos dessa escola e também os da cidade, na época, eram bem comportados, não é como hoje... Porque o professor entrava sem gritaria. Se estavam gritando, o professor entrava, os alunos levantavam, e todos ficavam quietinhos. Mas tive colegas de profissão que tiveram dificuldades porque já entravam gritando, e os alunos gritavam. O silêncio do professor já dizia tudo: Silêncio! (Edite Pereira de Castro, professora)

O professor não tem armas, não tem o que fazer. Aluno não obedece, aluno não quer aprender, e o professor está ali, de mãos atadas, sem saber o que fazer. Depois recebe toda a culpa!? E naquele tempo o professor trabalhava à vontade, e trabalhava. Trabalhava bem. (Ana Rosa Pereira, professora)

Com essa tendência encerramos a análise mais geral da questão educacional na zona rural, já configurada como deficitária e desprovida de um projeto educacional, sendo apenas uma adequação do modelo urbano e exercendo influência quanto às aspirações profissionais dos estudantes, tendo, conseqüentemente, participação no processo do êxodo rural. É com essa paisagem até aqui configurada que vamos, na seqüência, tratar a tendência “Ensino de Matemática”.

3.9. Ensino de Matemática

Como já levantado na tendência “Caracterização do professor e do aluno da escola rural”, a formação do professor no Curso Normal nem sempre estava articulada com sua futura prática profissional. Nesta tendência trataremos, mais especificamente, da formação em Matemática dos professores que atuaram em zonas rurais.

Não me conformo de ver a matéria que a gente aprendia no Normal! [...] em Matemática, (que se aprendia muito, que enchia o saco e até hoje não lembro por que aquilo e nem qual a utilidade disso), era aquele bendito logaritmo. Para que? No Normal aprendia naquela tábua de logaritmo, aquela coisa. No que ia usar aquilo para a criança? [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Esse descompasso na formação e as exigências da prática docente efetiva refletiam-se na forma de atuação do professor e, em especial, no modo como desenvolvia os conteúdos. Com relação à disciplina Matemática para muitos professores o que se aprendeu no Normal estava “muito distante” do que iriam ensinar aos alunos do curso primário. Conseqüentemente, acabavam reproduzindo o que haviam aprendido, também, em seus cursos primários. Tais condições interferiam, inclusive, nas estratégias que utilizavam para o ensino dessa disciplina: em geral, também reprodução de práticas de seus antigos professores. É possível detectar que grande importância era dada ao que e ao como se aprendia Matemática no curso primário, ao passo que, ao que se aprendia posteriormente pouca relevância é dada. É nessa perspectiva que muitos professores desenvolviam suas atividades de ensino nas escolas primárias apoiados em sua própria formação como ex-alunos do primário.

[...] O prático mesmo, o básico, passei para os meus alunos do jeito que aprendi. E do jeito que eu aprendi foi jogado, aquela coisa. E depois chegava no Ginásio, parava naquilo, acabava até esquecendo. Voltei a lembrar para ensinar para meus alunos. Não aprendi mais nada disso. Nem no Normal. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

Há uma tendência ao desejo de uma formação mais voltada para a “prática”, tanto que a disciplina do curso normal que “mais auxiliava” os futuros professores era a Prática de Ensino, na qual podiam desenvolver algumas atividades que os aproximava dos conteúdos que iriam abordar com seus alunos. O estágio era uma possibilidade de “preparar-se” para ser professor, apontando que nos cursos de formação de professores nem sempre havia articulação entre as disciplinas de conteúdos específicos e a Prática de Ensino.

Em Matemática aprendíamos mais conteúdos de Nível Médio, mas na disciplina de Prática de Ensino a gente dava aulas para as crianças, tinha que ser mesmo treinando, praticando, para dar aulas adaptadas para crianças. Era o estágio. Práticas do ensino, estágio...essa matéria. Quando a gente não dava aula de Matemática (pois era por sorteio), a gente assistia às aulas dos colegas, estava em convívio com a Matemática específica para as crianças, específica para a Educação Fundamental. A gente dava muitas aulas para as crianças nas atividades de Prática de Ensino no Liceu Noroeste. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

Por outro lado alguns professores aprenderam a confeccionar materiais didáticos como o cartaz de pregas, o flanelógrafo e o cartaz “Valor de Lugar”, conseguindo utilizá-los com certa eficácia no ensino de matemática.

[...] Nós não tínhamos Material Dourado, mas já usávamos Cartaz “Valor de Lugar” com os palitos: vermelho, amarelo..., para ensinar numeração, unidade, dezena, centena. (Antônia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Em Matemática, eu trabalhava muito com o cartaz de pregas e o flanelógrafo. Juntava palitinho de sorvete para fazer unidade, dezena e centena: grupinhos (casinhas). Eu tinha material feito em tabuinha com os números pintados, cada um com a sua casinha. Eu falava, “um morava aqui, ficou muito grande, precisou mudar de casa” e assim eu ia trabalhando com unidade, dezena, centena e milhar. “Olha, nessa casinha aqui só cabe isso. Nossa! Vamos mudar? Oh, mas esse prediozinho aqui já é maior, já cabe mais gente, é um pouquinho mais altinho”. Ia trabalhando assim. Também trabalhava, no começo, com maior e menor, igual e diferente, tudo com cartaz. Eu fazia umas barrinhas no papel, principalmente para distinguir crianças que são disléxicas. Trabalhava muito essas coisas: faixinhas onde tinha uma figurinha diferente entre as iguais, tudo pintado. A gente é quem fazia todo o material didático, não tinha nada para comprar. Trabalhava com feixinhos de palito, tampinha, fazia ábaco de madeirinha e uns araminhos com tampinha de pasta de dente: cada aluno tinha o seu. O material pronto veio mais tarde, começou aparecer material dourado, que eram aqueles blocos, mas a gente tinha só um na escola. Eu fiz um cartão no plano (cartõezinhos), cortei todos e coloquei num caixinha. Trabalhava com aquele materialzinho. Era muito bom. Trabalhava conjunto e sempre probleminha onde às vezes eu fazia desenhinho que girava, virava para o de mais ou de menos: “olha que canteiro bonito!” “Olha, esqueceu de molhar!” “E o que

que aconteceu?” No outro desenho estava murquinho, por exemplo a margarida caiu, 5 margaridas caíram. “E o que que ficou aqui?”. “Nossa!” “Quantos que tinha aqui?” “Tanto”. “Quantos ficaram aqui?” “Tanto”. Tudo assim. Eu fazia assim e eles gostavam. “E o passarinho?” “Olha que passarada que tem aqui. Vamos ver?” “Olha, olha”. Fazia os problemas com eles. Para eles aprenderem idéia aditiva, idéia subtrativa. Como na zona rural tem cerca, sentava aquele monte de passarinho: “Ah, voou. Isso daí aumentou ou diminuiu?” E isso eles sabem. Dá para trabalhar, tem muita coisa. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

Para Matemática a gente tem que ter o cartaz de pregas que é um ótimo auxiliar, um recurso maravilhoso. Pega um papelão de uns oitenta centímetros por quarenta, cinqüenta. [...] forra com papel pardo. [...] faz a divisão [no cartaz] em ordens na vertical, para o primeiro ano é só Unidade, Dezena e Centena. Depois abaixo de onde escreveu as ordens [...] vai colar outro papel pardo com pregas bem fundas. Quando for ensinar o algarismo um, vai ensinar também, junto, a noção do número. A quantidade, então vai por um palito de sorvete ali, um lápis do aluno, uma coisa dele, deixa ali, e vai ensinar o número um.

[...] Nosso sistema de numeração é base dez, quando a gente tem dez em cada uma dessas ordens, não pode ficar mais nessa ordem.

[...] Então tem que amarrar todos os palitinhos do cartaz de pregas e mudar de lugar, deixar zero, não ficou nenhum na ordem, então é zero. No cartaz tem dez, mas de que jeito? Uma no lugar das dezenas e zero nas unidades. Aí, quando amarrar esses dez, será um na dezena (conjunto das unidades fica vazio). Um lugar das ordens não pode ser ocupado por dois algarismos, mostra para eles que dez algarismos de uma determinada ordem equivalem a um algarismo na ordem seguinte, o nosso sistema é decimal.

Quando for ensinar o número onze, vai mostrar que os valores do algarismo um na unidade e na dezena são diferentes. [...] já estão sentindo, estão vendo a decomposição. [...] Rapidinho eles aprendem, que o “um” das dezenas vale dez e o cinco das unidades é mesmo cinco, porque vai pondo a quantidade na ordem, aí, se quiser pode usar palitinho de sorvete.[...] (Jacyrá Falco Salles, professora).

A forma como se conseguia utilizar o que aprendia no Curso Normal, muito provavelmente esteja vinculada à própria formação de cada professor. É possível perceber que os professores do Curso Normal ou mesmo os do Ginásio exerciam grande influência na relação dos futuros professores primários com a Matemática.

Tínhamos um excelente professor de Metodologia da Aritmética [...]. Foi um excelente professor que acho que me influenciou para eu gostar muito de Matemática e passar isso para meus filhos e meus netos também. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

[durante o curso ginásial] ocorreu uma passagem que nunca me esqueci, isto me marcou muito (até hoje): meu pai era engenheiro mecânico eletricitista, diretor técnico da empresa Força e Luz de Pederneiras Ltda (na época cada cidade tinha sua empresa força e luz, com sua usina própria). Eu fazia a primeira série do ginásio. O professor de Matemática chamou-me à lousa

para que eu resolvesse uma equação que ele havia passado. E eu não conseguia fazer, errava, ele virou para a classe e disse: “vejam, ele é filho de engenheiro, engenheiro só trabalha com Matemática, e ele não sabe nada de Matemática, não sabe nada, não sabe nem tabuada!” (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] a gente vai vendo é que a rejeição da Matemática por alguns alunos [...] não ocorreu no Grupo escolar ou na escola isolada, ocorreu no Ginásio. E ocorreram no Ginásio por quê? Não que a Matemática seja um bicho de 7 cabeças, mas pela metodologia usada no ensino. Alunos que gostavam de Matemática, no Ginásio passaram a detestá-la, como é o meu caso, devido à metodologia usada pelo professor. Professores não preparados para Matemática. Eu conheço Matemática elementar, para sobreviver. Quando fiz o Ginásio em Garça, passei quase que odiar Matemática. Mas por quê? Eu já havia estudado no grupo e nunca tive problemas. Foi devido à didática dos professores que passei a detestar Matemática no Ginásio. Devido à metodologia muito complicada do professor de Matemática. Era aquele professor que marcava tarefa para casa: vamos fazer, trazer dez problemas resolvidos de casa, no livro de Matemática naquele tempo tinha problemas de tanto a tanto, era uma lista. O que acontecia, eu como não entendia, pedia para o meu cunhado resolver. Ele era contador, resolvia o problema, eu trazia resolvido, e a professora nunca procurou saber se eu tinha resolvido, o que eu não tinha entendido...Aquela preocupação com o professor, em zerar...[...] (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

E a maneira como os professores se relacionavam com a Matemática também influenciava suas formas de atuação e no modo de relacionar o que aprendera no curso normal com o que estava ensinando.

[...] A criança saía na 4ª série sabendo muita coisa. Ia para o ginásio, ficava atrás de Álgebra. Só Álgebra. E Geometria. Geometria, pelo amor de Deus! Até hoje não posso pensar naquilo [...] a gente tinha 100 teoremas para resolver. Até hoje não posso pensar nisso, naquela Matemática. Eu detestava Matemática, por causa disso. Por causa disso! Era assim tudo muito abstrato. Álgebra era aquilo lá, porque x , papá, papá,..., aquelas operações que davam até medo de ver. Resolver tudo aquilo...E aqueles teoremas também, pelo amor de Deus! Depois não usei nada quando fui ensinar. Não usava nada disso. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Passei a odiar Matemática, fui um péssimo aluno de Matemática, justamente por isso. E eu só fui entender isso depois. “Será que eu sou mais burro do que os outros? Se os outros aprendem Matemática, por que eu não posso aprender?” Claro que tem aqueles que gostam de aprender Matemática, aqueles que estudam mesmo, que são cabeceira...Eu não chegaria a tal ponto, mas eu gostaria de ter gostado de Matemática. Gostaria de ter gostado de Matemática. Eu nunca gostei de Matemática e passei a odiar, com todo respeito que tenho pelos meus professores, mas foi um fracasso. [...]

[...] Se futuramente eu tivesse procurado um professor particular de Matemática e estudado, teria entendido. Não é um bicho de 7 cabeças! Eu

parto do seguinte princípio: A Matemática existe para o ser humano, querer ensinar Matemática para um animal é diferente, mas ser humano! Só se ele for um deficiente mental, aí é outra coisa, mas a pessoa normal?... Mas eu detestei, e foi no Ginásio! (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

[...] eu sempre achava que a Matemática não era boa. Eu gostava mais da Língua Portuguesa, parece que era mais fácil para trabalhar, e eu também não sou muito boa em Desenho, em Matemática é bom o desenho: eu usava giz de cor. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

Para os professores que tinham apresentado dificuldades com essa disciplina enquanto estudante restava preparar-se através dos programas de ensino, com ajuda de familiares ou mesmo “aprendendo como fazer”, numa perspectiva de autodidata.

[...] Eu aprendi assim no primário e, no ginásio, passei o tempo inteiro aprendendo Álgebra, não se ensinava mais nada e depois, quando cheguei no Magistério, fiquei o tempo inteiro atrás daquelas tábuas de logaritmo que também não tinha nada...A gente não teve uma formação adequada. Depois participando de cursos que a escola preparava fui aprendendo o que era aquilo. Daí já tinha dado aulas durante 20 anos e os coitados dos meus alunos foram obrigados...E os alunos tinham uma certa dificuldade na divisão por 3 algarismos. (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Quando comecei a lecionar, por incrível que pareça precisei recorrer à minha irmã que era professora primária. Inclusive nessa parte da Matemática eu não entendia. Tive que aprender ou reaprender para poder ensinar. Como minha irmã já era bastante experiente, conhecia, explicava para mim: “Isso aqui, o que significa isso...” Foi justamente a falha que tive. Por isso que entendo que a metodologia que o professor usa, principalmente em Matemática, em Física, em Química, tem que ser uma coisa muito bem pesada, porque se o aluno não aceita, não entende, no início da disciplina, ele passa a rejeitar. E depois, eu considero isso como uma deficiência que pode ser recuperada no futuro. [...]

Mas não tive dificuldades de ensinar os meus alunos porque no meu tempo havia uma facilidade muito grande: a Secretaria da Educação fornecia para todos os professores o programa comum. [...] Eram os guias orientadores de como deveria dar Matemática [...] Os pontos que o professor deveria tocar, os passos... (Joaquim Elíseo Mendes, professor)

Embora a formação dos professores que iam ensinar Matemática nas escolas primárias apresente-se como bastante lacunar, os conteúdos a serem ensinados eram bastante variados, o que nem sempre era cumprido em sua totalidade, particularmente nas escolas rurais. Poucos depoimentos apontam para um aprofundamento maior dos conteúdos de matemática, chegando ao ensino de frações e porcentagens.

Em Matemática, já na 2ª série eles aprendiam fração e divisão, na 3ª série faziam divisão com três algarismos e sabiam porcentagens, sistema decimal e avançávamos muito mesmo no ensino da Matemática, sempre partindo do concreto para o abstrato. Sempre gostei muito de dar aula de Matemática para os meus alunos. [...] começávamos sempre da multiplicidade para a unidade, principalmente no ensino da fração. [...] todo final de aula fazíamos joguinhos e tabuada. Todos participavam. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

Em Matemática era aquela coisa básica. Mas era bem fácil para explicar. [...] o conteúdo era assim bem mais exigente do que agora. Divisão por dois algarismos se dava na 2ª série. Hoje eles começam muito mal na 3ª série. Vejo o que minha neta aprende. Na 2ª série eles sabiam tabuada até a do 10. [...] Aprendiam com facilidade, na 2ª série já decoravam tudo. Eles decoravam. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

O ensino da zona rural era melhor que o da cidade. Tem conteúdos de Matemática que minha filha [...] na faculdade, não sabe, e eu aprendi na escola do sítio, até a 3ª série. Contas, alguns tipos de contas eu aprendi melhor no sítio do que na escola da cidade, tanto que quando saí do sítio e fui para Bauru, passei de ano! Senão eu teria reprovado o 4º ano na cidade. [...]

Já outras operações, envolvendo juros e porcentagens, não sei se aprendi na zona rural, se na cidade quando fiz a 4ª série ou se aprendi no SENAI. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

O que podemos perceber é que na zona rural, devido às várias deficiências, sobre as quais já tecemos considerações, o ensino de Matemática privilegiava o sistema decimal – praticamente restrito à aprendizagem da contagem - as quatro operações fundamentais, “resolução de problemas” – que se tratava de problemas de aplicação - e às tabuadas do dois à do nove, decoradas.

Muitas vezes, para casa dava-se contas. Punha na lousa: “trinta e cinco vezes quatro”. Armava a continha, trinta e cinco, embaixo o quatro e o sinal de vezes, tudo isso e ele tinha que trazer no outro dia. E o professor corrigia se estava certo ou se estava errado. Divisão, por exemplo, cento e vinte dividido por doze. Com dois, três algarismos o aluno ia aprender já no 3º ano. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Estudavam muito a tabuada. Decoravam. E faziam contas corretamente: de somar, multiplicação, divisão, todas. Levava-se muito a sério. A tabuada a gente ensinava todo dia, passava na lousa, eles iam fazer na lousa, após eles terminarem alguma tarefa. [...] (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Em Matemática, ensinávamos o mesmo que hoje: basicamente as 4 operações, como se ensina hoje; problemas envolvendo as quatro operações, raciocínio, tabuada do 2 ao 9. A tabuada tinha que ser decorada. [...] (Antonia Portes Bentivenha, professora)

Em Matemática a gente aprendia as contas de dividir, de somar, de vezes (multiplicar). Tabuada. Vixe! Tabuada tinha que estar na ponta da língua. E tinha os problemas relacionados com a zona rural, resolver aqueles probleminhas: de compra, venda, aquelas coisas assim. (Carlos Roberto Graciano, aluno)

[...] Era problema, tabuada...O professor exigia que o aluno conhecesse tabuada, graduado: no 1º ano era a tabuada até a do quatro (parece que era), no 2º ano já aprendia as outras. Conclusão: quando estivesse no 3º na e 4º ano do grupo tinha que conhecer a tabuada do 1 ao 10. É decoração da tabuada, tinha que conhecer tabuada. Não havia calculadora, não havia máquina. [...] (Jacyra Falco Salles, professora)

Durante o ensino das operações há uma preocupação de ensinar as quatro operações duas a duas, pois ao se ensinar uma já se ensina sua “inversa”, o que demonstra haver, ainda que de forma pouco sistemática e fundamentada, uma metodologia de trabalho que buscava garantir ao estudante entender essas relações.

[...] As quatro operações, logo no início, a soma e a subtração que a gente costumava dar quase que conjuntamente. Ao mesmo tempo em que já ensinava juntar, já subtraía. Era um cálculo assim quase que imediato. Geralmente a gente deixava divisão e a multiplicação para mais tarde, para o segundo semestre, depois de alguns meses de fixação da soma e subtração, quando eles já estavam mais firmes. Deixava os primeiros passos de divisão e da multiplicação para os seis meses finais do ano. [...] (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[...] Quando fazemos adição, sem querer já estamos fazendo o inverso. Para toda operação existe uma inversa. [...] Tudo tem uma operação, um inverso. Na adição, com o tempo, eu ia mostrando a eles que se quiser desmanchar o que a adição fez, subtrai-se. Faz o inverso dela, que é a subtração. Não falava em números naturais ainda, mas já no fim do primeiro ano podia dar. Com o número dois, de que jeito podemos ter o dois? Quer dois, não tem nada aqui, então precisa de mais quantos? Mais, esse é o sinal de mais, mais dois. Já ensinava que o zero representa nada, valor neutro. O nenhum é o número zero. Assim é que eles vão sentir o valor do zero. Tudo isso já ia falando e quando eles chegassem ao ginásio, já estariam acostumados e iriam entender tudo isso. Agora se já tiver um, de quantos mais precisa para ter o dois? Eu preciso de mais um.

[...] Fazia um probleminha, oral, ali na situação deles do momento: aí tem um palito, um lápis, eu pegava coisas deles mesmo, eu mostrava, não podia mostrar o dedo senão eles habituariam a contar nos dedos. Também punha na lousa, um mais dois eu tenho três, pode por assim: um mais quanto, deixa um espaço, igual a três, para eles sentirem já o problema. [...]

Sempre mostrando que tem que ter duas parcelas ou mais para se ter uma soma. Se tirar uma parcela dessa soma encontra a outra parcela. É aí que eles vão adquirindo o raciocínio. Os alunos da zona rural adquiriam esse raciocínio, tranqüilamente. [...] (Jacyra Falco Salles, professora)

Com as lacunas em sua formação, os professores buscavam desenvolver estratégias para ensinar os conteúdos matemáticos nas escolas rurais que, como já apontado nesse trabalho, estava desprovida de recursos didáticos. Mas muitos professores percebiam a possibilidade de utilizar os recursos dos próprios alunos, como seus materiais escolares ou materiais à disposição na zona rural. Especialmente para contagem utilizavam sementes, fósforo, sabugos, numa tentativa de aproximar à realidade do aluno os conteúdos da Matemática.

[...] Para o ensino de Matemática no sítio eu mandava eles levarem mamona, pauzinhos, pra somar, pra diminuir, eu tinha esses recursinhos, mas não tinha um método, porque eu sai da escola Normal e fui lecionar. Em Matemática nunca fui muito boa e nunca foi fácil ensinar também. Matemática era muito complicado, pelo menos aquela do meu tempo. Hoje eu não sei, eles inovam bastante, pode ser que as crianças tenham mais facilidade de aprender, faz com música...Mas como era coisa fácil, eu mandava eles levarem plantinha, galhinho, frutinha para ilustrar. Mesmo assim não era fácil ensinar. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Na escola rural, a professora usava lápis, caneta: o material que o aluno tivesse na mão, para ensinar as operações. Usava o material que ela tinha em mãos para poder trabalhar. Porque a escola era pobre, os recursos eram poucos. Não tinha muita coisa. [...] (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Tinha aqueles materiais...No sítio a gente levava aqueles colares de sabugo pra contar. Para fazer contagens, aquelas coisas. Grão de milho...Essas coisas assim. Não tinha igual hoje que tem tudo de plástico. Cortava o sabugo em pedacinhos, fazia tipo um anel num arame, passava o arame dentro do sabugo, e contava ali. Fazia aquelas contagens Cada um tinha um daquele para fazer suas continhas e isso ajudava aprender. (Carlos Roberto Graciano, professora)

[...] Exercitava-se, exigia-se muito a contagem. A contagem de um em um. No 1º ano era até 100, depois no 2º ano ia mais para frente. Contagem seqüencial, depois contagem alternada, de dois em dois, de três em três, quatro em quatro...O professor usava recursos: toda contagem era objetivada com material. Os alunos levavam milhos. O professor pedia que o aluno trouxesse milho, trouxesse feijão. Ele partia do concreto para o abstrato. A contagem era 1, 2, 3, 4...Ia juntando. Depois meia dúzia. “Como que é meia dúzia?” “Seis”. Juntava 6 grãos de milho. Dúzia: doze grãos. Dezena: dez, então 10 milhos. Agora 11: “o que representa o onze?” “O 11 representa esse grupinho mais um”. A Matemática era assim como é hoje. Aprendia-se muito decomposição do número. Por exemplo, 263: o aluno sabia pela decomposição que o 3 são três unidades, o 60 são seis dezenas, o 2 são duas centenas. Ele tinha que decompor, obviamente que a essa altura ele não podia mais ter 200 milhos, mais 60, mas existia professores que chegava a números menores como 144 ou 142. Colocava dois, quarenta e cem. Para o aluno visualizar. E os cálculos, a contagem, tudo fazia objetivamente. Mexendo. Eles não tinham dificuldade em aprender Matemática. (Joaquim Elíseo Mendes, professora)

[...] Levávamos palitos de fósforo para contar, em Matemática. [...] (Geni Giorgetto Salles, aluna)

[...] Ensinávamos os números, eles levavam materiais como tampinhas, pauzinhos...E o professor também tinha material: ensinávamos contagem para eles com esses materiais. (Edite Pereira de Castro, professora)

Atribuo à forma de trabalhar sempre com jogos e partindo do concreto o fato das crianças conseguirem fazer problemas com fração, operações com fração que, às vezes, ainda hoje crianças, até das últimas séries do Ensino Fundamental não conseguem fazer. [...] Conseguiram porque começávamos sempre da multiplicidade para a unidade, principalmente no ensino da fração. Nunca peguei uma folha de papel para dividir e ensinar fração, nem queijo, nem coisa parecida, como aparecia nos livros. Sempre parti, por exemplo, de uma dúzia de bananas, dar metade para cada criança. Na zona rural eles levavam laranja, essas coisas, e todo final de aula fazíamos joguinhos e tabuada. Todos participavam. Partindo da multiplicidade é muito mais fácil, porque se trabalha com coisas concretas e a criança passa a entender melhor. Não é tão abstrato para elas quanto partir da unidade e querer fracioná-la. (Neuza Aracy Costa Sampaio, professora)

[...] Para ensinar contagem, usávamos sempre palitos. Sempre existiu isso, até hoje. [...] (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

Há muita ênfase no ensino dos números e na contagem. Nisso há uma certa contradição, pois muitos estudantes rurais adquiriam esses conhecimentos em instâncias não formais de ensino, e, embora seja colocado a importância dada ao cotidiano, parece que muitos professores conseguiam aproveitar esses conhecimentos como pressuposto para iniciar o ensino de matemática. Essa questão remete ao que apresentamos na tendência “Caracterização do professor e aluno da escola rural” e relativiza o valor atribuído ao professor, julgado uma das únicas fontes de informação na zona rural: também a família desempenhava importante papel no ensino e na aprendizagem dos estudantes. Parece haver, reiteramos, certas dificuldades em perceber e utilizar as informações que os estudantes detinham antes mesmo de irem para a escola, pois muitos tinham irmãos mais velhos ou pais que também auxiliavam no processo escolar desse novo estudante. Se em Matemática a preocupação maior estava em dar algumas noções elementares como as quatro operações, contagem e quantidade, nesse aspecto havia pouca contribuição da escola formal na zona rural.

Porque um aluno, às vezes, grande, de 12 anos, estava no 1º ano, [...] a gente podia usar porque ela sabia fazer contas. Não conhecia numeração, nem nada, mas sabia fazer conta de cabeça, aprendeu com os pais. Porque no sítio tem isso, conta, numeração, contar, eles aprendem com os pais na casa. (Jacyrá Falco Salles, professora)

[...] Às vezes, chegavam alunos com nove anos de idade, para fazer 1ª série. Esses tinham uma noção de quantidade. Provavelmente o pai e a mãe também tinham essa noção. [...] (Antônia Portes Bentivenha, professora)

O aluno da zona rural vinha completamente zerado de conhecimento. Era difícil porque eles não tinham noção de nada, não sabiam pegar no lápis, nem contar de um em um. Meninos de 8 anos não sabiam contar de um até dez. Era difícil Matemática para eles! Diferentemente de muitas crianças das cidades que vão no parque primeiro, onde pintam, escrevem e desenvolvem a coordenação motora. A minha filha, por exemplo, quando via a Vila Sésamo, já sabia como que contava. Brincando eles aprendiam. (Elza Mesquita da Costa, professora)

O aluno não tinha conhecimento, ele vivia naquele mundo rural autêntico [...] Muito mais ignorantes não no sentido de burrice, mas de conhecimento.[...] (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] E os pais ensinavam muito aos filhos. [...] Tinha lição de casa, aqueles problemas que eu tinha muita dificuldade, as tabuadas... O quanto o pai com a mãe ensinavam! Porque eles tinham ido na escola, embora fossem fracos também, sabiam bem tabuada. Sabiam tabuada e ensinavam. Ensinava e muito! (Ovídio Pereira Martins, aluno)

A preocupação com a contextualização dos conteúdos a serem abordados com os estudantes também está presente em atividades com problemas. O objetivo, em geral, dessas atividades era de aplicar o conhecimento já adquirido – eram os conhecidos “exercícios de fixação”. Nesse sentido pouca diferença há entre os problemas retratados como “contextualizados” e os “padronizados”. A diferença está mais ligada à linguagem do que à utilização desses problemas como ponto de partida no ensino dos conteúdos.

O aprendizado em Matemática era o seguinte: o professor, tanto da escola isolada como do grupo, se baseava nos problemas. Hoje em dia os problemas são mais reais, naquele tempo, inclusive, era muito combatido, pois às vezes o professor dava o problema com coisas que não eram do mundo da criança. O professor passava o enunciado dos problemas na lousa, o aluno copiava, fazia e levava para ele. Muitas vezes passava tarefas para levar para casa, para fazer em casa. [...]

[...] A gente tinha um livrinho naquela época com mil problemas, e ia dando de 4 em 4. Começava com esses probleminhas, explicava um e o aluno resolvia. (Jacyrá Falco Salles, professora)

[...] Os problemas eram sobre, por exemplo, laranja: tinha que repartir a laranja com uma certa quantidade de pessoas. Formava uma continha para resolvermos. “Num sítio tinha lá uma certa quantidade de cabeça de boi, o fazendeiro vendeu tanto, quanto ficou?” Problemas mais ou menos desse tipo. Usando coisas da época. [...] (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Primeiro ensinava-se as operações na aula de Matemática, passava-se problemas, que para as classes mais adiantadas era escrito na lousa: “sitiante fulano de tal tem tantas cabeças de gado. Ele vendeu tantas, quantas cabeças sobraram”? Isso você escrevia na lousa e o aluno era obrigado a copiar. Podíamos dar os problemas que tinha nos livros, mas é que o aluno da zona rural não comprava o livro: não tinha dinheiro para isso. [...]. Para o 1º ano escrevia, por exemplo: “o senhor fulano de tal, fazendeiro, comprou tantos bois e comprou tantos bezerros. Depois ele vendeu tantos, com quantos bezerros ele ficou?” Os alunos eram obrigado a copiar nos cadernos deles. Faziam as operações e o professor corrigia. [...] (Rodolpho Pereira Lima, professor)

[...] Eles aprendiam com facilidade os probleminhas que a gente dava, de acordo com a realidade da zona rural: [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Quanto aos problemas: já eram prontos. Nós não formulávamos os problemas. Não nos preocupávamos em utilizar a realidade do aluno. Atualmente prega-se muito isso: de acordo com a realidade. Durante a minha carreira no Magistério eu também usei, porque é interessante usar o cotidiano deles. Tínhamos os nossos caderninhos, uns livros [...]. E procurávamos os problemas nesses materiais. Dificilmente formulavam-se probleminhas com as crianças. Eu seguia os livros que comprava. (Antonia Vieira Ports Bentivenha, professora)

[...] Fazíamos probleminhas, mas era tudo um padrão. Tínhamos um caderninho com os probleminhas falando de cana, café, açúcar... Era tudo misturado. Hoje em dia está mais aberta a cabeça do professor para trabalhar com problemas diversos. Mas, pela época, eles aprendiam. O professor primário repetia muito o assunto. Ia ensinado, ensinando, até que de repente, eles “abriam” a cabecinha. (Marisa Lia Mondelli, professora)

As maiores dificuldades tanto no ensino quanto na aprendizagem envolvendo os problemas não estavam nas operações que deviam ser resolvidas, mas na compreensão de seu conteúdo tanto pelos professores quanto pelos estudantes (talvez por isso a preocupação com a linguagem) e de qual estratégia utilizar em sua resolução.

[...] usava probleminhas que tinha nos livros. Eu não montava. Eu levava prontinhos e eles faziam. [...]

Os probleminhas que eu tirava dos livros não eram próximos da realidade da criança da zona rural. Não tinha nada a ver, [...] sempre foi difícil para eles interpretarem problemas, muito difícil. Depois que a gente tinha dado um pouco mais de aula, eles eram um pouco mais próximos da realidade da criança. Eu pelo menos sempre tive dificuldades de ensinar problemas, a raciocinar problemas. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

[...] Trabalhava também com os probleminhas: “uma família gastou tanto em tal coisa, tanto em tal coisa”, dava duas ou três continhas no probleminha para resolver naquele bloco. Mas alguns não conseguia resolver. Lembro que vários problemas eu não conseguia resolver, porque não entendia mesmo. Não conseguia fazer. Não conseguia resolver aquilo. Como eu não conseguia resolver (era mais fraco e não conseguia), a professora passava para um

aluno da 2ª série, mais forte, via-se que estava melhor. Caso ele não conseguisse também, passava para um aluno de 3ª série: o de 3ª série resolvia. (Ovídio Pereira Martins, aluno)

Em Matemática, já pensou motivar 34 crianças para ouvir a lição de cálculo? Por exemplo, se eu fosse comprar um livro pra cada um ali: “Quanto custa um livro? Você lembra quanto o papai pagou no livro?” E eles diziam um preço, sem cifrão, sem os centavos. A gente trabalhava com o número exato. Quantos livros eu tinha que comprar, se fosse um para cada um? Eles contavam. Aí: “quem vai vir fazer essa operação aqui na lousa? Eu vou gastar, vou gastar...” Se fosse cinco reais o livro: “vou gastar cinco pra ele, cinco pra ele...” Ia contando. “O que tem aqui, cinco mais cinco...” Ia falando: “mais cinco com ele, mais cinco com eles...Quantos cincos eu teria que gastar?” Um pra cada aluno, eles sabiam quantos alunos eram. “Quantas vezes eu gastei cinco? Vamos contar?” Tinha posto ali todos os cinco. Como o 1º ano ainda não estavam aprendendo as contas, se não estivesse aprendendo, era o 2º ano, era o 3º ano, que iam resolver a contas e eles iam olhando. Eu chamava a atenção, porque eles também eram alunos para os quais ia se comprar livro.[...]. (Jacyrá Falco Salles, professora)

[falando de um piquenique] “Vamos, mas vamos vendo, vão caminhando, vamos ver o que vocês estão vendo aí”. Porque no final eu cobrava: “Quantos metros será que nós andamos, de lá aqui? Quem que imagina quanto tem, hein?” Eu ensinava quilômetro... “E como que está o tempo?” “Ta bom?” “É. E é tempo de frio, de calor?” Saia um monte de coisa. Eu não separava as disciplinas fora da sala, porque depois quando você vai cobrar Português, ele faz a produção de textos, vai dar aulas de Matemática, vai usar aqueles dados. [...] E lógico que as crianças se interessavam, pois era um assunto deles. (Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora)

O que observamos é há algumas formas diferenciadas de trabalhar a resolução de problemas em Matemática, mas há, também uma forte tendência de serem problemas de aplicação. Já em relação às tabuadas os trabalhos eram intensos para cumprir o objetivo principal: decorá-las. Tal habilidade, para muitos professores, era essencial para se conseguir resolver situações que envolviam as operações matemáticas de divisão e multiplicação.

Era difícil, por exemplo, ensinar Matemática, tabuada. Era tudo teórico, tinha que decorar e decorava: um vez um: um. Um vez dois: dois. E eles diziam até cantado. Era cantado. Às vezes chegava para o aluno, você aí: “um vez um: um”. “Um vez dois: dois”. “Um vez três: três”. “Dois vez dois: quatro”. Ensinava-se assim. Primeiro ele aprendia tudo assim: “nove vez um, nove”. “Nove vez dois, dezoito”. E assim seguia. Depois falava, “agora é salteado, hein!” “Quanto é nove vezes três”. Muitas vezes acho que ele ficava mentalmente “nove vez um: um; nove vez dois: dezoito; até nove vez três”. E depois você falava: “e três vez nove?” “Cinco vez nove?” “Seis vez oito?” “Cinco vez três?” (na classe mais adiantada). Perguntava-se e tinha que saber. Se não soubesse ficava de castigo. Como tive aquela experiência com o professor que falou que eu não sabia matemática, acho que eu não

tinha predisposição, sofri com a matemática. Os alunos tinham dificuldade em decorar tabuada. Não lembro exatamente, mas para o 1º ano (alfabetização) tinha tabuada só até o dois. Do três, do quatro, do cinco, já era no 2º ano. No 4º ano ele tinha que saber todas, do um, do dois, do três, do quatro, até do nove. Mas tinha que saber de cor. (Rodolpho Pereira Lima, professor)

A tabuada era muito explorada também diante dos problemas. Porque nos problemas aparecia divisão, multiplicação e se você não sabe a tabuada...Quem não sabe tabuada não sabe nada. Eu tenho filho que terminou o colegial e que às vezes não sabe tabuada direito. A minha filha, estava na 5ª, 6ª série, não sabia a tabuada. Eu cobro isso dos meus filhos, acho que é primordial a tabuada. Os alunos não podem passar de série se eles não souberem a tabuada. Apesar de eu ter estudado no sítio, sei a tabuada na ponta da língua. Isso é importante, você não esquece nunca mais. É uma tecla que tem que ser sempre batida. E tem alunos fazendo 2º grau e não sabem tabuada! Isso é uma falha muito grande da Matemática. (Marina Brosque, aluna)

A importância que se dava ao “decorar a tabuada” é também evidenciada pelos inspetores de ensino quando visitavam as escolas e durante os exames finais quando, em geral, solicitavam aos estudantes que “falassem” determinada tabuada. Tais procedimentos eram para avaliar o aprendizado dos estudantes tanto no exame final quanto no decorrer do ano. Algumas situações do ensino de tabuada são retratadas tais como eram feitas com os alunos, revelando um alto nível de cobrança e, em alguns casos, da tensão que isso causava aos estudantes. Essa estratégia foi sendo eliminada com o passar dos anos.

Uma área que eu gostava bastante era Matemática, tinha uma certa facilidade de aprender bem. É lógico que Matemática é prioridade. A professora tomava bastante tabuada. Fazia levantar do lado da carteira, um por um, não ficava um sem ela fazer a tomada. Começava do primeiro da fila e tomava a tabuada. O que me lembro muito era isso, que tinha que estudar mesmo a tabuada, senão você ia passar vergonha. O aluno tinha medo de passar por esse tipo de humilhação, por isso estudava mesmo. Ela falava, “amanhã vou tomar a tabuada tal”. E você tinha que saber na ponta da língua, senão ela punha de castigo. Ficava num cantinho de castigo. Tinha uns castigos meio engraçados: ela punha no cantinho da sala olhando para a parede, não podia olhar para trás, não podia dar risada. E ela falava, “você tem que dar graças a Deus que eu não trouxe grão de milho porque senão eu ia por você ajoelhado no grão de milho. Então você fica aí paradinho olhando para lá. Olhando lá pra fora”. Às vezes ela punha na janela, você tinha que ficar olhando só lá fora, com tempo marcado no relógio. Não eram castigos assim de tacar a régua na cabeça, essas coisas, elas não eram agressivas desse tamanho, não! Não tinha necessidade porque os alunos respeitavam. (Marina Brosque, aluna)

[...] Tinha o exame, a prova no final, com tabuada oral. Chamava o aluno, “você aí Joãozinho, quanto é nove vez dois?” Se ele estivesse no 3º ano,

tinha que falar “dezoito”. Era prova oral. Tinha nota. E também dava-se continhas na lousa, eles tinham que fazer. A dificuldade em Matemática era tabuada: tudo decor. Tinha que decorar e se não soubesse era reprovado. Se soubesse a tabuada decor, como é que ele iria fazer conta de multiplicar e dividir? (Rodolpho Pereira Lima, professor)

E eles tinham que saber a tabuada decor, mas a gente não reprovava por não saber a Matemática, mas exigia. Isso naquela época...Atualmente não sei. Nos últimos anos que lecionei parece que a exigência já estava diminuindo: “não vai reprovar aluno que não sabe a tabuada”. Era o que se ouvia dos dirigentes. Só pela tabuada assim, nunca reprovei. (Deusa Maria Trindade Morales, professora)

[o inspetor] perguntava tudo. A criança levantava, ia à lousa e resolvia. “Fulano, fala a tabuada do três”. “Sicrano”, ele via no Diário em qual tabuada estava, mandava falar. [...]. E as crianças não tinham medo. [...]. (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

É interessante perceber que o “falar” a tabuada revela, já, um tecnicismo próprio às salas de aula de Matemática (o que, segundo pensamos, não é característica somente de épocas passadas e dos níveis básicos de ensino). Observa-se que dizer “dois vez sete” não significa compreender que o sete se repete duas vezes. Aqui, podemos fazer certas ponderações a respeito da linguagem utilizada em matemática que se não utilizada de forma “adequada” poderá alterar-lhe o sentido. Podemos dizer que o ensino de Matemática, nas escolas rurais, passou também pelo uso da linguagem: mesmo se tendo domínio de outros conteúdos, durante a formação escolar dos professores não se deu atenção devida ao uso da linguagem. Para muitos professores e alunos, embora as atividades com a tabuada se dessem de forma técnica, acabavam atingindo “bons resultados” caso os estudantes a tivessem decorado.

[...] E eles diziam até cantado. Era cantado. Às vezes chegava para o aluno, você aí: “um vez um: um”. “Um vez dois: dois”. “Um vez três: três”. “Dois vez dois: quatro”. Ensinava-se assim. Primeiro ele aprendia tudo assim: “nove vez um, nove”. “Nove vez dois, dezoito”. E assim seguia. Depois falava, “agora é salteado, hein!” “Quanto é nove vezes três”. Muitas vezes acho que ele ficava mentalmente “nove vez um: um; nove vez dois: dezoito; até nove vez três”. E depois você falava: “e três vez nove”? “Cinco vez nove?” “Seis vez oito?” “Cinco vez três?” (na classe mais adiantada). Perguntava-se e tinha que saber. Se não soubesse ficava de castigo. [...] (Rodolpho Pereira Lima, professora)

Quanto à tabuada, na cidade eu usava mil artifícios, fazia competição com outras classes, porque tabuada tem que ser decorada. [...] Já no sítio era só estudar tabuada e eu tomava. E eles conseguiam decorar. [...]E tinha que saber tabuada, para quem não sabe tabuada é muito difícil. Tem que aprender tabuada para depois dividir. E eu sempre conseguia que eles aprendessem abstratamente, concretamente eu não conseguia. [...]

[...] Eu decorei a minha tabuada, e nunca mais esqueci. Como decorei nem me pergunta, porque deve ter sido de tanto estudar, duas vez um...Porque dizem que não é certo fazer isso, mas não existe outro meio. Concretizar a tabuada para eles é muito difícil! Agora mudou tudo, pode ser que tenha alguma coisa. [...] (Elza Mesquita da Costa, professora)

Há, em contra partida, para alguns professores, uma preocupação com o significado da tabuada. Esta preocupação manifesta-se, por exemplo, quando professor busca estabelecer claramente o significado de cada um dos fatores envolvidos na operação: o primeiro deles referindo-se ao número de parcelas e o segundo representando a parcela que se repete. Percebe-se que, para esse nível de ensino, a operação de multiplicação tem apenas o significado de soma de parcelas iguais, não sendo discutidas outras situações, como as de Análise Combinatória, em que seria possível atribuir outro significado a essa operação.

[...] Também tinha a parte decorativa, porque ao fazer como eu disse, não aquela tabuada duas vezes o um, duas vezes dois, duas vezes três. Não. Muda. É uma vez o dois, duas vezes o dois, três vezes o dois, quatro vezes o dois, é aqui que vai mudar. Uma vez, duas vezes, três vezes, nós invertemos a coisa, porque o que multiplica é o número de vezes, não é a coisa, quando colocamos duas vezes o um não está vendo a tabuada do dois, está pondo duas vezes uma coisa. A tabuada do dois está aqui, uma vez o dois, duas vezes o dois, três vezes o dois, é aqui que fica a tabuada. E eles vão entender o que é uma vez quando faz assim. [...] (Jacyrá Falco Sales, professora)

Tais cuidados com a linguagem matemática são extremamente importantes, pois em situações que envolvem a operação de multiplicação, a ordem dos fatores não altera o resultado, mas essa ordem tem significado importante para a compreensão do conceito de multiplicação. Essa mesma preocupação ocorria no ensino de outros conteúdos, como o sistema de numeração. Daí podemos perceber que o ensino de matemática não se deu de forma apenas aleatória nas escolas rurais, mas havia casos de grande esforço em articular um conteúdo com o outro, para o que há preocupação com o vocabulário matemático utilizado pelos estudantes. Salienta-se, também, que o uso adequado da linguagem, em cada situação de ensino e de aprendizagem é diferencial quanto à compreensão do significado do que está sendo utilizado e aprendido naquela relação - a linguagem não é a mesma que a linguagem materna.

[...] em Matemática, a primeira coisa que as crianças tinham que conhecer eram os algarismos. Eles conheciam o valor do zero, do zero até o nove, são dez algarismos. Não era uma coisa automática. Ensinava o número e certinho, como escrever corretamente, eles viam a quantidade que

representava aquele numeral. É o numeral quando eles estavam escrevendo os algarismos, simbolizando, e número quando eles viam a quantidade. Lá, na primeira série eles já podem ter vocabulário matemático. Vocabulário se fosse científico eles teriam que usar o científico, se fosse matemático eles teriam que usar matemático. Eles tinham um vocabulário selecionado, que impressionava qualquer pessoa. [...] (Jacyra Falco Salles, professora)

As maiores dificuldades na aprendizagem de Matemática foram creditadas à divisão (principalmente por três algarismos) e à falta de habilidade para decorar tabuadas, uma vez que até o terceiro ano já deviam “saber” as tabuadas do dois ao nove, o que possibilitaria agilidade nas operações e no encaminhamento dos problemas.

Sempre a maior dificuldade foi na divisão por 3 algarismos, sempre foi, porque foi um negócio muito jogado: ensinava de acordo com o que eu tinha aprendido. E quando fui na escola, foi jogado para mim, da maneira que eu joguei para eles. [...] (Ana Rosa Pereira, professora)

[...] Nas contas de dividir e de menos, sofri. As demais contas aprendi rapidamente, facinho. [...] Aquele negócio de emprestar, não dava certo. [...] A dificuldade para dividir era com mais de um número na chave, achar o tanto que precisava para dividir por aquele da chave, para ver quanto que dá. Por exemplo, se na chave estava 342, eu não conseguia pegar uma numeração que desse para dividir. [...] Aprender tabuada foi fácil. A professora ensinava: “dois vez um; dois vez dois”, até a tabuada do seis. Porém a do sete e a do oito deram trabalho para mim. Confundi. (Ovídio Pereira Martins, aluno).

A matéria na qual os alunos tinham as maiores dificuldades era em Matemática, mas só na 1ª série. Porque naquele tempo era pesado: o aluno estudava a tabuada e passava para o 2º ano sabendo todas as tabuadas, até a do 9. [...] (Edite Pereira de Castro, professora)

[...] Não lembro de ter dificuldades, mas Matemática era mais difícil de aprender. O mais difícil era decorar tabuada. A professora tomava a tabuada e tinha que saber. Ela passava a tabuada na lousa e copiávamos no caderno. Fazíamos problemas, contas de dividir, de vezes... (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Novamente vemos um conteúdo, a divisão, tratado de forma bastante técnica, sendo que nem sempre os professores têm domínio dos conceitos envolvidos.

[...] Dá até vergonha, mas fiquei sabendo que existia esse processo longo da divisão, que tem aquela conta de menos (agora eles fazem assim, fazem a operação, dividem e fazem a subtração, no processo longo, e não aprendia isso no Normal). Para os pobres coitados dos meus alunos eu passava assim, vamos supor: “7 dividido por 3, duas vez três, seis, para sete, um”. Mas nem eu sabia que 7 menos três vez dois, seis, põe o seis aqui, sete, tira seis, sobra

um. Nem eu sabia daquilo, porque ninguém me ensinou. (Ana Rosa Pereira, professora)

O mais difícil para ensinar a criança na zona rural e para eles entenderem, é a divisão. Por exemplo, divide 24 por dois: dividir 2 primeiro, era muito abstrato. Eu tinha uma verdadeira obsessão por divisão, eu achava que o aluno tinha que saber divisão. Arrumei uns passos de divisão (acho que foi com a minha sogra, que era professora), que ia da menor dificuldade para a maior dificuldade. Principalmente pra dois algarismos, porque pra 1 já é difícil dividir. Com 2 algarismos então, é uma coisa absurda! Mas não dava, pelo menos eu nunca consegui concretizar. Eu fazia eles decorarem o manejo. Por exemplo, 24 por 12: você divide a unidade pela unidade, a dezena pela dezena para fazer... E tinha que saber tabuada, para quem não sabe tabuada é muito difícil. Tem que aprender tabuada para depois dividir. [...]. (Elza Mesquita da Costa, professora)

Mesmo diante dessas várias dificuldades e lacunas, os ex-alunos rurais que continuaram seus estudos, avaliam sua formação como adequada.

Fazíamos tudo, divisão...No primário não lembro se tinha outras coisas mais. Sei que em Matemática eu conseguia me desenvolver bem, só enrosquei mesmo quando cheguei no 2º grau, que tinha raiz quadrada, aquele monte de coisas...acabei me enroscando um pouco. E hoje, se tiver que fazer, não sei mais, tenho que fazer um curso de novo. Agora, o básico mesmo, eu sei fazer!

Outra coisa que não lembro se aprendia no primário, mas a gente ocupa muito, é porcentagem. Tem muito aluno fazendo colegial e não sabe fazer porcentagem! Acho muito importante porcentagem, porque tudo o que você vai fazer na vida..., por exemplo, se você vai numa loja e vai comprar uma coisa o cara fala “olha, isso aí é cem reais, mas você tem desconto de 30%”, eles não são capazes de saber quanto que é 30% de cem reais! Não sei falar se está sendo bem trabalhada a Matemática que é básica na vida. Isso eu não aprendi na zona rural. E isso faz muita falta, a gente ocupa muito depois de adulto. Metros cúbicos, essas coisas, a gente acabava aprendendo, mas era na 4ª série. (Marina Brosque, aluna)

O que aprendi na escola rural influenciou ter a profissão que tenho. Caso contrário eu não teria conseguido entrar no SENAI. Não teria passado no exame para entrar. Foi o ensino de lá que meu deu essa base. Hoje eu não tenho noção se está melhor ou pior. Mas eu acho que naquela época era melhor do que agora. Mudou muita coisa na escola. Agora tem computador... Não é como era antigamente. Nem existia calculadora. A única calculadora que existia era aquela tabuadinha no lápis. Só no lápis, só no material, porque calculadora não existia. Nem sonhava com calculadora. (Tomás de Jesus Leitão, aluno)

Não eram trabalhados, em geral, conteúdos de Geometria na escola rural. Os motivos pelos quais esse assunto não aparece nos depoimentos, eram de que a maioria das escolas só tinha até a 3ª série e que a falta de recursos prejudicava o desenvolvimento das aulas (seriam

necessários materiais como transferidor, réguas, compassos, além de uma boa lousa, um luxo para escolas que contavam, muitas vezes, apenas com tábuas como quadros negros).

Também foram relatadas algumas atividades influenciadas pelo Movimento da Matemática Moderna, com ênfase na teoria dos conjuntos já nas séries iniciais, sendo manifestada também a necessidade de readaptação dos professores que, já estando na ativa, deviam forçosamente incorporar essa tendência:

A gente teve aquela base inicial, que começou nessa época de 1960, e a gente conseguiu integrar bem aqueles conhecimentos anteriores com os novos conhecimentos que depois exigiam que a gente trabalhasse em Matemática, como a teoria dos conjuntos, depois de 1970. Queriam muito que a gente trabalhasse, nas séries iniciais, com a teoria dos conjuntos, numa fase nova da Matemática. A pessoa falava: “ah, agora tem que trabalhar com essa teoria dos conjuntos, e tal”. Tinha gente que não se adaptava muito bem para trabalhar com essa nova fase da Matemática, essa revolução. O que a gente fazia, fazia uma adaptação da nossa prática anterior com essas práticas novas que os livros exigiam que a gente seguisse. E dava para fazer um trabalho bom. A Matemática Moderna priorizou uma série de medidas que talvez não tenham tido um resultado melhor, ideal até agora. Tanto é que uma turma que aprende muita Matemática, agora já partiu para outros campos, a informática, para o computador. (professora Deusa Maria Trindade Morales)

[...] Tínhamos os nossos caderninhos, uns livros, por exemplo, “Raciocínio com a Criança”, “Matemática Moderna...” E procurávamos os problemas nesses materiais.[...]. (Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora)

O que esse nosso estudo detecta é que o desenvolvimento das atividades matemáticas nas escolas rurais se deu de forma diversificada dependendo da aptidão dos professores com a disciplina, de forma mais concreta ou mais abstrata dependendo do conteúdo e do próprio domínio que os professores detinham e, também, dos próprios recursos didáticos por eles utilizados, seja os livros didáticos ou o próprio Programa de Ensino enviado pelo Estado. É possível dizer que a formação dos professores que foram para as escolas rurais carregam uma deficiência bastante comum em todos os cursos de formação de professores: a integração entre teoria e prática (frequente alvo de discussões, ainda hoje, nos fóruns relacionados à formação de professores).

CAPÍTULO 4

4. Considerações “finais”

Teceremos, aqui, algumas considerações a respeito das questões que nos colocamos quando da elaboração do projeto de pesquisa: Quem foram os professores nas escolas rurais? Qual a sua formação? Como foi a formação dos alunos nessas escolas? Quais as suas particularidades? E quanto ao ensino de Matemática, há especificidades? Quais as conseqüências desse ensino?

Uma configuração do cenário da escola rural que esse trabalho permite estabelecer é que, no período de 1950 a 1960, do qual especificamente tratamos, a zona rural passa por profundas mudanças, especialmente no que diz respeito ao êxodo rural. Tais transformações são influenciadas e influenciam o desenvolvimento das atividades escolares nos núcleos educacionais rurais. Há uma intensa aspiração, pela comunidade rural, por profissões urbanas, no que a escola rural, ainda que oferecida de forma precária e deficitária, é considerada como possibilidade de “escapar” da sina de ser um ruralista. Isso reforça que, em nossa sociedade, há uma super valorização das profissões urbanas e que as profissões determinam a identidade social.

A influência dos valores urbanos é percebida nos depoimentos que consideramos, uma vez que dos cinco alunos colaboradores, quatro exercem ou exerceram atividades urbanas, considerando a aprendizagem obtida em escola rural como uma contribuição para alcançar tal posto. A própria organização do sistema escolar rural (a maioria das escolas oferecia até o terceiro ano primário apenas) colabora para que a zona rural não fosse um local favorável para quem desejasse continuar os estudos, continuidade esta que parece “natural” ao aluno rural, para quem a valorização dos estudos e o mérito advindo dessa valorização relacionava-se ao sucesso em “posições” urbanas. A grade curricular “comum”, presente nos programas, tinha também a função de possibilitar a todos os alunos o acesso aos mesmos conhecimentos (igualdade de oportunidades) independente de serem as escolas urbanas ou rurais.

Embora os discursos oficiais afirmem promover a fixação dos homens no campo (através das escolas típicas rurais, por exemplo, que – ressaltamos – eram em número reduzidíssimo),

a escola rural parece ter desempenhado papel mais intenso no que se refere à valorização do urbano, a começar pela adaptação da grade curricular desenvolvida (assim como ocorreu ao Estatuto do Trabalhador Rural, o que tivemos oportunidade de apresentar um pouco mais pormenorizadamente no corpo do trabalho).

Entretanto, em alguns locais, a própria comunidade tomou para si a responsabilidade de construir as escolas, não se submetendo simplesmente às condições dadas, mas desenvolvendo certas estratégias para garantir acesso ao saber escolar, tentando ultrapassar a precariedade do sistema oferecido pelo Estado. Essas iniciativas, de certa forma, colaboravam para a isenção da responsabilidade dos poderes públicos no que diz respeito à manutenção e desenvolvimento dos núcleos escolares rurais e seus entornos.

Há, em relação ao professor, um discurso corrente de que muitos sacrifícios foram necessários para tornar possível a atuação em escolas rurais, o que acaba por não revelar que tais sacrifícios eram necessários para se conseguir ingressar no Magistério Público, profissão almejada em virtude da falta de opções, status social e bons salários. A zona rural serve, nesse sentido, a aspirações individuais de desenvolvimento profissional, configurando-se como uma “terra de passagem”.

Embora os professores fossem responsáveis por toda a parte administrativa da escola e da docência, por muito tempo não participaram dos processos de avaliação final e de promoção de seus alunos: inspetores de ensino e diretores escolares desempenhavam essas funções. Aprendizagem, avaliação, reprovação e promoção são, aqui, tidos quase como sinônimos, uma “estratégia” que deve ser considerada à luz de um contexto que privilegiava, com pontos para a classificação em concursos de remoção, os professores com maior número de alunos promovidos. Há vigilância constante sobre os professores, o que se pode notar nas declarações sobre as visitas dos inspetores de ensino, que não eram anunciadas previamente, obrigando os professores a, em contínuo estado de alerta, manter o “bom funcionamento” da escola, e a se conservarem em constante estado de vigilância em relação aos outros e a eles próprios.

Aventa-se a possibilidade de, devido às particularidades das escolas rurais e, especificamente devido ao seu regime de classes multisseriadas, os alunos desenvolverem certa autonomia – ainda que forçada, dadas as condições – que pode ser concebida como potencialmente produtiva. Se, por um lado, as escolas urbanas – sem salas multisseriadas – eram, para muitos, um “modelo”, as escolas rurais permitiam ao aluno essa experiência de compartilhar conhecimentos para que todos, em seus ritmos, pudessem ser atendidos. O trabalho com classes multisseriadas não foi caracterizado como elemento negativo por nenhum de nossos depoentes. Estratégias de ensino que motivam a autonomia do aluno rural,

porém, eram aplicadas num contexto que fortalece os modelos urbanos. O ponto de estrangulamento, mais uma vez, parece estar no desejo de adaptar o modelo de ensino urbano às condições rurais, com o que se contribui significativamente para a perda da identidade do homem rural e de suas formas de viver em comunidade.

Os alunos, convivendo com um ensino “igual” ao ensino urbano, por seguirem o mesmo programa de conteúdos, acabam por ter um ensino apoucado e superficial, levando-se em consideração que as condições da escola rural (classes multisseriadas, falta de recursos, etc) não tornavam possível atingir os mesmos resultados.

Compreendemos que a maior parte dos professores da zona rural era iniciante e atuava como substitutos; que enquanto estavam nas escolas rurais tinham apenas formação em Curso Normal no qual não havia cuidado especial algum com as especificidades do ensino rural (exceção deve ser feita à formação que ocorria na Escola Normal Rural de Piracicaba); e que, portanto, muitos professores enfrentam dificuldades para atuarem nesses núcleos situados no campo. Os cursos e treinamentos oferecidos pela Secretaria da Educação nem sempre preenchem as lacunas na formação inicial do professor, sendo considerados distantes da “realidade” da prática. A formação no Curso Normal é retratada como muito teórica, distante daquilo que seria ensinado nas escolas primárias, o que manifesta claramente o desejo de uma formação mais voltada para a prática.

Embora a formação dos professores que ensinavam Matemática nas escolas primárias apresente-se como bastante lacunar, os conteúdos a serem ensinados eram bastante variados, o que nem sempre era cumprido em sua totalidade, particularmente nas escolas rurais. Poucos conseguem atingir um aprofundamento maior dos conteúdos de Matemática, chegando ao ensino de frações e porcentagens. Há muita ênfase em relação ao sistema decimal – praticamente restrito à contagem – às quatro operações fundamentais, “resolução de problemas” – na verdade os “problemas de aplicação” – e às tabuadas do dois à do nove, decoradas.

As grandes dificuldades em relação ao ensino a aprendizagem dos “problemas” não estavam nas operações que deviam ser resolvidas, mas na compreensão de seu conteúdo tanto pelos professores quanto pelos estudantes (talvez por isso a grande preocupação com a linguagem) e de qual estratégia utilizar em sua resolução. Maiores dificuldades, entretanto, são encontradas quando tratando da operação de divisão (principalmente por três algarismos) e à falta de habilidade para decorar tabuadas, uma vez que até o terceiro ano os estudantes já deviam “saber” as tabuadas do dois ao nove, o que possibilitaria agilidade nas operações e no encaminhamento dos “problemas”.

Mesmo diante dessas várias dificuldades e lacunas, os alunos rurais que continuaram seus estudos avaliam sua formação como adequada. Mas o fato de alguns terem superado as desigualdades de condições colocadas no início de sua formação oculta que o não oferecimento de escolas em “condições iguais” aos estudantes rurais é fator determinante para a não continuidade dos estudos. Não se trata de considerar o ruralista “como ruralista”, doce selvagem que sempre deve manter seu lugar numa hierarquia na qual ocupa uma posição de desprestígio, nem de impedir seu acesso à informação ou ao conhecimento. O projeto adequado à escola rural está para ser pensado, mas se criadas condições de igualdade, perceber-se-á que a manutenção do homem no campo não implica desqualificação de seu fazer e de sua identidade.

Se em Matemática a preocupação maior estava em dar algumas noções elementares como as quatro operações, contagem e quantidade, havia pouca contribuição da escola formal na zona rural, posto que muitos estudantes já tinham essas noções, desenvolvidas que eram pela própria família.

Devido a uma conhecida e divulgada tendência de “queda nos padrões de ensino”, o que se ensinou e se aprendeu na escola rural, parece ter ficado como um mito de qualidade (de boa qualidade) na memória daqueles que vivenciaram o ensino no campo, principalmente como alunos, inviabilizando, para esses estudantes, a possibilidade de um posicionamento mais crítico quanto ao papel desempenhado pela escola na perda da identidade do homem rural, e, conseqüentemente, de sua valorização social.

CAPÍTULO 5

5. Bibliografia

AMADO, J. Nós e o espelho. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.105-112.

ANSART, P. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BARALDI, I. M. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (S.P): uma história em construção**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação Matemática. Unesp, Rio Claro, 2003.

BERNARDES, M.R. **As várias vozes e seus regimes de verdade: um estudo sobre profissionalização (docente?)**. Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências. UNESP, Bauru, 2003.

BERTAUX, D. O que mostram as Estatísticas. In: _____. **Destinos Pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.15-48.

_____. O conceito de Antropomias. In: _____. **Destinos Pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1979, p.49-63.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOM MEIHY, J. C. S. Desafios da História Oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.85-97.

BOM MEIHY, J.C.S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BRESCIANI, S., NAXARA, M.(org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Travessia do século).

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Consolidação das Leis do Trabalho <<http://www.soleis.com.br/>>. Acesso em 20 de nov. 2003.

DEMARTINI, Z.B.F. Nova Leitura de velhas questões educacionais. In: DINIZ, E., LOPES, J.S.L. e PRANDI, R. (Org.). **O Brasil no rastro da crise**: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: Hucitec, 1994, p.271-288.

DEMARTINI, Z.B.F. Cidadãos Analphabetos: Propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na 1ª República. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.71, 1989, p. 05-19.

DEMARTINI, Z.B.F. Desigualdade, Trabalho e Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.64, 1988a, p. 24-37.

DEMARTINI, Z.B.F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: Simsim, O.S. **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil).São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988b, p.44-105.

DEMARTINI, Z.B.F. LANG, A.B.S.G. **Educando para o trabalho**: Família e Escola como agências educadoras. São Paulo: Loyola, 1985a. 205p.

DEMARTINI, Z.B.F; TENCA, S.C; TENCA, A. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.52, 1985b, p. 61-71.

DEMARTINI, Z.B.F. Velhos Mestres das novas escolas: Um estudo de memórias de professores da 1ª República em São Paulo. **Cadernos CERU**. São Paulo, n.19, 1984, p.197-205.

DEMARTINI, Z.B.F. A Educação da população rural em São Paulo: um problema de ideologia? **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 34, n.1, 1982, p. 03-12.

DEMARTINI, Z.B.F; **Observações sociológicas sobre um tema controverso**: população rural e educação em São Paulo. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – São Paulo, 1979.

FERREIRA, M. de M., FERNANDES, T.M., ALBERTI, V. (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FIorentini, D., Nacartato, A. M., et all. Formação de Professores que ensinam Matemática: um balanço de 25 anos da pesquisa brasileira. MACHADO, A. C., FONSECA, M. da. C. F. R., GOMES, M.L.M. (org.). Dossiê: A pesquisa em educação Matemática no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 36, p. 137-160, 2002.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2000c

FREITAS, S. M de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GARNICA, A. V. M. **História Oral e Educação Matemática: um inventário (no prelo)**.

_____. História Oral e Educação Matemática: do Inventário à regulação. **Zetetiké**. Campinas: CEMPEM/FE/UNICAMP, v.11, n.19, jan/jul 2003. pp.9-55.

_____. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da história. **Ciência & Educação**. Bauru: Faculdade de Ciências, UNESP, v.5, n.1, p.27-35, 1998.

GATTAZ, A.C. Pensando a História Oral. In: _____. **Braços da Resistência: uma história oral da emigração espanhola**. São Paulo: Xamã, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Históricos dos censos: População residente, por situação de domicílios e por sexo – 1940 – 1996**. Disponível em http://www.ibge.net/home/estatística/populacao/censoistorico/1940_1196.shtm.. Acesso em: 29, jul. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950**. Estado de São Paulo. Censo Demográfico. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: 1954, p.172-187.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VII Recenseamento Geral do Brasil** – 1960. Estado de São Paulo. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: 1960, p.29-56.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil** – 1970. Estado de São Paulo. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: 1970, p.192-209.

JOUTARD, P. Desafios à História Oral do século XXI. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.31-45.

JUNIOR, C.P. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KOLLING, E. J., NERY, I., MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília, D.F: Peres, 1999.

LAKOFF, G., JHONSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Educ, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas públicas educacionais**. São Paulo, 2002.

MACHADO, A. C., FONSECA, M. da. C. F. R., GOMES, M.L.M. (org.). Dossiê: A pesquisa em educação Matemática no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 36, 2002.

MARCUSCHI, L.A..**Da fala para a escrita (atividades de retextualização)**. São Paulo: Cortez, 2000.

MIGUEL, A., MIORIM, M. A.. História da Matemática: uma prática social de investigação em construção. In: MACHADO, A. C., FONSECA, M. da. C. F. R., GOMES, M.L.M. (org.). Dossiê: A pesquisa em educação Matemática no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 36, p.177-203, 2002.

NEGRI, B. GONÇALVES, M.F., CANO, W. **A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. V. 1, n. 1. Coleção Economia paulista. São Paulo: SEADE, 1988.

OLIVEIRA, P.de S. **Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana**. São Paulo: Hacitec/Fapesp, 1999.

PIERRE, A. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M.(org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In Revista **Projeto História, São Paulo: Educ**, n.15, 1997, p. 13-49.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUEIROZ, M. I. P.de. Relatos Oraís: do ‘indizível’ ao ‘dizível’. In: VON SIMSON, O. M. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988, p.14-45.

SOUZA, A.C.C.; SOUZA, G.L.F. Cotidiano e Memória. **Revista do Departamento de Teoria e Prática da Educação**, Maringá, n.8, 2001, p. 63-72.

SPERB, D.C. **Administração e Supervisão na Escola Primária**. Porto Alegre: Globo, 1967.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, A .. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história Oral. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.47-65.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In Revista **Projeto História, São Paulo: Educ**, n.15, p. 51-84, 1997.

TOURTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In: **Usos e Abusos da História Oral**. FERREIRA, M. M., AMADO, J. (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.233-245.

VIEIRA, R. Histórias de vida e identidades. In: MACHADO, A. C., FONSECA, M. da. C. F. R., GOMES, M.L.M. (org.). Dossiê: A pesquisa em educação Matemática no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 36, 2002, p. 137-160.

5.1 Referência das ilustrações apresentadas

Ilustração 1. O fundo da capa deste relatório retrata a sede da Escola Masculina do Bairro Ribeirão Grande, município Alto Alegre, em fotografia feita no período entre 1955 e 1957, que nos foi cedida por Rodolpho Pereira Lima, professor depoente em nossa pesquisa.

Ilustração 2. O mapa do estado de São Paulo, à página 09, foi retirado do site do IBGE <<http://www.ibge.com.br>>.

Ilustração 3. O mapa do estado de São Paulo, à página 10, foi retirado do site do DER <http://www.der.sp.gov.br/vder/malha/down_mapa.asp>.

APÊNDICES

- I. Textualizações dos depoimentos dos professores
- II. Textualizações dos depoimentos dos alunos
- III. Textualização do depoimento do inspetor de ensino

I.1. Ana Rosa Pereira, professora

Eu me chamo Ana Rosa Pereira. Nasci em Guaianás¹⁵, dia 26 de março de 1946. Fiz de 1ª à 4ª série em Guaianás, no grupo escolar que naquele tempo chamava Grupo Escolar de Guaianás (quando voltei para a dar aulas nessa escola, já era Escola Estadual de 1º Grau “Maria de Campos Soares”, nome de uma professora). Para fazer de 1ª a 4ª série do ginásio (não era de 5ª à 8ª série como se fala hoje) viajava de trem para Pederneiras.

Naquele tempo tudo era mais difícil, quando a gente terminava a 4ª série do ginásio tinha que fazer um vestibular, que segurava muita gente. Eram pouquíssimas as pessoas que entravam, equivaleria hoje a entrar numa USP. Poucas pessoas tinham acesso para entrar no Normal (que equivale ao Magistério de hoje). E eu fiz o Normal, no Instituto de Educação Ernesto Monte em Bauru. Como sempre morei em Guaianás, ia de trem. Conto para as minhas filhas e elas ficam admiradas, porque naquele tempo eu saía de casa num trem que passava quinze para as dez (me lembro muitíssimo bem), e ia para Bauru.

De Guaianás a Bauru dava 15 minutos, chegava às dez horas. Eu tinha que esperar até meio dia e meia para entrar na aula. Saía 4:30hs, tinha que esperar um trem que saía de Bauru 7:15 hs da noite. O trem parava em viagem, fazia troca de máquina e demorava muito tempo. Demorava para chegar! Chegava em Guaianás cinco para as oito da noite. Conto para as minhas filhas e elas admiram, porque eu chegava cinco para as oito até de sábado. Tinha aula aos sábados. No mesmo horário. Era muito sacrificado. Quem queria estudar, tinha que fazer isso. Em Guaianás hoje, as peruas escolares vão buscar as crianças em casa no sítio. Vem ônibus de Guaianás para Pederneiras com estudantes. Hoje é tudo tão fácil. E o que acontece? O povo não tem vontade de estudar.

Não me conformo de ver a matéria que a gente aprendia no Normal! Não tinha nada a ver. Não sei se hoje no Magistério é o mesmo conteúdo, mas lembro que na minha época uma das matérias, em Matemática, (que se aprendia muito, que enchia o saco e até hoje não lembro por que aquilo e nem qual a utilidade disso), era aquele bendito logaritmo. Para que? No Normal aprendia naquela tábuca de logaritmo, aquela coisa. No que ia usar aquilo para a criança? Dá até vergonha, mas fiquei sabendo que existia esse processo longo da divisão, que tem aquela conta de menos (agora eles fazem assim, fazem a operação, dividem e fazem a subtração, no processo longo, e não aprendia isso no Normal). Para os pobres coitados dos meus alunos eu passava assim, vamos supor: “7 dividido por 3, duas vez três, seis, para sete, um”. Mas nem eu sabia que 7 menos três vez dois, seis, põe o seis aqui, sete, tira seis, sobra um. Nem eu sabia daquilo, porque ninguém me ensinou.

Eu aprendi assim no primário e, no ginásio, passei o tempo inteiro aprendendo Álgebra, não se ensinava mais nada e depois, quando cheguei no Magistério, fiquei o tempo inteiro atrás daquelas tábuas de logaritmo que também não tinha nada...A gente não teve uma formação adequada. Depois participando de cursos que a escola preparava fui aprendendo o que era aquilo. Daí já tinha dado aulas durante 20 anos e os coitados dos meus alunos foram obrigados...E os alunos tinham uma certa dificuldade na divisão por 3 algarismos.

¹⁵ Distrito do município de Pederneiras, próximo a Bauru.

Como o conteúdo era muito amplo, na 2ª série já se ensinava divisão por 2 algarismos! Na 1ª série se ensinava as 4 operações, a tabuada até a do 5, na 2ª série ia até a do 10, divisão por 2 algarismos, na 3ª série já entrava aquela parte de perímetro, de área, porcentagem, aquilo tudo. A criança saía na 4ª série sabendo muita coisa. Ia para o ginásio, ficava atrás de Álgebra. Só Álgebra. E Geometria. Geometria, pelo amor de Deus! Até hoje não posso pensar naquilo (conto para as minhas filhas hoje): a gente tinha 100 teoremas para resolver. Até hoje não posso pensar nisso, naquela Matemática. Eu detestava Matemática, por causa disso. Por causa disso! Era assim tudo muito abstrato. Álgebra era aquilo lá, porque x, papá, papá,..., aquelas operações que davam até medo de ver. Resolver tudo aquilo...E aqueles teoremas também, pelo amor de Deus! Depois não usei nada quando fui ensinar. Não usava nada disso. O prático mesmo, o básico, passei para os meus alunos do jeito que aprendi. E do jeito que eu aprendi foi jogado, aquela coisa. E depois chegava no Ginásio, parava naquilo, acabava até esquecendo. Voltei a lembrar para ensinar para meus alunos. Não aprendi mais nada disso. Nem no Normal. Hoje não sei como está o conteúdo do Magistério, mas naquele tempo...

Terminei o Normal em 1964 e no ano seguinte comecei a lecionar, em zona rural, em Escolas Emergência. Eram chamadas Escola de Emergência porque não era fixa naquele lugar (estava em fase de ver se ficava ou não a escola). Criavam-se essas escolas porque tinha alunos e não sabia se elas iam ser mantidas. Havia muitas naquele tempo. Quase todas as escolas rurais eram chamadas Escolas de Emergência. Mas permaneciam durante muito tempo com esse nome. Eu acho que era mais fácil hora de fechar.

Naquele tempo a gente não tinha um vínculo fixo com o Estado. A gente não era efetiva. Era professora contratada. Por isso eles deixavam essas Escolas de Emergência, para não ter um vínculo com o professor. Era do Estado, não firmavam vínculo empregatício nenhum com o professor, mas pagava-se direitinho. Era contratado para o ano inteiro (pegava no início do ano e ficava até o final do ano). Quando chegava no ano seguinte você ia de novo para escolha e pegava uma outra escola. Eu peguei três ou quatro anos a Escola de Emergência do Bairro dos Carneiros, porque era uma escola próxima de Guaianás, onde eu morava, e eu vinha para um processo de atribuição em Pederneiras, e o pessoal não tinha o interesse de pegar lá. Sempre sobrava para mim. Tive vários alunos lá.

Comecei a lecionar em dia 16 de fevereiro de 1965, na Escola de Emergência do Bairro dos Carneiros. Dei aula no grupo de Guaianás durante 3 ou 4 anos. Depois numa escola perto de Pederneiras que chamava Escola de Emergência do Bairro Passa Quatro e na Escola de Emergência da Fazenda Palmital. Depois dei aula na escola do Horto Florestal (Escola de Emergência também). Parei de lecionar um tempo, porque ficava essa história de um ano você pega, um ano você não pega...Parei um tempo e fui trabalhar em Bauru. Trabalhei 6 anos na Escola Eduardo Velho Filho. Minha efetivação foi em Bauru, em 1974, onde trabalhei até 1981. Voltei para Guaianás, para essa escola onde me aposentei.

Tanto em Palmital quanto no Passa Quatro fiquei um ano, um ano cada uma. Já nos Carneiros fiquei quatro anos. Todas as escolas rurais eram com as três séries numa sala só. Para o Bairro dos Carneiros eu ia de charrete. Pegava uma charretinha, minha mesmo, andava 8 km todo dia. Ia conduzindo a charrete. Teve um tempo que eu levava meu sobrinho que já ia como aluno. Ia comigo e ficava como aluno. Estudava lá para ir comigo. Para as outras escolas, em Pederneiras, vinha de Guaianás de trem, descia na estação, pegava uma perua que era uma lotação que levava todas as professoras (a gente alugava uma perua). Todos os professores iam nessa perua, descia na estrada e sempre tinha um aluno com uma charrete esperando para levar até na escola, porque até chegar na escola ainda tinha uma distância. Quando chovia era difícil. Mas ia de charrete e com um guarda-chuvinha. Não tinha como faltar. O negócio era sério mesmo.

Nas classes escolas rurais tinham muitos alunos, porque naquele tempo, as Escolas de Emergência funcionavam com três graus: sempre 1ª, 2ª e 3ª série juntas. A gente dava aula

para as 3 turmas numa sala só. Tinha uma lousa muito pequena, no máximo 1 por 2 metros. Tinha que se virar ali, dividia a lousa... Imagino hoje como seria para dar aula desse jeito. Porque hoje você usa de tudo quanto é estratégia dentro de sala de aula e não prende a atenção de aluno. Hoje você pega alunos que fizeram pré, que chegam praticamente alfabetizados na escola.

Embora fossem três classes, três graus numa mesma classe, a gente dividia as fileiras dos alunos. Não tinha material didático quase que nenhum. O governo mandava material, ainda bem! E parece que era melhor do que agora. Era pouca coisa: caderno, lápis, algum material, mas só também...Porque o povo não tinha...

Mas nunca tinha uma quantidade muito grande de alunos. O máximo era 30 alunos nas três séries juntas. Porque naquele tempo não tinha muita evasão escolar. Quem entrava na 1ª série saía na 4ª série, e no sítio, geralmente, na maioria das escolas ia de 1ª série à 3ª série. Essa Escola Emergência do Bairro dos Carneiros era até 3ª série, porque só podia ter 3 séries na mesma sala, não podia ter 4, porque também seria demais! Nas escolas onde tinha mais alunos eles abriam duas classes. Vamos supor, ficava duas classes de emergência. Mas precisava ter alunos. Se tivesse 36, 40 alunos, abriam duas: uma para 1ª e 2ª séries, e uma para 3ª e 4ª séries. Duas classes. Uma professora dava aula para 1ª e 2ª série e outra dava para 3ª e 4ª série. Mas a maioria das escolas era de 1ª a 3ª série. E quando o aluno ia para a 4ª série, ia para a fazenda vizinha, onde já comportava um número maior de alunos e tinha duas classes.

Mas a maioria parava. Fazia 1ª, 2ª e 3ª série porque era perto, e parava. Tinha que pegar cavalo, era longe. Muitos da 1ª a 3ª séries já tinham que ir a cavalo, pois morava bem longe. E quando tinha que ir para outra fazenda ficava pior ainda, porque cada um tinha que se virar, a Prefeitura não dava condução para ninguém. Tinha que ir a cavalo, andar a pé, e, às vezes, as crianças paravam de estudar.

Não tinha problemas com faltas e evasão. Porque também, naquele tempo, a maioria das crianças que estudavam ali eram filhos dos donos, dos sitiantes. Por isso, o poder aquisitivo deles não era tão ruim. Ou mesmo de empregados que moravam ali. Mas naquele tempo eles não precisavam muito do trabalho da criança. Não era que não precisava, é que valorizava mais o estudo do que o trabalho. Eles davam muito valor mesmo. Eu não sei se por que os pais não tiveram acesso à escola, não conseguiram estudar...Valorizavam muito, o estudo era prioridade. Ninguém deixava de ir na escola, não existia falta por trabalho. Nunca tive um caso de aluno que saiu da escola ou que faltou porque tinha que trabalhar, nem em época de safra. Eram 4 horas, não era como hoje que são 6 horas. Ia na escola das 8h ao meio dia, chegava em casa e, depois, se tivesse que ajudar, ajudava. Muitas vezes os alunos saíam da escola por ser longe, ter que ir longe. Os pais se preocupavam, pegar estrada sozinho...Porque eram crianças pequenas: na 3ª série são crianças pequenas. Já naquele tempo parece que as crianças iam para a escola na idade certa.

A gente pegava aluno de 1ª série, naquele tempo, que não sabia nem o que era lápis, nem como pegar no lápis. Eles não sabiam nada, moravam no sítio! E muitos deles não tinham coragem nem de olhar para a sua cara, tinha aluno que punha a mão no rosto e ficava uma semana com a mão no rosto sem olhar para a minha cara de vergonha. Eles tinham muita vergonha. A gente pegava aquele aluno que mal sabia pegar no lápis e tinha que dar atenção para as 3 séries. Dividia a lousa, passava atividade no caderno para as crianças de 3ª série, se virava. Dava um jeito. Tinha dar atenção para os alunos que estavam chegando. Mas era muito bom, embora sendo desse jeito, com toda essa dificuldade, era muito mais fácil...

Não tinha diferença entre o ensino rural e o urbano. A gente recebia uma programação tanto na cidade como na zona rural. O conteúdo era o mesmo. No jeito de trabalhar sempre tem que ter umas diferenças. Na cidade o nível é um e na zona rural é outro. Sempre tem que ceder um pouco. Aquilo que usa na cidade não é a mesma coisa na zona rural. O professor, isso sempre teve, tem que fazer de acordo com a clientela, de acordo com os alunos. Na área

de Português (no início era Linguagem e depois mudou para Língua Portuguesa), quando ia fazer uma dissertação, fazia de acordo com a zona rural: tipo de plantação, diversão de zona rural. Tem que sempre mudar. Na cidade vai mandar a criança descrever alguma coisa: um parque, um cinema, uma praça da cidade...Na zona rural não tem como mandar falar sobre o parque. Vai falar sobre a plantação, a criação do gado, o leite por exemplo, passeio que é diferente (naquele tempo tinha os bailinhos da roça, as festinhas de sítio). Na cidade você já fala para a criança descrever uma festa de aniversário, já no sítio naquele tempo e até hoje também não vai mandar descrever uma festa de aniversário que eles não sabem o que é. Tem que ir adequando.

Em Matemática era aquela coisa básica. Mas era bem fácil para explicar. Parece que as crianças tinham mais vontade. Naquele tempo a gente dava, e o conteúdo era assim bem mais exigente do que agora. Divisão por dois algarismos se dava na 2ª série. Hoje eles começam muito mal na 3ª série. Vejo o que minha neta aprende. Na 2ª série eles sabiam tabuada até a do 10. Me ensinaram, enquanto eu ainda estava trabalhando, da necessidade do concreto: tinha que pegar “2 vezes ...” tudo no concreto. Mas quando comecei a lecionar era tudo abstrato. Tentava passar um pouquinho para o concreto, mas muito pouco, porque eles tinham facilidade para aprender. Aprendiam com facilidade, na 2ª série já decoravam tudo. Eles decoravam. A criança aceitava, a criança não fazia perguntas. Hoje não, a criança fica fazendo pergunta: “mas por quê. Por que é assim?” E naquele tempo eles não tinham muito isso de “por quê?” Até mesmo por serem muito inibidos, não tinham coragem, às vezes até pudessem ter vontade. Mas não tinha coragem de perguntar “por quê?”. E a gente também, naquele tempo, achava que eles estavam aprendendo o que a gente ensinava.

Eles aprendiam com facilidade os probleminhas que a gente dava, de acordo com a realidade da zona rural: “quantos bois, num pasto tem tantas vacas, tantos cavalos, tantos bezerros, quantos animais tem no pasto?”. Tudo de acordo com a vivência deles ali. E faziam. Porque também a gente não vai dar coisa da cidade, era de acordo com aquilo que conheciam. Sempre a maior dificuldade foi na divisão por 3 algarismos, sempre foi, porque foi um negócio muito jogado: ensinava de acordo com o que eu tinha aprendido. E quando fui na escola, foi jogado para mim, da maneira que eu joguei para eles. Nunca ninguém me explicou. Hoje eu vejo, depois que já tinha participado de mais reuniões, fui aprendendo a ensinar de uma maneira diferente, que se tornou mais fácil. Quando fui na escola me ensinaram daquele jeito: pá, pá, pá.

Já faz 6 anos que me aposentei¹⁶, e nos últimos anos dei aula numa escola de Guaianás, para uma classe só (um grau só), mas era mais difícil. Os alunos daquele tempo, principalmente os alunos da zona rural, eram muito interessados. Eles iam na escola com o único objetivo: aprender. Queriam aprender, tinham uma fome...Eles tinham muita vontade de aprender. E sabiam que tinham uma responsabilidade, tinham consciência de que iam à escola para aprender. Hoje os alunos vão para a escola para brincar, para badernar. A última necessidade porque eles vão à escola é para aprender. Não tem mais aquela vontade. Não sei porquê! E os alunos daquele tempo tinham muita vontade, tinham sede de saber. Era muito mais fácil pra a gente. Pois quando o aluno tem vontade, é mais fácil para o professor. Não precisava usar de tantas estratégias, de tantos meios para chamar a atenção dos alunos. A atenção deles já era assim, vinha deles já. Eles prestavam atenção por si próprios. Eles queriam aprender. Para eles, aprender a fazer o “a”, nossa! Aquilo era uma alegria. Aprender, descobrir a palavra. Uma cartilha que eles pegassem, aquilo era a coisa mais bonita do mundo. Um desenhinho da cartilha chamava a atenção. Porque não tinha televisão, não tinha revista nenhuma, não tinha nada. Quando eles viam uma cartilha, viam um lápis, viam um caderno, eles valorizavam. Hoje não, a criança fica assistindo televisão o dia inteiro, chega na

¹⁶ Aposentou-se em 1996

classe a professora precisa mostrar nem sei o que pra chamar a atenção dessa criança. Nada para eles é interessante. Têm acesso a tanta coisa em casa (é televisão, é tanta coisa que aparece na televisão) que a professora precisa ser de circo, precisa fazer mágica na frente da classe, para prender a atenção de aluno.

O professor era valorizado naquele tempo. Todo mundo valorizava muito o professor. É aquilo que eu comento sempre, naquele tempo você ia à escola, ganhava-se muitos presentes de aluno...as melhores laranjas que eles tinham. Não tinha um dia que você não vinha...todo mundo trazia ovo, trazia laranja, outro trazia verdura. Aquele monte de presente, porque eles valorizavam o professor. Gostavam do professor. Tinha muito valor. E quando comecei a lecionar, ganhava-se muitíssimo bem. Era um salário! Por isso a gente ia, esse sacrifício, ficar até 8 horas da noite estudando, tudo...Lembro que tinha uma comadre da minha mãe (que morava perto da minha mãe), quando comecei a lecionar, que perguntou quanto que eu ia ganhar. Falei. E ela disse: “meu Deus, mas por um salário desse eu pousava todas as noites no cemitério!” Foi a expressão que ela usou, para ver como o salário era bom! Por causa disso, pelo salário ser bom, pelo valor que a gente tinha perante a sociedade...Os próprios alunos valorizavam o professor.

Hoje os professores são tão desvalorizados, todo mundo sabe que o professor não ganha nada, que o professor é maltratado. Saiu uma reportagem falando que a criança escuta, sabe disso e fala: “o professor foi feito para ser desvalorizado mesmo, pra pisar”. Já vão para a escola com este intuito, sabendo que o professor não tem valor nenhum. Chegam na escola desvalorizando e não dando atenção. E acaba dificultando o ensino. Esse é o jeito que está hoje e desse jeito vai essa corrente. Antigamente era muito bom. Era gratificante. Gratificante mesmo.

Peguei praticamente as duas fases: trabalhei 30 anos (comecei em 65 e fui até 1996).E, sinceramente, sempre gostei muito de trabalhar. Eu morava em Guaianás (faz dois anos só que moro em Pederneiras), quase que em frente da escola. Era bem fácil. E pra mim aquilo era uma paixão. Aquela escola era quase um pedaço de mim. E só me aposentei justamente por causa disso: a gente não tinha valor nenhum. Muito difícil trabalhar, os alunos não obedecem, os pais pior ainda. Pior ainda! Porque o aluno chega em casa, e o aluno tem uma capacidade de imaginação muito grande, chega em casa e inventa. Tinha aluno que já era capaz de fazer um risco ou até de encostar num lugar, chegar em casa e falar que foi a professora que fez: “professora que beliscou, professora bateu, professora fez isso, fez aquilo”. Nos últimos anos, em Guaianás, a gente via de manhã mãe que vinha vindo de mãozinha dada com aluno, já olhava uma para a cara da outra e falava: “prá quem será hoje?” Porque sabia que a mãe vinha com reclamação. Os pais dão todo apoio para os filhos, acreditam e eles têm uma imaginação muito grande. E sabem que o pai acredita e inventam barbaridade. E a professora... Antes não, imagina! Nem chegava a falar nada, mesmo porque a gente não fazia nada. Mas o aluno sabia que a reação do pai ia ser outra. Porque a professora sempre tinha razão. Os pais antigamente tinham outra cabeça.

Mas os pais iam muito pouco. Essa participação era mais difícil, ainda mais no sítio. Eles não tinham muita participação, mas também não atrapalhavam! Hoje vão na escola, se tem uma reunião (como tenho minha neta morando comigo e estuda no Objetivo¹⁷ e participo das reuniões) para se reclamar de professor. Já passei por tudo isso, vou na reunião da minha neta, fico olhando, e falo: “continua e cada vez pior”. As mães vão na escola para reclamar. Não vai na escola para saber “como está meu filho, como está o comportamento dele, o que ele está fazendo”. O dia que o filho chega em casa e conta alguma coisa vai correndo reclamar, ficar brava com a professora. Caso contrário, saber o que está acontecendo, ninguém vai. E vejo que até hoje continua assim: o professor não tem razão nenhuma.

¹⁷ Escola Preve Objetivo

O professor não tem armas, não tem o que fazer. Aluno não obedece, aluno não quer aprender, e o professor está ali, de mãos atadas, sem saber o que fazer. Depois recebe toda a culpa! E naquele tempo o professor trabalhava à vontade, e trabalhava. Trabalhava bem.

Mas a gente recebia visita da supervisão, de vez em quando aparecia o supervisor (o mesmo que inspetor). Tinha supervisor na época. A gente trabalhava ali, de vez em quando via um carrinho, a gente sabia: o supervisor está vindo. Ia visitar a escola, saber como estava passando... Como as Escolas de Emergência pertenciam a um Grupo Escolar de Pederneiras, pertencente à Delegacia de Jaú, o inspetor que ia de vez em quando fazer a inspeção, saber como estava funcionando tudo, era dessa delegacia.

Ele olhava os cadernos dos alunos. Verificava o Diário, se estava feito (porque o professor tinha que fazer um Diário de Classe, todo dia tinha que levar um Diário do que ia dar na classe, um planejamento), verificava o Livro de Chamada (porque tinha chamada todo dia). Verificava tudo. Conversava com os alunos.

E, no final do ano, a prova era feita por esse inspetor. Não era o professor. Não era como hoje, que o aluno passa... Às vezes faz uma provinha, o professor mesmo que faz ou, às vezes, o aluno passa pelo trabalho que fez durante o ano. Naquele tempo não. Era uma prova mesmo. Ele ia lá e aplicava essa prova. E via o aluno. Era o próprio inspetor que fazia as questões da prova. Porque a gente sabia o assunto, tinha um programa de ensino. Era aquela matéria que tinha que ser desenvolvida durante o ano. Todos os professores tinham o mesmo programa de ensino. Esse programa já era feito pelo próprio Estado. Vinha um programa do Estado. A gente tinha aquela programação e, dentro dessa programação, o inspetor ia a todas aquelas escolas rurais e aplicava essa prova. Tinha que cumprir esse conteúdo para que as crianças pudessem fazer a prova. E eles iam até bem. Mas, para eles, a visita do inspetor era coisa do outro mundo! Eles tinham medo. Mas até que em vista, eles iam bem na prova. Iam bem.

Não tinha quase repetência como tem hoje. As crianças, não sei, parece que eles tinham a cabecinha fresca para aprender. Não é como hoje, que eles se preocupam muito com televisão, com muita coisa, parece que a cabeça fica cheia. Antigamente não, quem morava no sítio, na zona rural, parece que a cabeça deles era fresquinha. É como uma terra fresca, uma terra boa, você põe uma semente, cresce aquela semente. Agora numa terra cansada já é mais difícil produzir. Assim era a cabeça das crianças aquele tempo. A cabeça parece que era descansada. Aprendiam com facilidade. Faziam a prova com o inspetor no final do ano, uma pessoa diferente, chegava ali e aplicava aquela prova, matéria que a gente dava, mas sabe como é que é, nem sempre você vê... é tipo hoje, faz esse provão. As pessoas têm esse conteúdo, os alunos aprendem aquele conteúdo, mas não sabe como vai ser jogado para você responder. Para uma pessoa que faz faculdade já é mais fácil, mas para uma criança da 1ª série, chegar no final do ano, aparecer o inspetor, às vezes dá de uma maneira um pouquinho diferente do que o professor... Mas eles iam bem.

No começo nem tinha merenda, mas no final eles já mandavam leite para a escola no sítio. Mandava aquele leite em pó. E a professora mesmo tinha que botar água naquele leite ali e mexer para dar aos alunos, porque não tinha merendeira. Não tinha fogão, a gente tinha que providenciar, fazer um com uns tijolos, botar um caldeirão em cima. A professora que se virava com tudo. Porque não tinha nada, mal tinha sala de aula. Só uma sala. Às vezes de madeira (de madeira eu nunca peguei). Era sala de aula assim de tijolo mesmo, mas era uma sala só. Uma sala só. Com as carteiras, aquela lousa bem pequenininha, maioria das vezes, no meio do mato. Lembro uma vez que dei aula numa escola que chamava Passa Quatro. Estava dando aula, de repente olhava para cima, a cobra estava andando encima do caibro no telhado, porque era aquele mataréu em volta da classe. Mas era assim. Eu acho que era bem gostoso. Bem gratificante.

Geralmente dava certo da escola ser onde tinha casa perto, ter uma pessoa mais próxima. Todas as escolas nas quais trabalhei sempre tinha uma casa bem perto. Mas a maioria dos

alunos vinha de longe. Essas pessoas que moravam perto da escola eram ótimas. Eles tinham verdadeira adoração pelo professor e gente era muito bem tratado. Eles davam um tratamento, uma atenção muito grande pra gente. Chegava: “Oi professora, ta tudo bem? Quer tomar um cafezinho? Quer isso?...”. Era um tratamento muito bom. Eles gostavam, o professor era bem valorizado. Era uma pessoa que merecia muita atenção.

Naquele tempo o que se plantava era comum: arroz, feijão. Não tinha café, cana, como hoje. Porque foi justamente depois que começou com o plantio de cana que acabaram com as escolas rurais. Porque quando comecei a lecionar, naquela região de Guaianás, tinha 5 escolas. Hoje, é triste falar, não tem nenhuma na zona rural. Todos os alunos da zona rural são transportados em peruas que a prefeitura manda para buscar os alunos. E, hoje, o Grupo Escolar de Guaianás, que chegou a ter 8ª série e que durante um tempo teve duas 6ª séries, está só com duas classes. Uma de 1ª e 2ª séries e uma de 3ª e 4ª séries. O que foi a cana e como a cana acabou com as escolas: o êxodo rural foi justamente por isso!

Hoje no sítio não mora mais ninguém. A perua transporta meia dúzia de crianças, faz de 1ª a 4ª série sendo uma classe com uma professora de 1ª e 2ª séries e outra de 3ª e 4ª séries. Voltou a ser o que era em 1965, quando eu trabalhei na cidadezinha. E o resto dos alunos vêm estudar em Pederneiras. Transportam. Hoje em dia ninguém valoriza a escola. Hoje os alunos saem com muito mais frequência. A perua passa na porta, mas para eles é difícil, não vêm. Quando eu trabalhava em Guaianás, o que a gente fazia pra a criança ir na escola...A gente saia da escola, andava um quarteirão, criança que não ia na escola, pedia pra mãe, “manda, manda”. “Ah, não vai não”. Os pais não têm vontade de mandar os filhos para a escola, e as crianças logicamente...“ah, mas ele não quer ir”. Já não valoriza mais. O estudo já não tem mais valor. Não tem o valor que tinha naquela época.

Embora seja tudo mais fácil, a escola dando de tudo, o professor tem que fazer milagre dentro da classe para os alunos aprenderem, para chamar a atenção, segurar o aluno dentro da escola. E a evasão é muito grande. Tudo porque eles não têm interesse pela escola. Não tem vontade de estudar. Também não sei, uma é que eles não têm muita vontade de estudar. Em segundo lugar é que (é até um desabafo meu) antigamente as pessoas costumavam te tratar bem, hoje em dia as pessoas não têm valor, a gente vê pessoas muito estudadas, bem capacitadas e estão desempregado. As crianças enxergam isso. Eu estou vivendo isso com uma filha que fez Farmácia na USP em Ribeirão¹⁸, fez mestrado, está terminado a tese do Doutorado dela (mas não é por ser minha filha: é super inteligente). Fez um concurso agora, da SETESB, no estado, foi em São Paulo e passou em 1º lugar. Só que esse concurso nem vaga tem, deve ser por alguma coisa da política que surgiu esse concurso agora. Ela é bem capacitada e está desempregada. Está desempregada! As crianças, vivendo isso dentro da casa, vendo isso dentro de sua própria casa, perdem o estímulo. Por que vai estudar? Naquele tempo não, mesmo a pessoa que estudava muito pouco...(nossa!), tinha muito valor. Então já é próprio de uma estrutura...Os alunos escutam tudo isso, vêem tudo isso, porque não é o caso da minha filha, é o caso de milhares de pessoas. A gente vê um concurso (não desvalorizando) de polícia militar com 5 mil candidatos: advogados, engenheiros, muita gente com boa formação enfrentando...As crianças sabendo de tudo isso, vendo isso: “pra que eu vou estudar?” Você vai fazer uma faculdade (não é caso da minha filha porque ela estudou na USP) é caro. Você paga caro e depois não tem onde trabalhar, não tem onde recuperar. E a criança sabe disso. Hoje a criança é muito esperta. Ela escuta tudo isso e fala: “eu não vou estudar não. O meu pai é estudado, o meu tio é estudado, e não está conseguindo emprego”. Por isso não tem vontade e também não tem estímulo, não tem incentivo. Muitas vezes a pessoa pensa em guardar o dinheiro, que vai usar o dinheiro que vai gastar para estudar onde seja mais fácil retorno. Mas é o que eu falo: “hoje em dia, se estuda não tem valor, se não

¹⁸ Ribeirão Preto

estuda também não tem. Se estudar pode ter uma chance. Agora, se não estudar a chance é mínima”.

Enquanto eu estava na zona rural, tinha muito valor quem estudava. Por isso as pessoas de poder aquisitivo maior, o dono, o fazendeiro, já tinham a expectativa de mandar os filhos para a cidade. Tanto é que pode hoje fazer uma pesquisa e vai ver que dos filhos dos proprietários são poucos os que permanecem no sítio. Porque naquele tempo quem ia pra cidade e estudava tinha muito valor, tinha muito retorno, e no sítio a vida era muito difícil. A expectativa já era de sair, todo mundo queria ir pra cidade. E foi o que aconteceu. O povo foi indo pra cidade, foi vendendo, vendendo...Os pequenos sitiantes foram vendendo pra um só, as fazendas ficaram maiores. Porque naquele tempo, ali nos Carneiros, eram pequenos sitiantes, e acabaram vendendo para um só. Naquele tempo, muitos até se deram bem, é o caso do Tomás¹⁹: lá no sítio ficou só um irmão dele, o resto foi tudo para a cidade. Mas eles até que se deram bem. Eram pessoas honestas, pessoas que estudavam um pouco, um pouco inteligentes, saiam bem na cidade. Mas teve muita gente que foi iludida, foi pra cidade e se deu mal. Acabaram não conseguindo o mesmo. Foi o que aconteceu. Mesmo naquele tempo, muita gente não ficava no sítio. Aprendia um pouco

¹⁹ Tomas Jesus Leitão, também depoente em nossa pesquisa

I.2. Antonia Vieira Portes Bentivenha, professora

Meu nome é Antônia Vieira Portes Bentivenha. Nasci na cidade de Areiópolis, em cinco de janeiro de 1943. Fiz o primário em Areiópolis, em zona rural, na Escola Mista da fazenda Santa Regina, de 1ª a 3ª série. Já a 4ª série, o ginásio, o Normal e o Curso de Aperfeiçoamento, para aperfeiçoar nas Metodologias, fiz em Lençóis Paulista²⁰, na Escola Virgílio Capoani. E tive a sorte de me formar com cadeira prêmio²¹, por isso logo que me formei fui trabalhar. Sempre trabalhei com a Delegacia de Ensino de Botucatu.

Embora na época fosse de praxe iniciar a carreira na zona rural, não havia nenhuma formação específica no curso Normal. Hoje tem os estágios, naquela época não. Ia-se para a zona rural. Ganhava-se experiência na zona rural, com exceção dos que ganhavam cadeira prêmio, que era o meu caso. O ensino rural não tinha nada em especial: a diferença era que se trabalhava com 1ª, 2ª e 3ª séries na mesma sala.

Em 1960 formei-me e como ganhei cadeira prêmio em 1962 já comecei a dar aulas, enquanto fazia o Aperfeiçoamento. Por isso, até 1965 trabalhei na zona rural. Ingressei em 1965. Foi quando fui trabalhar no Magistério Público. Até 65 trabalhei em zona rural. O charreteiro da fazenda me buscava na cidade. O dono da fazenda mandava buscar. Naquela época eles se preocupavam com isso. Já os alunos iam à escola a pé.

Em 1962, trabalhei na Escola Mista da Fazenda São João da Areia Branca distante uns três quilômetros da cidade. Escola estadual. Construída com a finalidade de ser escola. Quando começou havia apenas uma sala de aula, com a 1ª, 2ª e 3ª séries. Depois, como a fazenda foi ampliada, aumentaram os colonos, precisou ampliar também as salas de aula. Passamos a ter duas salas, que eram ótimas. Como geralmente as turmas de 1ª série são maiores, numa sala ficava apenas a turma da 1ª série e na outra, as turmas da 2ª e a 3ª séries. Ficava uma professora para a 1ª série e a outra para a 2ª e a 3ª. Fiquei uma vez só com a 1ª e uma vez só com a 2ª e 3ª, onde era, mais ou menos, possível trabalhar os conteúdos.

Posteriormente, de 1963 a meados de 1965, passei a lecionar na Escola Mista da Fazenda Córrego Novo, propriedade do senhor Paulo Barros, também pertinho de Areiópolis. Escola Municipal. Era uma casa da qual derrubaram as paredes do meio, fizeram uma adaptação para funcionar a escola. E funcionava normalmente. Nessa escola, trabalhei com 1ª, 2ª e 3ª série na mesma sala de aula: era difícil.

As escolas eram feitas conjuntamente pelo Estado, prefeituras e o fazendeiro. Ambas eram fazendas de café. A fazenda da Areia Branca era muito grande, tinha muitos colonos, e por isso tinha duas escolas nessa mesma fazenda. Os frequentadores da escola eram os filhos dos colonos e também do Administrador, porque o patrão não morava na fazenda, só ficava o Administrador. Eu não tinha problema com faltas, porque naquela época o ensino era obrigatório, mas não era tão rígido como hoje. Praticamente iam para a escola aquelas crianças que realmente queriam estudar. Fazíamos levantamentos das idades, tudo direitinho. Mas não tinha muito problema com a evasão escolar, mesmo em época de safra, porque o

²⁰ Município do estado de São Paulo

²¹ Prêmio concedido para o aluno que terminava o Curso de Aperfeiçoamento com a maior nota.

professor controlava. Quando a criança começava a faltar, o professor ia saber o porquê. Tinha-se mais controle da criança do que na cidade, pois a escola era pertinho das casas da colônia e da casa do administrador (na colônia tem a casa do administrador e várias casinhas uma ao lado da outra). Quando precisávamos de alguma coisa, sempre procurávamos o fazendeiro. No caso dos materiais, buscávamos na cidade a parte que o governo ou a prefeitura mandava e o fazendeiro também ajudava um pouco.

As aulas eram das oito ao meio dia, e havia aulas aos sábados. O intervalo para o lanche era das 10 horas às 10h30min. Mais tarde, quando eu já não lecionava mais em zona rural, havia merenda. Mas no meu tempo não. Só tinha o lanche de cada criança mesmo. Naquela época não tinha merendeira, não tinha servente, não tinha nada. Fazíamos tudo: limpávamos a classe...

Quanto à aprendizagem não mudou muito. Sempre tem aqueles com mais facilidade e os que têm menos facilidade. Todo mês vinha um programa com os conteúdos para o professor cumprir. E era cumprido perfeitamente. Constavam desse programa os objetivos a serem atingidos, os conteúdos, só não tinham as estratégias. O professor é que definia as estratégias. Fazíamos Semanários, onde constava todo o conteúdo e exercícios a serem dados na semana, para 1^a, 2^a e 3^a séries. E, além disso, tinha o Diário de Classe na mesa do professor. Dava a aula que estava naquele Diário. Não tínhamos os recursos de hoje. Era muito abstrato. Mas os alunos até que aprendiam bem.

Em Matemática, ensinávamos o mesmo que hoje: basicamente as 4 operações, como se ensina hoje; problemas envolvendo as quatro operações, raciocínio, tabuada do 2 ao 9. A tabuada tinha que ser decorada. Para ensinar contagem, usávamos sempre palitos. Sempre existiu isso, até hoje. Nós não tínhamos Material Dourado, mas já usávamos Cartaz “Valor de Lugar” com os palitos: vermelho, amarelo..., para ensinar numeração, unidade, dezena, centena.

Quanto aos problemas: já eram prontos. Nós não formulávamos os problemas. Não nos preocupávamos em utilizar a realidade do aluno. Atualmente prega-se muito isso: de acordo com a realidade. Durante a minha carreira no Magistério eu também usei, porque é interessante usar o cotidiano deles. Tínhamos os nossos caderninhos, uns livros, por exemplo, “Raciocínio com a Criança”, “Matemática Moderna” ... E procurávamos os problemas nesses materiais. Dificilmente formulavam-se probleminhas com as crianças. Eu seguia os livros que comprava.

Nós tínhamos reunião pedagógica, todo mês, na cidade. Essa reunião era onde recebíamos orientações do diretor. Se tivéssemos problemas, contávamos e ele ajudava resolver. As escolas rurais eram vinculadas a uma escola urbana, onde ficava o diretor. Na época, em Areiópolis, havia apenas uma escola, Grupo Escolar Augusto Barretos. Lá, tínhamos contato com os outros professores.

O inspetor escolar visitava a escola, de vez em quando, para ver se estava sendo cumprida a programação. Também comparava o Programa com o Diário e o Semanário...E tinha que estar mais ou menos batendo. Não é que tinha problema, mas na época, não havia a flexibilidade de atualmente. Hoje, por exemplo, joga-se o conteúdo mais para frente. Existia isso também na época, só que era mais rígido. Tinha que cumprir esse Programa! O inspetor via um probleminha na lousa e dizia assim: “fulano, como é que você resolveu esse problema aqui?” Ele perguntava tudo. A criança levantava, ia à lousa e resolvia. “Fulano, fala a tabuada do três”. “Sicrano”, ele via no Diário em qual tabuada estava, mandava falar. Via na parte de Geografia e perguntava, por exemplo, se fosse 3^a série: “qual é a capital da Bahia?” Naquela época nós ensinávamos isso. Era um ensino muito mais puxado. Muito mais puxado! Ele fazia as perguntas de acordo com o que estava no Diário do professor. E as crianças não tinham medo. Depois ele fazia um termo de visita, no livro da escola. Quando completava o livro todo era enviado para o arquivo morto da escola sede na cidade. Deve ter até hoje.

O que mais intimidava a criança era aquele exame final. Havia avaliações que hoje nem se usa mais. Só eram avaliados mesmo no final do ano. Havia provas durante o ano, mas não tinham valor no final do ano letivo. A prova que valia para passar de ano era a prova feita no final do ano, sendo o examinador um outro professor de fora. O professor da turma só ficava na sala. Essas provas eram preparadas pelas Delegacias de Ensino, com base nos programas. Era horrível aquela época. Às vezes, o aluno era bom o ano todo, na hora da prova, com examinador estranho, ficava nervoso ao fazer uma redação, um problema, errava, e ia mal. E quem corrigia as provas eram eles. Muitas crianças que eram bons alunos durante o ano todo e por qualquer coisinha, repetia. E não tinha recuperação, nada, nada. A gente tentava, porque sempre trabalhei com muito amor, mostrava os caderninhos de provas mensais, para dar uma chance para aquela criança... Esse problema nós tínhamos na escola rural.

Mas não tínhamos muita reprova. Como era rigoroso, só passava quem soubesse ler e escrever. Havia mais reprova na 1ª série. Já na 2ª e 3ª série não havia muita. Era uma média de 85 a 90 por cento de aprovação.

O aluno rural, com idade escolar certa, chegava na escola sem nenhum conhecimento, sem coordenação motora, sem noção de quantidade... Às vezes, chegavam alunos com nove anos de idade, para fazer 1ª série. Esses tinham uma noção de quantidade. Provavelmente o pai e a mãe também tinham essa noção. Mas a defasagem na idade escolar tendia a acabar com o passar dos anos. Por exemplo, a escola do Córrego Novo, eu a peguei praticamente no 2º ano de funcionamento. Como conhecíamos a colônia, as fazendas ao redor onde residiam alunos que também freqüentavam a escola, tínhamos uma clientela conhecida. No 1º ano de funcionamento, tínhamos essa defasagem idade/série, pois vinham muitas crianças com 9 anos, que não tiveram oportunidade de freqüentar uma escola próxima.

Não fazíamos reuniões de pais e mestres. Naquela época não. Conversávamos com os pais quando a criança aparentava estar doente: íamos às suas casas. Às vezes, os pais vinham contar alguma coisa, porque o filho não fora à escola...O contato com os pais era mais em momentos de necessidades. Eu, particularmente, visitava muito as famílias dos alunos.

Sempre tive ótimo relacionamento com criança. Eu era enérgica, muito enérgica, mas sempre tive bom relacionamento com meus alunos. Nunca tive problema. Ainda mais na zona rural! Problemas com indisciplina, nunca tive. Posteriormente, na zona urbana, já havia indisciplina. Tranquilo. Eram muito mais humildes. Eram crianças boazinhas. Adoravam o professor. E se a criança gosta do professor, aprende. Isso é fator importantíssimo. Se não gosta do professor, não aprende. A criança de zona rural se apega ao professor. O professor é tudo. Eu vinha para casa carregada, porque eles levam de tudo para o professor na escola.

Na minha época, eles tinham muito conforto na fazenda. Tinham tudo. Não havia necessidade do professor influenciar os alunos para mudar da zona rural para a cidade. Depois é que houve o êxodo rural. Nunca tive uma criança que dissesse não gostar de morar na fazenda e que gostaria de morar numa cidade.

O contato que eles tinham com a cidade era quando recebiam o pagamento e iam com a mãe fazer compras. Se tivessem três irmãos na escola, os três faltavam. Sempre num dia da semana, um ou outro aluno faltava. Tínhamos que ir falando, conscientizando os pais a não levarem os filhos. Porque as crianças gostavam de ir com eles para a cidade. As crianças adoravam.

Os alunos faziam o 1º, 2º e 3º no sítio, depois no 4º ano iam para a cidade. Mas a maioria das crianças abandonava no 3º ano, porque não tinha transporte. O problema do sítio era esse. Às vezes, alguns deles iam à pé. Os pais, o administrador, os que tinham melhores condições financeiras traziam o filho junto com outros dois de charrete. Mas muitos abandonavam para trabalhar com o pai no café. Naquela época de 62 era obrigatório de 1ª a 4ª série, mas não tão exigido assim. Sei que a maioria abandonava a 3ª série.

Foi um período tão bom...Uma criançada tão boa, uma criançada tão carinhosa, tão dócil...

I.3. Deusa Maria Trindade Morales, professora.

Eu me chamo Deusa Maria Trindade Morales. Nasci na cidade de Bauru, no dia quatro de junho de 1942. Fiz 60 anos agora em junho, com muito prazer, muita alegria, porque felizmente me sinto bem, de bem com a vida.

Formei-me Escola Normal do Liceu Noroeste²² em 1961 e só tenho palavras de elogios para essa escola, gosto muito da família Ranieri²³. Preparei-me bastante para a formação do Magistério, tive bons professores que me fizeram gostar da profissão.

O Curso do Magistério desde aquela época já era muito bem elaborado. Gostei muito, me deu muitas perspectivas para lecionar durante a vida. Tive uns professores antigos, com prática, como o professor José Ranieri, dona Rosa Ranieri, professora Tomiko Matsumoto que era uma ótima professora de Prática de Ensino. Desenho Pedagógico colaborou muito para a gente, depois, ilustrar as aulas. Ajudava muito no conteúdo todo das matérias. E outros como o professor Djalma de Oliveira, que atualmente está na Unesp, entre outros, ótimos. Professores de Português, Literatura, eram ótimos mesmos. Professora Zélia de Literatura, que atualmente mora na Áustria, que eu sei. Maravilhosa! A gente aprendeu bastante Português, Literatura Infantil. Em Matemática tinha uma professora, parece que até lembro, professora Clotilde...Na época esses professores estavam terminando a Faculdade de Filosofia, antiga FAFIL, que não era tão antiga. Essa turma de professores, a maioria vinha de fora fazer faculdade em Bauru. E davam as aulas para gente, eram umas aulas bem modernas. Era uma turma muito boa. Eram ótimos professores, um Magistério muito bem feito. Atribuo à minha formação no Liceu Noroeste o incentivo às aulas que eu dei durante quase 28 anos. Na minha formação não tive nada específico da zona rural, no conteúdo geral dava para se perceber, pois era citado bastante, sempre lembrado, mas especificamente para zona rural não tinha.

Em Matemática aprendíamos mais conteúdos de Nível Médio, mas na disciplina de Prática de Ensino a gente dava aulas para as crianças, tinha que ser mesmo treinando, praticando, para dar aulas adaptadas para crianças. Era o estágio. Práticas do ensino, estágio...essa matéria. Quando a gente não dava aula de Matemática (pois era por sorteio), a gente assistia às aulas dos colegas, estava em convívio com a Matemática específica para as crianças, específica para a Educação Fundamental. A gente dava muitas aulas para as crianças nas atividades de Prática de Ensino no Liceu Noroeste.

Depois que me formei, por acaso fui para Avaí, onde lecionei durante três anos em escolas rurais. Na Escola Municipal do Bairro Santo Antônio em 1962. Morei no sítio Santo Antônio com uma família que tinha só duas crianças recém nascidas (1 ou 2 anos). Era um pequeno bairro, fazendas, mas tinha muitos habitantes, muitos alunos na escola. Em 1963 lecionei na Escola Estadual do Bairro Laranjeiras, era perto do Bairro Santo Antônio, mas me mudei, fui

²² Escola particular da cidade de Bauru

²³ Família proprietária da Escola Liceu Noroeste.

morar na casa de dois alunos, família Brosque. Os dois alunos chamam Hélio Brosque e a Marina Brosque, moram no Jardim Bela Vista (parece...). Nessas duas escolas os banheiros eram fora do prédio, aquelas casinhas de madeira. Eram bem simples.

Fui lecionar no Horto Florestal de Araribá, que pertence ao município de Avaí, em 1964. Era um lugar muito pequeno, tudo ali era zona rural. Esta escola era um pouco diferente, pois o local era administrado e pertencia e, deve pertencer até hoje, à antiga Rede Federal da Noroeste (Ferrovia Noroeste) que dava bastante apoio, embora fosse uma escola estadual mantida pelo Estado. Tinha esse apoio porque se localizava dentro do recinto dos funcionários da Noroeste, e os filhos desses funcionários freqüentavam essa escola. Alguns alunos moravam na zona rural ao redor da escola e outros vinham de locais um pouco afastados. Era um prédio bom, não lembro se era de madeira ou se era de tijolos. Talvez seja de madeira, mas madeira muito boa para resistir até hoje! Uma construção muito bonita, eu lembro que era muito agradável. Muitas flores no caminho! Era um privilégio lecionar em Araribá. Na época era muito bonito o horto florestal. E nesses anos pude ir de trem para a escola. Tomava um trem às 6 horas em Bauru, na estação central. Ia para a escola e voltava à tarde. Tinha um trem em que iam muitos professores dessa região aqui de Bauru. Iam pelas cidades da Noroeste. Foi um ano muito bom, porque foi quando consegui ficar em casa depois de três anos de formada, foi a primeira vez que podia voltar diariamente para casa. E fiz muitas amizades nessas viagens de trem. Foi um ano que enriqueceu mais um pouco, porque no convívio a gente aprendia muito com os professores mais antigos que já viajavam. A troca de idéias, experiências, com outros profissionais. Era uma escola mesmo de vida, a gente aprendia muita coisa com os mais experientes, apesar de que não era muito fácil, pois era uma hora e dez minutos para ir. Foi a época do Golpe de Estado e não deu para perceber muita diferença no governo de generais. Não houve grandes diferenças, na zona rural a coisa não foi muito feia. A escola continuou no mesmo ritmo.

Já a escola do bairro das Laranjeiras situava-se vizinha da aldeia dos índios, e teve uma época que eles estavam sem escola e vinham para a minha escola e eram meus alunos. Tive a experiência de dar aulas para os indiozinhos do Bairro Laranjeiras. E era uma experiência muito gratificante também dar aulas para os meninos, para os jovenzinhos índios. Alguns índios moravam no bairro, mas tinha a aldeia indígena (que na verdade tem ainda hoje), aonde os alunos vão, às vezes, fazer excursões, fazer os passeios e estágios. Foi onde eu lecionei.

Em 1965 deixei o município de Avaí. Saí dessa região de Bauru e fui um pouco mais longe, para Álvaro de Carvalho, que pertence à Diretoria de Ensino de Marília, onde fiquei até setembro de 1968, pois fui convidada por uma diretora que tinha sido aprovada recentemente no concurso de direção, para ir trabalhar com ela nesse município, quando tinha uma classe vaga. Ela conhecia e gostava do meu trabalho em Avaí, embora eu não trabalhasse diretamente com ela. Essa professora foi uma grande amiga e admirava o meu trabalho: dona Raimí Batista de Oliveira. Uma pessoa muito querida em Bauru. Aposentou-se como supervisora, se dedicou bastante ao ensino também, foi uma grande educadora. Eu a tive como exemplo, gostava muito do Magistério. Em Álvaro de Carvalho, peguei a construção antiga e depois peguei um prédio novo da escola. Nessa época, parece, os prédios escolares estavam sendo melhorados pelo Estado.

Fiquei três anos como substituta na Escola Típica Rural da Fazenda Santo Antônio em Álvaro de Carvalho. Fui para Campinas, durante as férias, fazer um curso especial na Escola de Agronomia, só para substituir nesta escola. A escola típica rural tinha uma horta e jardim, cuidados pelos alunos e professor, no caso eu em todos os anos que fiquei ali. Tinha plantações de pinus em volta da escola, era bem arborizada. Era uma escola que tinha mesmo por obrigação dar aulas de horticultura e jardinagem. O programa era especial: além de todas as matérias, de todo o planejamento normal como todas as outras escolas, a gente tinha que se dedicar à horticultura e à jardinagem. Tinha uma pequena horta. Alguns alunos geralmente

iam à tarde com a professora, eu tinha que voltar à tarde, quando tinha necessidade de molhar o jardim e a horta. Período extra. Extra-escolar e não é extra curricular. E, a maioria dos alunos gostava da escola típica rural.

Geralmente a escola²⁴ dava os materiais para essas escolas típicas rurais, e o dono da fazenda comprava alguma coisa. O governo não mandava. O prefeito, quando ele vinha, trazia alguma coisa e passava para o administrador da fazenda. Eu morava na casa do administrador, ele era uma pessoa muito querida, senhor José Bispo Varjão e a dona Dora, casal muito simpático. Tem um mérito muito grande, porque ele se dedicava bastante à escola também, dava todo o apoio, trazia todo o material da cidade de Garça. Deu todo o apoio. Quando os alunos queriam evadir um pouco ele chamava. Colaborou muito com a educação, apesar de ser administrador da fazenda. Teve uma colaboração muito grande com a escola.

Era para meninos e meninas, para todos os alunos matriculados na escola. A área da escola era grande, coisa de 300x100 metros. Geralmente, o que era produzido na horta era para consumo das crianças, ou aqueles que colaboravam mais levavam as verduras para casa quando excedia (mas não era muito grande porque era um pouco difícil, a água era longe e tal). Mas tinha o preparo na escola. Eu preparava a salada. Enfeitava a escola com as florzinhas que dava. Já o pinus foi plantado por outras pessoas, não foram os alunos, e quando eu cheguei já existiam aqueles pinus. Acho que o ciclo deles era de 4 anos, mas eles cresciam bastante. Como a escola já era um pouco antiga, quando eu cheguei os pinus já estavam bem altos e era muito agradável. Aspecto gostoso. Não chegamos a cortar. Tinha bastante pinus. Ocupavam quase metade da área escolar. A outra metade do terreno era ocupado pelo prédio da escola, a horta e o jardim. A horticultura e a jardinagem bem próximas do prédio escolar.

Nesse período fui aprovada no concurso do estado e ingressei efetivamente em Echaporã. Fui para esta cidade em setembro de 1968, onde fiquei até 1969. Eram escolas rurais, muito difíceis. Eu morava na minha casa na cidadezinha, porque a zona rural não oferecia condições para professores morarem. Eles não acostumavam, não tinham o costume de agregarem os professores, a gente tinha que se deslocar mesmo.

A primeira escola em Echaporã chamava-se Escola do Bairro Mandaguari. Era muito longe, estrada muito deserta. Em 10 km de viagem, desde o centro da cidade de Echaporã, tinha apenas uma casa, era um deserto mesmo! E lá, depois dos 10 km, tinha a escolinha. Inicialmente ia de charrete e, depois, no outro ano, levei o meu carrinho, porque era impossível. Mas como tudo tem seus bons momentos, como eu estava entre duas faculdades (Echaporã fica entre os municípios de Marília e Assis e nessas duas cidades tem Unesp) foi justamente nesta época que eu tive a feliz idéia de me preparar, poucos meses, para um vestibular.

Prestei o vestibular em Marília, na Unesp, e em Assis. Fui aprovada nos dois. Só estudava na fazenda, sozinha. Autodidata. Mais ou menos isso. Passei nas duas faculdades e escolhi fazer Pedagogia na Faculdade de Marília. No início do ano letivo de 1969, de manhã eu ia para a fazenda me dedicar aos alunos da escola rural, e à noite vinha para Marília fazer o primeiro ano de Pedagogia. Dedicava-me bastante à escola e fiz o primeiro ano da faculdade, depois de alguns anos de formada.

A outra escola de Echaporã foi no bairro da Serrinha. Esse bairro já era bem melhor, mais perto. E as condições totais da escola eram melhores, prédio mais moderno, alunos mais interessados, melhorou bastante. Até o final de 1969 estive na escola do bairro da Serrinha e, à noite, fazia faculdade.

Em 1970, voltei para Bauru. Vim morar com meus pais novamente, porque na época eu era solteira. Fui lecionar no Bairro Clavinote, pertencente à Delegacia de Bauru, no município

²⁴ Aqui a professora se refere à escola urbana a qual a escola rural estava vinculada, e, muitas vezes o próprio inspetor levava os materiais quando de suas visitas. A escola típica rural era vinculada também à Secretaria Municipal de Agricultura.

de Reginópolis. Era difícil para ir de Bauru, porque a estrada era muito difícil também. Às vezes eu ficava lá, quando a estrada estava muito difícil. Tinha um parente que morava lá perto, umas poucas vezes me hospedava na casa deles. Época de chuva, tinha uma ponte muito difícil de ser passada, causava muito medo, às vezes o rio Batalha transbordava. Era bastante difícil.

Como há muitos anos eu estava lecionando na zona rural, de janeiro de 1971 a maio de 1974, consegui ficar na situação de comissionamento, em vez de ir para a minha escola rural. Fiquei prestando serviços na secretaria da Escola Estadual Professor Antônio Xavier de Mendonça na cidade de Bauru, nos altos da Vila Falcão. E como já estava quase terminando a faculdade, às vezes em que faltava algum professor no Ginásio eu substituía. Terminei o Curso de Pedagogia em 1972 e mesmo com formação em Curso Superior, continuei trabalhando na secretaria da escola até 1974.

Voltei para a escola rural já recém-casada. Fui para o município de Presidente Alves: Escola Estadual de São Luis de Guaricanga, que tinha como diretor o Professor Henrique (não lembro o sobrenome). Fiquei quatro anos, de maio de 1975, mais ou menos, a maio de 1978. Era muito difícil o acesso. Ia de manhã para a fazenda. 55 km de ida e mais 55 km volta. Eu voltava, pois trabalhava como recreacionista à tarde, a partir da uma e meia, duas horas da tarde, numa escola na cidade de Bauru. Nessa época eu tinha passado num concurso da Prefeitura. Nesse período de quatro anos tive três filhos. Ia dirigindo grávida e não faltava nenhum dia, tanto é que, depois que terminou esse meu período lá, pude gozar uma licença prêmio, porque eu não faltava às aulas.

Durante todos esses 28 anos de Magistério (quase 28, foram 27 e tantos meses), não faltei mais que 40 dias, apesar de toda distância. Nos últimos anos, recém-casada, com 3 filhos (eu tinha 3 bebezinhos). E mesmo assim não tive mais do que 40 dias de falta. A licença mais longa que tirei foi devido a uma gripe, fortíssima e, por coincidência, logo que ingressei, não tinha nem casado nada ainda. As licenças e as faltas abonadas não contam como falta. Tive o prazer de contar as minhas faltas quando me aposentei, porque eu tinha os documentos: não tive mais do que 40 dias de faltas, durante 28 anos! Dediquei-me bastante. Eu gostava bastante do Magistério.

Depois, de maio de 1978 a janeiro de 1980 fiquei na Escola Alva Fabri de Miranda, no município de Pederneiras. Era um bairro tipo Cohab, afastado um pouco do centrinho de Pederneiras, porque atualmente Pederneiras também cresceu. Estive lá há pouco tempo, e hoje o bairro está bem próximo da cidade, na época era só da cidade, mas não era considerado bairro rural.

Finalmente vim para o município de Bauru. Quase no final da carreira vim lecionar na cidade de Bauru. De 1980 a 1985 lecionei na Escola Estadual Professor Airton Bush, no Parque Jaraguá, que quando lá lecionei já tinha esse nome. É uma homenagem ao professor Airton Bush, primeiro diretor e fundador da escola. Ele dedicou-se bastante quando era professor e depois diretor, quando o bairro era novíssimo, um acesso muito mais difícil. Professor Airton Bush é irmão do professor Hélio Bush.

Em 1986 consegui remover-me para mais próximo da minha casa: Escola Estadual Moraes Pacheco, no Jardim Bela Vista, onde eu morava na época. Era bem próximo da minha casa. Fiquei de janeiro de 1986 até 8 de abril de 1988, que foi o dia da minha aposentadoria, a minha merecida aposentadoria. Esse daí é o histórico, mudei bastante de escolas. Naquela época acontecia isso, era mais ou menos normal.

Mesmo depois de efetiva, do ingresso por concurso, continuei em zona rural, pois era onde tinha a oferta de aulas para serem dadas, na cidade não tinha. Mas foi por opção também, pois tinha um outro problema, eu gostava da segurança. Às vezes não queria me arriscar em sair para um lugar mais longe. Na época, quando ingressei em Mandaguari, tive notícia que poderia escolher um Grupo quase que central em São Paulo, porque felizmente fui

muito bem classificada no concurso. Devo ter passado com 75; 80, alguma nota assim. Era uma nota bem alta para um concurso estadual na época. Fiquei muito bem classificada. Mas eu era muito temerosa com centros como São Paulo. Poderia ter escolhido, mas optei pela segurança da zona rural. Tinha dificuldade de locomoção, tudo isso, mas achava que era muito mais seguro. Sempre procurei segurança, para desenvolver um trabalho melhor também. E eu gostava, tinha uma queda pela zona rural, porque os meus antepassados, outras pessoas da família, tinham fazendas, sítios, meus pais moraram em zona rural, a gente tem também aquele pezinho na fazenda. Entre uma cidade grande, uma escola linda na cidade grande e uma escola mais simples na zona rural optei pela zona rural.

Eu gostava do meu trabalho. Tenho 95% de lembranças boas. As más lembranças são mínimas, as dificuldades a gente esquece. Foi um trabalho muito bom, procurei fazer o melhor possível. Aperfeiçoei-me, tanto que quando fui iniciar a faculdade eu estava longe de casa. De manhã eu ia para uma escola muito difícil, deserta, mas mesmo assim eu procurei me aperfeiçoar, justamente na área de Pedagogia. Que era mesmo para melhorar assim as aulas. Aprender algo mais. Tanto é que eu não abandonei a escola infantil. Por causa da Pedagogia, tive chances também: fui convidada para ser diretora e tal, e nunca abandonei a Escola Infantil, eu gostava. Eu gostava mesmo.

O povo da zona rural, os pais dos alunos são maravilhosos. Existia pelo menos uma reunião mensal com os pais em todas as escolas. E os alunos gostavam, eles participavam com os pais também. Quando as escolas eram mais difíceis geralmente a gente fazia uns lanches para os pais (eu tinha esse costume de fazer um lanchinho para atraí-los no dia da reunião, porque sempre é um atrativo a mais). Eu fiz isso. Sempre tive muito apoio, sempre fui muito querida pelos alunos, pela família, eu tinha bastante facilidade de relacionamento. Mas as estradas é que eram os principais fatores de dificuldade. As viagens para a escola eram muito difíceis. Muito difícil mesmo. Era longe e, principalmente na época de 1975 a 1978, eu já não poderia ficar, como ficava na época de solteira, hospedada na zona rural. Porque eu estava recém casada e tive três bebês, durante esses 4 anos.

Por muitos anos, lecionei em escola rural direto, mas a intenção do professor da zona rural era sair e ir para a zona urbana. Eu fiquei bastante tempo, fiquei além do que imaginei, porque fui tão de repente. O diretor chamava e vai...Fiquei muitos anos. Mas foi opção, não reclamei. Eu gostava. Tem os pontos positivos e os pontos negativos.

A escola rural geralmente era uma sala grande, de madeira, uma pequena cozinha e um banheiro muito simples, quando tinha. Em algumas o banheiro era fora da escola (isto antigamente), em outras o banheiro era dentro do prédio. Sempre lecionei na zona rural no período da manhã, geralmente das oito horas ao meio dia, com intervalo de meia hora, no máximo. Geralmente tinha leite que era preparado pelo professor. Quase sempre. Apenas no ano de 1971, no município de Reginópolis, foi contratada pela prefeitura, como merendeira da escola rural, uma jovem, ela chamava Marli. Na zona rural só neste ano mesmo. O leite era fornecido pelo Estado. A gente recebia nos grupos escolares quando ia para a reunião pedagógica. Normalmente o professor já recebia os pacotes de leite em pó, tipo um fubazinho. Fervia a água, fazia aquele processo todo: dissolvia na água fria e depois punha água quente. Tinha que preparar. O professor, nos últimos minutos da aula, no início do recreio, já preparava o leite.

Eu não gostava muito de sair com os alunos fora da sala para dar aulas. Só quando passou ter Educação Física nas escolas é que tinha essa exigência do professor sair mais vezes com os alunos. Mas demorou essa exigência, talvez eu não tenha saído mais porque não foi alertado, não foi cobrado pra isso. Não se falava muito em tirar aluno da classe. E a mentalidade do povo era outra, de repente o pessoal ia falar: “ah, o professor está brincando...”. E a gente ficava um pouco temerosa. Pode ter sido até gente tenha pensado nessa possibilidade, mas como a gente não era muito cobrada para isso...Tudo teve o seu

tempo pra cobrança. Não lembro em que ano certinho se falou: “olha, a atividade de Educação Física é muito importante, vocês devem sair com os alunos uma ou duas vezes por semana da sala”.

Geralmente a gente dava aula para as 3 primeiras juntas na sala, de 1ª a 3ª series. Foi diferente em São Luis de Guaricanga que apesar de ser na zona rural era considerada um Grupo Escolar, as classes eram separadas. Geralmente eu dava aula para o 1º e 2ª series, gostava muito dos pequitos, dos menores. E no Bairro Serrinha também eram 3 salas e 3 professoras, e ali eu também deveria ter a 1ª ou 2ª serie (não lembro). Era muito difícil trabalhar com as 3 séries, mas a gente acostumava. A gente pegou prática, tinha aquele jogo de cintura, dava para trabalhar bem. Eu geralmente tinha uma fileira para cada série, geralmente cabia direitinho, dava para dispor os alunos direitinho.

O trabalho era mais ou menos feito assim: eu explicava um tópico novo, pra uma turma, por exemplo pra a 1ª série (a parte da alfabetização que exige mais tempo, exige bastante atenção por parte da professora pra ver se está sendo bem entendido pelos alunos). Podia ser numa aula de Matemática (antigamente a gente batia muito nas aulas de Língua Portuguesa e Matemática, que exigiam bastante atenção dos alunos). Então, nas outras séries, procurava-se dar uma atividade que eles pudessem se desenvolver sozinhos. Podia ser, por exemplo, interpretação de um texto, uma atividade de artes, desenhos que eles gostavam bastante também e que sempre ajudou bastante. Ou mesmo atividades de Matemática, as operações que não fossem exigir muito do professor, que não fosse precisar ser muito consultado muito pelos alunos. Uma verificação do que já tinha sido dado antes...Procurava-se várias atividades, onde eles não iam precisar muito do auxílio do professor naqueles momentos em que eu estava me dedicando a uma outra série (neste caso citado para as primeiras séries).

E se a gente ia chamando à lousa, antes dava uma atividade mais ou menos prolongada nesses momentos para as séries diferentes, 2ª e 3ª séries, no caso. Quando fosse ensinar, por exemplo, uma Matemática nova, um tópico novo de Matemática, se era 2ª ou se era a 3ª, então se dava alguma atividade para as outras séries, que também não fosse exigida muita atenção...

Os alunos, razoavelmente, tinham materiais. O Estado mandava um pouco. Sempre mandava uma caixa para distribuir, tinha um pouco de ajuda. Não era um abandono total, às vezes a fazenda ajudava um pouco, e o professor muitas vezes ajudava também. Parece que os alunos recebiam livros, cartilhas. O material básico quase sempre recebia. Naquela época eles recebiam cartilhas, alguns alunos podiam comprar, outros que não podiam comprar, muitas vezes até os professores (era muito normal isso, era muito comum) comprarem os materiais para os alunos, a gente se acostumou com umas caridades...Mas tinha época, não sei se dependendo dos governos, tinha uns governos que ajudaram mais as escolas, a gente recebia muito material. Mas também quando não recebia, preparava direitinho as aulas.

Sempre chamei bastante à lousa. Os alunos gostam. Geralmente eles gostavam de ir à lousa. Mas com o passar do tempo já comecei a perceber que muitos não gostavam de ir à lousa. Mas na zona rural eles gostavam de escrever bastante na lousa, eram crianças...Acho que pra eles era mais ou menos novidade chamar na lousa. E, eles se dedicavam a essas atividades.

Nas escolas de três séries provavelmente o que a gente deu não foi com profundidade tão grande como nas escolas com classe única. Com certeza, nas classes únicas havia mais tempo de se aprofundar o assunto, alcançava melhor aprendizagem. Explicar a matéria em voz alta para outra turma devia prejudicar um pouco...Esse sistema de classes mistas deixava muito a desejar. Poderia ter sido mais produtivo se fosse uma classe só, uma turma só.

Uma tática que eu sempre usei desde as primeiras épocas de Magistério até os últimos tempos em que eu lecionei, era dos alunos mais adiantados ajudarem os mais necessitados. Fazia com que os alunos mais fortes se sentassem ao lado dos mais fracos pra que pudessem auxiliá-los. Tinha uns que não aceitavam, de ambas as partes, tanto os mais fracos e os mais

adiantados. Às vezes se adaptava muito bem e o efeito era muito produtivo. Às vezes acontecia, de ambas as partes, o mais adiantado não querer ensinar ou não ter jeito pra coisa, e, às vezes acontecia de um mais fraco, mas orgulhoso, não querer auxílio do colega, preferia só o auxílio da professora. Às vezes eu ficava trabalhando com os mais fracos e ao mesmo tempo os colegas melhores ajudando os mais fracos. Era uma ajuda mútua. Na maioria das vezes essa técnica surtia muitos bons frutos. Isso dentro da mesma série. Por exemplo: “você vai ajudar seu coleguinha aqui, ele está precisando”. Naquela época era muito comum carteira dupla. Sentavam-se de uma maneira que agradasse os dois alunos: o necessitado e o que fosse ajudar (o melhor). Às vezes aprendia quase que mais que com a professora. Porque, às vezes, tinha um elo assim de amizade muito bom entre os dois. Foi muito bem aproveitado.

Não me lembro de ter utilizado atividades em grupo, isso foi depois que fiz a faculdade (de 69 a 72 fiz Pedagogia). Vimos na faculdade, com outros professores, que funcionava bem. Procuramos aplicar para fazer com que os alunos trabalhassem em grupo, com a nova mentalidade dos nossos orientadores também, foi bem inovador e deu bons frutos também.

Eu sempre procurava levar livrinhos de leitura, comprava ou pedia algumas coisas, ou pegava em alguma biblioteca também. Inclusive, na zona rural, existia sempre uma biblioteca, acho que o professor ia, deixava alguma coisa. Era muito comum ter essas bibliotecas mini. Era comum ter alguma coisa assim, alguns livrinhos pra ler. E a gente levava também no começo do ano. Já tinha o material próprio para o professor, e nessas horas, nesses momentos que a gente estava dando essas aulas que exigiam mais do professor, numa determinada série, os outros poderiam inclusive estar consultando essa biblioteca.

Mesmo porque nas escolas rurais não tinham problema de superlotação, e as classes eram de tamanho médio, tinham no máximo 30 alunos. Dificilmente tinha mais que 30 alunos. Era uma base de 15 alunos na 1ª série, mais uns 10 de 2ª e mais uns 8 na 3ª serie. Como sempre, havia o problema da evasão escolar, nas primeiras series tinha sempre um número maior. Mas era no máximo 30 ou 32 alunos. Não eram muitos não. Eu tinha a impressão que quando chegava na 2ª serie vinham aquelas idéias que os pais tinham: quando o aluno já estava sabendo um pouco vai ajudar o pai na roça. Sempre houve esse problema. E eles faltavam bastante. Quando a gente perguntava, alegavam que estavam doentes, que estava chovendo. Mas ,geralmente, a partir da 2ª serie, eles começavam a evasão para ir trabalhar. Mas geralmente à tarde eles já trabalhavam, depois que estudavam. Sempre levavam lanche para o pai, longe. Tenho a impressão que a maioria ajudava um pouco, mesmo à tarde.

Na maioria das vezes o professor tinha que sair atrás das matriculas dos alunos, chamar para voltar, incentivar para voltar para escola. Quando a gente morava no local, dava para desenvolver bem esse trabalho, conviver com as famílias, visitava... E conseguia trazer os alunos de volta. Um trabalho muito difícil, muito digno. Trabalhei com filhos de colonos e filhos de sitiantes, e os alunos da classe mais abastada. Tenho a impressão que sempre existe uma pequena diferença entre os dois: cultura de casa, alimentação, a maneira como é tratado, os pais talvez exijam mais, tudo isso ajuda bem. Hoje em dia é difícil você distinguir quem vem de uma família abastada ou não. Atualmente, vai numa faculdade, você vê o aluno lá, você não sabe de que meio ele vem, tanto pela cultura, como pela aparência. É difícil porque você se engana, pode pensar pela aparência e as aparências enganam. Mas, no meio rural, também a gente percebia mais pela cultura que os alunos traziam de casa. Era mais perceptível, dava para perceber melhor. Aqueles casos que os pais, infelizmente, não tinham cultura nenhuma, eram casos raros.

Os alunos eram ótimos, muito interessados, famílias boas. Eles iam bem, aprendiam bastante, e gente achava que aprendiam pouco...Atualmente parece que eles aprendem um pouquinho menos. Na época, o professor queria ter ótimos resultados, achava que estava médio, mas até o final do ano, se a gente trabalhasse bastante, a gente tinha bons resultados, o melhor possível. Geralmente era trabalhado o básico de Língua Portuguesa e da Matemática.

E noções de vida, noções de saúde, noção de higiene, as vacinações, aquele básico da saúde. Em Geografia era bem prático mesmo, era observação do local. Em História se comemoravam muito as datas históricas principalmente. Era tudo muito comemorado, muito preparado. Todas as datas cívicas. 7 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril, 1º de maio, dia do trabalho, dia do índio também, eram as 5 mais...Fazia festinha. Os alunos cantavam os hinos pátrios, a gente ensinava direitinho. Dia da criança...Dia do professor, sempre existiu, mas não me lembro se comemorava. Na Alfabetização, a leitura e escrita. Em Matemática eram as 4 operações. A noção básica das 4 operações, era o mínimo que se trabalhava. Essa era a base, o básico.

Quanto às dificuldades de aprender era razoável. Não posso falar que a maior dificuldade era Português. A gente trabalhava bastante, eles melhoravam. Era difícil aquela parte inicial da alfabetização, nos primeiros seis meses, os resultados são lentos. Depois dos 6 meses é mais gratificante porque eles começam a formar palavras, formar frases: é a alfabetização. O pensamento começa a ir para o papel. Começam a escrever mais, aquelas frases, é muito difícil.

O trabalho na escola primária é muito dignificante. É muito gratificante! Para pessoa que gosta é maravilhoso. A alfabetização é um processo maravilhoso. Não só alfabetização, também os primeiros passos da Matemática. É maravilhoso ver os alunos contarem, os primeiros passos da matemática. Porque na 1ª série a gente dá bastante ênfase à alfabetização e à Matemática. Os alunos fazem os primeiros cálculos, aqueles agrupamentos, entendendo, raciocinando. As quatro operações, logo no início, a soma e a subtração que a gente costumava dar quase que conjuntamente. Ao mesmo tempo em que já ensinava juntar, já subtraía. Era um cálculo assim quase que imediato. Geralmente a gente deixava divisão e a multiplicação para mais tarde, para o segundo semestre, depois de alguns meses de fixação da soma e subtração, quando eles já estavam mais firmes. Deixava os primeiros passos de divisão e da multiplicação para os seis meses finais do ano. Atualmente não sei se é assim. Naquela época era mais ou menos de praxe esse processo.

Os problemas matemáticos que eu trabalhava não eram abstratos. Sempre da realidade deles. Com coisas bem fáceis, com o que eles tinham em mãos, coisas que eles conheciam como flores, frutas ou “uma casinha com tantas crianças, com tantas pessoas, em suas casas quantas pessoas moram?” Coisas bem práticas mesmo. Práticas e rapidinhas para fazer um desenhinho e para eles memorizarem.

Tabuada trabalhava. Eu costumava trabalhar bastante a tabuada desde o início com a adição. Na multiplicação e divisão usava ilustrações, por exemplo, “um galho tem tantas folhas cada, e cada tronco tantos galhos. Quanto é que dá?”. “Dois galhos, cada galho tem duas frutinhas, então...”. Desenhava. Escrevia a tabuada toda, mas eu explicava a tabuada e fazia os desenhos. Por exemplo, “Dois galhinhos, cada galho com duas frutinhas”. Isso era bem básico fazer, num minutinho, num segundinho. Ou então “dois galhos com 3 frutinhas”. Já era dois vezes três. E eles contavam, mas eles iam perceber a multiplicação e a soma. Eu usava porque era bem rapidinho e fácil fazer o desenho.

E eles tinham que saber a tabuada decor, mas a gente não reprovava por não saber a Matemática, mas exigia. Isso naquela época...Atualmente não sei. Nos últimos anos que lecionei parece que a exigência já estava diminuindo: “não vai reprovar aluno que não sabe a tabuada”. Era o que se ouvia dos dirigentes. Só pela tabuada assim, nunca reprovei.

Reprovei o mínimo de aluno. Pouquíssima reprova. E mesmo porque na zona rural não era o professor da classe isolada que fazia as provas quando chegava o final do ano. Vinham professores da Delegacia de Ensino, no mínimo dois professores. Professores de outras escolas que iam avaliar os alunos. No exame final mesmo não era o professor que tinha autonomia...O professor, que direcionava a escola e a classe o ano todo não dava palpite em nada. Era uma prova tipo concurso. Vinha uma provinha pronta para cada aluno e os

professores visitantes. Eram geralmente provas escritas. Eu não lembro muito bem se fazer prova com outros professores influenciava o como os alunos se saíam na prova, mas eu tenho a impressão que influenciava, sim. Se bem que eram professoras também, tinham bastante didática, não atrapalhavam, deixavam a prova...Os professores visitantes corrigiam e, logo à tarde, às duas horas da tarde, já tínhamos os resultados.

O supervisor, o inspetor, porque na época chamava inspetor escolar vinha visitar a escola. Geralmente vinha mensalmente, ou duas vezes por semestre. De repente aparecia na porta. A gente estava dando aula, os alunos falavam “professora, tem visita”. A gente olhava para a porta estava o supervisor, o inspetor. Mas era muito bom. Geralmente encontrava tudo certinho. Olhava os cadernos dos alunos, passava visto. Conversavam com os alunos, perguntavam...Alguns eram bem didáticos, perguntavam coisas bem práticas, outros, parece que não tinham muita prática, perguntavam umas coisas que não tinham nada a ver com nada. Tinha lá suas falhas também. Os alunos gostavam, era bom uma visita, uma pessoa diferente além do professor. Olhavam os diários dos professores, livro de chamada, livros que a gente tinha que pôr em ordem e atas de reunião. Eles faziam uma inspeção. A gente tinha que ter o Diário. Às vezes podia ser em Semanário, alguns inspetores exigiam só um semanário (nessa semana vai dar isso...). Alguns municípios avisavam: “pode ser um semanário”, outros exigiam diários. Fazia um resumo das atividades que ia dar para os alunos. Diário de Classe era um planejamento. Um caderno onde punha, por exemplo, Língua Portuguesa, silabação, as letras tais, por exemplo, o p e o b. Diferenças entre o p e o b, ou o m, o m antes do p, que era uma grande dificuldade. Matemática, essa semana, trabalhar com tabuada do 2, por exemplo. Quando o inspetor vinha, ele passava os olhos para ver se a gente estava planejando as aulas direitinho. O Semanário era mais fácil para o professor, abrangia mais, porque às vezes retoma a aula, sai do esquema um pouco...E o inspetor olhava. Alguns eram mais exigentes, as visitas eram mais demoradas, outros mais moderados, viam o geral da classe, faziam uma avaliação mais rápida. Dependia assim das individualidades da pessoa. Depois eles deixavam o termo de visita que o professor tinha que passar em duas vias e levar quando fosse para a reunião mensal no Grupo Escolar. Tinha que levar esse termo de visita. Às vezes estava maravilhoso, às vezes estava mais ou menos, mas geralmente eram bons.

Nas escolas bem isoladas o contato com outros profissionais era mais difícil. Tinha reunião na cidade, mas o contato era bem pouco mesmo. Mas quanto mais eu ficava na escola mais isolada, mais eu me informava. A escola rural em Álvaro de Carvalho era bem longe, acesso muito difícil, mas na fazenda tinha os jornais de São Paulo. Eles assinavam os jornais, o fazendeiro, o senhor Pedro, ele assinava um jornal para a fazenda e, na casa onde eu morava, eu tinha a possibilidade de ler os jornais de São Paulo. Eu estava bem isolada, mas foi a época que me preparei para o vestibular lendo os jornais, tanto é que prestei os dois vestibulares da Unesp e passei nos dois, só lendo os jornais, quer dizer, eu estava muito isolada mas ao mesmo tempo via muito os Jornais de São Paulo, me informei muito. E quando fui prestar o vestibular, passei fácil, fácil. Falava isolada, mas só em termos, porque um isolamento às vezes ajuda.

A gente teve aquela base inicial, que começou nessa época de 1960, e a gente conseguiu integrar bem aqueles conhecimentos anteriores com os novos conhecimentos que depois exigiam que a gente trabalhasse em Matemática, como a teoria dos conjuntos, depois de 1970. Queriam muito que a gente trabalhasse, nas séries iniciais, com a teoria dos conjuntos, numa fase nova da Matemática. A pessoa falava: “ah, agora tem que trabalhar com essa teoria dos conjuntos, e tal”. Tinha gente que não se adaptava muito bem para trabalhar com essa nova fase da Matemática, essa revolução. O que a gente fazia, fazia uma adaptação da nossa prática anterior com essas práticas novas que os livros exigiam que a gente seguisse. E dava para fazer um trabalho bom. A Matemática Moderna priorizou uma série de medidas que talvez

não tenham tido um resultado melhor, ideal até agora. Tanto é que uma turma que aprende muita Matemática, agora já partiu para outros campos, a informática, para o computador.

Eu sempre comprava materiais pedagógicos. Assinava a Revista Pedagógica, a Revista de Professor (eram 4 volumes). Guardei até pouco tempo, e como minha filha também fez o Magistério (dá aulas de Português e Inglês), emprestei para ela. Me serviu muitos anos. Comprava coleções que me ajudavam. Mas os materiais eram bem simples, do dia a dia, pedrinha...A gente colecionava sementes, tinha caixinhas com sementes, era bem rústico. Joguinhos, fui comprar muito tempo depois, na época eu levava pouco. Talvez existissem, mas eram poucos. Algumas coisas que eu tinha que ajudasse, eu levava, mas não esses jogos modernos que existem agora.

Tenho a impressão que o ensino da zona rural ficava um pouco aquém, pela dificuldade. O problema era trabalhar com as 3 séries. Exigia mais trabalho do professor. Talvez falhasse alguma coisa, o aluno não podia ter 100% o professor como ocorria numa classe única (era denominado classe única quando era com uma série só), mesmo que o professor sempre se esforçasse para atender todos igualmente. Claro! Na zona urbana talvez fosse um pouco mais desenvolvido, numa classe só, os alunos têm possibilidades de aprender melhor. Mas os alunos da zona rural aprenderam bastante, tem uma visão boa, aprenderam quase que tudo, dentro do possível!

Nessa época os alunos não tinham muita vontade de vir para a zona urbana. Eles normalmente cultivavam o café, fruta, principalmente laranja, lima, manga, essas frutas, o arroz e feijão, bastante amendoim, alho, a cana também já existia, a soja não, a soja foi de 1970 para cá. A evasão mesmo, o êxodo rural, foi a partir de 1970, quando as classes começaram a diminuir o número de alunos. Foi uma pena. Até hoje a gente sente os problemas da evasão rural, do êxodo rural. Veio a urbanização, o desemprego e o abandono rural. A zona rural ficou tão abandonada, com esse solo tão maravilhoso que temos no estado de São Paulo. Foi a grande perda para o estado.

Mas o ensino na escola rural deixou a desejar, porque os recursos eram bem menos, só contava mesmo com a boa vontade do professor, às vezes de alguns pais, do pessoal que morava na fazenda. Mas era um trabalho muito difícil. Já na zona urbana, geralmente as escolas são muito bem aparelhadas. Normalmente os recursos são muito melhores. A alimentação dos alunos...Geralmente oferece-se uma merenda muito mais preparada. O aluno era bem mais alimentado. Na zona urbana os alunos, com certeza, tiveram um aproveitamento melhor.

Na cidade, às vezes, o diretor gostava que a gente pegasse umas classe difíceis, eu lembro: “ah, você é boa pra trabalhar com aquela classe lá que é difícil e tal”. Eu lembro de alguns casos assim: “uma 1ª série lá que exige bastante atenção”. Às vezes ele conhecia o trabalho que a gente fez com as classes. Chamava: “olha, você poderia trabalhar lá...”. Ou às vezes: “você tem paciência...”, ou, “você gosta de conversar bastante com os alunos, consegue algumas coisas...”. Lembro de ter trabalhado com primeiras séries tidas como difíceis, uma 4ª série numerosa...

Numa 4ª série lembro que eu dei bastante o sistema de mapas, eles adoravam trabalhar com mapas. Eles não estavam acostumados. Eu levava os mapas e explicava partes bem práticas de Geografia. E, também, trabalhava bastante com dicionários. Deu certo pois a escola tinha muitos dicionários, então, enquanto eu ensinava os alunos mais fracos, os outros trabalhavam com os dicionários. Nessa época sentavam de 2 em 2, em grupo, e procuravam as palavras nos dicionários. Foi uma atividade que usei. Eles faziam bastante desenhos também. Os mapas com os locais de turismo da cidade, localização...Uma preparação pra que depois, quando eles fossem para as séries subseqüentes, eles tivessem uma prática de desenho, de orientação. Eles faziam um traçado do bairro, também já era uma exigência da época que a gente ia aprimorando. Desenhos da cidade, do bairro, nomes de ruas, por exemplo, quando eu

dei aulas em bairros afastados, como no Parque Jaraguá (isso já nos últimos anos de Magistério), a maioria dos alunos não conhecia os nomes das ruas do centro da cidade. Por exemplo, eles conheciam a Rodrigues Alves só. Não sabiam o nome das ruas vizinhas, rua Bandeirantes, rua Cussy Júnior...Fizeram mapas. Ali eles aprendiam a cidade, Geografia e desenho. Fazia uma integração das matérias. Chamava correlacionamento de matérias. E a gente era incentivado a fazer isso.

O que alterava da escola urbana com relação a escola rural eram os recursos, as exigências que foram colocadas devido à época, o que era proposto a ensinar (coisas diferentes). Quando mudavam os dirigentes, cada um tinha uma mentalidade, aí no conjunto de idéias a gente procurava aplicar da melhor maneira possível.

O professor primário é muito diversificado. É um trabalho muito difícil, mas dá uma base muito boa. É um trabalho para ser um bom educador. E a melhor escola, depois da escola do Magistério, é a escola rural, pois esse trabalho difícil no curso primário dá uma base muito boa. Tanto é que depois que me aposentei fui lecionar no Ginásio, no Colegial, e essa base que a gente teve, esse trabalho bom, fez com que eu desse umas aulas maravilhosas, que eu considere boas no ginásio e no colegial.

No dia a dia da vida moderna, os alunos com mais problemas, os professores com mais problemas, formação, violência, de 1980 para cá, nos últimos anos que eu estava trabalhando, já estava ficando muito difícil lecionar. Até então, nem na zona rural e nem na zona urbana existia essa violência. Nos últimos 20 anos isso começou. E com o surgimento da aprovação automática...

I.4. Edite Pereira de Castro, professora.

“O aluno aprende quando o professor ensina, e eu ensinava de fato”.

Sou Edite Pereira de Castro, nasci em 1932, no Bairro da Figueira Branca, município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Fiz o 1º e o 2º anos do primário na Escola Mista da Barra Funda e o 3º ano no Grupo Escolar Abreu Sodré, em Bernardino de Campos. O 4º ano primário fiz em Cerqueira César. Depois mudei para Santa Cruz do Rio Pardo, quando meu pai comprou a casa na qual moro atualmente, e fiz um cursinho preparatório (como se falava) para entrar no ginásio. Caso passasse no vestibular ia para a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª série ginásial. Essa escola localizava-se em frente ao prédio em que hoje é a Rádio²⁵: um grupo de alunos recebia aulas particulares, com o professor Matarazzo²⁶, afamado professor de latim da Escola Estadual. O proprietário da escola (falava-se externato) era Sebastião Antunes dos Santos.

Entreí no Ginásio e fiz a 1ª série e a 2ª série no Colégio Companhia de Maria, que era das freiras. Depois fui removida para Assis, onde completei a metade da 2ª série, a 3ª e a 4ª série, ginásial. Retornei para Santa Cruz onde fiz o colegial, no Instituto Leônidas do Amaral Vieira, no prédio onde funcionou a Prefeitura Municipal e depois a Escola de Comércio XX de Janeiro. Lá fiz o 1º Normal, 2º Normal e o Pré Normal, hoje correspondem a 1º e 2º ano. No 3º ano já se formava professora. Formei-me em dezembro de 1953: no dia dezenove recebi o meu diploma.

Na minha formação no Curso Normal não tive nada específico da escola rural. Aprendi Matemática, Estatística, Pedagogia, Psicologia, História da Educação, Artes, Educação Física, Sociologia. Santa Cruz tinha bons professores no colegial. Tanto que, quando fiz Administração em São Paulo, quase que eu desaprendi, de tão boas foram nossas professoras. Pedagogia e Prática de Ensino era com a professora Aurora²⁷ Tinha estágio, a professora ensinava. A professora de Psicologia e História da Educação era a dona Francisca Medeiros. Não lembro o nome do professor de Ciências. Educação Física era com Dona Adeli Mazzani e Sociologia era com Dona Edite Rangel de Castro, mulher do gerente do Banco do Estado. Aprendíamos o que ensinávamos no primário. Por isso já saí pronta.

Comecei a lecionar em fevereiro de 1954, no Bairro da Figueira Branca, local onde nasci. Na época havia uma lei: se uma escola estivesse sem professora, aquela que tivesse até segundo grau de parentesco com o dono do terreno daquela escola teria direito a entrar como professora substituta. Foi o que aconteceu, porque lá pertencia ao meu pai.

Já havia uma escola municipal, no prédio que meu pai construiu, com o nome de Escola Mista da Água da Figueira Branca, que funcionava no período da manhã, com a professora Leônidas Baceto de Paula, que lecionava há mais de 5 anos nessa escola. Ela não podia lecionar para o Estado e era muito pobre, seu marido trabalhava na lavoura com meu pai...Como havia muitos alunos nessa região, o nosso prefeito, senhor Lúcio Casa Nova, trabalhou para que houvesse uma escola estadual. Comecei a lecionar nessa Escola Mista do Bairro da Figueira Branca, no período da tarde. Ambas as classes funcionavam com 50 alunos, 55 alunos. Era grande. E no período da noite eu lecionava o Curso de Alfabetização de Adultos, na mesma escola. Quando saí, fiz doação da minha parte de 500 m²; pois minha mãe havia morrido, para a Prefeitura construir uma escola de tijolos, porque a que a que existia era de tábuas.

²⁵ Rádio Difusora Santa Cruz

²⁶ José Matarazzo

²⁷ Aurora Celli

Como não foi criado o 4º ano nessa escola, depois eles iam para a escola do Patrimônio de São Roque terminar o primário. Não dava para perceber interesse em mudar-se para a cidade, porque eles ajudavam os pais e naquele tempo era difícil condução... Prefeitura não fornecia condução, como hoje. E o professor tinha de residir onde ele dava aula. Não sei se continuaram estudando, porque depois fui para outra cidade.

Lecionei nesta escola, como professora substituta, de fevereiro de 1954 até metade de 1957, quando ingressei no Magistério em sete de julho de 1957, por concurso. Escolhi e tomei posse na Escola Santa Elisa de Timburi, localizada na fazenda do deputado Silvestre Igreja. Fiquei nesta escola até dezembro, porque naquele tempo podia remover com 4 meses. Fui removida para a fazenda Santa Cecília de propriedade do Doutor Carlos Hotoli, em Bernardino de Campos, onde fiquei 1958 e 1959.

Em 1960 fui removida para a Escola Santa Maria de Santa Cruz do Rio Pardo, escola também até o 3º ano. Ficava na fazenda do Senhor Mauro Amaral, que era cunhado do governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto. Ficava perto da fazenda Cocaes²⁸. Nesta escola fiquei de 1960 a 1961, quando fui para São Paulo.

Em São Paulo, lecionei no Grupo Escolar Padre José de Carvalho, na Vila Buenos Aires. E ainda em São Paulo, fui removida para a Caixa Beneficente da Guarda Civil de São Paulo, onde funcionava uma escola. Fiquei 5 anos nessa escola. Durante o dia lecionava e à noite cursava Administração²⁹ no Instituto de Educação Fernão Dias em Pinheiros, bairro onde eu morava.

Depois que terminei o curso de Administração em 1967, fiz Pedagogia na OMEC³⁰ em Mogi das Cruzes, de 1969 a 1970. Viajava todos os sábados, pois o curso era aos sábados e domingos.

Removi-me para um Grupo Escola de Canitar, entre Chavantes e Ourinhos. Era uma cidade pequeninha. Ainda hoje tem esse nome. Mas, hoje, o Grupo deve ter o nome da Diretora que faleceu, Dona Iolanda de Campos, que residia em Chavantes.

No período de 1976 a 1977 fiz Especialização em Magistério, Administração e Supervisão, em Jacarezinho. Em 1977 e metade de 1978 dei aula de História, à noite, na Escola Industrial para os alunos do 1º, 2º e 3º colegial, em Ipaussu.

Depois fui para Grupo Escolar Professora Esmeralda Soares, em Ourinhos, no ano de 1972. Em 1973 fui para Ipaussu, onde fiquei 5 anos: Grupo Escolar Amador Bueno. Em 1978, tomei posse no Instituto de Educação Nhô Nhô Braga, de Piraju, onde fiquei dois anos.

Posteriormente, em 1980, fui removida para a Escola Sinharinha Camarinha, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, onde me aposentei em Julho de 1982.

As escolas rurais onde lecionei eram mistas e com de 1º, 2º e 3º anos. Numa mesma sala, funcionavam as 3 turmas, com uma só professora. No 1º ano dava aula para 3 seções. Na seção A estavam aqueles que não tinham noção de nada, nada: aqueles de QI baixo. Na B, estavam aqueles mais adiantadinhos e os da C eram aquele que estavam em condições de passar para o 2º ano, todos os alunos não tinham conhecimentos quando entravam na escola, mas alguns tinham QI mais alto. Ao mesmo tempo ensinava o 2º e 3º anos. Primeiro ensinava aqueles que já sabiam, e assim controlava. Enquanto dava aula de Matemática para o 1º ano, o 2º ano já estava fazendo os exercícios de Língua Portuguesa, do 3º ano eu tomava a leitura na Língua Portuguesa. Depois, enquanto dava aula de Matemática para o 3º ano, o 1º ano estava também fazendo a liçãozinha de Língua Portuguesa. Era fácil.

A matéria na qual os alunos tinham as maiores dificuldades era em Matemática, mas só na 1ª série. Porque naquele tempo era pesado: o aluno estudava a tabuada e passava para o 2º ano sabendo todas as tabuadas, até a do 9. Estudavam muito a tabuada. Decoravam. E faziam

²⁸ Uma grande fazenda, que é referência de localização para as pessoas da região.

²⁹ Administração Escolar

³⁰ Universidade de Mogi das Cruzes

contas corretamente: de somar, multiplicação, divisão, todas. Levava-se muito a sério. A tabuada a gente ensinava todo dia, passava na lousa, eles iam fazer na lousa, após eles terminarem alguma tarefa. Ensinávamos os números, eles levavam materiais como tampinhas, pauzinhos...E o professor também tinha material: ensinávamos contagem para eles com esses materiais.

Em Língua Portuguesa, para alfabetização, usava o Método Analítico: começava pela sentença (primeiro a frase inteira), depois as palavras até chegar nas sílabas. Por exemplo: “Lili, Lalau e o lobo. O menino se chama Lalau. A menina se chama Lili”. Daí, Lalau depois Lili. A e i. Depois ensinava as vogais: “a, é, i,...”, e assim ia. E na redação havia muitos cartazes.

Tinha tarefa, mas eu dava muito pouco, somente a quantidade que eu pudesse corrigir e que não cansasse o aluno, porque geralmente o aluno da escola rural trabalha na roça antes de ir para a escola. Antes de ir para a escola, iam para casa e tomavam um banho.

Todo material que fizemos no Pré Normal, 1º e 2º ano, e no Normal, guardei e levei para a minha escola. E outros materiais novos que comprava. Também trabalhava com problemas. Mas nunca elaborava, sempre pegava das apostilas da Secretaria da Educação. Seguia aquilo ali. Tínhamos reunião pedagógica todo mês, tínhamos que comparecer à reunião, o inspetor orientava os professores e dava apostilas.

Fazíamos provas mensais, provinhas de todas as matérias: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Moral, Social e Cívica. No fim do ano havia o exame. O exame era feito pelo professor enviado pela Diretoria de Ensino. Em 1954, quando estava na escola do bairro da Figueira Branca, o diretor de ensino de Santa Cruz do Rio Pardo era o professor Gentil Marques do Valle e o delegado era o professor Moraes³¹. Às vezes ia o inspetor fazer o exame no fim do ano, mas podia ser um professor também. Eu me lembro que foi o professor Alberto Scatamburlo, outro ano foi o Seu Wilson Gonçalves e um outro ano foi a professora Diva Zacura, aqui em Santa Cruz do Rio Pardo, na Figueira Branca. Nas outras escolas são professores e inspetor que não lembro os nomes. Essas provas eles traziam já elaboradas e faziam a aplicação nos alunos. E eles iam bem. Não sei, mas parece que antigamente os alunos eram mais inteligentes...

Na Figueira Branca não era classe pobre, era de classe média para cima. Plantava-se café, alfafa, milho, feijão, arroz. Meus alunos eram todos sitiantes. Havia alunos também de uma fazenda anexa, mas a maioria era sitiante. Não havia quase reprovação, nem problemas com faltas por causa do trabalho ou evasão na época de safra. Eu tive muita sorte. Já na fazenda Santa Maria, os alunos eram filhos de colonos, tinham um nível mais baixo. Tinham mais dificuldades para aprender. Mais problemas com evasão e frequência por causa do trabalho. Era muita pobreza. Mas sempre trabalhei da mesma forma em todas as escolas. Eu era uma professora muito dedicada. “O aluno aprende quando o professor ensina³²”, e eu ensinava de fato, não tinha outro compromisso, estava lá para isso.

No bairro da Figueira Branca eu morava em minha própria casa, com meu pai, que ficava no sítio. Minha mãe morava na casa onde moro hoje, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Já na fazenda Santa Maria, morei na casa do proprietário da fazenda. Dona Maria³³, sua esposa, é irmã do então governador do Estado, Carvalho Pinto, por isso, de vez em quando, ele ia até lá.

No sábado, havia aulas tal como nos outros dias da semana. Na escola da Figueira Branca, inclusive à noite. Só no Domingo o dia era livre. Às vezes passava a condução para Bernardino de Campos, Sábado à tardezinha eu ia embora e voltava no Domingo à noite ou, então, na Segunda de madrugada. Ia até Bernardino de Campos, pegava o trenzinho da

³¹ José Elias Moraes

³² De acordo com o livro de Dewey

³³ Maria Carvalho do Amaral

Sorocabana até Santa Cruz. Era muito difícil. Mas como eu era muito nova, era tudo muito fácil.

Os alunos dessa escola e também os da cidade, na época, eram bem comportados, não é como hoje... Porque o professor entrava sem gritaria. Se estavam gritando, o professor entrava, os alunos levantavam, e todos ficavam quietinhos. Mas tive colegas de profissão que tiveram dificuldades porque já entravam gritando, e os alunos gritavam. O silêncio do professor já dizia tudo: Silêncio!

E eles respeitavam. Nossa relação era boa. No recreio brincávamos, tenho fotografias deles... Às vezes a outra professora também ia no horário do recreio, ela curti a docilidade dos alunos. E assim passava.

As aulas eram das 8:00 h às 12:00 h e das 12:30 h às 16:30 h. Meus alunos da tarde iam à minha casa no período da manhã, depois que almoçavam, das 10:00 h às 11:50 h, sempre ia uns dois ou quatro alunos.

Eu mesma limpava a escola. Mesmo à noite, no Curso de Adultos. Como usávamos lamparinas a querosene, à tardezinha eu já enchia todas as lamparinas.

No curso de adultos tinha alunos do Córrego Fundo, da Jacutinga. Vinham de longe, até do bairro Dourados. Não havia outra escola. Com o passar dos anos criaram uma escola no bairro Jacutinga e outra na Figueirinha de São Roque. Era da 1ª até a 3ª série também. Trabalhar com os adultos era como trabalhar com as crianças. No fim do ano fazia uma grande festa, baile, ia muita gente de Santa Cruz. A festa era na escola, à noite. Todo mundo ficava esperando a festa do fim do ano.

O governo não dava nada, nada. Comprávamos tudo: giz, cadernos... A maioria dos alunos tinha o material. Todos os livros eu dava para eles e não recolhia no fim do ano, porque trocávamos o método. Fazíamos muitos cursinhos na Delegacia de Ensino.

O inspetor ia à escola. Ah, santo Deus! À noite era pior. Nos dias em que mais chovia, o carro do inspetor ia até a fazenda Cocaes, e como não conseguia chegar até a Figueira Branca, devido o barro, emprestava o jipe da fazenda e ia, para “pegar” a professora, ver se estava dando aula ou não. Pois havia muita malandragem. Na noite em que eles foram na minha escola, foi o senhor Gentil Marques do Valle. Inclusive tinha uma escada perigosa para ele subir, ele era gordinho... Mas ele pegou o jipe e foi ver. Só ver se estava funcionando. Neste dia cortaram muitos Cursos de Adultos, porque o professor não estava. Mas não tinha condições, estava chovendo. Mas os meus alunos iam, porque um tinha namoradinho... Geralmente era assim, porque eram moços, moças, queriam ir para a escola. E o professor tinha que ir, de guarda chuva, porque eles estavam lá. Mas eu morava perto da escola.

Tanto na escola rural quanto na urbana fazíamos Diário e Semanário. As duas coisas: o que seria dado na semana e no dia. O inspetor chegava para visitar a escola, a primeira coisa que via era o Livro de Chamada para verificar o comparecimento dos alunos. Depois passava visto no Diário e no Semanário. E quando saía, deixava as observações escritas no livro de termo e o professor era obrigado a tirar cópias em duas vias: uma para a Delegacia e para o Diretor ou Auxiliar de Ensino, que em Santa Cruz era o Seu João Basílio. Ele olhava os cadernos dos alunos, conversava com eles, fazia perguntas sobre a matéria e orientava o professor.

Eu gostei muito de ter sido professora, e quando fechava o local de trabalho, a gente saía triste, já pensando no que ia enfrentar.

I.5. Elza Mesquita da Costa, professora.

Meu nome é Elza Mesquita da Costa. Nasci em Espírito Santo do Turvo, em 15 de agosto de 1938.

Fiz, em Bauru, o Primário no Grupo Escolar Rodrigues de Abreu, onde hoje é o Colégio São José e, inclusive, funcionou a Faculdade de Filosofia das freiras³⁴, que depois mudou para USC. O Ginásio e a Escola Normal eu fiz no Instituto de Educação Ernesto Monte. Muito depois fiz Faculdade de Pedagogia na Unimar³⁵, em Marília.

Na escola Normal, pelo menos no meu tempo, não se aprendia muito a dar aula. Era Sociologia, Psicologia,..., muita “gia”. Não era o dia a dia de um professor. A Prática de Ensino se resumia a uma aula que a gente dava no fim do ano. Só! O resto era só teoria (teoria é uma e a prática é outra). Quer dizer, na nossa Prática de Ensino não tinha que dar aula, a gente dava no máximo duas aulas por ano. Essa prática a gente também não fazia como hoje, que se faz mais estágio (apesar de ter uma escola primária no Instituto quando me formei). A gente não fazia estágio na classe. O professor não saía preparado, podia sair preparado culturalmente, mas preparado para ir na aula? Eu não me sentia. Não para entrar numa aula e dar aula. Teria que fazer um pouco mais, mas não tinha, o curso era esse. Agora deve ser bem diferente, não deve ter mais aquelas matérias. Mas, em compensação, tem professor que escreve bem errado na lousa. O Português que a gente aprendia era um Português muito importante: a gente não escrevia errado (eu não lembro...). Agora, se você entra numa classe de alguma professora mais nova...são palavras erradas, palavras com dois “ss” escrito com cedilha ou vice e versa...

Eu morava com minha avó. Depois que me formei no Curso Normal fui para Marília morar com minha mãe. Naquele tempo fazíamos inscrição na Delegacia de Ensino e ficávamos numa lista, e os professores como eu, que nunca tinham lecionado, faziam uns pontos pela nota de Pedagogia e Prática³⁶, que tínhamos na Escola Normal. Como a minha nota era boa, fiquei bem classificada na Delegacia de Ensino de Marília.

Fui chamada para lecionar numa escola rural, longíssimo da cidade: Escola Masculina da Fazenda Conceição (escola estadual), que pertencia a Pompéia. No meu tempo, morar na cidade era difícil para os professores rurais: ficava muito caro, quando chovia ficávamos praticamente ilhados. Tinha que morar lá, não tinha jeito.

Lecionava de Segunda a Sábado, das oito horas ao meio dia: quatro horas de aula. Domingo descansava lá na fazenda. Ficava um mês escondida. Só ia uma vez por mês para minha casa porque tinha reunião dos professores em Pompéia. Para essa reunião levávamos um resumo das aulas, quantos dias deu (precisei aprender também, o inspetor ensinou). Depois da reunião eu ia para minha casa. Eu acho que a zona rural era muito ruim prá nós. Não era uma coisa boa, na escola rural, a gente morar no sítio... Atualmente acho que ninguém mais mora: hoje as estradas são boas, dá prá ir de carro.

Fui duas vezes para essa escola rural. Enquanto eu estava lá, ainda da primeira vez, fiquei sabendo que num vilarejo, um distrito de Pompéia, tinha uma vaga para uma Escola de Emergência (quando o grupo não tinha as salas suficientes, tinha mais alunos, eram implantadas Escolas de Emergência). Pedi para o meu diretor se eu podia ir, seria mais fácil para mim (tinha vários professores porque tinha também um Grupo Escolar), e o diretor permitiu. Fiquei o resto do ano lá.

A escolha era na sede das escolas rurais que, no caso, era Pompéia. Foi quando aconteceu um fato inédito. O meu diretor disse: “você vem amanhã porque pode ser que sobre alguma escola”. Eu fui, tinha um professor e eu sobrando, os dois últimos. O diretor falou para o

³⁴ Hoje a Universidade do Sagrado Coração (USC) de Bauru

³⁵ Universidade de Marília

³⁶ Disciplinas de Pedagogia e Prática de Ensino

professor: “qual escola você quer?” Estava o nome das duas escolas. Ele respondeu: “fala para ela escolher qual é a melhor para ela porque para mim, como homem, tanto faz.” Os outros não pensavam nisso, cada um escolhia pertinho (porque tinha escola mais perto, que dava para pegar ônibus todo dia), aí sobrou essa Fazenda Conceição, na qual eu já havia lecionado, e uma outra para ele. O diretor disse, como ele me conhecia: “as duas não são muito boas, mas como a Elza já é conhecida lá...” Por isso voltei duas vezes para a mesma escola. Mas não existia isso não, coleguismo (o certo é: chegou a sua classificação você escolhe).

Morei na casa de um empregado, o motorista: como ele viajava muito, pousava fora, eu fazia companhia para a dona da casa, a mulher dele. Tinha uma moça, que era sobrinha do fiscal da fazenda, que não tinha muita cultura mas dava para batermos um papo.

Na segunda vez em que fui para essa mesma escola já não tinha ninguém para bater papo. Eu tinha que conversar com o pessoal de lá e só. Morei na casa do fiscal: eram uns senhores. Ele era, pelo menos eu achava, muito sério, muito responsável. Como já me conheciam, me convidaram para morar na casa deles. Eles eram pessoas muito recatadas, tinham medo, porque antigamente as professoras ou eram benquista ou eram mal faladas (algumas namoravam homem casado, fazia uns programas bem diferentes daqueles do sítio). As professoras, pelo menos quando eu comecei, nessa parte não eram muito bem vistas, por isso você tinha que ter uma conduta boa senão eles falavam. Mesmo sem ter eles costumavam falar, porque todo povo gosta de falar. Talvez fosse um pouco de ciúmes (não sei): achavam que a professora ganhava muito, numa moleza.

A casa deles era boa, grande, de tijolos, até confortável. Só que luz só tinha quando ligava o gerador. Como eles não gostavam de gastar muito, ligavam um pouco e já desligavam. Dormíamos com a lamparina de querosene (acendia o paviozinho). A dona da casa não tinha boas noções de higiene: um dia fui almoçar, não sei porque razão ela deixou cair pedaço de sabão dentro do arroz, claro que não foi por querer, pegou na colher e tive que comer arroz com sabão! A comida era muito simples. Não tinha carne (tinha frango), embora o caminhão que eles tinham fosse quase todo dia para Lins.

Quando eu ia para a cidade, no dia anterior tinha que avisar. Toda vez eu falava: “olha, amanhã eu vou para a cidade.” Faziam todo aquele preparo: prendiam os cavalos da charrete e no outro dia me levavam no ponto do ônibus que ia para a cidade. Como ele era muito zeloso, só mandava uma pessoa me levar, porque era a pessoa na qual confiava. Era longe, acho que uns cinco quilômetros (não sei o quanto era) mas de ônibus não era muito longe, mas era estrada de terra, buraco, quando chovia não podia nem andar, nem tinha ônibus. Era bem ruim! Um dia fiquei com resfriado, a dona da casa disse: “é melhor a senhora ir para a cidade, para a sua casa, porque se ficar doente..., aqui é difícil. Mas não fui. Eu era muito forte (agora eu não sou).

Eu era muito responsável, nunca faltava. Escola rural não tem vigilância, mas como comecei a trabalhar certinho, era muito difícil eu faltar. Já deixava avisado o dia em que eu voltaria (na Segunda ou no Domingo à tarde, não lembro bem, eu acho que no Domingo à tarde) e o fiscal da fazenda mandava me buscar.

Uma vez pedi para me buscarem, mas parece que ele não recebeu o recado: vim a pé do ponto de ônibus, sozinha. Horrível! Graças a Deus que naquele tempo não tinha as coisas horrorosas que tem hoje. Passava um cafezal inteiro para chegar no local. Isso antigamente, hoje não. Mesmo que vá lecionar numa escola rural têm asfalto, têm estradas boas, ônibus toda hora. Naquele tempo era jardineira, estradas de terra. Quando chovia parava. Viajava muito assim. Difícil!

Essa escola era tão longe da sede³⁷ que no dia em que o inspetor foi me levar, não sabia nem o caminho: se perdeu. Hoje sabe, mas antigamente não sabia. Eu cheguei à conclusão de

³⁷ Delegacia de Ensino na cidade de Pompéia

que ele nunca iria lá. Minha mãe foi comigo. Eu quis que ela soubesse onde eu estava. Ele falou assim: “olha dona Rosa, é melhor a senhora voltar conosco porque aqui é difícil.” Ela foi embora com ele, ficou em Pompéia, pertinho de Marília onde morávamos.

No período em que estive nessa zona rural não recebi visita nenhuma, embora tivesse inspetor. Era difícil, complicado, não era todo mundo que tinha carro. No vilarejo já tinha o inspetor, lá era mais organizado.

Na Fazenda Conceição era uma escola de tijolos. Tinha lousa, mas não tinha giz. Quem comprava era eu. Eu geralmente tirava água do poço e junto com os alunos lavávamos a escola. Isso tinha que ser feito se quiséssemos uma escola limpa, porque não tinha quem fizesse isso, na zona rural não tinha nada. Era uma farra. Ficava eu e as crianças depois do meio dia para lavar a escola. Eles adoravam lavar a escola! E eu gostava também de deixar a escola bem limpinha.

Merenda não tinha, escola rural nunca teve, não tinha condição, porque até chegar a merenda já tinha até estragado. Era longe. Mas lecionei uma vez numa escola municipal na cidade de Bauru, onde quem fazia merenda era eu. Porque era uma escola isolada, não era Grupo Municipal. Tinha um fogãozinho elétrico. Eu chegava na escola e já punha a merenda para cozinhar, porque senão só ia cozinhar no fim da aula. Eles adoravam, eram umas crianças muito carentes. Quando era leite eu esquentava a água (levava leite batido, concentrado, num baldinho). Aí você misturava com água e eles tomavam. Nossa! Eles adoravam. Levavam leite com amendoim, leite com coco, leite com chocolate...Tinha gente que ia com uma mamadeira: “senhora põe um pouco nessa mamadeira pro nenê?”. “Mas isso aqui é leite com amendoim como é que o nenê vai tomar?” “Ah, mas ele já é grandinho, ele toma”. Não sei se era verdade ou não, eu tinha dó. Não sei se era prá outros que estavam com vontade...É uma pena, pedir leite com uma mamadeira. E os meus alunos comiam tudo. Quando eu fazia sopa de macarrão, às vezes, demorava para cozinhar, mas depois no fim da aula eu dava, eles comiam tudo. Quanto tivesse eles comiam. Iam repetindo...Eles passavam muita necessidade. Mas na zona rural não tinha nada. Agora eu tenho a impressão que tem, parece que as professoras levavam. O leite é fácil, as Prefeituras dão batido, leva num baldinho, chega lá, esquenta a água e dissolve.

Nessa fazenda Conceição, tinha muitos alunos (moços, rapazes, muita criança) e como eu sabia, mais ou menos, andar a cavalo, um dia peguei um cavalo e saí pela fazenda (era uma fazenda grande de café e tinha um pouco de pessoas em cada colônia, casas de madeira, uma era bem afastado de onde eu estava). Saí de casa em casa me apresentando, dizendo que eu era a nova professora, para eles mandarem os alunos. “Ah! Eles não tem uniformes”. “Podem ir do jeito que quiserem, uniforme não é obrigatório”. Nunca poderia ser obrigatório porque tinha pessoas que não podiam. Eles achavam que para ir na escola tinha que ter uma roupa especial. Quando eu disse isso, apareceu aluno aos borbotões.

Eles tinham debandado porque, às vezes, os pais mandavam o aluno e o professor não estava. Como eles viram que eu ia o mês inteirinho, os pais tinham confiança em mandar os alunos. Era longe, mas eles vinham de todos os lugares, vinham cedinho. Acho que eles gostavam da escola. Arrumei 40 alunos no total: fiquei doida, porque 1º, 2º e 3º ano juntos. Sempre tive classe cheia Às vezes alguns desistiam, uns iam para a roça (desde pequenininhos eles ajudavam) e outros, não sei se os pais não insistiam...

Mas não era muito fácil trabalhar com as três séries. Primeiro, era recém formada, a escola não preparava a gente para fazer isso. A escola dava umas informações que realmente não tinha nada com nada, porque alfabetizar é o pior que tem, porque os outros são mais fáceis. Alfabetizar é difícil! Fui fazendo à medida em que eu olhava nos livros, procurava...Eu não era uma professora experiente, mas deu para ensinar.

Eu colocava uma turma do 1º ano numa fileira, 2º e 3º anos em outras fileiras (3º ano tinha 2 ou 3 alunos, só para atrapalhar), mas tinha que ter a matéria deles. Tinha que separar em

fileiras. Às vezes, eu chamava, dava uma lição para o 3º ano, e dava para o 2º ano e, depois, ia para o 1º ano. Tem que ter um pouco de jogo de cintura. O que eu não tinha muito na época, porque estava iniciando.

Enquanto eu ajudava uma turma, a outra ficava fazendo uma outra atividade, por exemplo, uma cópia, fazendo uns probleminhas, umas continhas...Era diversificado o conteúdo que trabalhava nas séries diferentes, porque não dava a mesma Língua Portuguesa na 1ª série, principalmente no começo, vão estar vendo as sílabas e essas coisas não são nem para 2ª e nem para a 3ª série. Era completamente diferente. Um podia estar fazendo Matemática, outro fazendo uma leitura...era diferente. Mas isso atrapalhava, porque eles não ficam só olhando o que estão fazendo. De vez em quando olham o que os outros estão fazendo também. Mas não tinha outra alternativa, tinha que ficar ali mesmo: um professor com 3 séries. A gente e até eles estavam acostumados, vieram de outras escolas que também eram assim. Eles acostumavam. Sabem que não é deles, tem a disciplina...Acho que até nas rurais hoje já não é mais assim.

Como no 3º ano eram pouquinhos alunos, era mais fácil: às vezes passava na lousa, às vezes dava do livro. No 2º ano já eram em mais, então tinha que dividir a lousa e fazia essa parte para eles e aquela para o 1º ano. A 1ª série exige muito do professor. Eu acho que a professora devia ganhar até mais. Mas eu não gosto, não fui uma alfabetizadora!

Depois que eu vim para a cidade tinha diferença pra gente lecionar porque, por exemplo, eu peguei uma classe só, uma série só. Eu nunca gostei de 1ª série, nunca peguei (só no fim da minha carreira). Sempre pegava 3º ou 4º ano (que eu gostava). Porque eu gostava de crianças maiores, era mais fácil de lidar com eles. É a minha opinião. Eu não gostava de 1ª série. Quando eu estava no fim, por questão de período, peguei 1ª série e passei uns bons bocados, porque alfabetizar nunca foi o meu forte!

Tinha uma outra escola perto da Fazenda Conceição (perto no modo de dizer, porque no sítio eles falam “perto” mas é longe), uns dois quilômetros, onde um outro professor lecionava. Como eu era “verde”³⁸ como professora (saí com um diploma, não sabia como fazer, comprei alguns livros, algumas cartilhas), fui lá trocar umas idéias com ele. É sempre bom. Cheguei lá, ele sabia tanto ou menos que eu. Ele era marceneiro e o pessoal estava mais preocupado que ele fizesse os negócios de marceneiro porque dava lucro. Pelo menos foi o que pareceu. E ele estava muito interessado em construir. Trocamos umas idéias: ele perguntou para mim, eu perguntei para ele. Foi bom, mas não foi o que eu esperava. Se eu estava verde ele estava mais ainda. Fora disso não tinha contato nenhum com outros profissionais da educação, só no dia da reunião na cidade, que era uma vez por mês.

Eu ficava à vontade para fazer Semanário ou Diário. Para a 1ª série é melhor o Diário: é mais fácil. Eu fazia assim para a 1ª série e também para a 2ª e 3ª, mais ou menos no meu modo de ver. Fui adquirindo com a prática mesmo, no fim acabou dando certo

Nessa fazenda, a primeira vez eu fiquei uns três meses e depois fiquei meio ano. Como tem aqueles ingressos de professores, e eu era substituta, fui embora para Marília, que era onde eu morava. Mas não fui lecionar, pois antigamente se você era substituta, quando alguém pegava a classe, você ficava sem classe, tinha que se inscrever novamente. Como o meu namorado morava em Bauru (aquelas histórias de namorados), ele não queria mais que eu ficasse longe. Então vim trabalhar em Bauru.

Fui trabalhar na Telesp, que na época era na rua 1º de Agosto³⁹. Eu tinha um primo que trabalhava lá e arrumou um teste para eu fazer. Fiz e passei. Fiquei trabalhando até um certo tempo, quando fui nomeada professora municipal aqui na Escola Paroquial São Francisco de Assis (paroquial porque é da paróquia, mas é paga pela prefeitura), pois uma freira me deu

³⁸ Inexperiente

³⁹ Rua situada na parte central da cidade de Bauru

uma classe (minha mãe era muito de igreja, trabalhava muito para as festas). Lecionei bastante tempo na São Francisco (não lembro quanto tempo foi).

Depois eu fiz um concurso estadual, passei, só que não fui chamada. Fiz um outro concurso municipal, passei também e fiquei numa escola até que o Estado me chamou. Foi quando ingressei, em Dracena. Falavam ingresso aquele tempo que era só por pontos: o professor estudava, lecionava bastante, fazia um certo número de pontos e ingressava. Mas o meu ingresso foi por concurso de provas e títulos.

Em Dracena não era bem rural, era uma vilazinha bem simplezinha: Ouro Verde. Era perto, os alunos vinham a maioria da zona rural. Eu já conhecia alunos da zona rural, eles vinham cansadinhos, suadinhos, vermelhinhos de tanto sol, porque lá em Dracena é uma região muito quente.

Lá começou a minha vida de funcionária pública estadual. Fiquei lá um ano e pouco. Como o meu marido era funcionário público (professor da FOB⁴⁰) e professora casada com funcionário público tinha direito de escolher antes das outras, na remoção dos professores, fui lecionar na Vila Quaggio, onde terminou a minha vida de professora.

O aluno da zona rural vinha completamente zerado de conhecimento. Era difícil porque eles não tinham noção de nada, não sabiam pegar no lápis, nem contar de um em um. Meninos de 8 anos não sabiam contar de um até dez. Era difícil Matemática para eles! Diferentemente de muitas crianças das cidades que vão no parque primeiro, onde pintam, escrevem e desenvolvem a coordenação motora. A minha filha, por exemplo, quando via a Vila Sézamo, já sabia como que contava. Brincando eles aprendiam.

Mas, fazendo uma avaliação entre as aulas que dei no sítio e na cidade, com relação ao aluno, acho que não muda nada. A única diferença é que no sítio eles eram mais tímidos, um pouquinho menos conversadores. Mas o aprendizado era igual. Criança é criança em qualquer lugar. Quando eles estão preparados pra ler, eles lêem mesmo, tanto faz no sítio como na cidade. Os do sítio têm dificuldade por terem um vocabulário um pouco diferente da cidade e isso atrapalha um pouco. Eles têm um linguajar diferente, por causa dos pais. Hoje parece que nem tanto porque tem televisão no sítio, tem rádio...Mas antigamente a pessoa do sítio falava bem diferente da pessoa da cidade. Um falava umas coisas completamente diferentes, um falava umas coisas erradas, e isso talvez atrapalhasse um pouquinho, mas não muito (mais na Língua Portuguesa, na alfabetização, nas outras disciplinas não).

Tive um aluno com 9 anos na escola da fazenda Conceição que tinha tanta vontade de aprender...Claro que com 9 anos está mais do que pronto para aprender. Ele perguntava, pegava a Cartilha, a lição das aves, por exemplo, “Dona Elza como é que escreve, como é que lê e como é que escreve isso daqui?” Então eu dizia, lia uma vez primeiro para ele, fazia letra de mão, no outro dia ele já tinha copiado, já tinha estudado, e me dava a lição. Ele aprendeu quase que sozinho. Como os outros estavam muito atrasados, aquilo que eu ensinava para os outros não era importante para ele. Ele queria avançar e avançou. Pena que eu saí daquela escola e não vi todo progresso dele, mas eu acompanhei uma parte.

Para o ensino de Matemática no sítio eu mandava eles levarem mamona, pauzinhos, pra somar, pra diminuir, eu tinha esses recursinhos, mas não tinha um método, porque eu sai da escola Normal e fui lecionar. Em Matemática nunca fui muito boa e nunca foi fácil ensinar também. Matemática era muito complicado, pelo menos aquela do meu tempo. Hoje eu não sei, eles inovam bastante, pode ser que as crianças tenham mais facilidade de aprender, faz com música...Mas como era coisa fácil, eu mandava eles levarem plantinha, galhinho, frutinha para ilustrar. Mesmo assim não era fácil ensinar.

Eu ilustrava ao máximo, mas não vou falar que eu era uma boa professora de Matemática: eu sempre achava que a Matemática não era boa. Eu gostava mais da Língua Portuguesa,

⁴⁰ Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo.

parece que era mais fácil para trabalhar, e eu também não sou muito boa em Desenho, em Matemática é bom o desenho: eu usava giz de cor. Ensinei, mas grande sucesso não tive.

Trabalhava com a tabuada para eles decorarem, usava probleminhas que tinha nos livros. Eu não montava. Eu levava prontinhos e eles faziam. Depois, quando lecionei na escola São Francisco, na cidade, eu dava uns problemas em que eu mandava eles levarem bastantes coisas: pasta, caixinha de pasta de dente... Aí a gente montava como um supermercadinho, eles iam lá, compravam isso, compravam isso...Eles mesmos montavam: “eu fui ao supermercado e comprei duas pastas, um sabonete, ...” Eu costumava fazer isso. Lá no sítio não dava para fazer isso, não tinham. Uma vez (quando a gente começa tem umas ilusões) eu falei: “todo mundo (tinha aquelas aulas de higiene) tem que escovar os dentes, então amanhã eu quero todo mundo com a escova que vou ensinar a escovar”. Mas me deu uma pena, porque teve gente que apareceu com a escova dentro da caixinha, nunca tinha usado. Não tinham escova. Como a professora mandou, fizeram o pai comprar, eu fiquei com pena de ter feito isso. Eles não tinham esse hábito. Pode ser até que foi bom porque eles adquiram o hábito de escovar os dentes. Eles levaram a escova. De tão inocentes que eram, nem tiraram a escova da caixinha, levaram a caixinha nova.

Os probleminhas que eu tirava dos livros não eram próximos da realidade da criança da zona rural. Não tinha nada a ver, era uns negócios...mas sempre foi difícil para eles interpretar problemas, muito difícil. Depois que a gente tinha dado um pouco mais de aula, eles eram um pouco mais próximos da realidade da criança. Eu pelo menos sempre tive dificuldades de ensinar problemas, a raciocinar problemas.

Quanto à tabuada, na cidade eu usava mil artifícios, fazia competição com outras classes, porque tabuada tem que ser decorada. Os meus alunos, a maioria, decoravam. Eu comprava bala, e fazia assim, quem sabia tabuada todinha ganhava duas balas, quem sabia só uma, ganhava uma. Eu não ia deixar de dar, porque já seria judiação, porque eles estudavam para ganhar duas (embora balas não seja indicado para crianças por causa dos dentes, mas eles comem mesmo, então eu dava). Ou fazia competição com outra classe. Já no sítio era só estudar tabuada e eu tomava. E eles conseguiam decorar. Criança consegue decorar. Eu decorei a minha tabuada, e nunca mais esqueci. Como decorei nem me pergunta, porque deve ter sido de tanto estudar, duas vezes um...Porque dizem que não é certo fazer isso, mas não existe outro meio. Concretizar a tabuada para eles é muito difícil! Agora mudou tudo, pode ser que tenha alguma coisa.

O mais difícil para ensinar a criança na zona rural e para eles entenderem, é a divisão. Por exemplo, divide 24 por dois: dividir 2 primeiro, era muito abstrato. Eu tinha uma verdadeira obsessão por divisão, eu achava que o aluno tinha que saber divisão. Arrumei uns passos de divisão (acho que foi com a minha sogra, que era professora), que ia da menor dificuldade para a maior dificuldade. Principalmente pra dois algarismos, porque prá 1 já é difícil dividir. Com 2 algarismos então, é uma coisa absurda! Mas não dava, pelo menos eu nunca consegui concretizar. Eu fazia eles decorarem o manejo. Por exemplo, 24 por 12: você divide a unidade pela unidade, a dezena pela dezena para fazer... E tinha que saber tabuada, para quem não sabe tabuada é muito difícil. Tem que aprender tabuada para depois dividir. E eu sempre conseguia que eles aprendessem abstratamente, concretamente eu não conseguia.

Durante o tempo em que estava lecionando, eu dava umas provinhas para saber como é que eles estavam. Prova para criança do ensino rural e até na cidade era levada feita pela Delegacia de Ensino e aplicada pelo próprio inspetor. Era bom, não vou falar que era ruim, porque antigamente passava quem sabia, e como a matéria era do próprio programa, não tinha problema.

Para a prova final, acho que nós mesmos, sem querer, púnhamos medo nos alunos: “provas, vocês têm que fazer.” Tinham medo, mas criança tem medo e não empaca tanto. Ela

não sabe que aquilo é uma responsabilidade muito grande. Os pais tinham mais medo, embora não participassem da escola.

Eu fazia uma reunião mensal com os pais para falar como estavam os filhos (com os pais do sítio era muito pouco. Na cidade cidade, nos vilarejos, era mais freqüente). Mas a preocupação dos pais não era muito se ele estava bom. A preocupação era se ele ia passar de ano. Eu não gostava muito de pais assim. “Ele vai passar de ano?” Quando estava bom, falava que estava bom. Senão eu falava: “se ele souber ele vai.” As mães ficavam muito bravas quando falava que não estava bom, chegavam a dizer: “vou tirar o meu filho da escola.” Eu falava: “o filho é seu, a senhora faz o que a senhora quiser. Agora eu acho que na escola ele está melhor que na rua, porque mesmo que ele não passe ele sempre está aprendendo alguma coisa, uma noção de higiene, uma noção de educação, uma noção mesmo de Matemática. Ele aprende, mas não tem o suficiente para passar.” Tinha pais sem educação, que falavam: “eu não quero saber se ele é bom ou mau na classe. Quero saber se ele vai ou não passar.” Chegava agredindo o professor.

Nos alunos da zona rural não dava prá perceber se tinham expectativa de ir para a cidade, porque eles eram muito pequenos. E os pais quase não iam à escola. O pessoal agora não é mais, mas eles eram muito tímidos, tinham vergonha de conversar com a gente. Eles não iam, mesmo que se fizesse uma reunião, quase ninguém ia, então a gente não sabia qual era o sonho deles. Mas eu tenho a impressão que aquele pessoal daquela época não tinha muita vontade de vir para a cidade, primeiro porque eles não sabem fazer nada na cidade. Na cidade tudo é muito mais difícil. No sítio eles tinham galinha, plantavam mandioca, tem uns que são meio folgados, mas tem uns que plantavam muita coisa. Tinham muita coisa da terra. Viviam praticamente bem. Tinham uma alimentação boa...Agora, se mudar prá cidade...trabalhar no quê? Prá ser bóia fria? Na época eu não percebia que eles queriam vir, mas agora acho que o pessoal está fugindo da zona rural. E depois do êxodo rural eu acho que não melhorou a vida deles. Ao contrário, porque eles vieram prá cidade, ficaram na periferia, morando em casinhas horrorosas, sem nenhum saneamento básico, sem água encanada...Como não tem em muito lugar por aí, vai trabalhar na zona rural e volta mais do que cansado.

O êxodo rural também foi por causa das leis trabalhistas que foram criadas para proteger os trabalhadores rurais, não que eles não mereçam. Acontece que os fazendeiros, as pessoas que tinham sítios, ficavam meio que assustados. Aí tinha que pagar salário família, aí tinha que pagar salário mínimo, qualquer coisa eles traziam patrão na Junta...Esse negócio de patrão na Junta Trabalhista é um caso muito sério, porque geralmente eles dão a causa pros empregados. E os empregadores levam os patrões! Parece que eles ficaram com medo de dar emprego prá essa gente. Não sei se foi um bem ou um mal essa lei. Porque eles começaram a ficar vendo muitos os direitos, acho que eles têm esses direitos, mas os deveres já não eram mais como antes, que tinha mais amizade com o patrão. Ao contrário: eles viam o patrão como muito exigente, qualquer coisa ele vinha falar mal do patrão. E o governo é assim: o patrão é que paga o pato. Agora você vê, tem um sítio, é difícil ver um caseiro. Geralmente não dá certo.

Os meus alunos sempre foram de periferia ou de zona rural. E, na minha época, esses pais eram bem despreparados (agora eu não sei). O que interessava para eles é se o filho ia passar. Com exceção: tinha pais que iam lá, perguntavam se ele era educado. Havia alguns que eram exagerados: “olha dona Elza, meu filho está dando muito trabalho para a senhora, pode amarrar ele de ponta cabeça, deixa ele amarrado.” Eu falava: “quando chegar nesses termos vou rasgar o meu diploma e parar.” Uns pais exagerados e outros mal criados.

Quando era mais nova eu punha os alunos de castigo, mas com a vivência, via que castigo não adianta nada. Tem uns que acham engraçado, até bonitinho ficar em pé, fica fazendo brincadeirinha com os outros. E eles não têm vergonha de expor. Não ligam. Geralmente eu não dava castigo, mesmo que eu quisesse dar, porque você manda para a diretora, a diretora

tem outros afazeres, e ela também não sabe o que fazer. Se você manda escrever: “Não devo bagunçar...” eu acho um absurdo. Até mandei fazer isso, mas você via que o irmão fazia um pouco, o mãe fazia um pouco, o pai fazia um pouco: não adiantava nada. Tarefa como castigo também poucas vezes eu dava, porque primeiro tinha tarefa que era feita pelos pais: não adiantava. Tarefa é para fazer uma revisãozinha. Eu dava tarefa para eles terem um pouco de obrigação, mas muito não. Aí chegava pai e falava: “eu quero que a senhora dê mais tarefa.” E tinha pai que nem olhava se fazia. É ruim.

Eu sou da época bem linha dura. Mas agora não, falam: “eu sou contra. O próprio professor conhece o aluno.” Está certo, mas sabemos também que a política educacional agora é diferente: tem que passar pela escola, não precisa saber. No meu ver isso não é certo, porque preparamos as pessoas para a vida, não é para elas passarem pela escola.

Podemos ver a diferença: quando a minha filha era pequena eu tinha duas empregadas, uma pajem e uma outra que fazia comida e, de vez em quando, escreviam alguma coisa que faltava. A empregada mais velha, que era da alfabetização antiga, quase não escrevia errado, e a pajem, que era menor, geralmente escrevia errado: é o tipo de alfabetização.

Mas eu não sou nada, sou uma professora que deu aula e pela minhas experiências gostava mais daquele tempo que era uma linha dura. Agora parece, por medida de economia, que todo mundo tem que passar pela escola (é bom que todo mundo esteja na escola), e para isso, baixa-se o nível: se o aluno tem freqüência ele passa, mas ele não sabe nada.

Antigamente quando o aluno passava para o Ginásio os professores recusavam-se a fazer qualquer trabalho de alfabetização. Achavam que o aluno tinha que já estar sabendo. Não é assim, porque alfabetização é a vida inteira: vai corrigindo, vai errando. Agora, eu já nem sei como é que é a política da escola: se não precisa saber, basta ter presença, já deve ser mais complicado. Essa fase eu não peguei, quando eu sai era uma política de não reprovar muito (mas podia reprovar). Agora parece que não pode.

Agora uma criança é aprovada sem saber ler tudo: vai ter dificuldade sempre. Por isso ela desiste no caminho. Entra no Ginásio, começam apertar muito, começam a exigir, levou dificuldades de Matemática, de Português. Ela desiste. Eu tenho a impressão que a política é essa: desestimular de estudar. Porque se não continua, não dá despesas. Aí fica desqualificado, fica esse desemprego. Antigamente não precisava estudar tanto para ter o emprego, atualmente se não tiver o mínimo...

Pouco depois que eu continuei lecionando, a meta, o tema era: educar o aluno de acordo com a vida deles. Se você está numa zona rural, vai dar coisas sempre da vida rural, porque aí ele continua nessa vida. Se você está lecionando num local mais simples, faz os seus planos adequados àquele lugar. Eu acho isso errado, acho uma imposição. Isso eu via e sempre falava “olha, nós professores estamos preparando os alunos para a vida, e quando nós soltarmos essas pessoas para a vida eles vão competir com quem estudou no centro da cidade, quem tem dinheiro, quem tem mais instrução, tem pais mais instruídos, a vida toda eles vão ser marginalizados.”

O que os alunos da zona rural aprendiam, não vou falar que dava para competir (porque eles eram muito pequenos) com aquela base que eles tinham, mas se eles continuassem acho que dava. Agora não sei, mas naquele tempo era só até a 3ª série. Para competir eles teriam que fazer mais. Até a 3ª série são coisas básicas, são as 4 operações, resolver alguns probleminhas, ler muito bem...Eu acho que dava prá eles competirem. É claro que não com as crianças de escola (por exemplo, a escola estadual Silvério São João, muito boa, muito bem freqüentada, tem filhos de professores da faculdade, é no centro) que levavam um conhecimento de casa já bem grande. Tinha criança que já lia historinha. Minha filha, por exemplo, quando entrou na 1ª série já sabia ler. Mas não são todos que têm isso. Mas para competir com a maioria das pessoas de um nível...eu acho que eles teriam condições sim.

Eu dei um exemplo para uma diretora: os alunos da escola Silvério São João estavam sendo preparados de acordo com a vivência deles, de uma ala da sociedade um pouco mais beneficiada. Na vila em que eu lecionava, eram pobrezinhos, e por isso tínhamos que adequar, pelo menos é o que dava a entender, a ser pedreiro (porque o pai era), marceneiro. Eu achava que não, porque tinha alunos inteligentíssimos na periferia. “Esse aluno eu vou preparar para quando ele for fazer um concurso ele tenha a mesma capacidade.” Mas a escola sempre falou que não. Então, na zona rural, naquela época, falava-se (agora não sei): instruir a pessoa para ela ficar no próprio ambiente dela. Se o pai é plantador de café, ele vai querer ser plantador de café. Como não tinham televisão, não tinham nada, hoje em dia todo mundo quer ser atriz, ator ou cantor. Eles adoram isso.

Eu não seguia essa linha. Eu achava que cada um tem que estudar porque quando for grande vai querer uma profissão. Quanto mais estudo tiver, melhor profissão terá. Eu mostrava para eles. Tinha alguns que não faziam porque não queriam. Mas tinha alunos muito inteligentes. Inclusive, na nossa escola, uma vez, a diretora que era muito interessada, conseguiu que uns alunos fizessem estágio no Banco do Brasil. Parece que depois eles ficaram trabalhando. Assim que eu achava certo, mas nunca foi bem assim. É difícil também porque nem todos podem ser doutores, mas no meio daqueles pode sair um doutor, como não?! É claro que alguns não tinham dinheiro, nem vontade e nem ambição. Mas havia uns que não tinham dinheiro mas tinham ambição, tinham vontade. Eu acho que a escola tem que dar oportunidades para eles, ensinar tudo: aquele que aprendeu, aprendeu; aquele que não aprendeu, não vai aprender. Agora já é diferente...

I.6. Jacyra Falco Salles, professora.

“Verdadeiro mestre é aquele que passa pela vida, pondo em cada alma uma centelha da verdade e em cada coração uma gota de amor.”

Não é minha esta frase, é da Irmã Lucila, vi num convite de formatura, gostei e guardei em meu coração.

Se a gente fizer isso, tudo dá certo no caminho da gente. O Magistério, eu acho uma vocação de muita responsabilidade. Mas ninguém pode ser chamado de mestre, porque não dá para ensinar tudo mesmo, mas, se fizermos um pouquinho do que nos cabe, talvez façamos a nossa parte.

Meu nome é Jacyra Falco Salles. Nasci em Santa Cruz do Rio Pardo, no dia 5 de fevereiro de 1930. Estudei nesta cidade, fiz um ótimo ginásio, com excelentes professores, e o Curso Normal também foi muito bom.

Quando eu saí para lecionar, em fevereiro de 1949, fui para bem longe, Martinópolis, onde meu irmão mais velho era diretor de um “grupo escolar” da cidade. Ele também ajudava a inspecionar as escolas rurais que, naquela época, a gente chamava de escolas isoladas. Havia muita aula lá, nós fomos em três irmãs e uma cunhada do meu irmão e todas nós conseguimos aulas em escolas isoladas.

Fiquei esperando que construíssem a sala de aula, até parece que aquela escola me estava reservada, não sei porque, não tinha nada diferente nela, mas já estava reservada para eu gostar ainda mais de lecionar. Enquanto esperava, fui substituir, poucos dias, numa escola que ficava perto do distrito de Teçaindá. Essa escola tinha todos os graus (primeiro, segundo, terceiro e quarto grau). Era uma escola agrícola⁴¹, uma das primeiras que estavam sendo testadas nesse ínterim. E, nisso, a escola para onde eu fui, recém criada, ficou pronta.

Era uma escola da zona rural e se chamava Escola Mista Rural da Fazenda Água Santa, que ficava na Alta Sorocabana, no município de Martinópolis, distante vinte e quatro quilômetros da cidade, na estrada que vai para Lucélia. Ali, a riqueza do momento era o algodão.

Era uma escola de madeira, bem ampla, mas só tinha uma sala. Os sitiantes ajudaram a fazer a escola, seja com mão de obra, seja com dinheiro.

Nela, os bancos foram feitos novos pelos pais, na própria zona rural, na própria fazenda (falávamos fazenda, mas era mesmo um sítio). Acho que encomendaram as tábuas na cidade. Eles queriam demais a escola, até hoje eu penso: “como é que eles pensaram em fazer bancos tão bons”. Não pesava para gente mexer. Uma tábua larga acoplada ao banco, inclinadinha, da largura que coubesse um caderno encima. Cabiam dois bancos na lateral da sala (não lembro quanto media essa lateral da sala). Eram vários bancos, trazia para frente, varria, e trazia o outro também no mesmo esquema. O armário era um caixão. Naquele tempo diziam que era caixão de banha⁴², grande, (acho que eram doze latas de banha), no qual colocaram pés. Ali ficavam o armário e uma prateleira, mas era tudo muito limpinho. Isso eles fizeram depois que eu cheguei.

O quadro negro não tinha buraco, era muito bom, não era feito não, era comprado. As professoras reclamavam muito, mas eu não tinha falta de nada, não tinha falta de giz, quando faltava, eles compravam, iam à cidade, eu pedia para trazer, traziam, nem cobravam.

Era escola do governo, mas que eles construíram. O governo pagava o professor, dava giz, dava os livros de escrituração da escola, não para os alunos, os alunos é que compravam os materiais. Naquele tempo não havia a pobreza de hoje, eles trabalhavam, colhiam algodão,

⁴¹ Chamada de escola típica rural

⁴² Gordura vegetal utilizada para preparar os alimentos

eram sitiantes. Quando acabava a roça deles, iam trabalhar na roça de outro, não havia preguiça. Não havia. Ali não. Não havia miséria, nunca precisei socorrer um aluno.

Eu morava ali na fazenda que era rodeada de sítios. O poço tinha uma água deliciosa. Aos sábados, depois que eu terminava a aula, as crianças maiores tiravam água do poço e lavávamos a escola. Ficava branquinho. É o que eu digo: “eles ansiavam muito por essa escola, quando ela chegou foi um presente que todo mundo soube conservar”. E as crianças tinham gosto em deixar a escola limpinha, púnhamos toalha, era um ambiente agradável e eu me realizava ali, ensinando estes alunos.

No primeiro ano só tínhamos a primeira série. Dei aula só de alfabetização e promovi trinta e quatro alunos. Aquelas crianças estavam sedentas por aprender, vinham de longe, foi muito bom dar aulas para elas, foi muito fácil ensiná-las, faziam tudo muito bem feitinho, tinham muita vontade de aprender. Um aluno meu chegou até Medicina, outro a prefeito e outra é professora em Paraguaçu Paulista.

As crianças eram felizes, muito felizes, gostavam de ir a escola, gostavam demais da escola. Chegavam e não tinham pressa de ir embora. Da parte de fora da escola eram eles que cuidavam, limpavam. A escola era muito limpa, muito bem cuidada, chamava atenção de todos, de toda autoridade que visitava.

Eles levavam o almoço na panelinha, no caldeirãozinho. Brincavam. E entre eles não havia nenhum problemático, nem brigas. Parece que entre eles, a sociedade da zona rural, a amizade era diferente, eles precisavam uns dos outros e faziam tudo para viver bem. Eu ensinei os meninos soltar papagaio, fiz papagaio com eles, ensinei as meninas brincarem de pique, barra manteiga, eu tenho até hoje bilboquê. Ensinei bordados para elas, ensinava-as a brincar no recreio.

Havia aula aos sábados, e só vínhamos para a cidade, à tarde, às quatro horas, com o ônibus que vinha de Lucélia.

Casei-me com um rapaz que conheci lá mesmo. Ele trabalhava no escritório das Fazendas Junqueira. Os proprietários, Seu Arnaldo Junqueira e Dona Ismenia, sabiam do casamento, foram nossos padrinhos. Eu me lembro que o Junqueira queria que ele ficasse na fazenda. A intenção deles era que ele ficasse na fazenda, para que eu também fosse para lá e desse aulas para os filhos deles. Só que num dia em que estávamos na fazenda e o Seu Arnaldo não estava, chegou o dono da outra fazenda onde eu já havia lecionado: veio nos buscar. Ofereceu proposta melhor e nos levou de lá. Construíram casa também para nós, lá na fazenda. Então eu continuei na mesma escola depois de casada. Eu ficava num lugar bom, eles eram portugueses e tinham um pouco de cultura, tinha rádio, telefone, muita limpeza.

Fiquei cinco anos nessa escola, até cinqüenta e quatro. Maria Helena⁴³ nasceu em maio de cinqüenta e quatro. Foi de quarenta e nove a cinqüenta e quatro que eu fiquei lá.

Aí eu vim para uma escola rural da fazenda Dinamérica, porque meu marido precisou vir. O irmão dele que tomava conta do Cartório adoeceu. Ele veio primeiro para ficar como Oficial, e eu vim depois, por concurso. Ficava muito perto de Gália, dava para vir de trolinho⁴⁴ de lá, mas eu não vinha.

Nesta escola não deu para eu fazer tudo o que eu fazia na escola de Água Santa não. Era uma escola muito feia, muito sombria, havia morcegos. Tudo aquilo me assustava!

Era uma fazenda de café, eram colonos ali, viviam ali mesmo. Embora tendo tudo aquilo que uma fazenda tem, tantas possibilidades, a criança quase não podia fazer nada: o terreiro de café ficava perto da escola, mas ninguém podia pisar. A escola ficava muito próxima da sede da fazenda, mas havia muita proibição quanto ao uso das dependências da sede da fazenda, que só era ocupada pelos proprietários durante as férias⁴⁵. Havia água encanada, mas

⁴³ Maria Helena Sales, filha de Jacira Falco Salles

⁴⁴ Diminutivo de trole. Carruagem rústica que, antes do automóvel eram usadas nas fazendas e cidades pequenas.

⁴⁵ Os proprietários moravam na cidade de São Paulo

não dava nem para lavar a escola. Mas as crianças também já não gostavam de fazer isso, como gostavam as crianças da Água Santa.

Logo depois já saí dali, não gostei. Fiquei muito pouco tempo nesta escola, nem um ano, de um concurso já fui para outro.

Fui para Fernão Dias, que é um Distrito, como aquele de Teçaindá em que eu fui substituir. Já havia divisão política de Distrito. Era um Grupo Escolar, em Fernão Dias, com as quatro séries. Foi muito gostoso também lecionar em Fernão, e ali tinha muito aluno da zona rural. Foi bom, foi positivo.

Aí eu vim para Duartina e dali só fiquei em cidade. Depois que a família foi crescendo não dava mais para morar em sítio. Em Fernão Dias eu já estava esperando a terceira filha. Na época, não havia concurso de provas, era por merecimento. A frequência às aulas, o número de alunos promovidos e o tempo de serviço contribuía para a classificação no Concurso de Remoção de Professores.

Por Concurso de Remoção da Fazenda da Água Santa eu fui para Dinamérica em Gália, de Gália eu vim para Fernão Dias, aqui pertinho. Depois eu vim para Duartina, no Grupo Teodósio Lopes, depois eu fui para Paraguaçu; de Paraguaçu, Piracicaba; de Piracicaba a Barretos; de Barretos aqui⁴⁶. Foram 32 anos de Magistério, sendo 12 anos em alfabetização.

Mas em todas as escolas eu trabalhava do mesmo jeito, sempre colocando dados atuais, procurando atualizar. Mas o estilo, eu acho que é um estilo escolhido por mim, fui vendo que era o melhor, fui aprendendo e usei. Acho que por pertencer a uma família de professores, a gente tinha facilidades. Uma das irmãs gostava muito de desenhar, eu não desenho nada, mas ela desenhava, fazia os Diários dela, tinha que fazer os Diários, Semanários, e a gente ganhava até merecimento com isso, nota. Então eu fui vendo e descobrindo muita coisa, foi muito fácil dar aula.

Tinha que preparar as aulas e tinha que ter um brochura, não existia caderno universitário e nem espiral, se era Semanário, programava todas as aulas da semana (Linguagem, Matemática, Geografia, História, Ciências, tinha a Caligrafia também). Ali tinha que colocar tudo aquilo que fosse ser dado. Eu achava horrível porque eu nunca era de conservar aquilo, eu sempre era do momento, aproveitando muito o momento, eu sempre queria atualizar. Eu não usava cartilha

A minha alfabetização era assim. Eu tinha três grupos, três seções: o método era o analítico sintético⁴⁷. Através de uma história para motivar, primeiro eu escolhia uma palavra chave, por exemplo, a vaca (eles tinham ali no meio), e colocava numa oração. Dessa palavra eu salientava a sílaba, da sílaba eu passava à palavra e da palavra novamente à oração. Mas isso tudo com a participação do aluno. Eu olhava muito a grafia correta da palavra, da sílaba que eles tinham que escrever naquele dia. E sei que assim foi muito fácil lecionar.

O mesmo eu fazia com as seções mais trabalhosas. Não tinha pressa de entregar livro⁴⁸. Todo mundo queria entregar livro em três meses. Eu nunca tive. Eu fazia festa na entrega do livro, selecionava bem. Como Castro Alves:

*Bendita a mão que semeia livros.
Livros a mãos cheias
E faz o povo pensar
O livro, caindo n'alma
E, louro que faz a palma
E, chuva que faz o mar!*

⁴⁶ Bauru

⁴⁷ Metodologia de alfabetização

⁴⁸ Livro escolhido pelo professor entre os indicados pela Secretaria da Educação e comprado pelos alunos

Agora em Matemática, a primeira coisa que as crianças tinham que conhecer eram os algarismos. Eles conheciam o valor do zero, do zero até o nove, são dez algarismos. Não era uma coisa automática. Ensinava o número e certinho, como escrever corretamente, eles viam a quantidade que representava aquele numeral. É o numeral quando eles estavam escrevendo os algarismos, simbolizando, e número quando eles viam a quantidade.

Se eles iam desenhar, se eles iam escrever o numeral “um” e eu quisesse que eles tomassem a noção do número eu representava por uma laranja, e aí a criança já ia desenhar, já ia pintar, não precisava ter pressa. Uma árvore, uma casa, é fácil desenhar, pedagogicamente, isso. O número dois a mesma coisa, o número três, e eles faziam, preenchiam a linha com aquele número pra ficar bem feitinho. Depois que eles tomaram conhecimento dos algarismos, foram escrevendo os numerais e eu já ensinava as operações ao mesmo tempo.

Lá, na primeira série eles já podem ter vocabulário matemático. Vocabulário se fosse científico eles teriam que usar o científico, se fosse matemático eles teriam que usar matemático. Eles tinham um vocabulário selecionado, que impressionava qualquer pessoa.

Aí já podia começar as operações. Quando fazemos adição, sem querer já estamos fazendo o inverso. Para toda operação existe uma inversa. Entra-se com o carro na garagem, qual a inversa? Tirar o carro. Coloca-se o sapato, qual é a inversa? Descalçar, tirar o sapato. Tudo tem uma operação, um inverso.

Na adição, com o tempo, eu ia mostrando a eles que se quiser desmanchar o que a adição fez, subtrai-se. Faz o inverso dela, que é a subtração. Não falava em números naturais ainda, mas já no fim do primeiro ano podia dar.

Com o número dois, de que jeito podemos ter o dois? Quer dois, não tem nada aqui, então precisa de mais quantos? Mais, esse é o sinal de mais⁴⁹, mais dois. Já ensinava que o zero representa nada, valor neutro. O nenhum é o número zero. Assim é que eles vão sentir o valor do zero. Tudo isso já ia falando e quando eles chegassem ao ginásio, já estariam acostumados e iriam entender tudo isso. Agora se já tiver um, de quantos mais precisa para ter o dois? Eu preciso de mais um.

A mesma coisa com o três, se não tem nada, quer ter três, quantos precisa comprar? Precisa adquirir mais três. Fazia um probleminha, oral, ali na situação deles do momento: aí tem um palito, um lápis, eu pegava coisas deles mesmo, eu mostrava, não podia mostrar o dedo senão eles habituariam a contar nos dedos. Também punha na lousa, um mais dois eu tenho três, pode por assim: um mais quanto, deixa um espaço, igual a três, para eles sentirem já o problema. Já tem um, quer ter três, de quantos mais precisa, do três tira o um que já tem, precisa de mais dois, aparece a inversa aqui. Agora eu tenho dois, e quero três, eu preciso adquirir mais quanto? De três eu tiro dois, preciso de mais um.

Sempre mostrando que tem que ter duas parcelas ou mais para se ter uma soma. Se tirar uma parcela dessa soma encontra a outra parcela. É aí que eles vão adquirindo o raciocínio. Os alunos da zona rural adquiriam esse raciocínio, tranquilamente. O raciocínio se desenvolvia rapidamente, porque eles não tinham outra coisa com que se distrair, e eles faziam.

Ao fazer a adição já fazia o inverso da adição (subtração), eles já estão sabendo adicionar, achar a soma ou total. Sabendo adicionar todos os números até dez, já podia montar, armar as contas.

Para Matemática a gente tem que ter o cartaz de pregas que é um ótimo auxiliar, um recurso maravilhoso. Pega um papelão de uns oitenta centímetros por quarenta, cinquenta. E, nesse papelão, forra com papel pardo. Nesse papel pardo, no alto do papelão, deixa uma margem da largura da régua mesmo. Aí faz a divisão em ordens⁵⁰ na vertical, para o primeiro

⁴⁹ Nesses momentos de diálogo a depoente foi esboçando, por escrito suas explicações, usando a clássica simbologia do “quadrinhos” para significar a incógnita.

⁵⁰ da esquerda para a direita: unidade, dezena, centena, milhar ...

ano é só Unidade, Dezena e Centena. Depois abaixo de onde escreveu as ordens nessa largura da régua vai colar outro papel pardo com pregas bem fundas. Quando for ensinar o algarismo um, vai ensinar também, junto, a noção do número. A quantidade, então vai por um palito de sorvete ali, um lápis do aluno, uma coisa dele, deixa ali, e vai ensinar o número um.

Aqui estão as unidades: eu tenho quantas aqui? Uma, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Nosso sistema de numeração é base dez, quando a gente tem dez em cada uma dessas ordens, não pode ficar mais nessa ordem.

Aí não pode ficar os dois algarismos (o um e o zero). Então tem que amarrar todos os palitinhos do cartaz de pregas e mudar de lugar, deixar zero, não ficou nenhum na ordem, então é zero. No cartaz tem dez, mas de que jeito? Uma no lugar das dezenas e zero nas unidades. Aí, quando amarrar esses dez, será um na dezena (conjunto das unidades fica vazio). Um lugar das ordens não pode ser ocupado por dois algarismos, mostra para eles que dez algarismos de uma determinada ordem equivalem a um algarismo na ordem seguinte, o nosso sistema é decimal.

Quando for ensinar o número onze, vai mostrar que os valores do algarismo um na unidade e na dezena são diferentes. Dez mais um é onze, quando está formando, já estão sentindo, estão vendo a decomposição. Aí doze, treze, quatorze, quinze. No quinze ele tem um na ordem da dezena e cinco na ordem das unidades. Rapidinho eles aprendem, que o “um” das dezenas vale dez e o cinco das unidades é mesmo cinco, porque vai pondo a quantidade na ordem, aí, se quiser pode usar palitinho de sorvete.

Enquanto vai ensinando os números, escreve na lousa o número, bem feito, ou pode escrever no caderno de cada um, e a criança vai escrevendo o número no caderno. Como eles têm uma letra muito grande, eles escrevem assim mesmo: pode ir lá no caderno deles e escrever o algarismo ocupando o espaço todo da linha. Se tiver algum que não escreveu bem, procura corrigir, fazer escrever, mas vai diminuindo. Às vezes, com pressa de completar a linha, eles fazem rápido, mas eu não tive essa preocupação.

Quando chegar o vinte, duas dezenas, já podemos ensinar a tabuada do dois. Estamos ensinando os números e junto as quatro operações.

Agora nós vamos fazer a divisão e a multiplicação juntas, com o ensino da tabuada. Manda escrever de zero a vinte. Tudo isso para eles ficarem familiarizados com os algarismos. Eles vão escrever mais depressa, mais rapidinho, pois já conhecem os algarismos. Mas antes, ensinar as crianças a brincar de saltar um número. “Eu estou no número zero, vamos pular um, que número vem?” Dois. “Que número nós vamos pular agora? Qual que vem depois?” Quatro. Então, fizeram aqui os números pares, de dois em dois. Já podia falar em números pares. “Agora completa linha com esses números”, eu mandava eles fazerem cinco vezes. Para gravar, porque ele vai precisar disso.

“O que vocês tem aqui na lousa?” Dois. Quantas vezes você tem o número dois aqui? Uma vez. Uma vez dois são dois. E agora, duas vezes o dois, quantos são? Dois, quatro, pulando um, ponha o outro, então duas vezes o dois, quantos são? Quatro.

Eles vão entender depois, no fim, não agora no começo. O que é a multiplicação? É a soma de parcelas iguais. O que tem aqui? Tem duas vezes o dois. Tem um dois, mais outro dois, quantas vezes o dois? Duas vezes dois. E quatro, de que jeito tem quatro aqui? Uma vez, duas vezes o dois. Então, quatro dividido em dois, dá dois. E nada de fazer o símbolo...A continha é depois que eles tiverem visto tudo, só vamos trabalhando a idéia de divisão, sem colocar na chave.

“Olha, a mamãe comprou dois pacotinhos de chicletes (agora é saquinho de chiclete, naquela época era: em cada ninho), nos dois têm quatro, quanto tem em cada um? Aqui tem um pacotinho e aqui tem outro, nos dois juntinhos tem quatro.”

Também tinha a parte decorativa, porque ao fazer como eu disse, não aquela tabuada duas vezes o um, duas vezes dois, duas vezes três. Não. Muda. É uma vez o dois, duas vezes o

dois, três vezes o dois, quatro vezes o dois, é aqui que vai mudar. Uma vez, duas vezes, três vezes, nós invertemos a coisa, porque o que multiplica é o número de vezes, não é a coisa, quando colocamos duas vezes o um não está vendo a tabuada do dois, está pondo duas vezes uma coisa. A tabuada do dois está aqui, uma vez o dois, duas vezes o dois, três vezes o dois, é aqui que fica a tabuada. E eles vão entender o que é uma vez quando faz assim.⁵¹

Coloque em problemas: eu tenho cinco reais, de que jeito que eu posso ter esses cinco reais? Cinco notinhas de um. Cinco cédulas de um. É o dinheiro aí entrando, o cuidado com o dinheiro, o valor do dinheiro. Se é cidadão brasileiro tem que cuidar, é um símbolo nosso também o real. Eu não trabalhei com o dinheiro, com o valor do dinheiro nunca mostrei, mas precisava. Mas a criança nem pegava em dinheiro. Hoje pega. Eles não pegavam no dinheiro, não. E nem o próprio colono que trabalhava não pegava o dinheiro, era troca, toda a transação comercial. Era fazenda não é? Era troca de produtos por outros. Vendia, já recebia ali, já pagava o banco, porque o banco é que tinha emprestado para safra. Não entra o símbolo de real na zona rural. Mas se a classe era muito boa podia até entrar, eu não me lembro como é que eu fiz.

À medida que for ensinando a tabuada do três, vai ter que chegar até o trinta. A tabuada do quatro até o quarenta. Parece-me que o primeiro ano vai até a tabuada do cinco só, então eles vão aprender até o cinquenta, e usando isso, esfarelando esse dinheiro na mão, esses números.

Fazer decomposição dos números é a coisa mais fácil quando mostrado para eles pelo quadro de valor de lugar, quando já mostrou que um na dezena vale dez, se vai mandar decompor o número quinze, eles sabem direitinho que o cinco aqui vale uma vez o cinco e que aqui é uma vez o dez. O trinta cinco, trinta e oito, eles sabem que aqui é uma vez o oito mais três vezes o dez. E quando fizer isso aqui, eles têm que ver isso aqui no cartaz, o valor de lugar. O trinta é três de dez amarradinhos mais oito.

Isso era geral, não precisava dividir a classe em seções para aula de Matemática não. Agora, aqueles que não aprendiam, precisava fazer um grupinho e reforçar.

Um professor de Matemática (que eu conheci), disse que se ele tivesse um filho ele punha lá naquela escola porque ele viu a prova da escola. Eu não ficava só nisso, eu usava um mais quanto dá três? Depois eu já punha que esse quadradinho é o elemento faltoso, é o elemento que não tem, tem um, quanto falta? Faltam mais dois. Quando estiver lá no ginásio, vão usar x , vão ver as incógnitas x , y . “Vocês já viram no caderninho dos seus irmãos, ninguém nunca viu?” Eu sempre queria novidade.

E tinha as visitas do inspetor. O ensino do dia tinha que bater com o Semanário ou com o Diário. A sílaba em que se estivesse, aquele algarismo... Ele ia dizer assim: “porque você está ainda nesse número? Porque você não está nessa lição?” Tinha que bater. Mas essas atividades que a gente encaixava não tinham importância, a oração não ser a mesma, porque aí ele sabia que a gente estava aproveitando um fato, porque eu gostava muito do flagrante, eu gostava muito. Uma revista que a gente recebia, se um artigo do jornal, um fato que a gente ouvisse no rádio (porque não havia TV). O inspetor olhava tudo: os alunos, os cadernos, a aplicação dos alunos, fazia uma avaliação e também falava do geral. Fazia perguntas para os alunos. Mandava-os à lousa para ver o ditado, no primeiro ano, eles iam. A gente tinha visitas. E por ser irmã de diretor, e eu estava sob a inspetoria dele, naturalmente eu era sempre uma das mais visadas. O horário, tudo, eles pegavam a gente lá na pontinha. Mas eu não tinha nada que fazer, no sítio a gente se dedicava totalmente, porque durante a semana eu ficava lá. Ele chegava à escola, via a chamada, a primeira coisa era o livro de chamada porque tinha que saber do comparecimento dos alunos, do professor, tudo. E geralmente a gente tinha tudo em

⁵¹ Com isso a professora tenta mostrar que seu método de ensino para a tabuada implica numa representação diferenciada. Não mais 2×1 , 2×2 , 2×2 , 2×3 , 2×4 , mas 1×2 , 2×2 , 3×2 , 4×2 para que a primeira parcela represente, mais claramente, o número de vezes que o “dois” está sendo multiplicado.

ordem. O professor era muito vigiado pelos pais, qualquer falta eles comunicavam para inspetoria. E não vinha o diretor daquela escola, vinha o inspetor daquela escola. Era fogo. Ele chegava, olhava os livros, primeiro de chamada. Não era esse livro de hoje não, essa cadernetinha. Era coisa bem complicada, tinha nota, tudo ali. Depois que ele via tudo aquilo, via o Semanário ou o Diário. O Semanário fazia para semana, Segunda, Terça, Quarta, Quinta, Sexta e Sábado, e o diário para o dia, antes de acontecer: é o preparo da aula.

Havia os exames finais e as provas mensais. Tínhamos cadernos de linguagem (fazíamos redação), cadernos de matemática, (fazíamos problemas), caderno de desenho, e o caderno de pontos que a gente fazia questionários de História, Geografia e Ciências. Este caderno ficava com o aluno, e eles estudavam. As provas mensais eram da responsabilidade dos professores. A prova final normalmente era o inspetor que vinha fazer, na minha escola vinham professores, mas veio o inspetor também. Os alunos não tinham apuro, esse medo, a gente já ia preparando porque eles estavam bem. E eles sabiam conversar, não eram tímidos. Eu os deixava bem à vontade, não havia problema não! Aquelas crianças eram maravilhosas!

Foi fácil trabalhar em classe multisseriada, eu sempre achei fácil, exige muito método, muito jeito e ocupa o dia do professor. O professor tem que trabalhar bastante, muita atividade, porque se você der um exercício para o aluno você tem que corrigir, não pode deixar nada sem correção, senão eles não farão tarefa nenhuma, se eles perceberem que você não vê, não cobra... Correção é uma cobrança daquilo. Eles nunca me deram trabalho e eu não fui uma professora que dei trabalho também para diretor.

Como quando comecei a dar aulas era só 1º ano, já fui me acostumando. No segundo ano, só tinha o 1º e 2º anos e depois veio o 3º ano. Não existia 4ª série na escola rural. Pra que todos dominassem a matéria, pra que fossem bem alfabetizados, eu dividia o 1º ano em três grupos: sessão A, B e C. Enquanto a sessão A estivesse na lousa, as outras sessões estariam em aula indireta, que é uma cópia, um treinamento daquilo que já viram.

Enquanto as sessões do 1º ano iam à lousa, o 2º ano e 3º ano, ficavam com problemas. O 2º e 3º anos eu não levava para a lousa. Antigamente a gente passava vários problemas de Matemática na lousa. Não pode fazer mais isso. Tem que ser um problema de cada vez, com o aluno participando, aluno dando preço... Porque hoje a criança vai comprar em supermercado e sabe. E tem que ser colocado muitas situações problemáticas que o aluno vive.

A gente tinha um livrinho naquela época com mil problemas, e ia dando de 4 em 4. Começava com esses probleminhas, explicava um e o aluno resolvia.

Com o passar do tempo eles tinham que aprender cabeçalho, decorar a maneira de escrever “Grupo Escolar...” (o nome da escola, a data, o nome do aluno, a série e até a idade). Isso só quando já estivesse alfabetizado. Eles já iam decorando, porque em todo trabalho escolar diário tinha que ter o cabeçalho. Era obrigatório. Cada aluno tinha um cabeçalho de onde ele copiava. Pra fazer cópia do cabeçalho eles demoravam bastante. Dava tempo para eu ficar com uma sessão na lousa. Tudo era muito devagar. A gente ficava 4 horas dando aula, e naquele tempo, como rendia!

Os alunos que iam à lousa comigo, tinham aula direta. Iam aprender a sílaba, dominar a sílaba tanto escrita como lida. Ele tinha que reconhecer essa sílaba entre as outras. Fazíamos ditadinho... Tinham que estar muito perto de você, por isso que era na lousa. E aí eu deixava a essência dessa aula (ficava na lousa), eles iam sentar e fazer a cópia dessa aula, porque já sabiam. Levava outra sessão comigo. Fazia a mesma coisa. Eles iam treinar muitas linhas com aquela sílaba que aprenderam. Tinha que ter minha atenção, de vez em quando olhar para ver se estavam escrevendo certinho. Porque eu já tinha visto na lousa aquele que tinha dificuldade. A gente ia se virando.

Depois que tinha levado as três sessões na lousa, já tinham feito a cópia, já dominavam, íamos fazer uma historinha. Iam pra redação. Um aprendeu o “va”, o outro o “ca” e outro o

“ma”, então era a historinha da vaca malhada. Todas as sessões juntas participando oralmente. Linguagem oral, como se falava naquele tempo.

Iam para uma outra lição, leitura silenciosa. A gente assinalava palavras. Eles passavam um tracinho embaixo na leitura. As palavras difíceis, que não eram do vocabulário, deles tinha atrás no vocabulário. Eles compravam o livro (não tinha nada de governo dar não). Já dominavam aquelas palavras, iam empregar em outra oração, em outra sentença...Eles aplicavam porque assim é que iam dominando palavras novas. Enquanto um estava em Linguagem Oral todo mundo estava em Linguagem Oral.

Aproveitava-se um tema de Geografia, História ou Ciências, fazia-se leitura silenciosa e, depois de explorar o tema em Linguagem Oral fazia cópia de um trecho para gravar, respeitando e ensinando a respeitar parágrafo, a letra... Não era importante a quantidade, era a qualidade. Visava ocupar os alunos pra trabalhar diretamente com outros, mas visando também a qualidade.

Em Matemática, já pensou motivar 34 crianças para ouvir a lição de cálculo? Por exemplo, se eu fosse comprar um livro pra cada um ali: “Quanto custa um livro? Você lembra quanto o papai pagou no livro?” E eles diziam um preço, sem cifrão, sem os centavos. A gente trabalhava com o número exato. Quantos livros eu tinha que comprar, se fosse um para cada um? Eles contavam. Aí: “quem vai vir fazer essa operação aqui na lousa? Eu vou gastar, vou gastar...” Se fosse cinco reais o livro: “vou gastar cinco pra ele, cinco pra ele...” Ia contando. “O que tem aqui, cinco mais cinco...” Ia falando: “mais cinco com ele, mais cinco com eles...Quantos cincos eu teria que gastar?” Um pra cada aluno, eles sabiam quantos alunos eram. “Quantas vezes eu gastei cinco? Vamos contar?” Tinha posto ali todos os cinco. Como o 1º ano ainda não estavam aprendendo as contas, se não estivesse aprendendo, era o 2º ano, era o 3º ano, que iam resolver a contas e eles iam olhando. Eu chamava a atenção, porque eles também eram alunos para os quais ia se comprar livro.

E, em cálculo, eles não estavam no mesmo nível, mas na hora de fazer os problemas juntava todos para irem adquirindo prática, porque tinha uns mais espertos. Porque um aluno, às vezes, grande, de 12 anos, estava no 1º ano, mas faltava oportunidades de ter uma escola perto. Tinha aluno fora da idade. Tinha uma menina que namorava e estava no 1º ano, foi ótima aluna. Essa a gente podia usar porque ela sabia fazer contas. Não conhecia numeração, nem nada, mas sabia fazer conta de cabeça, aprendeu com os pais. Porque no sítio tem isso, conta, numeração, contar, eles aprendem com os pais na casa.

Naquele tempo o que ajudava muito é que a família estava muito junto da escola. E queriam que os filhos aprendessem. Na escola dos colonos não tinha essa motivação. A gente percebia que o pai queria que aprendesse, mas a motivação era bem menor. Porque eu não sei se eles eram muito vigiados...A colônia era muito...Tinha um senhorio ali. Tinha o feitor, o capataz que era o administrador. Só aquela roupa dele, aquela polaina, aquele chicote na mão...Só isso assustava! Já impunha! E nada, nada é feito com imposição!

Eu só tive na cidade uma classe que era uma verdadeira classe de boneca, de tão linda que era. Estudiosa, comportada. Como eu era última que chegava à escola (pois tive muitas remoções porque a Clayton⁵² removiu muito meu marido), sempre recebia o refugio. A gente estava todo ano em remoção e, chegando por último, a pior classe era da gente. Era horrível! A classe mais fraca era pra mim. Um dia falei pra um diretor: “está escrito na minha testa que eu me formei para dar aula para aluno fraco?” Porque era só aluno fraco...

Na escola urbana a vontade de aprender dos alunos era completamente diferente. Se o aluno era o refugio, coitadinho, vivia repetindo. Eu ouvi de uma colega: “Faça o que você pode fazer! Não tem importância o quanto! Se eles não quiserem aprender nada, dê amor.” Eu falei assim: “bom, então aqui é religião”. Aí, quando eles estavam bons, que eles tinham

⁵² Anderson Clayton

recebido aquilo que eles precisavam receber, eu partia pro ensino. E, às vezes, era coisa que não era daquele ano que eles estavam cursando. Eram dificuldades de um ou dois anos atrás. Traziam muitas dificuldades. Nossa! Em Bauru peguei só uma classe boa. Ótima!

Quanto à disciplina, a do sítio era melhor e continua melhor. O aluno, pelo fato de ajudar o pai na colheita, na roça, ele ficava mais responsável. Como eles eram mais responsáveis, o que você pedisse pra eles, era como se fosse pai e mãe pedindo. Eles faziam. Já na cidade nós mimamos muito as nossas crianças, e esse mimo eles carregam pra dentro das salas de aula. Tudo era mais fácil no sítio, mas na escola dos colonos também havia dificuldades. É como se fosse em degraus, como se fosse uma escada. Primeiro seria dos sitiantes, segundo dos colonos e terceiro a urbana.

Em Português, para o 2º e 3º anos tinha aquele livro intermediário. Ia ensinar o som do x para eles. Os sons, os diferentes sons de x, s, z, ç, nh, lh.... Tinha naquele livro.

Outras vezes, passava na lousa uma aula de História Geral ou Ciências, do manual do professor. Eles copiavam, liam silenciosamente e depois, através de questionários orais, o tema era explorado, para depois ser colocada na lousa as perguntas e respostas do tema em estudo. Ali eles já iam ver muita coisa, na leitura, antes que eu explicasse. Era muito chato para eles conhecerem estrada de ferro (aquele tempo tinha estrada de ferro de São Paulo). Era uma loucura. Nem eu conhecia, eles tinham que conhecer. Era horrível! Era mais decorada. Mas, como eles adoravam aquilo! Acho que eles viajavam...Viajavam na cabeça. Porque eu nunca fiz uma viagem com eles.

Essa escola⁵³ de sítio foi tão boa que uma vez a Secretária de Educação foi visitar a cidade e todas as escolas rurais foram. Minha classe foi e fez sucesso! O fazendeiro pagou o ônibus. Voltaram de ônibus. Não me deram trabalho nenhum, ficaram todos direitinhos no alinhamento. E as roupinhas, todos fizeram, todos sabiam que eram para ir. Porque eu gostava muito da classe, eu atendia muito bem os pais, eles sabiam minha vontade, ou aquela sede...A hora que conseguiram...Tem muita coisa que pode ser.

Tínhamos o direito de dar três faltas mensais, ligadas à data do ciclo menstrual, mas fomos perdendo esse direito. Eram doze faltas por ano, não era todo mês que se podia dar três faltas. Também tínhamos direito à licença. Se num período de cinco anos você não tivesse tido licença, conseguia a licença-prêmio. Eu consegui quatro licenças-prêmio, só a última que não. A do último quinquênio⁵⁴ eu não consegui por causa de tratamento de saúde.

Eu acho que o professor tem que ser auxiliado, ele precisa, mas não da maneira como eu vi. Nós recebíamos muitas apostilas, eu não lia apostila na sala de aula, eu trazia pra casa e lia. Gosto muito de ler. O que me servia eu usava. Mas eu acho que interrompiam muito as aulas, faziam muito auê, os professores ficavam muito sem saber como lidar, encontrávamos dificuldades, eu acho que isso não convém não. Eu acho, que se for fazer um curso, não deve ficar fornecendo apostilas apenas, deve convidar o professor a fazer o curso, deixá-lo à vontade, e ele aprende a usar aquilo ali, ou dentro da sala de aula, vir alguém, e dar aula para o professor aprender (na época éramos auxiliados pelo Serviço de Orientação Pedagógica – SEROPE – através de apostilas).

Hoje, eu não sei como está o currículo, mas sinto nos meus netos, eu tenho que ajudá-los muito, a parte de controle motor, a parte motora, parece que nem fizeram. É muito difícil! É uma coisa eu digo: é muito melhor formar já, educar, ensinar, formar certinho, da maneira correta, do que mudar depois, até formas de comportamento. É mais fácil educar do que mudar a forma de comportamento. Tudo é difícil depois que se pega o caminho errado. Eu acho que tem que se ter muito cuidado. Em educação, “perder” tempo é ganhar tempo.

Depois de ter lecionado 32 anos e ter-me aposentado, diante deste “mundo” em que a educar se torna cada vez mais difícil, eu me pergunto sempre relacionada à frase, que por eu

⁵³ Escola da Fazenda Água Santa

⁵⁴ Período de cinco anos de atividades docentes

gostar tanto, guardei no coração: Será que de fato, eu consegui, em cada alma e em cada coração de um aluno que por mim passou, colocar uma centelha da verdade e uma gota de amor? Tomara que sim!

I.7. Joaquim Elíseo Mendes, professor.

Meu nome é Joaquim Elíseo Mendes. Nasci em Agudos em 17 de junho de 1931 (completei setenta e um anos), mas a infância, o período de estudos, foi em Garça.

Sempre estudei em escolas estaduais. Naquele tempo eram raríssimas as escolas particulares, só existiam nas grandes cidades. E, no meu tempo de estudante, só se falava em escolas do Estado, que tinham um conceito muito grande. Naquele tempo, antes das reformas que aconteceram, havia o Grupo Escolar, com 4 anos, o Ginásio, com 4 anos e a Escola Normal, três anos. Hoje o Ensino Fundamental tem oito anos, depois vem o Ensino Médio.

Fiz exame de admissão para o Ginásio (porque naquele tempo havia admissão, como se fosse o vestibular de hoje). Após os quatro anos de Ginásio, só havia duas alternativas naquela época: fazia-se Contabilidade ou fazia-se o Normal (Magistério). Como eu não tinha vocação para Contabilidade, não gostava de ser contador, optei pelo Magistério. E me formei em Garça, na Escola Hilmar Machado de Oliveira, em 1950. Depois de formado, fiz também o Curso de Administração Escolar em Presidente Prudente. Posteriormente fiz Pedagogia na antiga FAFIL⁵⁵, justamente na ocasião em que ela se transformou em USC. Comecei a dar aulas na FAFIL e fui até se transformar em USC. Presenciei, vi a passagem.

Minha formatura no Magistério foi em 1951 (completamos 51 anos de formados). Minha turma era pequena, apenas 14. Depois de formado comecei a substituir em Rinópolis, uma cidadezinha perto de Tupã. Tinha uma irmã professora que morava lá. Eu era professor substituto, como se falava na época, hoje é o eventual. Trabalhei nessa cidade quase 3 anos, quando fiz concurso de títulos para professor primário do Estado (hoje é PEB I, PEB II).

Naquele tempo não existia o concurso de provas e títulos, era apenas de títulos. Era considerado há quanto tempo o professor dava aulas (valia, como hoje vale). Concurso de títulos era pela experiência, pelo tempo de substituição. A Secretaria da Educação fazia a classificação pelos títulos. E não acumulava cargos, não existia a figura da acumulação.

Fui chamado e escolhi, para ingressar como professor efetivo, no Distrito de Nova Guataporanga (hoje é município), perto de Tupi Paulista, próximo do Paranasão, para frente de Dracena. Era uma zona distrital com um Grupo Escolar de seis classes e tinha o diretor (por incrível que pareça nós éramos em seis: cinco homens e uma mulher, mais o diretor).

Quando ingressei, o trem chegava até Tupã. A Paulista⁵⁶, que existia naquele tempo, chegava até Tupã, depois chegou até Lucélia. Mas dali até Dracena a gente ia de ônibus pela estrada de terra, nem se pensava o que era uma estrada asfaltada.

A zona rural naquele tempo era muito populosa, mais do que a zona urbana. Por isso havia Grupos Escolares, com 4 classes, nos distritos e em fazendas populosas, e escolas isoladas naqueles núcleos⁵⁷ que não comportavam Grupo Escolar.

Tanto em Rinópolis quanto em Nova Guataporanga, sempre trabalhei com classe masculina. Aquele tempo, em Grupo Escolar, quando havia duas escolas, a separação era natural: o professor homem trabalhava com a classe masculina e a professora com a classe feminina ou mista. Dava-se preferência da mista para professora. Em casos raríssimos, raríssimos, é que o professor dava aula para uma classe mista. Em Grupo Escolar não podia, mas em zona rural havia essa possibilidade em ocasiões excepcionais.

Depois, mais ou menos em 1955, me removi por Concurso de Remoção (existia naquela época e existe até hoje só que a sistemática é diferente), para uma fazenda perto de Gália, porque minha família, meus pais moravam em Garça. A fazenda chamava-se Fazenda São

⁵⁵ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru que transformou-se em USC (Universidade do Sagrado Coração de Bauru).

⁵⁶ Companhia Paulista de Estradas de Ferro depois anexada à FEPASA e, hoje, em fase acelerada de extinção.

⁵⁷ Aqui o professor se refere a pequenos povoados

João ou Fazenda dos Ingleses (tinha sido formada por ingleses). Era uma fazenda de café, muito populosa (o café predominava naquela época). Inclusive essa fazenda tinha 4 colônias que eram aglomerados de residências que se localizavam proximamente, em torno de um 1,5 km distante da sede, em regiões diferentes, como se fosse um leque. Os colonos moravam nessas colônias com as famílias que naquele tempo eram bastante numerosas. Havia também a sede, que era simplesmente maravilhosa!

Na sede tinha cinema, farmácia, estabelecimento comercial para servir os colonos, oficina para consertar os tratores da fazenda, um grupo escolar e, inclusive, uma igreja. Tinha também a casa dos proprietários (eram ingleses) e que moravam na fazenda. Obviamente era uma casa muito chique, não tão chique, mas funcional. Muito bonita, grande, tinha até quadra de tênis. Tinha a casa do imediato ao dono: o gerente da fazenda.

As crianças vinham das colônias para frequentar o grupo escolar que só funcionava no período da manhã. Tinha uma diretora que era de Bauru. Era um grupo bem construído: prédio próprio e construído pelo Estado com a finalidade de ser Grupo Escolar. Além das 4 salas, tinha a diretoria, a portaria, cozinha, um pátio, galpão...

As verbas do Estado eram para manutenção do prédio e dos professores. O fazendeiro, naquela época, colaborava dando mantimentos, hortaliças, legumes...e cedendo pensão para as professoras, quando lá moravam. Era uma senhora fazenda! Ficava distante de Garça (onde eu morava com minha família) cerca de uns 18 km. A cidade mais próxima era Gália.

Por ser perto, eu viajava de Garça para a fazenda de moto (eu tinha uma moto). Mas os outros professores moravam na fazenda, porque as famílias moravam longe. Tinha colega de Piracicaba, de São Paulo...Todos moravam lá, com todo conforto e com todo apoio do fazendeiro. Como as aulas eram da 8:00h ao meio dia, com intervalo das 10:00h às 10:30h para o recreio, eu vinha cedo, dava a minha aula e depois voltava de moto. Teve uma época em que eu viajava de ônibus: ia de ônibus até um determinado ponto, descia, pegava um cavalo que ficava numa estrebaria de uma colônia, andava 4 km a cavalo até a fazenda. Depois voltava, deixava o cavalo aos cuidados de um aluno meu, do pai dele também, e pegava o ônibus de volta.

Era uma fazenda linda, eles tinham todo conforto, tinha cinema para os colonos, eram muitos colonos, que podiam usufruir as coisas da fazenda. O cinema era de graça, funcionava (se eu não me engano), sexta, sábado e domingo. Cinema muito bom. Obviamente que na farmácia eles compravam os remédios, da venda que abastecia a fazenda eles compravam o que tivesse ali... E as professoras e os professores usufruíam tudo isso também, além de terem pensão: residência.

Infelizmente depois essa fazenda foi vendida, outros donos assumiram. Não tinham condições de fazer sua manutenção, sustentá-la. Começou aquela população...Veio a crise do café...O café não era mais o produto de primeira, que desse bastante lucro, inclusive coincidiu com o esvaziamento: a população da zona rural veio para a zona urbana. Infelizmente, dessa fazenda só existe a lembrança para aqueles que trabalharam e que passaram por lá: só existem os escombros. Não existe mais a fazenda. Nesse tempo todo o grupo escolar desapareceu, o cinema desapareceu, as colônias desapareceram. Só existem algumas casas, testemunhas daquele apogeu da fazenda, daquela época próspera (a minha vizinha, cujo marido morou nessa fazenda, acho que foi farmacêutico no tempo que dei aula, esteve lá, pois sentiram vontade de rever a fazenda: choraram ao ver o que restou daquilo).

Depois me removi para Gália. Fui lecionar no grupo de Gália que dista mais ou menos 8 km da fazenda, como professor primário. Naquela época viajava de ônibus (já melhorou!) de Garça a Gália. Como o professor era obrigado a dar aula de paletó e gravata e eu ia de ônibus, tinha que colocar um guarda-pó (e aquele tempo, e até há pouco tempo, a mulher não podia, a professora não podia dar aulas de calça comprida: era obrigado saia). Lecionei em Gália durante 2 anos.

Fiz um concurso de provas e títulos para diretor do ensino típico rural. Havia, naquele tempo, paralelamente, dois ensinos: o ensino comum (destinado às crianças de cidade, distrito etc), e havia o ensino típico rural (que se destinava à zona rural), pois era uma zona populosa. Os dois ensinos eram da Secretaria da Educação. No típico rural tinha o mesmo do ensino comum e era complementado com outros conhecimentos. Partia do pressuposto que fossem aqueles conhecimentos que a criança, aquele adulto da zona rural, precisaria. Davam-se noções de agricultura geral. Estudávamos para fazer o concurso. Estudei agricultura geral, piscicultura, olericultura, apicultura, jardinocultura...Tudo isso! Além das disciplinas pedagógicas que tive que estudar para o concurso, ainda estudei essa parte específica de oito disciplinas. Isso porque fiz o concurso para diretor. Mas o professor, para ingressar como efetivo também tinha que fazer concurso de provas e títulos.

Existia em Piracicaba uma Escola Normal Típica Rural. Foi a única Escola Normal do Estado de São Paulo e do Brasil em que a formação do professor era para o ensino típico rural. Hoje, infelizmente, não existe mais esta escola, mesmo porque não haveria justificativa, não existe mais ensino rural: era uma escola normal como a outra que tinha as matérias pedagógicas e mais a parte específica, era um curso muito puxado. E o aluno que se formava com a 1ª nota da turma ganhava uma cadeira prêmio: escolhia na frente de todo mundo sem fazer o concurso, não precisaria fazer o concurso.

Mas nem todos os professores passavam por esta escola. A maioria se reciclava, se habilitava para o ensino típico rural: saia a bibliografia para o concurso e ele tinha que dominar tudo aquilo. Tinha que estudar. Saia indicação Pedagógica do Normal e mais a parte específica composta por especialidade, tinham mais ou menos umas onze disciplinas: horta, jardim, piscicultura, apicultura...O professor tinha que estudar tudo isso. Porque depois de estudar tudo isso ele estava habilitado para prestar o concurso. Ia prestar o concurso e poderia passar ou não passar. Só tinha direito à cadeira prêmio o 1º da turma da Escola Normal de Piracicaba, os demais tinham que fazer concurso junto com os outros que não tinham feito aquela escola Normal, mas que tinham estudado a parte específica. As habilitações e as especializações eram exigidas para todos.

No ensino comum era só concurso de títulos e no ensino típico rural era concurso de provas e títulos. Nesse título entravam as atividades, inclusive o professor tinha uma gratificação pelo número de alunos aprovados. Tinha vantagem na contagem de pontos. O primeiro professor que fez o concurso de provas e títulos foi o do ensino típico rural. Era um concurso pesadíssimo, entravam aquelas noções de Pedagogia, Psicologia, Sociologia, tudo...E mais a parte específica. O professor tinha que ter conhecimento dessas especialidades (agricultura geral, piscicultura, apicultura) porque ele ia transmitir noções para os alunos.

Naquele tempo, inclusive a política da educação era procurar fixar o homem na zona rural. Por isso existiu o ensino típico rural. Partia-se do pressuposto que se dominando o meio ambiente, se dominando o meio onde morava e também gostando do meio, ele lá permanecesse. E a educação visava isso: a fixação. Depois, com o êxodo, deixou de existir. Com o progresso industrial, a urbanização que aconteceu, a escola não tinha mais como motivar, incentivar a permanência do homem na zona rural. E hoje em dia o que se vê é isso daí...Os alunos obviamente, acompanhando os pais, vieram da zona rural para a cidade. E hoje, conseqüentemente, a nossa zona rural está despovoada, rarefeita, houve o inchaço da zona urbana.

Com esse objetivo de fazer com que o aluno, que seria o adulto, (a gente passava para o aluno esses conhecimentos) usasse mais racionalmente o meio ambiente, se servisse, descobrisse que poderia sobreviver da agricultura, da agricultura geral, qual o melhor jeito de produzir as curvas de níveis, tudo isso, o professor tinha que ensinar (mas eu não fiz o concurso de professor, já fiz o concurso para diretor). Era racional.

Passei nesse concurso de provas e títulos em 2º lugar e escolhi Ribeirão dos Índios: um outro distrito perto de Santo Anastácio (hoje é município), na região da Sorocabana (vem Presidente Prudente, Santo Anastácio e Ribeirão dos Índios).

Era Grupo Escolar Típico Rural: tinha oito classes com clientela toda dali (os primeiros anos, 1º, 2º, 3º e 4º ano, hoje as “primeiras séries”, depois no Ginásio é que falava 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série). E lá tinha 8 classes de 1º a 4º ano. Tinha três do 1º ano, duas do 2º ano, uma do 3º ano e uma do 4º ano. Naquele tempo já existia o funil: a base era maior e depois começava a diminuir.

Eram 4 horas de aula em classe, nas quais o professor dava a matéria do ensino comum e mais conhecimentos específicos (aquele que ele tinha utilizado no exame). Dava noções de jardinocultura...tudo isso no período de 4 horas. No período da tarde os alunos voltavam para a prática, durante duas horas. Os grupos típicos rurais tinham hortas, avicultura (criação de aves), muitos grupos faziam criação de suínos (suinocultura). Tudo isso tinha sido estudado. O professor também voltava para trabalhar com os alunos, para orientá-los na prática. O professor ganhava uma gratificação pelo retorno. Durante esse período eles aprendiam, cuidavam da horta, semeavam, plantavam, transplantavam...Tudo isso.

Os legumes, as verduras, as hortalças e as aves eram usados na sopa escolar. E quando a produção era muito grande os alunos levavam para casa. Para incentivar, pois também fazia parte do objetivo do ensino típico rural incentivar os alunos a fazerem em casa tudo aquilo que aprendiam na escola. Aprendiam na escola, por exemplo, as noções de horticultura ou olericultura: eram incentivados a fazerem em casa uma hortinha. Geralmente tinham uma horta. Na escola ensinava, por exemplo, enxerto de pomar: sericicultura. Variava de escola para escola, dependendo das condições do grupo. Mas todos os grupos escolares rurais tinham uma área muito grande. Havia também a escola típica rural, também com uma área grande onde os alunos aplicavam aquilo que tinham aprendido na escola, sobre orientação da professora.

Geralmente a professora morava na escola típica. Não só na escola típica, pois 98% dos professores que lecionavam em escolas isoladas, moravam na escola, no núcleo. Porque naquele tempo não havia transporte. Era longe. Muitos moravam na escola porque os prédios eram feitos, os das escolas típicas rurais obedeciam a um padrão: forma retangular, em uma extremidade ficava a sala de aula, depois ficava um galpão, um pátio no meio para a criançada brincar e para a professora servir a sopa escolar, e na outra extremidade da construção ficava uma residência, uma casa. Ainda a gente vê, quando viaja para São Paulo ou qualquer outro lugar, alguns prédios em que não funciona mais escola, mas que é tipo um padrão.

Era uma casa boa (em termos), todos os prédios eram de alvenaria. Geralmente tinha dois quartos, uma sala, uma cozinha, instalação sanitária. A professora morava lá e dava aula. Ela mesma fazia a merenda na cozinha da casa e servia. Em muitos núcleos, fazendas, tinham duas escolas, por isso as duas professoras moravam nessa casa. Elas ficavam porque essa escola estava próxima de um lugarejo. Só iam para o núcleo, no final de semana, sábado e domingo, e voltavam. Algumas escolas em que não havia núcleo perto, a professora ficava morando na própria fazenda. Geralmente o fazendeiro dava um lugar para ela morar, morava com a família do administrador. A vida do professor naquela época era difícil! Complicada!

Na maioria das escolas não tinha luz elétrica. A professora usava lampião ou lamparina. Havia muitos casos em que funcionava no mesmo lugar escola feminina e masculina: daí saíram muitos casamentos. E havia casais de professores que moravam nessas escolas típicas rurais, viviam muito bem. Era o início de uma família, um casal, os filhos nasciam...Inclusive depois o filho começava a freqüentar a escola, o professor tinha horta, pomar, criava galinha. Houve muitos e muitos casos de famílias que começaram nessas escolas.

Depois me removi para Presidente Prudente, eu era diretor do Grupo Escolar Típico Rural João Franco de Godoy, que ficava no bairro Jardim Paulista de Presidente. No nome do grupo

não tinha misto ou masculino, era sempre Grupo Escolar. A escrituração era feita sempre: 1º ano A do Grupo Escolar tal, 2º ano B do mesmo grupo...A escola isolada é que tinha denominação: 1ª Escola Mista da Fazenda tal, Escola Masculina da Fazenda tal. Na escolha vinha identificação, e mesmo na documentação, na escrituração, aparecia: masculina, feminina ou mista. Havia preferência para classes homogêneas quanto ao sexo. Quando havia muitos alunos, por exemplo, de 2ª série, formava-se uma segunda série: uma masculina e outra mista. Caso houvesse uma escola mista, a professora escolhia. Como a escola isolada era mista, era sempre escolhida por uma mulher, professor homem não escolhia. Se uma escola isolada mista era escolhida por uma professora e ficasse vaga, era regida por uma substituta.

A escola isolada podia conter três anos: 1º ano, 2º ano e 3º ano. Para ter o 4º ano teria que ter duas escolas. Essa escola era obrigada, desde que houvesse demanda, servir alunos de 1º ano, 2º ano e 3º ano. Geralmente era uma ou duas fileiras para o primeiro ano (veja o trabalho da professora!), outra fileira era 2º ano e a outra fileira 3º ano. Todos na mesma sala. A aula era ao mesmo tempo.

Naquele tempo se exigia o Semanário ou o Diário do professor: ele tinha que planejar as atividades. O professor optava, havia diretores que exigiam semanário do professor, que era planejamento para a semana de segunda a sábado (havia aula aos sábados). E o diário, era diariamente. Isso ficava a critério da professora: se gostasse mais de planejar as suas atividades diariamente fazia diário...Por exemplo, hoje fazia o diário para amanhã, planejava as atividades para amanhã nos três anos. Agora, aqueles que optavam por Semanário faziam o planejamento para a semana que vem, de segunda a sábado, para os três anos.

O professor planejava, programava, partindo do seguinte princípio: tinha que manter as três classes, as três turmas ocupadas. E que enquanto ele trabalhasse com uma turma, as outras não poderiam perturbar. Por exemplo, chamava o 1º ano na frente para começar a alfabetização pela lousa, enquanto isso já tinha passado trabalho, atividades para os alunos do 2º e do 3º anos. Podia passar problemas diferentes, em níveis diferentes para o 2º e 3º anos, ou poderia passar linguagem escrita para o 2º ano e problemas, contas para o 3º ano. Enquanto isso trabalhava com os alunos do 1º ano. Geralmente o professor trabalhava com a lousa, trazia lá um bambuzinho, ia mostrando, alfabetizando...E a criançada lendo. Não atrapalhavam os demais, estavam acostumados. Os outros trabalhavam normalmente, de vez em quando olhavam, mas não atrapalhava, não desviava a atenção como hoje em dia que desvia a atenção. Trabalhava assim. Depois que terminava essa aula, dava leitura na lousa, tomava leitura na cartilha, dava ditado...Planejava atividades para ter tempo de dar tudo isso. Quando terminava de trabalhar com o 1º ano, ia corrigir o trabalho do 2º ano, por exemplo, redação, história. Dava uma olhada aqui, enquanto fazia a correção da tarefa substitui as palavras, ia ver os problemas lá...Eu não trabalhei, mas fui inspetor de escola. Tenho muita experiência por isso, e inclusive orientava. Por exemplo, no 3º ano a professora ia dizer que dava para fazer poucas atividades durante o período de 4 horas. Mas, depois que corrigiu os problemas, dava uma aula de leitura, leitura oral aqui, dava probleminha lá para o 1º ano e dava atividade de responder questionário de conhecimentos gerais para o 2º ano.

A leitura oral é o que o próprio nome está dizendo: os alunos tinham o livro deles, cada um lia um pedacinho. A lição era a mesma, naquele dia era tal lição. Era uma lição por dia. Por exemplo, todos os alunos ou cada aluno, lia a metade, um quarto ou um terço da lição. E não atrapalhava os demais, porque continuava trabalhando normal: 1ª série trabalhando e, com comportamento de criança, de vez em quando um conversava com outro, lápis na boca, apagava...O professor já tinha trabalhado com as outras séries, pegava o 2º ano, passava atividade para o 3º ano, por exemplo, responder questões de conhecimentos gerais ou fazer linguagem, fazer uma história, história vista de uma gravura...

Havia aquelas gravuras, até hoje a gente vê isso. Havia um material didático que era muito bonito, havia quadros como se fosse um caderno preso por cima e quando não era usado estava lá a Linguagem escrita. À medida que o professor ia avançando, virava, aparecia uma gravura, mas em tamanho grande, apareciam umas gravuras coloridas, bonitas: uma criança pegando ovo, duas crianças correndo atrás da bola, criança pescando: à vista daquela gravura, o aluno fazia a história dele. Material do Governo

Era um quadro com uns sessenta de largura por um metro de comprimento, como uma folhinha⁵⁸, só que não era destacável porque passava para trás e pendurava. Aquele quadro, aquele material, era usado em todos os anos. Obviamente os alunos do 3º ano faziam histórias melhores. O 2º ano fazia, olhando aquele material, histórias mais curtas e o 1º ano, depois de alfabetizado, fazia sentenças.

O professor tinha três turmas: 1º ano, 2º ano e 3º ano. Como tinha aqueles alunos com facilidades na aprendizagem, alunos com um pouco de dificuldade e aqueles alunos que eram lentos demais, praticamente o 1º ano tinha três seções. O professor antigamente tinha 5 turmas dentro de uma sala de aula.

Isso era normal, ele dominava muito bem. No início do ano, começava alfabetizando todos, 15 alunos. Os 15 na frente e ta, ta, ta...Depois dava ditadinho de palavras, depois ditadinho de sentenças, agora tinham aqueles alunos que já iam ficando para trás, não tinham facilidade, tinham dificuldade na leitura, tinham dificuldade na coordenação motora, tinha dificuldade mesmo de falar...Naturalmente iam ficando atrasados. Dos 15 alunos, 6 tinham aprendizagem rápida, que estavam na lição de número sete da cartilha (naquele tempo tinha cartilha para o 1º ano, o livro para o 2º ano e livro para o 3º ano), três estavam na lição número 4 e tinham dois ou três que não conseguiam sair da lição número 2. Mas o professor não podia e nem deixava para trás, tinha que atender os três níveis do 1º ano. Tinha uma turminha que ia como rojão, uma turma do meio e uma turminha lá trás (aqueles que tinham muita dificuldade) que inclusive chegavam no final do ano ou no meio do ano e não conseguiam ser alfabetizada.

Por isso o professor graduava as atividades, enquanto uma turminha, por exemplo, estava na lição oral na lousa para ensinar pronúncia, tudo direitinho, aquela turminha que não conseguia, o professor falava, passava atividade para fazer coordenação: círculo...tudo. O professor dava aquelas atividades para aquelas duas seções, de acordo com os níveis. O professor trabalhava praticamente com 5 níveis. Já para o 2º e 3º anos era a mesma atividade para cada turma. Até o final do ano nem todos estavam equilibrados no mesmo nível. Tinha uma turminha que não conseguia. Era reprovado (era a repetência). Ficava. No próximo ano estava no 2º ano ou no 1º ano outra vez.

Mas não era alto o nível de reprovação. Não era muito. Hoje em dia tem um tratamento mais adequado se o aluno tem dificuldade, tem a recuperação paralela, tem o reforço...Naquele tempo não tinha, mas muitos professores, aqueles que moravam nas fazendas, pediam para os alunos que apresentavam problemas para voltarem no período da tarde na escola. Dava um reforço por conta dele. Não fazia parte da orientação da Secretaria. Como o professor morava no prédio da escola, na casa do administrador, na casa de um colono ou morava sozinho numa casa vazia, mas morava na fazenda, era um passatempo para ele. Ali ele dava as atividades de recuperação, procurando nivelar os alunos. E conseguia. É por isso que o índice de reprovação era muito pequeno. Raríssimos os casos. Raríssimos por isso. O que é institucionalizado hoje, recurso da recuperação paralela, o professor fazia por conta própria no período da tarde.

O aprendizado em Matemática era o seguinte: o professor, tanto da escola isolada como do grupo, se baseava nos problemas. Hoje em dia os problemas são mais reais, naquele tempo,

⁵⁸ Calendário de parede

inclusive, era muito combatido, pois às vezes o professor dava o problema com coisas que não eram do mundo da criança. O professor passava o enunciado dos problemas na lousa, o aluno copiava, fazia e levava para ele. Muitas vezes passava tarefas para levar para casa, para fazer em casa.

Era problema, tabuada...O professor exigia que o aluno conhecesse tabuada, graduado: no 1º ano era a tabuada até a do quatro (parece que era), no 2º ano já aprendia as outras. Conclusão: quando estivesse no 3º na e 4º ano do grupo tinha que conhecer a tabuada do 1 ao 10. É decoração da tabuada, tinha que conhecer tabuada. Não havia calculadora, não havia máquina.

Exercitava-se, exigia-se muito a contagem. A contagem de um em um. No 1º ano era até 100, depois no 2º ano ia mais para frente. Contagem seqüencial, depois contagem alternada, de dois em dois, de três em três, quatro em quatro...O professor usava recursos: toda contagem era objetivada com material. Os alunos levavam milhos. O professor pedia que o aluno trouxesse milho, trouxesse feijão. Ele partia do concreto para o abstrato.

A contagem era 1, 2, 3, 4...Ia juntando. Depois meia dúzia. “Como que é meia dúzia?” “Seis”. Juntava 6 grãos de milho. Dúzia: doze grãos. Dezena: dez, então 10 milhos. Agora 11: “o que representa o onze?” “O 11 representa esse grupinho mais um”. A Matemática era assim como é hoje.

Aprendia-se muito decomposição do número. Por exemplo, 263: o aluno sabia pela decomposição que o 3 é três unidades, o 60 são seis dezenas, o 2 são duas centenas. Ele tinha que decompor, obviamente que a essa altura ele não podia mais ter 200 milhos, mais 60, mas existia professores que chegava a números menores como 144 ou 142. Colocava dois, quarenta e cem. Para o aluno visualizar. E os cálculos, a contagem, tudo fazia objetivamente. Mexendo. Eles não tinham dificuldade em aprender Matemática.

Mas uma coisa interessante é o seguinte: sempre houve pessoa com dificuldade para aprender Matemática. Sempre houve, há e haverá. Isso vai muito da inclinação. Tem pessoas que gostam de Matemática, tem pessoas que não gostam. Têm pessoas que tem mais inclinação para a Literatura. Aí entram as diferenças individuais. E em Matemática todo mundo tem que conhecer aquele mínimo necessário exigido, goste ou não goste tem que conhecer aquilo.

Outra coisa interessante que a gente vai vendo é que a rejeição da Matemática por alguns alunos (mostraram não gostar da Matemática) não ocorreu no Grupo escolar ou na escola isolada, ocorreu no Ginásio. E ocorreram no Ginásio por quê? Não que a Matemática seja um bicho de 7 cabeças, mas pela metodologia usada no ensino. Alunos que gostavam de Matemática, no Ginásio passaram a detestá-la, como é o meu caso, devido à metodologia usada pelo professor. Professores não preparados para Matemática. Eu conheço Matemática elementar, para sobreviver. Quando fiz o Ginásio em Garça, passei quase que odiar Matemática. Mas por quê? Eu já havia estudado no grupo e nunca tive problemas. Foi devido à didática dos professores que passei a detestar Matemática no Ginásio. Devido à metodologia muito complicada do professor de Matemática. Era aquele professor que marcava tarefa para casa: vamos fazer, trazer dez problemas resolvidos de casa, no livro de Matemática naquele tempo tinha problemas de tanto a tanto, era uma lista. O que acontecia, eu como não entendia, pedia para o meu cunhado resolver. Ele era contador, resolvia o problema, eu trazia resolvido, e a professora nunca procurou saber se eu tinha resolvido, o que eu não tinha entendido...Aquela preocupação do professor, em zerar todos conteúdos...Passei a odiar Matemática, fui um péssimo aluno de Matemática, justamente por isso. E eu só fui entender isso depois. “Será que eu sou mais burro do que os outros? Se os outros aprendem Matemática, por que eu não posso aprender?” Claro que tem aqueles que gostam de aprender Matemática, aqueles que estudam mesmo, que são cabeceira...Eu não chegaria a tal ponto, mas eu gostaria de ter gostado de Matemática. Gostaria de ter gostado de Matemática. Eu

nunca gostei de Matemática e passei a odiar, com todo respeito que tenho pelos meus professores, mas fui um fracasso.

Quando comecei a lecionar, por incrível que pareça precisei recorrer à minha irmã que era professora primária. Inclusive essa parte da Matemática eu não entendia. Tive que aprender ou reaprender para poder ensinar. Como minha irmã já era bastante experiente, conhecia, explicava para mim: “Isso aqui, o que significa isso...” Foi justamente a falha que tive. Por isso que entendo que a metodologia que o professor usa, principalmente em Matemática, em Física, em Química, tem que ser uma coisa muito bem pesada⁵⁹, porque se o aluno não aceita, não entende, no início da disciplina, ele passa a rejeitar. E depois, eu considero isso como uma deficiência que pode ser recuperada no futuro. Se futuramente eu tivesse procurado um professor particular de Matemática e estudado, teria entendido. Não é um bicho de 7 cabeças! Eu parto do seguinte princípio: A Matemática existe para o ser humano, querer ensinar Matemática para um animal é diferente, mas ser humano! Só se ele for um deficiente mental, aí é outra coisa, mas a pessoa normal?... Mas eu detestei, e foi no Ginásio!

Mas não tive dificuldades de ensinar os meus alunos porque no meu tempo havia uma facilidade muito grande: a Secretaria da Educação fornecia para todos os professores o programa comum. Esse programa comum é aquele que hoje o Ministério da Fazenda chama de Guias Curriculares, que nada mais são que repetição daquilo. No tempo que comecei a lecionar se chamava Programa Fundamental. Porque na verdade o homem burila, muda de coisas, mas as coisas são as mesmas! Tinha o programa fundamental do 1º ano, fundamental do 2º ano e programa fundamental do 3º ano e do 4º ano. Eram livros, guias para o professor. Eram os guias orientadores de como deveria dar Matemática, como deveria dar Língua Portuguesa (que era Linguagem), como deveria dar Geografia, deveria dar História, tudo isso daí. Os pontos que o professor deveria tocar, os passos...

Naquele tempo existiam os exames. As questões eram feitas pelo auxiliar de inspeção, diretor do grupo escolar, que tinha sob sua jurisdição determinado número de escolas isoladas (jurisdições administrativas, pedagógicas, tudo). O exame era feito no final do ano, em novembro geralmente. O auxiliar de inspeção indicava, designava um professor do grupo, ou de outra escola para fazer o exame na escola dele. Ele pegava as questões e ia para a fazenda, geralmente com condução providenciada pela professora da fazenda, cedida pelo fazendeiro, que vinha buscar a examinadora.

Essa examinadora ia, levava e aplicava as provas do 1º, 2º e 3º anos. Ficava na fazenda depois que terminava, corrigia e já dizia aqueles que tinham sido aprovados ou não tinham sido aprovados (aqueles que tinham sido reprovados). Falava. A correção era na hora. Geralmente o dono da fazenda, ou o administrador servia um farto almoço para a examinadora, também participava a professora da escola.

Havia um contra-senso nisso: a professora do grupo escolar vinha fazer exame na escola isolada e essa professora daqui ia fazer exame em outra escola. Os alunos dela estavam sendo examinados e depois ela ia aplicar exame em outra escola. Ela não servia para examinar os seus alunos e tinha que examinar os alunos dos outros. Um contra-senso! Era um paradoxo!

Mas professores davam prova mensal para os alunos durante o ano. Existia o boletim que trazia a nota. Trazia a nota de Matemática, Linguagem... Mensalmente ela fazia uma provinha, preenchia o boletim, entregava para o aluno e o pai tinha que assinar. O boletim era obrigatório!

A relação dos alunos com os professores era muito boa. Muito boa! As crianças da zona rural se caracterizavam por serem humildes. Gostavam do professor, esperavam o professor no ponto do ônibus. Esperavam e acompanhavam. Os alunos gostavam da escola. O trabalho do professor era (e sempre foi), um trabalho de dedicação plena e era um trabalho difícil.

⁵⁹ equilibrada, medida

Naquele tempo os padrões morais e os padrões éticos eram outros. O professor, na zona rural, era uma pessoa benquista. Tinha uma reputação incrível! Todos gostavam do professor, não somente os alunos, como os pais dos alunos, a comunidade. O professor por sua formação intelectual era aceito, era o conselheiro, resolvia inúmeros problemas na zona rural. Eles gostavam demais.

Havia reuniões com os pais na escola mensalmente para mostrar o aproveitamento do filho, principalmente nas escolas típicas rurais, onde os professores falavam também sobre o conteúdo para os pais. Em muitas escolas típicas os pais participavam, trabalhavam na horta também.

O inspetor fazia visitas às escolas rurais. Num primeiro momento, ele era um fiscalizador. Ia até às escolas para verificar se o professor estava trabalhando, como estava a frequência dos alunos. Já num segundo momento o inspetor era o orientador. Ele se preocupava em orientar o trabalho do professor. Chegava lá, examinava os cadernos, fazia vistoria dos mesmos, a sondagem dos cadernos, via o que a professora estava dando, punha uma conta na lousa (dividir por doze)...Dava uma aula modelo. Procurava criar um estado em que o professor confiasse nele. Quando o inspetor chegava é como se fosse um salvador! Ele perguntava, falava que estava com dificuldade nisso, e o supervisor orientava. A atuação dele foi muito importante, o que não é hoje. Hoje também não se justificaria um supervisor de ensino dar aula modelo, pois existem especialistas. Tem o professor de Matemática que vai orientar nas especialidades...E naquele tempo não tinha. O inspetor tinha que saber um pouquinho de tudo, tinha que ser criativo, para compensar as ausências.

Quando fui inspetor em Avaí e Presidente Alves, realizava muitas reuniões integradas de escolas isoladas (inspirada no Jamburi, movimento de escoteiros no qual se reúnem grupos de escoteiros para trocas de experiências). Eu realizava mini reuniões (o nome era mini reuniões de escolas isoladas) que objetivam trocas de experiências. Indicava dez escolas isoladas, num distrito, e se reuniam em uma. Porque há professores que têm muita criatividade. Eu pedia para os professores das escolas isoladas trazerem três cadernos de Linguagem, três de Matemática...E eles traziam. Era uma troca, sentavam em grupo, e eu falava (eu presidindo, coordenando): “Vamos ver Matemática. Como é que está o negócio?” Todos os professores trocavam os cadernos. E um falava: “Mas que coisa interessante, como que você dá isso aqui?” E o outro: “Mas que bacana isso aqui, eu dou assim, assim, assim...” Vamos ver agora a Linguagem: “Como é que vocês estão dando tal...?”. “Alguém quer mostrar?” Não era só caderno bom, tinha que trazer caderno de aluno adiantado, aluno médio e aluno atrasado. A realidade. Examinava o caderno, porque os cadernos eram separados: Matemática, Linguagem, Conhecimentos Gerais...O professor via: “Nossa, que interessante, como é que é isso aqui? Eu não tinha pensado nisso”. E aquela que estava fazendo ia lá no quadro, explicava: “Eu faço assim, assim, assim...” Servia para os colegas e para o supervisor. Eram as mini reuniões para enriquecimento de experiências. Ficava ali olhando, o período todo, das 8:00 h ao meio dia, das 8:00h às 11:00h. Porque o professor é muito curioso e gosta de ter um referencial. Isso daí em todos os níveis, inclusive no nível universitário. Ele quer saber. Quando há dois na mesma disciplina: “Como é que você dá isso?” Quer olhar. Por isso eu fazia isso na zona rural, com muito sucesso. Trocavam experiência. Isso daí era altamente eficiente e construtivo.

Estou, inclusive, escrevendo um livro já há três anos. Pretendo publicar no próximo ano. É justamente um livro que vai ser um referencial, porque o professor, hoje em dia (não só os professores) como os tecnocratas, acham que a coisa começou agora, e a coisa não começou agora! Muita coisa que acontece agora só mudou a roupa, já existia e existirá. Tem muita gente que pensa que é criação atual, não é criação atual, já existia! Esse livro que estou escrevendo é justamente porque me preocupo em deixar um referencial para a turma de agora. Quem está estudando atualmente parte do pressuposto que a coisa está começando agora, não

é agora, a coisa vem de longe. Mas ninguém sabe como era e ninguém se preocupou em deixar como era. O nome do livro será “A ponte que liga a escola”. É a ponte do passado com o presente. Eu publico outros livros de orientações para professores, diretores, supervisores: são orientações técnicas e administrativas. Mas quero mostrar como era a escola antigamente. E como era o ensino, como era o professor, coisa que a turma de hoje não sabe. Há muitas coisas bonitas e interessantes para falar e para deixar. Há muita interrogação: será que a escola de hoje é melhor que a escola de antigamente? Será que isso aqui realmente é novidade? Como era o professor de antigamente? Hoje em dia com essa informática, como é que está o negócio? Antigamente como é que era? Porque quem nasceu agora, na época da informática, acha que escola é isso aqui. Quem está entrando agora no CEFAM, ou num Curso de Pedagogia, desconhece o que foi. E é muito importante saber o que foi.

I.8. Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro, professora.

Eu me chamo Luiza Maria Caldas de Sousa Constantino Pedro. Tenho 59 anos (vou completar 60 anos no mês de Dezembro). Nasci em vinte e dois de dezembro de 1942, em Iacanga⁶⁰, onde resido.

Fiz o meu primário, do 1º ao 4º ano, em Iacanga, no Grupo Escolar José Ferraz de Sousa (que é o nome do meu avô, o patrono da escola. Anteriormente não sei direito como se chamava o Grupo, talvez Reunidas...). Como naquele tempo nesta cidade não havia colégio, a partir do Ginásio fui estudar interna no Colégio São José em Bauru, de onde saí formada como professora. Para entrar no Ginásio, naquele tempo, tinha exame de admissão.

O Colégio São José tinha internato e era só para meninas, bem diferente do atual colégio. Nesta época foi fundada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras das Irmãs⁶¹, que funcionava na parte da frente do colégio (em frente à Avenida Rodrigues Alves). Peguei esse tempo bem antigo. Estudávamos piano no Conservatório...

Fiz o Magistério Aquele tempo chamava-se Escola Normal. Formei em 17 de dezembro de 1960, com 17 anos de idade. No Normal tinha estágio, mas como a gente sai tão em branco da escola! Eu estudava e fazia estágio no Colégio São José, pois no térreo do prédio funcionavam as classes do Primário, e também fazia estágio no Colégio São Francisco, em Bauru. A gente dava aula, aula prática, mas é outra realidade: você sai de Bauru e vai dar aula no sítio? Falar é uma coisa, mas você vivenciar uma zona rural é outra coisa! É outra coisa! A gente sabia como era a realidade da zona rural, porque eu morava em Iacanga e sabia como era o tango de todas as outras professoras.

Depois de muito tempo, voltei a dar aula em Iacanga onde cursei o Primário. Mas antes, andei muito por aí... E hoje vejo que a professora se forma e reclama porque pega uma só aula, eu falo: “nossa vida, andei tanto”. Quando voltei formada para Iacanga, meu pai queria que eu fizesse Direito e minha mãe queria que eu já fosse trabalhar. Meu pai dizia: “deixa ela descansar um pouco”.

Fui para Londrina, onde lecionei em uma escola particular (Educandário Nossa Senhora Aparecida), durante uns 3 anos. E foi muito bom, uma experiência ótima. Até hoje gosto muito de Londrina. Era uma escola bem diferente para época, era bem moderninha.

Passado esse tempo, voltei para Iacanga e comecei a lecionar na zona rural, mas era substituição. Cada ano pegava substituição em fazendas ou sítios diferentes. Lecionei na escola Mista da Fazenda Ventania, Escola Mista do Bairro Ribeirão Doce: hoje já não tem mais nada disso. Lecionei na Escola Mista da Fazenda Monção, onde fui substituta e depois efetiva também.

Fui substituindo, substituindo...até que ingressei no Magistério, porque para ingressar primeiro tinha que fazer ponto com substituições e cursos. Fazia prova no concurso de ingresso, que ainda hoje deve ter. Ingressei em São Paulo (Itaquera), em 1971, onde fiquei muito tempo até ser removida.

Vim removida para uma Escola Agrupada⁶² do Bacuriti, um pequeno distrito do município de Cafelândia⁶³. Era quase rural. Um lugar pequenininho, mas que tinha um pequeno Grupo Escolar, até o 4º ano. Era aquela vida difícil...Como era distante de Iacanga uns 90 km, tinha que morar lá. Foi o único lugar onde tive que morar enquanto lecionei na zona rural. Embora fosse possível ir por dentro⁶⁴ até o Bacuriti, pegava outro professor, mas quando chovia tinha que ficar dormindo lá, por isso arrumei a casa de uma mulher e fiquei morando. Só voltava

⁶⁰ Município do estado de São Paulo próximo a Bauru

⁶¹ Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FAFIL

⁶² Escola de 1º a 4º ano que ainda não tem a estrutura administrativa de Grupo Escolar

⁶³ Município do estado de São Paulo

⁶⁴ Aqui a professora se refere a um atalho, sem utilizar a rodovia Marechal Rondon

para Iacanga nos finais de semana. Mas era um negócio bem precário, uma casa muito pobrezinha essa que me deu pensão: sem forro, tinha um boteco na frente...os ratos andavam...Um dia choveu tanto que dormi de guarda-chuva aberto. Não tinha porta, aquelas cortinas de fita, aquilo me dava uma má impressão, “e se entra alguém aqui?”. Graças a Deus nunca aconteceu nada. Mas era feio! O chuveiro ainda era daqueles de subir, colocava água lá dentro⁶⁵. O banheiro era para fora da casa, coletivo. Meu Deus, aquele sofrimento! Chovia...E tinha só um telefone e às vezes eu ia ligar para minha casa, não que tinha condição de falar, porque o telefone era precário: quando eu falava minha mãe só escutava ou quando ela conseguia falar eu só ouvia. Não tinha diálogo. Era monólogo! O telefone era para monólogo! Foi um tempo bem difícil, mas foi uma escola boa. Eu gostava da escola, dos alunos, tudo. Era bom. Gostei de lecionar naquele lugar. Os alunos vinham da zona rural. Havia muita dificuldade de locomoção, um monte de dificuldade...

Depois vim removida para o Uru⁶⁶, em Pradinia, pertinho de Iacanga (no caminho de Reginópolis), onde nem lecionei, pois fiquei comissionada⁶⁷, trabalhava na Prefeitura. A primeira coisa que fiz foi fazer uma cozinha piloto, para as professoras da zona rural não precisarem cozinhar mais. Porque dar aula para 3 séries e ainda fazer comida, é o fim! Então fazia toda a comida no Grupo da cidade e o professor ia buscar e levava prontinha para escola... Ah, meu Deus, você dar aula e ainda ficar cuidando de sopa, disso e disso, e corta isso e corta aquilo...

Depois do comissionamento voltei para a zona rural. Eu quis a remoção, e quando chegou, fui para zona rural com minha classe mesmo, no Bairro do São Vicente, com 1º e 2º anos, 3º e 4º anos. Esse sítio existe até hoje e tem ainda a escolinha daquele jeitinho, mas não funciona o Primário. Atualmente todos viajam para a cidade, ninguém mais quer ficar no sítio. O sítio hoje é um ermo, não tem mais ninguém. Lecionei na escola do Bairro São Vicente durante um tempinho, eu e outra professora. Nós viajávamos todo dia. Pagávamos um motorista para nos levar. Era gostoso ir toda manhã.

Depois fui para o Bairro Monção: lugar gostoso também. Uma escolinha simples, de tábua. Todo dia a gente levava sopa (a merenda). Ia pegar na cozinha do Grupo da cidade e levava para a criançada tomar no sítio. Nessa escola tinha fogão, tinha essas coisas. A gente fazia essas coisas: bordava, chuleava, pregava botão, fazia de tudo. Era uma escola de 1º, 2º e 3º anos na mesma sala de aula.

Todas eram escolas mistas, com meninos e meninas. Dava aula numa vez só para mais de uma série. Essa era a vida de todos os professores da zona rural. A gente precisava ser artista, porque começava com a 1ª série, passava para a 2ª série, passava lição para a 3ª série que já andava mais rapidinho. Ia passando mais coisa. Aquela dificuldade porque nem lousa tinha direito nas escolas rurais. Era aquela lousinha “petitiquinha”, uma para cada série. Você tinha que se desdobrar. Porque alfabetizar é um negócio que requer um cuidado com cada um. Mas eu gostava.

Eu gostava muito de dar aulas no sítio porque você ensinava de acordo com aquilo que eles são, de acordo com o interesse deles. Eles não tinham dificuldades nas matérias. Tinha criança que era levadinho da breca, mas não como hoje. Eu volto na escola hoje, pois trabalho no Conselho Tutelar (é uma coisa pesada esse trabalho). Meu Deus, hoje a criançada quer saber de nada, não respeita o professor. Naquele tempo eles adoravam a gente, escutavam o que a gente falava, acatavam o que a gente falava. Era um prazer. Acontecia coisa engraçada, a gente corria de vaca brava, varava cerca...

⁶⁵ Chuveiro rústico em que a água era colocada dentro de um balde, com pequena abertura embaixo, e suspenso por uma corda passando por uma carretilha para facilitar o subir e descer.

⁶⁶ Bairro Rural

⁶⁷ O professor ficava desenvolvendo outra função na Prefeitura durante um período.

Eles eram muito simples. Nossa Vida! Era demais. Uma simplicidade. É até bobeira, mas eles falavam tão engraçado... Como eu fazia uns cartazes, um menino ia falando: “a da abelha, e do elefante,..., da do dado, pa da pata, ta do tatu... Dona Tuti, cagaram na Zazá!” O passarinho tinha sujado o cartaz. Eu morria de rir disso. Eles tinham cada uma que eu não agüentava. Eles eram simples, falavam as coisas assim, do jeito que eles pensavam. Eram demais de espontâneos. Tinha cada coisa que eu morria de rir. Jesus Amado, mas era bom.

Como eles não conheciam nada de higiene e não tinham nada, eu comprei toalha, pasta e escova de dente para cada um. Cada um tinha uma toalha pendurada na carteira. Quando eu chegava, a primeira coisa eu fazia era dar remédio de verminose para todo mundo, para os vermes que tinham. Fazia exame de fezes, levava o material coletado para o Posto de Saúde, trazia e pronto. Piolho tinha de monte. Tinha que falar: “olha, vamos tratar dos piolhos. Tinha dia de fazer catanã. Cortava as unhas de todo mundo”. Hoje é dia de cortar unha” Ah, eu mesma. Eu não agüento isso daí. Falava “hoje é dia de cortar unha”. Tec, tec, tec....cortava. Era demais.

Na Fazenda Monção tinha num determinado lugar, muito saibro, um barro branco, bonito, que eles usam para rebocar fogãozinho, essas coisas. A gente ia lá e estimulava as crianças, pois elas eram habilidosas: faziam tantos objetos interessantes, que até muito tempo eu guardei, mas depois foram quebrando. Faziam panelinha, cavalinho, passarinho com a cabecinha que mexia, objetos pequenininhos: conchinha, escumadeirainha, bonequinhos, sofazinhos, caminhas, tudo. A gente deixava tudo aquilo no sol, secava, ficava bonitinho. Enfeitava com pedrinhas, com penas, tudo. Eles eram muito criativos, e eu trazia para casa e minha mãe falava: “aonde você vai botar essas tranqueiras?” Mas eu achava bonito. E era de fato bonito.

Fiz um painel, uma vez, que as crianças completaram de borboletas, começando desde as pequititas até aquelas azulonas, bonitas. As crianças mesmo coletaram as borboletas. Ficou tão lindo que até a supervisora⁶⁸ gostou. Fizemos painéis também de folhas, de penas de todas as cores e de pedras. Eu fiz coleção. Tinha um museuzinho num cantinho da escola com todas as coisas que fizemos. Tudo foi a criança que coletou. Mesmo porque no sítio dava para fazer isso. Eu adorava. E usava, lógico!

Se ia ensinar Ciências, tem tanta riqueza de material que nem se calcula. Não ficava dentro da sala de aula. “Vamos passear”. “O que você está vendo de terra?” “Que tipo de terra está vendo?” “Diferente a cor, o que...?” “Tem pedra, tem isso, tem aquilo”. Não dá para observar? Saíamos, todos. Porque o que aproveita para um, aproveita para o outro⁶⁹. Um faz produção de textos, outro ocupa na Língua Portuguesa, outro na Matemática, na própria matéria. Já dá para você fazer globalizado. Eu gostava de fazer essas coisas.

Nas aulas de Língua Portuguesa, produção de textos, levava todo mundo para fora, pois na frente, na porta da escola, tinha uma carreira de paineiras e uma delas era bem grandona. Quando floria era um verdadeiro poema...Coisa mais linda! Eu fazia todo mundo deitar no gramadão: “Olha para cima”. “Vamos ver”. “Deita, deita e olha”. Olhava tudo. “E agora nós vamos escrever disso daí que nós vimos”. “Bonito!” Eles escreviam cada coisinha tão bonitinha. O caminho da escola, quando eu cheguei, nenhuma criança sabia nada. Escuta: “o que você viu lá no caminho da escola?”. “Ah, não teve nada”. “Que que você viu, filho, quando você passou lá no rio?” “Nada”. “Mas você não prestou atenção, tem tanta coisa”. Foram aprendendo a olhar o caminho da escola. Meu Deus! É riozinho....Tinha cada nenúfar, aquela florzona branca, enorme, bonita, dentro da água. Tão bonita! Porque que não olhava aquilo? Eu ficava boba de ver.

Nós vamos aprender em Ciências: planta com a raiz aquática. Eu gostava de dar aula desse jeito. Porque tem que aproveitar. Você acha que vai dar aula de reprodução, eles sabem

⁶⁸ Aqui a professora se refere à inspetora de ensino..

⁶⁹ Aqui a professora se refere a sair com 1º, 2º e 3º anos ao mesmo tempo.

mais do que eu que estou na cidade, pois viam bicho toda hora: nascer bezerrinho, nascer porco, nascer cavalo...

E no sítio era gostoso porque qualquer coisinha que você leva para o aluno ele adora. Fazer piquenique, com guardanapo...“A senhora me dá essa toalhinha que é bonitinha?” “Nossa, guardanapinho de boca”. Coisas que eles nem imaginavam. Levava bolo. Íamos onde tinha água: “ah, hoje vai todo mundo vai na mina”. “Ah, que bom professora que nós vamos”. “Vamos, mas vamos vendo, vão caminhando, vamos ver o que vocês estão vendo aí”. Porque no final eu cobrava: “Quantos metros será que nós andamos, de lá aqui? Quem que imagina quanto tem, hein?” Eu ensinava quilômetro... “E como que está o tempo?” “Ta bom?” “É. E é tempo de frio, de calor?” Saia um monte de coisa. Eu não separava as disciplinas fora da sala, porque depois quando você vai cobrar Português, ele faz a produção de textos, vai dar aulas de Matemática, vai usar aqueles dados. Em Geografia: era montanhoso, era reto, de que jeito que era a terra, qual era...E lógico que as crianças se interessavam, pois era um assunto deles.

Porque que você vai chegar com aquele ponto⁷⁰ já dado lá para eles? Se eles têm tudo e muito mais? Eu fazia tudo depois certinho, coletava dos alunos, passava direitinho para a Secretaria da Educação.

Eu acho que quem deve fazer as coisas são as crianças. Eles vêm com grandes coisas, grande bagagem. Tem que partir do que eles têm para chegar no que a gente tem. Só que naquele tempo, não era todo mundo que fazia isso. Não era todo mundo que fazia! Tinha o plano de ensino, você podia seguir muito bem dentro daquele plano e depois formar o ponto com os alunos. E você vai ficar perdendo todo tempo em dar aquele pontão, nem sabe de onde saiu aquilo! Com toda aquela riqueza que tinha no sítio!? Era o lugar onde eu mais gostava de lecionar, porque tinha coisa para fazer!

Em Matemática, eu trabalhava muito com o cartaz de pregas e o flanelógrafo. Juntava palitinho de sorvete para fazer unidade, dezena e centena: grupinhos (casinhas). Eu tinha material feito em tabuinha com os números pintados, cada um com a sua casinha. Eu falava, “um morava aqui, ficou muito grande, precisou mudar de casa” e assim eu ia trabalhando com unidade, dezena, centena e milhar. “Olha, nessa casinha aqui só cabe isso. Nossa! Vamos mudar? Oh, mas esse prediozinho aqui já é maior, já cabe mais gente, é um pouquinho mais altinho”. Ia trabalhando assim. Também trabalhava, no começo, com maior e menor, igual e diferente, tudo com cartaz. Eu fazia umas barrinhas no papel, principalmente para distinguir crianças que são disléxicas. Trabalhava muito essas coisas: faixinhas onde tinha uma figurinha diferente entre as iguais, tudo pintado. A gente é quem fazia todo o material didático, não tinha nada para comprar. Trabalhava com feixinhos de palito, tampinha, fazia ábaco de madeirinha e uns araminhos com tampinha de pasta de dente: cada aluno tinha o seu. O material pronto veio mais tarde, começou aparecer material dourado, que eram aqueles blocos, mas a gente tinha só um na escola. Eu fiz um cartão no plano (cartõezinhos), cortei todos e coloquei num caixinha. Trabalhava com aquele materialzinho. Era muito bom. Trabalhava conjunto e sempre probleminha onde às vezes eu fazia desenhinho que girava, virava para o de mais ou de menos: “olha que canteiro bonito!” “Olha, esqueceu de molhar!” “E o que que aconteceu?” No outro desenho estava murchinho, por exemplo a margarida caiu, 5 margaridas caíram. “E o que que ficou aqui?”. “Nossa!” “Quantos que tinha aqui?” “Tanto”. “Quantos ficaram aqui?” “Tanto”. Tudo assim. Eu fazia assim e eles gostavam. “E o passarinho?” “Olha que passarada que tem aqui. Vamos ver?” “Olha, olha”. Fazia os problemas com eles. Para eles aprenderem idéia aditiva, idéia subtrativa. Como na zona rural tem cerca, sentava aquele monte de passarinho: “Ah, voou. Isso daí aumentou ou diminuiu?” E isso eles sabem. Dá para trabalhar, tem muita coisa.

⁷⁰ Texto da matéria que era passado para os alunos.

Na alfabetização peguei muita tabuinha, aquele material eucatex, tudo com ilustração, pintadinho. Pinte o fundo de branco e todas as letrinhas iam encaixando, era tudo encaixado, mandei fazer uns trilhos, gastava uma nota com essas coisas. Minha mãe falava: “tudo o que você ganha você gasta com essas coisas”. Mas eu gostava disso. E então fica a classe bonitinha.

Eu comprei um mimeógrafo, dava tudo mimeografado: tá, tá, tá. Fazia e já saia as aulinhas. Eu fazia cartazes. Porque tem que fazer. Hoje tem tudo pronto, televisão, mas naquele tempo não tinha nada disso. O professor tinha que levar muito material didático. Eu fazia. Como na escola rural os prédios eram precários, sujava muito, tinha poeira... Eu fazia tudo no algodãozinho cru (tecido), pintado. Pintava com tinta acrílica. Todos os cartazes que precisava eu fazia no pano. Chegava no final do ano, eu lavava, passava, estava bonitinho. Nunca perdi material. Fazia cartazes de Matemática, de História, Geografia, Gramática. Eu gosto disso, eu gosto de desenhar e com isso incentivei bastante a criançada. Em Matemática fazia com dúzia, dezena...

Fazia cineminha para os alunos: fazia uma porção de figuras, pegava um livrinho de história bem simples e as cenas principais eu desenhava, pintava com guache, em cores, colava uma figura na outra num papel comprido e mole, com cabos de vassoura fazia um rolo e enrolava. Enrola, enrola, enrola, enrola... Fazia pés numa caixinha, punha na frente um papel celofane transparente, e atrás era vazado. Fazia dois furos, um mais acima e outro mais embaixo e passava o rolo. Ia virando o rolinho de baixo e o papel com as figuras ia passando para esse rolinho e eu ia contando para eles a ceninha que passava atrás do celofane. Eles adoravam

Eu assinava uma revista chamada “Família Cristã” na qual havia sempre uma página de curiosidades: era de plantas, de animal, esse tipo de coisa. Eu cortava, fazia umas fichas e deixava feito uma bibliotecazinha, porque não tinha biblioteca naquele tempo. Eu comprava livrinho de história que havia em bancas de revistas, e levava bastantes livrinhos. E eu sempre fiz jornal na classe. Tanto no sítio quanto quando eu vim lecionar na cidade. Colava notícias bonitinhas, algumas produçõeszinhas que eles faziam. Eles gostam disso. A criança gosta de ver o aniversário dele ali. Fiz muito material didático. Mesmo quando era substituta eu já fazia assim. Quando me aposentei dei para uma prima minha e deixei muito material para a escola da cidade também.

Nós fizemos, com um grupo de professores, há muitos anos, um ótimo curso num Grupo Escolar, em Bauru, no qual se ensinou a fazer muito material didático. Coisas sanfonadas, de histórias sanfonadas, teatrinho de fantoches, com colher de pau... aproveitei muito daquele curso. Foi muito bom para a gente lecionar.. E eu também gostava de fazer as coisas. E a gente ganhava ponto fazendo esses cursos. A Secretaria da Educação deu curso uma vez, mas depois nunca mais.

Eu comprava e levava giz de cor, pois o governo só dava giz branco. A gente fazia de tudo na zona rural, até comida. Quando eu estava na Monção, acho que era o governo do Paulo Maluf⁷¹, uma vez ele mandou uma porção de brinquedos, por exemplo, tinha bambolê... Um pouquinho de caderno e lápis vinha, um montinho para cada pessoa, da escola da cidade no começo do ano, mas eu ia lá no MEC em Bauru, no MEC FENAME, e fazia uma compra por minha conta mesmo, com o meu dinheiro. E o que eu fazia? Durante o ano, a criançada precisava de caderno, eu não dava o caderno: “custa 50 centavos”. “Ah Dona Tuti, eu não tenho”. Eu não cobrava o preço. “O quanto você pode dar meu filho?” “Tanto”. “Tá aqui o seu caderninho”. Esse dinheiro que arrecadava, eu dava para a caixa escolar do Grupo. No fim das contas era eu mesma quem dava tudo. Mas era para eles saberem também que esse caderno não cai do céu, valorizarem as coisas que recebem.

⁷¹ Governador do estado de São Paulo no período em 1969, 1979 e 1982

Um ou outro tinha condições de pagar, pois era o filho do Administrador da fazenda, ou que o pai era dono de um sitinho. Mas para os da colônia mesmo, a vida era difícil. Não vai ficar sem estudar porque não tem um caderninho. Sempre foi assim. Não ia nada de mão beijada, não. Mas era valorizado.

Quando eu ia de carro lecionar num sítio, no meu carro, meu Deus! Era vaca que corria atrás, que lambia o carro...E a criançada que corria para abrir porteira. Era um negócio! Aprendi a dirigir no sítio, para poder ir dar aula. Era uma aventura. Chovia, aquilo ficava...Eu tinha um volks e um dia os alunos me carregaram para poder passar num córrego: “Ah, nós vamos empurrar, Dona Tuti”. Foi todo mundo, a família inteira.

Havia colônias. Na Monção era muito gado, mas havia alguns sitinhos pequenininhos onde plantavam milho, arroz no banhado, tinha gente que plantava café. Mas tudo pequenas coisinhas. Na fazenda Monção era gado. Tinha um pouco de café, mas o gado era o forte. E eu ia às casas dos colonos na hora do recreio. Visitava tudo quanto era colono. Ia também na casa dos sitiantes. Meu Deus, era carne de tatu, não sei o que lá...Um dia um menino trouxe um lanche para mim, pois todo dia eu conversava com ele “oh, que lanche gostoso, o que que você trouxe?” Ele abriu o saquinho, eu vi que tinha uma gordorinha “opa que ta bão! O que que você trouxe aqui hoje?” “É carne de *largato*. A senhora não quer Dona Tuti?” “Ah, eu não! Eu estou de regime.” Eu repartia o meu lanche com eles e eles repartiam o deles comigo. Era muito bom.

Com os pais o relacionamento também era ótimo. Eu fazia reunião com eles, por exemplo, para dar remedinho para criança. Exame de fezes? Eu chamava todos os pais, conversava direitinho. E eu também era o chofer desses pais: “Dona Tuti a senhora não dá uma carona que eu preciso ir fazer compra?” Vinha outro: “Dona Tuti, eu preciso ir no médico”. “A senhora não quer comprar melhoral pra mim?” “A senhora não quer comprar tantos quilos não sei do que?” A professora era o elo entre a cidade e o campo. Eu levava remédio, trazia no mercado. “A senhora não quer comprar isso?” “Quer comprar aquilo pra mim porque está faltando? “Ta faltando querosene...” Eu levava. Era isso, o professor fazia de tudo. Era um leva e trás. Mas também o que ganhava de alface, meu Deus! Nas casas deles tinha horta. Na colônia eles faziam e davam para a professora. Era ovo, era queijo, era frango. Nossa! Era muito presenteada.

Tínhamos que lavar a escola. Pegar balde de água no rio e trazer para lavar a escola. Era uma verdadeira odisséia dar aula no sítio. Na escola a professora fazia tudo. Cada escola isolada tinha os Livros do Termo de Visita, de matrícula, tudo certinho. Quando a supervisora vinha ela olhava tudo. A supervisora ia ao sítio, ia visitar para saber como é que você estava dando aula, quantos alunos havia... Eu levava a supervisora, nunca tive medo. É só a gente fazer certinho que não tinha problemas. Ela foi muitas vezes na escola da Monção. Tinha professor que morria de medo da supervisora, de ouvir alguma crítica. Eu não tinha medo não. Naquele tempo o Supervisor era chamado de Inspetor.

O que os alunos faziam. Meu Deus! Falavam cada coisa. Nossa senhora! Eu me arrependo de não ter escrito tudo. Porque dava um livro e bem escrito. Quanta coisa engraçada, coisa triste e tudo. E o professor era pau para toda obra. Até hoje eu os encontro: “Oi Dona Tuti”. Algumas crianças depois que eu sai lá do sítio, continuaram vindo à minha casa trazer frango, queijo, essas coisas. E hoje estão casados: “Oi Dona Tuti, tudo bom?”

Depois eu vim dar aula aqui na cidade. Após 1970, comecei outras turmas. A única classe que não era um atrás do outro era a minha, trabalhava com grupo de 4 alunos. Já na zona rural até no chão nós deitávamos. Foi muito bom. Eu adorei lecionar no sítio. Todo mundo dizia: “eu detesto zona rural”. Eu não, eu gostava. Eu me dava bem com aquele tipo. Não sei se a gente ficava também mais à vontade! Acho que o lugar é mais rico para dar aula e você atende a necessidade daquele que mora na zona rural. Hoje já não sei se seria assim, não sei se hoje surtiria efeito, porque hoje o pessoal da zona rural quer saber de vir para a cidade, ele

tem todas as coisas de que precisa na cidade. Não tinha televisão, não tinha nada disso era tudo lá na deles mesmo. Naquele tempo ainda não queriam vir morar na cidade. Não tinha ocorrido ainda esse êxodo rural muito grande. Mesmo sendo essa região de Iacanga (onde é mais de criação de gado do que de lavoura) eles eram bem acomodadinhos.

Na 1ª série havia maior número de alunos, 12 alunos. Já na 2ª série, 9 alunos e 5 alunos na 3ª série. É nessa faixa. Tinha mais rotatividade entre os pais colonos, pois mudavam de uma fazenda para a outra, e os alunos mudavam de escola. Tinha esse problema de mudar de uma fazenda para outra, mas não da fazenda para a cidade.

Na redondeza sempre tinha mais escola. Não sei como elas surgiram, pois quando peguei já tava tudo lá. Teve uma época em que a gente ia de perua e deixava as professoras pelas escolas afora. Era uma fazenda perto da outra. Conforme a escola ficava mais isolada... Para o lado do São Vicente tinha o Quilombo, onde havia uma escola típica rural (eu nunca lecionei em típica rural⁷²) e depois no São Vicente, mais para frente, um Grupo Clássico com 1º e 2º, 3º e 4º. Na Monção eu ia sozinha uma temporada pois acabou tudo quanto é escola. Tinha que passar na Santa Cândida, na Rebenta, Riberãozinho,...até chegar na Monção. Era tudo assim. Era aquela aventura e ia carregada de coisa. Utilizei condução bem precária, pois às vezes encalhava o carro e a primeira condução que passava a gente ia. O que ia fazer!?

Todas as escolas rurais eram vinculadas ao Grupo Escolar da cidade. A gente tinha reunião mensal no grupo. Tudo direitinho. A gente prestava contas para o diretor de todas as coisas: provinhas, avaliaçãozinha mensal. Era diferente o sistema, não é como é agora que passa. Todo mundo passa. Não era assim. Repetiu, repetiu. Passou, passou. Então fazia provinha mensal. Todo mês a gente fazia aquela avaliaçãozinha, e depois tinha avaliação no meio do ano e depois no final do ano, uma prova maior para ver se ia passar de ano. Prova final elaborada no Grupo. Às vezes ia outra pessoa junto com a gente para aplicar a prova.

Na zona rural eles achavam interessante estar na escola. Aquilo de sentar na carteira era importante para eles. A carteira! Aquilo era bom, era importante. Essa é a minha carteira. Eram carteiras de todo tipo. As carteiras eram tão judiadinhas, tinha de dois e de um lugar na mesma sala. Material era tão precário!

A aula era até o meio dia, das oito ao meio dia e tinha o recreio. Eles gostavam, brincavam de passar anel, de roda, de pega-pega, tinha balanço na árvore, eram crianças que brincavam. Hoje não tem mais isso. Eram brincadeiras sadias, simples. Era assim, mas a escola era muito precária. Aquela escola de tábua.

Eu morria de medo porque tinha muita cobra, passei tanto medo. Às vezes saia dos buraquinhos, cobras, aranhas. Eu lecionei numa sala de aula que a Prefeitura fez banheiro com privada. Nossa! Aquilo foi um negócio do outro mundo! Com caixa d'água, descarga. Aquilo foi o fim. Porque era tudo privada de buraco. Quando fez essa privada, foi demais, mas ficava assim na parede de lado da escola e juntou tanta rã. Toda vez que eu ia chegando falava: “primeiro mata a rã, depois eu entro”. “Primeiro entram os matadores de rã, depois eu entro”.

Um dia a supervisora foi abrir o livro, os livros que a gente deixava na gaveta, tinha rã lá dentro. Pul! Pulou a rã. Falei: “Ai meu Deus”. Um dia um menino falou assim: “Dona Tuti, bonita essa cordinha que a senhora trouxe, do sete de setembro”. Eu falei: “Ué, parece que eu não trouxe nenhuma cordinha verde e amarela do sete de setembro...!Que cordinha?” “Olha aí Dona Tutti, que cordinha...” Mas ele sabia o que era. “Olha que cordinha bonitinha que a senhora *pois* aí. É pro sete de setembro essa cordinha verde?” No que eu olhei, a cobra andando. Aquelas cobrinhas verdes. Eles não tinham medo. Eu morria de medo. Saia voando.

Mas tinha cobra coral. No Ribeirão Doce eu nunca ia naquela privada, porque uma vez acharam uma urutu lá dentro! Falei: “jamais que eu vou aí”. Perigosíssima, aquela urutu-cruzeiro. Deus que me livre, aleija a pessoa que leva uma picada daquilo. Aranha debaixo da

⁷² Escolas rurais nas quais, além do programa de ensino comum à todas as escolas, se ensinava também algumas técnicas para algumas culturas, como jardinagem, piscicultura, etc...

carteira. Aquelas pretonas! Eu olhava antes entrar, olhava tudo debaixo das carteiras para ver se não tinha nada, porque também coitadas das crianças. Morcego! Cada canto da classe um cacho de morcego. Mas eu mandava tirar com aquelas varas assim, batia a vara saia tudo. Matava morcego, tudo essas coisas.

Até um tempo eles ficavam no sítio mesmo, mas depois já foi mudando a mentalidade. Eles já começaram a vir de perua para fazer o Ginásio na cidade. Algumas escolas maiores, como o Quilombo, São Vicente, tinham 4ª série, depois foi acabando 4ª série, ficando até a 3ª. Já na Monção e outras pequenininhas sempre foi até 3ª série. Daí vai mudando a mentalidade do povo, vai querendo mais coisas, fazia o 4º ano aqui na escola da cidade. Os que podiam mais, aqueles que o pai tinha a mentalidade mais aberta (porque eles eram bem fechadinhos, aqueles colonos tinham uma dificuldade danada: “para que estudar, não precisa”. Era só assinar o nome e acabou). Mas vai mudando isso. Foram mudando até chegar no que é hoje, que não fica mais ninguém. Não tem mais zona rural. Não tem nenhuma em Iacanga... Nem nesse Quilombo que tinha uma escolinha ótima, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. Não tem mais.

Em todas as escolas que eu peguei as crianças estavam em idade escolar mesmo. Às vezes uns de 3ª série eram mais velhos um pouco: fazia 2ª série parava, o pai mudava de fazenda, daí na 3ª série em vez de estar com 9 anos, eles tinham 10, 12 anos. Perdia o ano, pois muda, vai para um lugar para outro. Vai trabalhar na roça junto com os pais, porque eles ajudavam. Conforme a época tinha falta: “porque preciso ajudar meu pai”. Os de 3ª série. “Preciso ajudar meu pai colher algodão, debulhar milho”...Essas coisas. Aconteciam faltas às vezes, quando a vaca correu atrás e não sei o que, essas coisas que aconteciam.

Eles vinham no orvalho, judiação! Cedinho! Atravessavam aqueles pastos para chegar na escola. Eles chegavam tudo molhadinhos de orvalho. Era difícil faltar. Agora, quando chovia não vinham não. Porque daí chovia, nossa senhora! Daí não vinha, porque tinha que andar na chuva. Mas só com barro vinha.

Eu só lembro que era muito bom! Era muito bom esse tempo. Hoje eu vou à escola e vejo, meu Pai! Tenho saudade daquele tempo. Os alunos eram muito interessados naquilo. Eram dóceis. Eu gostava de lecionar na zona rural. Parecia que a gente era mais gratificada por tudo. Tudo que ensinava para eles era bom.

Tudo o que eu fiz e registrei na zona rural, deixei na escola da cidade, pois eles fazem exposição todo ano e na escola não tinha nada. Fotografias, trabalhos com os alunos, as festinhas, os piqueniques que fazia, tudo isso: fui registrando...

I.9. Marisa Lia Mondelli, professora.

“Educação se dá em casa e instrução na escola”.

Eu me chamo Marisa Lia Mondelli . Nasci em Araraquara, em vinte de março de 1940. Estudei no Grupo Escolar Carlos Baptista Magalhães da 1ª até a 4ª série. Formei-me no antigo Normal, curso de três anos, no Colégio Progresso de Araraquara. Fiz o Normal porque, na realidade, não tinha outra opção. Juntamente com o Normal fiz a Escola de Belas Artes de Araraquara, em Nível Médio. Gostava, mas também não tinha onde seguir depois.

Como me formei com 17 anos, no ano seguinte, 1958, fiz Aperfeiçoamento de um ano: complemento da Escola Normal. Nesse mesmo período, fui dar aula no Curso de Adultos. No dia em que fiz 18 anos, fui dar aulas, não faltei! Eu não me conformo até hoje. Nem se comemorava naquele tempo.

A escola, do Curso de Adultos, era na fazenda da usina de cana Santa Cruz. Escola de Adultos da Usina Santa Cruz. O cheiro não era muito bom, mas acostumávamos. Eu lecionava para todas as séries (1ª a 4ª), com todos os adultos na mesma sala. Era período noturno. Acho que era das sete horas às nove horas da noite. Saía da minha casa às cinco horas da tarde e ia à estação, onde passava uma caminhonete que pegava o filho mais novo do dono da fazenda, que estudava em Araraquara. Eu ia com eles. Já a minha irmã que também lecionou no curso de Adulto em outra fazenda, a usina de açúcar Tamoio, saia seis e meia da noite, de trem.

Era muito interessante porque todo mundo nos acompanhava, tinha muito carinho pelo professor na zona rural. E lá tinha um rapazinho que ia com um carro (não sei se era jipe, camionete), ficava com o carro escutando as aulas, ficava só olhando lá de fora. Acho que os alunos deviam ser amigos dele e por isso esperava acabar a aula. Ele não tinha nada comigo. Eu nunca tive nada.

À noite, meu irmão me pegava primeiro e íamos pegar a minha irmã de carro. Devemos muito a nosso irmão que fez um sacrifício tremendo buscando-nos todos os dias. Ia sempre junto a empregada, o filho da empregada, muitas pessoas. Meu pai tinha um carro Citroën, que vivia quebrando. De vez em quando parava no meio da estrada, minha irmã abria o capô do carro e mexia não sei em quê, e o carro pegava. Certa vez quebrou e fomos todos a pé. A usina era longe da cidade, mas quando quebrou já estávamos pegando minha irmã, andamos um bom pedaço a pé. Mas tudo era farra. Ainda mais moça, com 18 a 19 anos, era tudo gostoso, viemos conversando...

Nesse ano só trabalhei com o Curso de Adultos. Já minha irmã era substituta na Escola Carlos Baptista Magalhães, na cidade, e à noite dava aula no Curso de Adultos. Eu não fui substituta aquele ano na escola Carlos Baptista Magalhães pois o horário não batia, tinha que pegar condução às cinco horas. Mas no ano seguinte também fui substituta nessa escola. Como nos inscrevíamos para substituições, uma vez peguei aulas na zona rural: Escola da Usina de Açúcar Tamoio (onde minha irmã lecionou no Curso de Adultos).

Essas escolas eram mistas, freqüentadas por meninos e meninas. Era uma classe só: 1ª, 2ª, 3ª série ao mesmo tempo. Era de madeira, tudo muito simples. Não tinha nada de infraestrutura, nós é que mandávamos lá.

Mais tarde, 1963, quando me casei e vim para Bauru, completei a Faculdade na antiga Fundação Educacional. Fiz Educação Artística.

Em Bauru, peguei aulas como substituta no Colégio Irmã Arminda, na escola da fazenda Santa Rosa e, posteriormente, na Escola Rural Águas Virtuosas, cerca de 10 km da cidade de Bauru. Era um sacrifício, pois eu não dirigia, tinha medo. Pegava uma perua com professoras de outras escolas rurais e ia para a fazenda, depois que acabava a aula ficava esperando a perua de volta para me pegar. De carro estaria em casa em 15 minutos. Íamos tomar café na

casa do administrador. Café fraco! Mas como convidavam tínhamos que ir. Não tinha merenda na escola e as crianças, por serem muito pobrezinhas, também não levavam. E alguns alunos moravam longe.

Depois surgiu o Concurso de Ingresso. Naquela época não se ingressava por provas, era por pontos, contados pelos cursos feitos, substituições. Como eu tinha pontos de substituições, pontos do Curso de Adultos, acabei sendo classificada para ingressar. Eu fiz muitos cursos, pois o meu pai achava que todas as mulheres deviam ser professoras, tinha que ter uma profissão. Quando éramos mocinhas, tivemos problemas financeiros com meus tios, e meu pai conseguiu “vencer” com o dinheiro dele. Minha mãe sustentava a casa com o dinheiro de professora, que naquela época era muito bom. Ganhava como um juiz de direito. Hoje em dia é que não se ganha. E nós, também professoras, ganhávamos pouco, pois uma vez ou outra é que dávamos aula. Substituta, não ganhava bem, ganhava pontos.

Ingressei, em 1964, na escola da Fazenda Maravilha, em Lins, quando eu estava em licença gestante do meu primeiro filho. Como meu pai sempre desejou que ingressássemos, acho que foi mesmo por Deus o meu ingresso. Porque na verdade eu não queria dar muita aula, eu gostava mesmo de artes. Mas depois acabei acostumando (acaba acostumando). Quando terminou a licença, tive que dar um dia de aula para prorrogar a licença, porque teria remoção (meu filho nasceu em julho, daria tempo certinho para a remoção no ano seguinte). Quando meu marido foi me buscar, fundiu o motor do carro quando estávamos voltando. Ficamos no meio do caminho. Passou um casal de carro e nos ajudou: rebocaram o carro. Meu marido veio rebocado, eu e o nenê viemos junto com o casal.

Por concurso de remoção fui para Arealva: outra escola rural. Essa escola já tinha três salas com um professor para cada série. Arealva era longe para ir todo os dias e voltar. Porque não era na cidade, era na fazenda. Depois eu consegui transferência para a fazenda Santa Isabel, uns 20 km de Bauru. Lá fiquei pouco tempo. Entre Arealva e Santa Isabel fiquei um ano. Enquanto trabalhei na zona rural sempre viajei, nunca morei lá.

Quando eu estava na fazenda Santa Isabel, o pai de uma professora japonesinha, é que nos levava de perua. Eu andava um pedacinho a pé para chegar na escola. Repentinamente ela foi removida para Bauru: perdi a condução. Isso me forçou a aprender dirigir: na marra, à força. E até hoje eu dirijo. Eu tinha muito medo de bater. Mesmo sendo uma estrada bem tranqüila na zona rural. Aprendi a dirigir numa semana e levava as outras professoras. Íamos em quatro professoras: duas iam para a mesma escola que eu, e outra ficava numa escola na cidade de Arealva.

Eram todas escolas estaduais e o governo é que pagava o professor, mas não sei sobre as origens das escolas, se foi empenho dos pais... O professor tinha que comprar tudo: giz, materiais que fosse usar... As fazendas não colaboravam. Os alunos é que providenciavam seus materiais.

Todas essas escolas rurais eram mistas e algumas com mais de uma série na mesma sala. Trabalhar com mais de uma série junto, não era fácil, mas dava tempo, porque dávamos atividades para os mais adiantados irem fazendo sozinhos e íamos “cuidar” dos menores, dos mais fracos, iniciantes. Tinha que ir misturando, caso contrário não conseguiria. Tinha que ser artista!

Tínhamos poucos problemas de evasão e poucas faltas. Eles não faltavam. Os alunos gostavam da escola. Não tinha insubordinação. Eles respeitavam. Àquela época, os alunos rurais eram bem comportados. Lá no sítio dos Tamoio tinha uns dois ou três alunos, mais velhos, que avisavam que iam faltar porque iriam cortar cana. No Sábado (tínhamos aulas aos sábados) eu explicava a matéria da semana inteira para eles. Faziam os exercícios em casa. Eu combinava isso com eles para que não ficassem reprovados. E não reprovavam. Tinham muita vontade de aprender.

De vez em quando o inspetor de ensino visitava a escola. Nunca se sabia o dia. Ia fiscalizar o professor: se ele estava dando aula, sua frequência... Olhava a matéria, fazia algumas perguntas para as crianças. Depois apontava, no termo de visita, que encontrou a escola em ordem, que estava tudo certo, que as crianças estavam bem. Fazia um apanhado do que tinha visto.

Em Matemática trabalhávamos basicamente as quatro operações e tabuada. Tinha que decorar a tabuada, e decoravam mesmo. Porque se “dava” e se “tomava”, várias vezes. Tem que entender, mas depois tem que decorar. Hoje o grande defeito é não ensinar o mecanismo do que está sendo feito. A pessoa faz tudo na máquina automática e não entende o que está fazendo. Depois que a criança entendeu o que é uma multiplicação, tudo bem utilizar a calculadora ou outros recursos, não tem problema. Mas ela tem que entender o que está acontecendo para raciocinar. Usávamos objetos e desenhos para ensinar. Por exemplo, na tabuada, duas vezes o três: púnhamos um montinho de três e outro montinho de três. Quatro vezes o seis, quatro vezes um montinho de seis: seis mais seis mais seis....

Fazíamos contas de somar, diminuir, multiplicar. Fazíamos probleminhas, mas era tudo um padrão. Tínhamos um caderninho com os probleminhas falando de cana, café, açúcar... Era tudo misturado. Hoje em dia está mais aberta a cabeça do professor para trabalhar com problemas diversos. Mas, pela época, eles aprendiam. O professor primário repetia muito o assunto. Ia ensinado, ensinando, até que de repente, eles “abriam” a cabecinha.

Fazíamos um plano da matéria a ser dada durante o ano. Em muitas escolas tinha que ter Semanário, mas em algumas fazíamos Diários. Geralmente era Semanário. Planejava dia por dia o que seria dado na semana, para cada série. Embora nunca tenha acontecido comigo de o inspetor chegar e eu não estar cumprido o Planejamento (porque ele também olhava isso) acredito que não teria problema, pois esse planejado não era rígido.

Não havia diferença do como se ensinava na zona rural e na zona urbana. Ensinava-se da mesma forma. Tinha um plano, com os conteúdos, e tinha que seguir. Havia um Programa de Ensino, com uns tópicos, e baseado nisso o professor distribuía os conteúdos mensalmente.

Todo mês tinha que aplicar prova. O exame final, cuja prova vinha pronta, mesmo na cidade, era aplicado por outro professor ou pelo o inspetor de ensino, que também corrigiam. E os alunos não tinham medo, porque eles viam o conteúdo muitas vezes. Nunca vi nenhum aluno visivelmente nervoso.

Embora a maioria dos professores começasse na zona rural, na formação não tinha nenhuma preparação especial. O professor aprende mesmo é no dia a dia de aula. Tínhamos cartilhas, livros... Havia muitos livros para consultarmos, e uma vez por mês, normalmente, os professores rurais iam fazer reunião na cidade. Já com os pais não lembro de fazermos reuniões. Dificilmente os pais participavam da escola.

Como aquela época tinha união de cônjuges, e o meu marido era dentista da Prefeitura, vim removida para a Escola Henrique Bertolucci, na vila Independência⁷³, onde fiquei muito tempo, até que algumas classes foram fechadas e alguns professores, como eu, ficamos adidas⁷⁴. Nós que éramos efetivos e tínhamos chegado no início do ano, fomos remanejados para outras escolas. E quando uma classe ficava vaga, devido licença, por exemplo, as substitutas que estavam na escola é que pegavam. Os professores adidas não voltavam para aquela escola.

Por isso fui para a Escola Professor José Ranieri, perto do cemitério do Redentor⁷⁵. Como nós estávamos adidas, eu e a Elza⁷⁶, fizemos o Curso de Educação Infantil na Escola Guedes

⁷³ Bairro da cidade de Bauru.

⁷⁴ Situação em que ficam os professores da rede estadual quando a classe para a qual dá aulas é extinta da escola.

⁷⁵ Bairro da cidade de Bauru.

⁷⁶ Elza Mesquita da Costa, também é depoente em nosso trabalho.

de Azevedo, para tentarmos voltar para nossa escola. Um Aperfeiçoamento para Pré-Primário, e eu também fiz Pedagogia.

Por ter feito Pedagogia fui nomeada Coordenadora Pedagógica da Escola Professor José Ranieri por um certo tempo. Quando voltei para a Escola Henrique Bertolucci passei a Assistente de Diretor. Como a Diretora foi para Supervisão, fiquei como Diretora Substituta, cargo no qual me aposentei em maio de 1986: faz 16 anos. Por ter ficado uns dois anos com diferença salarial, tive um acréscimo.

Hoje está muito difícil de ensinar, porque a molecada toda é muito insubordinada. Eles não têm mais aquele interesse que os alunos de antigamente tinham. Antigamente a criança ia à escola para aprender mesmo. Hoje parece que vão para bagunçar. Há muita diferença no interesse do aluno. Há muita criança que quer aprender e acaba sendo motivo de gozação para as outras crianças, os que querem bagunçar. Há muita criança sem educação

Eu nunca tive problemas com indisciplina de alunos. Os pais educavam muito bem, eles não eram instruídos, mas eram educados e passavam isso para os filhos. Educação se dá em casa e instrução na escola. O professor também educa, mas a educação quanto a princípios morais vem de casa, vem de berço.

Eu queria que os meus alunos aprendessem. Chegava a ser brava demais na tentativa de atingir esse objetivo. Eu não dava castigo. Mas eu queria que aprendessem. Se ele estava ali era para aprender. Por isso eu repetia os conteúdos até os alunos aprenderem. Devem ter aprendido, pois se saíam bem nas provas. Sempre tem uns aluninhos mais atrasados. Não me lembro muito bem o que ou como fazia: acho que dava atividades separadinhas para eles.

Eu gostava de Matemática. Não tive dificuldades para ensinar. Fazia muito desenho. Fração, por exemplo, explicava para eles com desenhos até eles entenderem. Eu sempre falava para pai de aluno, isso na cidade: “o aluno não gosta do professor, porque?” “Porque ele não sabe a matéria”. A partir do momento em que sabe a matéria, começa a gostar do professor, o professor se torna bonzinho. É verdade! E em Matemática, se perder o “fio da meada”, não vai para frente. Por isso eu sempre exigia que os meus alunos soubessem, por exemplo, a fração: “o que era a fração?” A parte decimal, contas, tabuada. Se não aprender, mais para frente não entende o que está acontecendo. Perde-se.

Na escola urbana, dei aula, acho que para uma 2ª série, na qual tinha uma menina que era surda e muda e a irmã dela era normal. Ela não escuta, mas lê os lábios de quem está falando. Era melhor aluna que a irmã. Eu sentava para dar aula. Dei muita aula sentada aquele ano, para que ela pudesse ler os meus lábios. Para escrever ela tinha dificuldade. Não tinha esses métodos que tem hoje. Mas em Matemática e outras disciplinas, ela ia bem. Nós ajudávamos, e ela não tinha culpa do problema, o que ela poderia fazer? Foi uma experiência diferente. De vez em quando a encontro. Beatriz. Ela se chama Beatriz. Trabalha na Faculdade de Odontologia da USP, Hospital de Anomalias Crânio Faciais, em Bauru.

Alguns alunos da cidade foram para frente. Quanto aos das escolas rurais, nunca soube se vieram para a cidade completar o primário, porque nunca mais voltei nas escolas. Agora, na cidade, alguns se formaram. Eu tinha uma turminha boa (japoneses) na Vila Independência. Sempre alguém fala: “eu fui aluno da senhora”. “Ah, eu fui aluno da senhora”. Certo dia encontrei com um ex aluno que é fotógrafo do “Jornal da Cidade”. Ele falou: “eu me chamo João Ronzan”. Eu falei: “já sei como é que você chama”. Lembrei o nome dele. “Você se chama João Ronzan Calepso de Castro”. Ele ficou gravado na minha cabeça, não sei como. Alguns nomes de alunos a gente grava.

Assim que aposentei, falei para meu pai: “pai, até hoje eu fiz o que o senhor queria, agora eu vou fazer aquilo que eu quero: que é pintar”. Comecei a pintar, me dediquei a isso e até hoje pinto. Tenho aula ainda! Faço todos os cursos. Como tive quatro filhos, não deu para fazer tudo junto: cuidar de casa, de filho, de marido e de escola, e ser artista. Não dava!

I.10. Neuza Aracy Costa Sampaio, professora.

O nosso trabalho depende muito de dedicação, é um trabalho que fazemos em qualquer área que estejamos, desde que façamos com amor e dedicação ele é igual, é trabalho como outro qualquer.

Meu nome é Neuza Aracy Costa Sampaio. Sou natural de Mineiros do Tietê. Na época não havia Ginásio na cidade, o Grupo Escolar Antônio Ferraz era de 1ª a 4ª série. Tínhamos que ir de Jardineira até Jaú, em estrada de terra, e lá no Instituto de Educação Caetano Lourenço de Camargo é que fiz até a 4ª série do Ginásio e também o Curso Normal. Tinha vestibular para entrar no Curso Normal do estado e depois vestibular também para entrar no Curso de Aperfeiçoamento, todos no Instituto de Educação, em Jaú.

Quando me formei, em 1960, como ainda não tinha 18 anos, não podia lecionar. Fui fazer o Curso de Aperfeiçoamento no Instituto de Educação Caetano Lourenço de Camargo em Jaú. Na época havia a cadeira-prêmio para o aluno que tirasse maior nota no Curso Normal ou Curso de Aperfeiçoamento. Consegui terminar o ano com média 98, era a maior média, então ganhei a cadeira prêmio e assim ingressei no Magistério.

O Curso Normal não tinha formação específica para dar aula em zona rural, saía podendo dar aula desde a pré-escola até a 4ª série. Durante nossa formação dávamos aulas no curso primário anexo ao Instituto de Educação junto do professor de Prática e de Metodologia. Tínhamos Metodologia da Linguagem, Metodologia da Aritmética e das matérias em geral. No final do ano sorteávamos um ponto⁷⁷ e a série na qual deveríamos dar aula de Prática.

Tínhamos um excelente professor de Metodologia da Aritmética, Mário Romeo Pelegrino, que também dava aula de Psicologia e de Educação. Ele escreveu um livro sobre Metodologia da Aritmética e outro sobre Estatística. Foi um excelente professor que acho que me influenciou para eu gostar muito de Matemática e passar isso para meus filhos e meus netos também.

Antes de ingressar como professora efetiva ministrei aulas, de quinze de fevereiro a trinta de junho de 1962, na Escola Mista do Bairro do Gavião, na zona rural de Mineiros do Tietê, numa fazenda, em que se plantava essencialmente cana. Minha cidade pertencia, na época, à Delegacia de Ensino de Jaú.

Tínhamos uma sala de aula e só um sanitário. Na mesma sala de aula tinha a 1ª, 2ª e 3ª série, sendo o contingente maior na 1ª série, uns 18 alunos, na 2ª série uns 10 alunos e na 3ª série uns três alunos.

Íamos de charrete até a fazenda: um charreteiro me pegava em minha casa e ficava esperando até terminar a aula ao meio dia para me trazer de volta, porque não existia outro tipo de condução. A estrada era de terra, quando chovia era bem difícil o acesso, mas íamos com sol, com chuva, com o cavalo patinando no meio do canavial, e isso era muito bom porque as crianças não faltavam à aula de jeito nenhum. Vinham, às vezes, de lugares distantes, mas estavam todos presentes sempre. Eram crianças muito dóceis e comportadas. Os alunos eram muito bons.

Todo dia após a aula, à tarde, tínhamos que preparar muito bem a aula seguinte, no Diário de Classe, para que pudéssemos coordenar as três séries ao mesmo tempo. O professor da zona rural dessa época era um verdadeiro maestro: enquanto as crianças da 3ª série, que eram em menor número, iam realizando os exercícios após uma pequena explicação, ia ensinando a 1ª série e, ao mesmo tempo, já passava a matéria para a 2ª série na lousa e ia explicando. Dessa forma íamos conseguindo conciliar a matéria com o tempo e as séries.

⁷⁷ Assunto sobre o qual iriam ministrar aulas para avaliação na disciplina “Prática de Ensino.”

Geralmente no finalzinho do mês tínhamos reunião pedagógica administrativa com o diretor do Grupo Escolar Antônio Ferraz, que também era diretor de todas as escolas da zona rural. Participavam também todos os professores e o inspetor escolar. Nós, professores da zona rural, fazíamos e levávamos nesta reunião um resumo das faltas, do número de alunos, enfim, toda a parte administrativa. Os professores da zona urbana não tinha tanta necessidade de fazer porque o diretor e seu auxiliar faziam essa parte.

Tínhamos a visita, na escola, do inspetor escolar uma vez por mês: ele via todos os cadernos dos alunos. Ficou admirado de ver o adiantamento das crianças, como eles estavam escrevendo bem: por ser da zona rural, três séries. Ele pediu para eu levar os cadernos dos meus alunos para eles verem durante uma reunião na cidade.

Em Matemática, já na 2ª série eles aprendiam fração e divisão, na 3ª série faziam divisão com três algarismos e sabiam porcentagens, sistema decimal e avançávamos muito mesmo no ensino da Matemática, sempre partindo do concreto para o abstrato. Sempre gostei muito de dar aula de Matemática para os meus alunos.

Atribuo à forma de trabalhar sempre com jogos e partindo do concreto o fato das crianças conseguirem fazer problemas com fração, operações com fração que, às vezes, ainda hoje crianças, até das últimas séries do Ensino Fundamental não conseguem fazer. Eles aprendiam mesmo. Conseguiram porque começávamos sempre da multiplicidade para a unidade, principalmente no ensino da fração. Nunca peguei uma folha de papel para dividir e ensinar fração, nem queijo, nem coisa parecida, como aparecia nos livros. Sempre parti, por exemplo, de uma dúzia de bananas, dar metade para cada criança. Na zona rural eles levavam laranja, essas coisas, e todo final de aula fazíamos joguinhos e tabuada. Todos participavam. Partindo da multiplicidade é muito mais fácil, porque se trabalha com coisas concretas e a criança passa a entender melhor. Não é tão abstrato para elas quanto partir da unidade e querer fracioná-la.

A avaliação era diária pois corrigíamos os cadernos dos alunos todos os dias, valia nota. E todo final de mês fazíamos provas mesmo, em um caderninho de Linguagem fininho, que era utilizado para as provas. Esses cadernos eram vistados pelo inspetor escolar.

Os alunos tinham todos os materiais, eles conseguiam comprar, não tinham dificuldades. Os alunos de 1ª série tinham cartilha: eles compravam. Como não adotávamos livros, para os alunos de 2ª série passávamos mais textos na lousa e eles iam copiando, lendo e a íamos trabalhando com eles, na parte de Linguagem. Sempre trabalhei muito vocabulário com as crianças e eles aplicavam sempre, enriqueciam muito as narrações com descrições e aumentavam o vocabulário, usavam um vocabulário bem grande, bem rico, para fazer as composições. Para os da 3ª série eu levava os meus livros, o meu material para eles poderem utilizar, porque a lousa não era muito grande, eu não podia passar as coisas na lousa para eles. Dividia a lousa para a 1ª e 2ª série, e os de 3ª série usavam ou o meu Diário de Classe ou os livros que eu levava.

Naquela época o governo não dava livro para ninguém, nem material didático, só dava giz. Nós só tínhamos uns quadros grandes de papel com figuras, que pendurávamos num suporte, para eles olharem e poderem a partir dali ir trabalhando a parte da descrição, da imaginação e da narração.

Não tinha merenda escolar, não tinha nada, eles levavam lanche junto com o material escolar num embornalzinho, saco de açúcar que a mãe costurava e punha uma alça. Todo dia tinha meia hora de recreio, eles ficavam brincando, tomavam lanche enquanto eu também tomava o meu lanche.

Eles se relacionavam muito bem com a escola e entre eles. Não tinha problema. Gostavam muito das matérias, nunca faltavam e eu, graças a Deus, também nunca dei nenhuma falta.

Depois comecei a lecionar no Grupo Escolar Gaudino Barbosa Ferraz, no distrito de Fernão Dias, município de Gália, e passei a dar aulas só para quarta série. E graças a Deus

também tive excelentes colegas, excelentes diretoras, até hoje a gente se encontra e se relaciona muito bem.

O conteúdo da zona rural quanto da zona urbana era o mesmo. Quando eu ingressei no Magistério em 1962, passei a lecionar para 4ª série, então o conteúdo era diferente, mas nós estendíamos, eu dava muita matéria mesmo para os alunos, eu sempre fui assim de dar o máximo que podia.

Na época eles tinham também que prestar o exame de admissão para entrar no Ginásio, se não fossem muito bem preparados na 4ª série eles não conseguiam entrar. E eu tive essa felicidade: meus alunos todos de 4ª série foram prestar o exame, os que queriam fazer Ginásio, iam prestar o exame de admissão em Gália e conseguiram entrar. Isso foi muito bom, muito gratificante.

Os alunos, de um modo geral, não tinham dificuldades de aprendizagem. Alguns gostam mais de uma disciplina, menos da outra. Está tudo dentro da curva normal de probabilidade.

Eu percebo que o conteúdo de hoje é bem menor, muito simplificado. Exige-se muito pouco do aluno, eu vejo não porque eu esteja na escola, porque já estou aposentada, mas comparo com o que vejo os meus netos fazendo: o que eu dava na 3ª série hoje eles fazem, às vezes com dificuldades, na 5ª série. Acho que está muito aquém a questão do conteúdo em relação à época em que eu trabalhei, daquilo que exigíamos dos alunos. Eles tinham que estar alfabetizados na 2ª série. Hoje na rede oficial vemos alunos na 8ª série que não foram alfabetizados ainda.

Foi uma experiência excelente esses seis meses em que fiquei na zona rural. Aí quando eu saí dessa escola da zona rural, já ingressei, escolhi minha cadeira prêmio (dia dez de julho), em São Paulo, na escola Caetano de Campos. Passei a lecionar só em Grupo Escolar, depois Ginásio e percorri todos os cargos, sempre por concurso. Fui Diretora de escola e, finalmente, Supervisora de Ensino. Aposentei-me aqui em Bauru, como Supervisora de Ensino, em 1989.

Na época o salário era assim bem melhor do que hoje. Acho que a valorização do profissional do ensino não está só em fazer a propaganda dele como estamos vendo hoje nos jornais. Não é falando que se está valorizando o profissional do ensino. O profissional do ensino não é nenhum sacerdote: ele é profissional, e como profissional deve ser muito bem remunerado por aquilo que faz. E estamos há sete anos sem reajuste salarial, com um plano de carreira que é totalmente uma colcha de retalhos, com disparidades enormes dos vencimentos. Penso que valorizar o professor sem dar a ele um salário digno não é valorizar. Infelizmente, embora nós tenhamos isso na Constituição, tenhamos isso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o governo do estado faz ouvidos moucos e não atende às reivindicações e passa para população que está valorizando o ensino quando, na realidade, não é bem isso que está acontecendo.

I.11. Rodolpho Pereira Lima, professor

Quando ingressei no Magistério, deixei de ser funcionário ferroviário da Noroeste: ferrovia estava no auge. Era importante ser funcionário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: funcionário público federal. Fui para o Magistério: também estava no auge. Hoje, aposentado, estou vivendo a decadência dos dois. As ferrovias (meio de transporte coletivo nessa extensão que contornava o Brasil), marginalizada, abandonada (até uma estação enorme como a de Bauru está fechada, sem uso). E as escolas também, as oficiais, totalmente abandonadas. Não sei o que vai dar.

Nasci em Jaú, no dia quatro de fevereiro de mil novecentos e trinta e um. Tenho hoje setenta e um anos de idade.

Fiz meu curso primário na cidade de Pederneiras no Grupo Escolar Eliazar Braga e o curso ginásial no Ginásio Anchieta na mesma cidade, onde ocorreu uma passagem que nunca me esqueci, isto me marcou muito (até hoje): meu pai era engenheiro mecânico eletricista, diretor técnico da empresa Força e Luz de Pederneiras Ltda (na época cada cidade tinha sua empresa força e luz, com sua usina própria). Eu fazia a primeira série do ginásio. O professor de Matemática chamou-me à lousa para que eu resolvesse uma equação que ele havia passado. E eu não conseguia fazer, errava, ele virou para a classe e disse: “vejam, ele é filho de engenheiro, engenheiro só trabalha com Matemática, e ele não sabe nada de Matemática, não sabe nada, não sabe nem tabuada!”

De Pederneiras mudamos para Campo Grande, Mato Grosso. Foi quando o meu pai ingressou no quadro de engenheiros da estrada de ferro. Antes de eu ingressar como professor também trabalhei, com 17 anos, na antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (que era uma autarquia federal). Hoje, infelizmente, as ferrovias estão em total decadência, em abandono total. A estrada de ferro Noroeste do Brasil, só nas oficinas de Bauru, tinha 1.200 empregados e, ao todo (de Bauru até Mato Grosso), tinha 7.000.

Quando viemos para Bauru, terminei o ginásio no extinto Ginásio Guedes de Azevedo e me formei professor primário, pela antiga e extinta Escola Normal Livre Guedes de Azevedo de Bauru. Na época o Magistério era uma carreira promissora, valorizada. Licenciei-me em Pedagogia pela ex-FAFIL (faculdade de Filosofia e Letras Ciências e Letras do sagrado Coração de Jesus de Bauru, hoje USC (Universidade Sagrado Coração)).

Lembro-me muito bem que funcionários⁷⁸ graduados (eu tinha apenas vinte e poucos anos) diziam: “você vai ganhar tudo isso para ir dar aula numa fazenda?” Esse “tudo isso” era três ou quatro vezes o que eu ganhava na Estrada de Ferro. Era valorizado mesmo. Isto entusiasitava.

A Constituição Federal de 1946 determinava que o ingresso no Magistério era apenas por concurso de títulos, o Ensino Secundário (Ensino Médio) era de títulos e provas e o professor secundário, de acordo com a Constituição, era nomeado catedrático⁷⁹ vitalício. É importante que se registre que a época de 1946 o Professor Secundário, em relação ao salário, assemelhava-se com o do Juiz de Direito, e Promotor da Justiça (se fizermos um paralelo, hoje um está iniciando com R\$600,00, R\$700,00 e outro inicia com R\$5.000,00, chega a ganhar até R\$10.000,00 ou R\$ 20.000,00 por mês). Houve um progresso maior destas profissões. Com o Magistério, infelizmente, uma desvalorização total.

⁷⁸ Da empresa Noroeste do Brasil (EFNOB)

⁷⁹ Professor titular geralmente admitido mediante concurso.

Ingressei no Magistério Primário do Estado, por concurso, em 1955, e fui lecionar na Escola Masculina do Bairro de Ribeirão Grande⁸⁰ (perto de Penápolis e Araçatuba) que ficava a 42 quilômetros de Penápolis. Hoje 42 quilômetros é perto, as estradas estão todas asfaltadas, pistas duplas, mas naquele tempo eu ia pela Estrada de Ferro Noroeste até Penápolis, desembarcava, pegava uma jardineira (quase que um trilho de terra) e ia até o sítio. O professor primário é quem ia para a zona rural. Ele tinha que morar nos lugares porque as dificuldades de transportes eram enormes. Gastava-se muito tempo, saía de Bauru às seis horas da manhã e chegava às seis da tarde (hoje com um carro vai-se em duas horas e meia, três horas, é bem diferente). As jardineiras não tinham nem portas, eram bancos inteiriços, se chovesse a gente ficaria todo molhado e muitas vezes atolava no areião. Quando os ruralistas vinham para a cidade eles traziam porco vivo, frango, galinha: vivia esse drama. Era uma viagem para chegar. Sair de um centro como Bauru e ir para uma zona rural e depois andar a cavalo, sofri muito!

Morei nesse sítio numa casa de barro, piso de terra batida, sem porta no quarto, colchão de palha. Não tinha água encanada, era água de poço. Banho tomava-se no rio. Caso se sentisse mal, uma dor de cabeça, não tinha uma farmácia para ir buscar remédio, era difícil. Era um total isolamento, porque não tinha luz elétrica (era luz de lamparina), não tinha rádio, não tinha televisão, tinha nada. Eu era quase noivo, deixava a noiva aqui em Bauru. Para telefonar uma vez por mês, saía do sítio e ia a Penápolis, e assim mesmo anunciava no telefone para depois receber a ligação, muitas vezes após uma hora. Era uma espera enorme.

Ninguém ingressava em cidade: a pessoa ingressava na zona rural. As professoras iam todas da cidade, eram todas moças normalistas formadas, que terminavam o Normal (aquelas festas de formatura...). Não tinha vaga para dar aulas na cidade, iam para a zona rural. Muitas delas, naquele isolamento, acabavam casando com o filho do fazendeiro ou, muitas vezes, até com elementos de classes mais baixas, havendo até um certo desajustamento para quem via. E muitas vezes isso passa despercebido. Tinha uma música bonita, do Rio de Janeiro, ficou famosa. Falava: “Normalista linda, não pode casar ainda, só depois de formada”. Elas sofriam muito! Quantas professoras não iam para a cidade em caminhão que transportava o leite das fazendas... Aquele desconforto, em cima do caminhão, porque na cabine já estava a esposa do motorista ou outras pessoas. Esse caminhão ia buscar o leite na fazenda, todo sujo de terra, como ainda pode existir hoje.

Os alunos vinham dos sítios da redondeza, muitos vinham descalços. Aquele orvalho de junho, dias de chuva, dava dó: eram muito carentes. Se o professor já morava mal, coitado do aluno: morava pior ainda. Muitas vezes o aluno morava três, quatro quilômetros da escola. Eles gostavam da escola porque era novidade ouvir alguém falando para eles. Embora ainda hoje exista no Brasil uma situação de dificuldade do poder aquisitivo do povo, naquela época era muito maior devido até mesmo o meio de transporte. A mortalidade era muito maior também. O aluno tinha mais dificuldades porque não havia uma televisão em que, bem ou mal, inconscientemente ele está aprendendo, está ouvindo. Rádio era difícil quem tinha, era muito grande, pesado, com pilhas pesadas, que se carregava nas costas, não é como hoje radinho de pilha que se enfia no bolso. E não era popular como hoje. É como o computador: não é tão popular assim que todo mundo possa ter. Não tinha um gravador, nem um radinho portátil para chegar lá e ligar para o aluno. Se o professor quisesse podia levar um livro, mas o governo não dava.

O aluno não tinha conhecimento, ele vivia naquele mundo rural autêntico, não tinha facilidade de transporte. Muito mais ignorantes não no sentido de burrice, mas de conhecimento. O recurso que a gente tinha de material didático era muito pouco, não existiam livros como hoje, com a riqueza de figuras que têm, inclusive em cores. Isso é coisa moderna.

⁸⁰ Pertencente ao município de Alto Alegre no estado de São Paulo.

O livro e a cartilha eram só texto. Não tinha desenho. E a dificuldade de entender? Tinha aluno que nunca tinha ido à cidade, não conhecia um trem. Tínhamos muita dificuldade como professor primário numa zona rural para falar para o aluno, por exemplo, do mar. Qual a idéia que ele tinha de mar? Ele conhecia rio, uma lagoa, mas mar? Quando que um aluno daqueles ia lá em Santos ver o mar? Então eu falava para eles o que existia, uma onda, queria explicar, não tinha um livro com uma figura, não tinha vídeo cassete para você passar, não tinha uma televisão onde eles pudessem ver o mar. Não tinha condição. Se eu tivesse essa facilidade de chegar na zona rural, entregar tudo mimeografado, em cores, eu ia fazer isso. Hoje se o aluno não tiver uma televisão, posso ligar uma televisão a cabo e mostrar.

Hoje é fácil, você nem precisa explicar para o aluno o que é mar: Uma criança de 4, 5 anos liga a televisão e está vendo: vê o mundo todo, vê aquela violência. Naquele tempo não, o conhecimento das crianças era pelo professor. O professor era valorizado porque era o culto, o intelectual. Na zona rural eles respeitavam muito o professor nesse sentido, não só conhecimento da escrita que ensinava para eles, mas também o que falava para ele.

Eu tinha máquina fotográfica e levava: ficavam doidos quando viam. Mostrava isso a eles. Tenho fotografias: com a molecada na frente da escola; no cavalo; com os pais deles; a família (com sete, oito filhos); a mulher com menino no colo (morava numa casa de barro). Não tinha nada em casa. O professor tinha que mostrar tudo, ensinar, explicar, e não tinha os recurso que tem hoje, os mimeógrafos, o xerox.

Minha escola tinha 40 alunos. Isto para uma escola da zona rural é muita coisa (ainda tenho termos de visita de inspetor, é uma grata satisfação ter isso na história da minha vida). Isso envolve o aspecto demográfico da população no Brasil. Nessa época, a densidade demográfica da zona rural era muito maior do que a da zona urbana (acho que até o triplo). Conseqüentemente, havia necessidade de muitas escolas. Hoje não se encontra muitas escolas isoladas. Até mesmo os cortadores de cana, colhedores de laranjas em zonas de plantio, são levados pelo ônibus de manhã e depois voltam à tarde, pois todos residem nos núcleos habitacionais das cidades (isso contribui para criarem-se favelamentos enormes nas cidades, por falta de planejamento).

A minha escola chamava Escola Masculina do Bairro do Ribeirão Grande, podia chamar Escola Primária (é um aspecto interessante para a geração atual). É o mesmo caso do Colégio São José aqui em Bauru que naquela época só atendia meninas, era Escola Feminina, e tinha o colégio dos padres que era só para menino. Hoje é co-educação, tudo masculino e feminino (até a roupa é a mesma). Não há mais distinção nenhuma.

Separava em seção, uma fila de carteira só de meninas e outra só de meninos, dentro da sala. E as carteiras eram diferentes também, eram carteiras duplas, tanto na zona rural quanto na cidade. De dois em dois, depois é que veio individual, foi um progresso. Ou então uma sala só de menina e outra sala só de menino, porque muitas vezes não tinha condições pelo número de pessoas, formar uma outra, e muitas vezes nem prédio, então se fazia de conta que não enxergava e colocava junto.

Isso de Escola Masculina é preconceito da época, e também um meio de evitar um problema com a menina ou com o professor. Já se previa isso, já proibia. E se houvesse, por exemplo, a denúncia de um pai para o inspetor (nossa senhora!), o professor era demitido sumariamente. Não é como hoje que se fala abertamente de estupros em jornais: naquele tempo, se acontecesse isso, a pessoa estava morta, os sitiantes, os colonos, matavam. O preconceito era muito violento (a moral, a honra). Existia, no ginásio, professor para Educação Física masculino e professora para Educação Física das meninas. Não se admitia um professor dar aulas de Educação Física para meninas, de jeito algum. Nem assistir, porque os alunos, aqueles adolescentes, ficavam doidos para assistir aulas de Educação Física feminina das meninas. Elas iam de calção, mas o calção vinha até no joelho. Não eram como os calçãozinhos de hoje, mas os adolescentes ficavam doidos para assistir e o diretor não

permitia: “sai daí, vai para lá”. Não deixava assistir. Podia ver de longe, mas chegar perto não. Isso tudo era o preconceito da época, era natural. Hoje não sei, acho que tanto faz, um ou outro dar aulas para menina e menino. Naquele tempo, de jeito nenhum, nem piscina existia!

Quando eu fui a São Paulo, pois o Estado abriu o concurso de escolha⁸¹ (por uma lista de classificação eram apresentadas as escolas), o homem só podia escolher Escolas Masculinas. Isto oficialmente, pois muitas vezes na realidade, quando havia poucas meninas, o professor dava aula. Mas oficialmente eram reservadas Escolas Masculinas para o professor homem e Escolas Femininas só para a professora mulher.

Nós tínhamos, na zona rural, as visitas permanentes e constantes dos inspetores escolares que registravam tudo. Os inspetores moravam no município onde estava a sede da Delegacia que, neste caso, era no município de Penápolis.

Em um ano o inspetor visitou três vezes a escola. Eles registravam no Livro de Registro de Visita, que a escola era obrigada a ter, por exemplo: “foi examinado em linguagem escrita, feito ditado de vinte palavras, tendo aprovação de cinco alunos...”, “examinei e vi os livros de matrículas e chamadas, o Diário e o Semanário de lições. Foram também examinados os cadernos de linguagem e escrita”. O professor era obrigado a ter um registro, num caderno, para os cursos de alfabetização do que ele ia dar diariamente, a lição da cartilha que ele ia dar. E para os 2º e 3º anos era obrigado a fazer um Semanário, um planejamento do que dar para aquelas classes durante a semana. O inspetor também verificava se o professor corrigia o caderno dos alunos ou não, principalmente Linguagem (Português) e tinha que constar tudo isso no Semanário. O comportamento do aluno, se ele mantinha a disciplina na sala: o inspetor chegava e via.

No termo de visita o inspetor registrava se a escola estava limpa: na limpeza da escola os alunos traziam enxada, vassouras, e uma menina maior varria a sala. Os próprios alunos carpavam tudo. Inclusive na cidade tinha inspetor que entrava nos sanitários masculino e feminino para ver se apresentava mau cheiro. E chamava a atenção do diretor. O professor não tinha nada com a parte administrativa. Quando era Grupo Escolar, já tinha o diretor. Porque na zona rural o professor era diretor, professor, servente, era tudo. Agora, na cidade, já tinha servente.

O professor era obrigado a tirar uma cópia do termo de visita e mandar para o auxiliar de inspeção (que era o diretor de uma escola urbana e com a função de inspecionar todas as escolas rurais do município que estavam subordinadas a esta escola urbana).

O ensino era muito disciplinado. Na época em que terminei o Curso Normal, ainda jovem (tinha uns vinte anos), com muitas ilusões, aquele idealismo, achava um absurdo aquela estrutura escolar: “um professor ser fiscalizado”? Achava que o professor era quase um ser superior! Depois entendi que, de fato, há necessidade.

Quando iniciei, o professor era obrigado a dar aulas de paletó e gravata, numa zona rural! Numa sala de tábua, fazia calor, nós tirávamos o paletó e a gravata, deixávamos na cadeira, ouvia um barulho de carro (era o inspetor chegando), colocava a gravata e o paletó, porque era observado também em relação a isso.

Muita gente ia a cavalo na fazenda, no sítio, que era longe. As professoras iam de calça comprida sob a saia e para entrar na sala elas tiravam a calça comprida. Se o inspetor chegasse e elas estivessem dando aulas de calça comprida eram repreendidas. Até mesmo na cidade, se não me engano, na década 60 (meados de 60), se começou permitir a uma professora entrar na escola para dar aulas de calça comprida, antes nem entrava na escola. Nem entrava! Se ela fosse, não entrava numa sala de aula. E não era só devido à calça comprida: se fosse com uma blusa sem mangas, decotada, era obrigada a colocar jalecos (guarda pó), senão era proibida de dar aulas, porque o traje era indecoroso.

⁸¹ Para os professores escolherem as escolas onde iriam lecionar, de acordo com sua classificação.

As meninas de doze, treze anos, viam na professora sua seguidora. Ela lançava até moda com suas vestimentas. Eram muito simples, elas não se vestiam como uma professora. Naquele tempo a professora era elite, hoje é uma categoria desvalorizada. Há cinqüenta, sessenta anos atrás, as professoras, principalmente na cidade, eram tão bem vestidas que ditavam moda. Eram *top model* da época.

As alunas de ginásio ficavam todas deslumbradas com as professoras. A minha esposa lecionava num ginásio no qual a diretora, em sessenta e sete mais ou menos, ficava na porta de entrada da escola e fazia voltar a aluna que fosse com bobes no cabelo. Se não fosse de combinação, voltava, não podia entrar. Se esmaltasse a unha, não entrava. E a mãe ficava com vergonha, não abria a boca. Agora não, se chamar a mãe e falar isso, ela bate na professora. Dá para ver o que era o preconceito.

Fazendo um paralelo entre aquela época e hoje, observa-se o preconceito se eliminando de acordo com a passagem dos anos. Hoje nós vivemos uma liberdade muito positiva. Considero que vivi uma época preconceituosa em todos os aspectos: preconceituosa quanto à cor, quanto à classe social, quanto ao sexo. Era muito rígida a questão de moral. Hoje assistimos, por exemplo, “Casa dos Artistas⁸²” e outros filmes em que, na época, não podíamos nem pensar. Isso é o preconceito de uma época, e muitas vezes nem se percebe (há pouco tempo as advogadas conseguiram permissão para ir ao fórum de calça comprida). Isso serve também para ver como a sociedade vai mudando os preconceitos. E o difícil disso tudo é a geração antiga se adaptar. Muitas vezes se fala “aquele velho é chato, é retrogrado”. A geração nova tem razão, mas ele foi educado e habituado àqueles costumes. É natural que a geração antiga resista às inovações, como o professor resiste a uma inovação no próprio sistema educacional.

Todo fim de mês havia uma reunião, chamada Reunião Pedagógica, onde eram reunidos todos os professores daquela região na Sede da Delegacia, em Penápolis. Nós recebíamos também o cheque do pagamento, o salário (hoje deposita-se em banco, na conta). Nessa reunião, o inspetor, o delegado, dava orientações sobre as dificuldades encontradas etc e pagava-se o professor, o cheque do mês. Uma vez por mês é que íamos para a cidade.

Um outro aspecto interessante é que existia uma lei (talvez já tenha sido revogada), que todo professor, seja homem ou mulher, tinha o direito a três faltas abonadas por mês. Não importava o dia que ele faltasse, apenas comunicava ao diretor (na escola isolada comunicava-se a inspeção): “deixei de comparecer as aulas nesses dias, de acordo com o artigo tal da lei tal”, que era uma falta abonada. E não precisava apresentar atestado médico, era direito. Eu interpreto isso como sendo para as professoras (o período⁸³ dela, mensal) e estenderam ao homem (hoje não existe mais). Hoje mulher não pode: eu acho um absurdo, acho que deveria continuar, todos são iguais perante a lei, mas existem desigualdades. Nunca concordei ter falta abonada.

Como lecionávamos na zona rural, mas na cidade também acontecia, três dias no final do mês e três dias no mês seguinte e ficávamos seis dias fora. Muitas vezes, era tão longe que ficávamos o mês inteiro isolado numa fazenda. Eu não acredito que fosse esse o objetivo, mas, muitas vezes, procurávamos fazer isso. O homem podia fazer isso, mas a mulher aproveitava essas três faltas abonadas de maneira diferente. Mesmo porque, não é como hoje, todos têm o seu carro, vai daqui até uma cidade, leciona até em outra cidade. Naquele tempo não, ia para a fazenda e ficava mesmo entocado.

Era difícil, por exemplo, ensinar Matemática, tabuada. Era tudo teórico, tinha que decorar e decorava: um vez um: um. Um vez dois: dois. E eles diziam até cantado. Era cantado. Às vezes chegava para o aluno, você aí: “um vez um: um”. “Um vez dois: dois”. “Um vez três: três”. “Dois vez dois: quatro”. Ensinava-se assim. Primeiro ele aprendia tudo assim: “nove vez um, nove”. “Nove vez dois, dezoito”. E assim seguia. Depois falava, “agora é salteado,

⁸² Programa de Televisão exibido pela emissora Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

⁸³ Ciclo menstrual

hein"! “Quanto é nove vezes três”. Muitas vezes acho que ele ficava mentalmente “nove vez um; nove vez dois: dezoito; até nove vez três”. E depois você falava: “e três vez nove”? “Cinco vez nove?” “Seis vez oito?” “Cinco vez três?” (na classe mais adiantada). Perguntava-se e tinha que saber. Se não soubesse ficava de castigo. Como tive aquela experiência com o professor que falou que eu não sabia matemática, acho que eu não tinha predisposição, sofri com a matemática. Os alunos tinham dificuldade em decorar tabuada. Não lembro exatamente, mas para o 1º ano (alfabetização) tinha tabuada só até o dois. Do três, do quatro, do cinco, já era no 2º ano. No 4º ano ele tinha que saber todas, do um, do dois, do três, do quatro, até do nove. Mas tinha que saber de cor. Tinha o exame, a prova no final, com tabuada oral. Chamava o aluno, “você aí Joãozinho, quanto é nove vez dois?” Se ele estivesse no 3º ano, tinha que falar “dezoito”. Era prova oral. Tinha nota. E também dava-se continhas na lousa, eles tinham que fazer.

A dificuldade em Matemática era tabuada: tudo decorar. Tinha que decorar e se não soubesse era reprovado. Se soubesse a tabuada decor, como é que ele iria fazer conta de multiplicar e dividir?

No final da aula, passava as tarefas. Se fosse alfabetização e eles ainda não tivessem a cartilha, dávamos cópia: “vamos fazer cópia dessa lição” (a orientação do livro). Tínhamos que dizer: “essa liçãozinha aqui você vai copiar, trazer copiada”. Para outro você punha na lousa: “agora vocês vão copiar tarefa para trazer amanhã”. Você punha conforme a idade, em Matemática, por exemplo: doze dividido por três, punha na chave, e eles copiavam tudo aquilo. Se fosse um 3º ano você punha: duzentos e trinta dividido por cinco. Passava-se uma lição de tarefa e noutro dia eles traziam. Tínhamos que corrigir e corrigíamos.

Eles traziam materiais escolares no que eles chamavam embornal, feito de pano, (tenho fotografias). Nas fotografias também aparece uma pasta que eu levava a cavalo, assim separadinho, uma bolsa com os cadernos dos alunos para corrigir. As aulas eram das oito ao meio dia, a tarde estava livre, e tinha que corrigir. Depois eu passava uma prova.

Em Linguagem, fazia o preparo, noutro dia execução e outro dia correção, isso para as séries mais adiantadas. Tinha uns quadros que o governo mandava, grandes, com vários desenhos, mostrando umas crianças, uma casinha: parecia uma pintura desenhada. Tinha um cavalete que eu colocava na frente da sala com o quadro quando estava ensinando, por exemplo, descrição à vista de uma gravura. Eu falava: “olha aqui, o que vocês estão vendo? Estão vendo que aqui tem uma casa, deve ser a residência do aluno. Aqui não tem um rio? Vejam, ele tem que atravessar essa ponte. Olha aqui os bois no pasto”. Tinha outras gravuras com galinhas, pintinhos. Esse dia era o da preparação, explicava para eles: “veja bem, é uma descrição de uma gravura, o que é gravura? É uma figura. É esta figura aqui nesse quadro que vocês estão vendo...”. Tinha que explicar tudo.

No outro dia, era a execução: “agora vocês vejam, ontem nós fizemos o estudo sobre essa gravura, hoje vocês vão descrever o que vocês estão vendo na gravura. Era uma dificuldade, porque depois que eu falava “descrever”, e às vezes eles colocavam histórias. Eu falava (tinha que ensinar), “não é história vista de uma gravura”. Porque já tinha ensinado descrição, eles tinham que descrever o que estavam vendo, por exemplo: “olhando na gravura eu estou vendo o desenho de uma casa, estou vendo o menino com a menina e tem um rio onde tem uma ponte que eles atravessam, tem uns bois na pasto”. Eles escreviam. No outro dia corrigia. Ia ver se eles escreveram, se escreveram certo, os erros de grafia, tudo isso.

No outro dia ensinava-se narração: “agora vocês vão contar uma história, vão inventar uma história”. Eles faziam uma confusão tremenda. Era descrição com a narração. Eu falava: “vocês não estão vendo aqui um menino e uma menina? Vocês vão contar uma história, invente a história que vocês quiserem. O menino mora numa casa, com o pai, com a mãe, embora vocês não estejam vendo, mas vocês podem dizer, e esses são os irmãozinhos. Eles vão estudar lá numa escola, saem de manhã, vão passar por uma ponte sobre o rio para ir até a

escola.” Explicava para eles, ficava meia hora, uma hora, aí seria o preparo. Agora já seria narração de uma história vista de uma gravura.

Depois pedíamos para eles inventarem uma história sem gravura, sem eles verem. Eu falava: “como vocês aprenderam essa descrição à vista de gravura, vocês vão descrever a casa onde vocês moram, sem a gravura: como é a sua casa, se ela é de barro ou não é de barro, se ela é feita de pedra, de tijolo, há quantos quilômetros fica sua casa aqui da escola e assim por diante. O que o seu pai faz lá, ele trabalha, ele é sitiante? Então vocês vão contar uma história”. Era feito assim.

No primário ensinávamos tanto Matemática quanto Linguagem. Tinha caderno de Linguagem. O aluno era obrigado a ter letra boa, letra legível, como o professor. O inspetor criticava até a letra do professor no quadro negro. O quadro negro era uma tábua. Em Matemática: área, polígono, dava-se no ginásio. Era difícil ensinar, e o professor primário da época, tinha que ensinar tudo, todas as matérias. Era um conhecimento limitado. Já na cidade tinha mais recursos. O conteúdo base era o mesmo, mas na zona rural tínhamos mais dificuldades, pois não podia mostrar nada, nem compasso tinha: dependia muito da criatividade do próprio professor.

Primeiro ensinava-se as operações na aula de Matemática, passava-se problemas, que para as classes mais adiantadas era escrito na lousa: “sitiante fulano de tal tem tantas cabeças de gado. Ele vendeu tantas, quantas cabeças sobraram”? Isso você escrevia na lousa e o aluno era obrigado a copiar. Podíamos dar os problemas que tinha nos livros, mas é que o aluno da zona rural não comprava o livro: não tinha dinheiro para isso. Não era como hoje, um aluno do Colégio Objetivo, tem tudo impresso no livro, muitas vezes a escola pública já não tem. O professor passava tudo na lousa. Para o 1º ano escrevia, por exemplo: “o senhor fulano de tal, fazendeiro, comprou tantos bois e comprou tantos bezerros. Depois ele vendeu tantos, com quantos bezerros ele ficou?” Os alunos eram obrigado a copiar nos cadernos deles. Faziam as operações e o professor corrigia.

Muitas vezes, para casa dava-se contas. Punha na lousa: “trinta e cinco vezes quatro”. Armava a continha, trinta e cinco, embaixo o quatro e o sinal de vezes, tudo isso e ele tinha que trazer no outro dia. E o professor corrigia se estava certo ou se estava errado. Divisão, por exemplo, cento e vinte dividido por doze. Com dois, três algarismos o aluno ia aprender já no 3º ano.

Isso era acompanhado, tinha tudo programado. Não é como hoje, há mais liberdade para o professor, antigamente não, era obrigado a seguir: mês de fevereiro, março, abril, maio, junho, tudo separado, já vinha determinado pelo governo como que você devia dar: uma programação definida. Não tínhamos liberdade de dar o que queríamos, o inspetor fiscalizava tudo isso. Na cidade, o professor tinha na parede da sala, o programa de Segunda a Sexta-feira, tudo o que ele iria dar. O inspetor entrava na sala e olhava: segunda feira tantas horas, o que está sendo dado? Se fosse aula de Linguagem tinha que ser naquela hora porque senão o inspetor ia falar: “aqui consta Segunda feira que das nove às dez horas preparo de Linguagem, eu não estou vendo isso aí”.

Nessa minha escola do Bairro do Ribeirão Grande, tinha 1º, 2º e 3º anos na mesma sala de aula, sendo que no 1º ano estavam os analfabetos. O professor tinha uma dificuldade muito grande, pois além de ter uma única sala com os três anos, tinha aluno de Seção A (os mais adiantados), seção B, seção C (os mais atrasados). Muitas vezes, devido ao número de alunos (5 a 6 alunos analfabetos), formava-se apenas uma classe para um professor. Na cidade não era como na zona rural: no 1º ano era só aluno do 1º ano, porque já a população era maior, dava para se formar uma classe só de alfabetização, outra só com 2º ano e outra só com 3º ano (ambas com menino e menina).

No fim do ano existia a aprovação ou reprovação do aluno. E existia mesmo! Não é como hoje com esses Sistemas de Educação Progressiva (progressão continuada) que popularmente

chama-se Promoção Automática. Naquele tempo o aluno ficava reprovado em Linguagem se ele errasse tantas palavras na grafia. Perdia o ano. Em Matemática tinha que fazer continhas (de multiplicar) e tinha exame oral. Tinha que fazer a tabuada oralmente. Não tinha a maquininha de calcular, hoje tem o computador, tem tudo. Lá o aluno tinha que aprender mesmo. Por regra de três (isso no colegial). Hoje não, com uma maquininha a pessoa resolve tudo. Se os alunos errassem as perguntas que o inspetor fazia, ele dizia que a classe estava muito atrasada, porque tinha um programa a seguir.

Para passar tinha exame oral de fim de ano e não era aplicado pelo professor da classe. A Delegacia designava um outro professor de uma outra região para vir fazer exame numa outra classe, e as questões eram elaboradas pela Delegacia. Como existia o programa a se seguir (não lembro exatamente como era, talvez tenha em alguma biblioteca), eles não queriam saber, seguiam o programa, se não foi dado o aluno era prejudicado.

Como na zona rural tinha 1º, 2º e 3º ano na mesma sala, muitas vezes o sujeito podia ter mais dificuldades de seguir o horário, porque ao mesmo tempo em que estava alfabetizando, o 3º ano estava fazendo um exercício de Matemática, História ou de Geografia, assim por diante. O professor dava uma orientação ali e ia dar para os outros, não tinha condições de dar tudo. A Lei de Diretrizes e Bases de sessenta e um é que veio dar essa liberdade.

Havia certas dificuldades por serem três séries distintas. E também variava muito, porque tinha professor que faltava, tirava licença, ia o substituto, e o inspetor registrava tudo isso. Se eu tivesse tido licença, vindo um substituto, ele sinalizaria: “a classe está com substituto por licença do professor”. Eu não faltei, o ano inteiro fui eu o professor. Caso contrário ele diria que o professor foi substituído, que a classe está atrasada em tal disciplina por falta do professor ou licença: tudo era registrado. Hoje não acredito que faça isso.

Era proibido dar aulas em mais de um período. Eu lecionava das oito ao meio dia. Se a escola funcionasse à tarde, não podia dobrar o período (acumular). Hoje pode. Você ganha mais, dobrado. Naquele tempo era proibido, sendo o professor era obrigado a corrigir tarefas e preparar as aulas. Ele era fiscalizado nisso, se ele corrigia ou não. Hoje, se ele corrige ou não, fica por isso mesmo. Hoje dobra período, não é mais proibido. Ele ganhava só por aquele período e acabou, mas ganhava-se muito mais, como se ganhasse dobrado. Hoje o que fizeram? Sobrecarregaram o professor e não deram aumento, porque ele ganha a mesma coisa, ele ganha dobrado, mas tem que trabalhar dobrado.

Naquele tempo a minha esposa era professora secundária. Quando ela começou, o professor era contratado para dar doze aulas obrigatórias. Se ela tivesse que dar trinta e seis, vinte e quatro a mais, ela ganhava, não era obrigada a dar. Dava se quisesse. Algumas professoras mais ricas, davam as doze aulas e ganhava muito bem. Se fosse mais pobre, dava trinta e seis no máximo, hoje é quarenta e sete, e ganhavam mais do dobro que uma professora que dava apenas doze aulas. Minha esposa não chegava a dar nem trinta e seis, porque dava aula na faculdade. Muito mais bem remuneradas.

Na época tinha a Escola Típica Rural, uma escola diferente. Ingresso era por concurso de títulos e provas, tinha a parte da agricultura, fazer horta, fazer tudo. A minha era comum.

Em 1957 me removi para o Grupo Escolar de Guaricanga, que pertence ao Município de Presidente Alves, bem mais próximo de Bauru. Só que, também na época, eu tinha que passar a semana toda em Guaricanga, apenas no fim da semana é que eu vinha para Bauru. E, naquela época, havia também aulas aos sábados.

Nesse mesmo ano eu me casei com uma professora e me removi para Bauru. Naquele tempo existia uma lei que facultava uma certa preferência, muitos chamavam de privilégio, que na classificação para remoção os casados (lei da união de cônjuge). Como eu morava em Guaricanga e ela aqui em Bauru, então só concorreria comigo nas vagas de Bauru quem estivesse na mesma condição de casado (daí seria número de pontos, de tempo de serviço, para classificar).

Quando eu vim para Bauru, 1958, eu imprimia um Jornalzinho. Trazia impresso propaganda (Relojoaria Prea) para pagar impressão do jornal. Tiragem desse número, 500. Impressora Gráfica Martins. Isso era uma atividade minha, professor não era obrigado fazer. Mas isso depois contava pontos para prestar concurso para diretor, qualquer coisa. Era contado como atividade ou criatividade do professor. Era obrigado selar⁸⁴ e o diretor dava atestado dizendo que foi elaborado pelo professor fulano de tal. Tudo era motivo de você fazer. Hoje é como uma pessoa fazer um mestrado, um doutorado, vai contando pontos. Nesse exemplar que eu guardei, diz: Grupo escolar de Vila Seabra, Delegacia Regional de Ensino Bauru. Diretor, Ary Panigel Benedicto, organizador Professor Rodolfo Pereira Lima. Traz uma descrição feita pelo aluno: “escola está num belo edifício, localizado..., onde muitas crianças estudam”. Quadro de honra: tirou o primeiro lugar. Reprodução, o aluno (é um menino), ele está reproduzindo: “que menino mentiroso é o Alfredo...” Data cívica.. Narração a vista de uma gravura: “Paulo e sua irmã Jacinta foram passar as férias escolares”.

Em Bauru, havia no ex-Instituto Estadual de Educação “Ernesto Monte” de Bauru, um Curso Pós Ensino Médio com dois anos de duração, de Administradores Escolares (reservado apenas para professores e diretores do próprio Estado), onde os 10 primeiros classificados num vestibular tinham direito de fazer o curso afastado das escolas onde lecionavam, ganhando integralmente. Foi onde eu fiz o Curso de Administração Escolar de 1959 a 1960.

Como já tinha sido instalada, em 1954, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus de Bauru - FAFIL (hoje Universidade do Sagrado Coração - a conhecida USC), fiz o Curso de Pedagogia. Naquele tempo todos que cursassem Licenciaturas: Letras, Ciências, Pedagogia, História, Geografia, Matemática etc, eram obrigados a freqüentar a disciplina de Administração Escolar. Para os alunos que se licenciassem não em Pedagogia, essa matéria era dada com uma carga horária menor, apenas o conhecimento do Sistema Escolar, da administração, não como matéria de conteúdo específico de um curso. Para quem freqüentava o curso de Licenciatura em Pedagogia essa matéria tinha mais do dobro da carga horária porque era matéria de conteúdo do curso, com direito a lecionar a matéria. Esses eram os chamados licenciados em Pedagogia, como até hoje. Depois passou a ter, além dessa Licenciatura em Pedagogia, a Licenciatura em Administração e Supervisão Escolar. Quando me licenciei em Pedagogia ainda não existia na Faculdade esse curso de Habilitação em Administração e Supervisão Escolar em Nível Superior, que eu também fiz na própria FAFIL.

Voltei para completar esse curso porque era uma exigência que veio com a lei federal 5692 de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Foi quando houve uma reforma no Sistema Escolar Brasileiro, fundindo o antigo primário com o ensino médio que eram distintos. Fundiu-se o primário com o ginásio no sentido vertical e criou-se o primeiro grau e, no sentido horizontal. Atualmente, pelas Diretrizes e Bases de 1996 o ensino fundamental é o antigo primário e ginásio; primeiro grau que passou a ser chamado fundamental e o ensino médio.⁸⁵

⁸⁴ Selo da Secretaria da Fazenda Estado de São Paulo

⁸⁵ Com a primeira LDB, de 1961, foram fixadas as Leis, Diretrizes e Bases para o ensino nacional, onde a lei 4024/61 dispõe sobre a estruturação e o funcionamento do ensino - 4 graus de ensino: 1º grau - Primário com 4 anos, 2º grau - Secundário ou Ginásio com 4 séries num total de 4 anos, 3º grau - Colégio com 3 anos e 4º grau - Superior. Em 1971, lei 5692/71 altera a 4024/61, reestruturando o funcionamento do ensino em 3 graus: 1º grau - fusão do Primário e do Secundário com séries num total de 8 anos, 2º grau - Colégio com 3 anos e 3º grau - Superior. Em 1996, é fixada a segunda LDB, que revogou a anterior. É estabelecida nova estruturação para o Ensino: Educação Básica composta pelo Ensino Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental - antigo 1º grau, e Ensino Médio - antigo 2º grau. Porém, apenas o Ensino Fundamental é obrigatório por lei. (Informações obtidas com o Professor Djalma Pacheco de Carvalho do Departamento de Educação da Unesp - câmpus Bauru, professor da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino).

Em 1965, fui convidado pela primeira diretora da FAFIL a irmã Arminda (já falecida), para iniciar como Professor Assistente de Administração Escolar, onde permaneci como Professor até 1979 e também como professor no Estado. Aposentei-me do Magistério Estadual em 1983, na direção do Ginásio Estadual de Primeiro Grau Plínio Ferraz aqui em Bauru.

E essa foi a minha carreira no Magistério (no oficial e no particular), tanto lecionando no Ensino Primário como dirigindo escolas. No primeiro e no segundo graus, inclusive no Curso Superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nós tivemos várias reformas no ensino desde quando eu ingressei até hoje. Tínhamos várias leis esparsas que falavam de ensino primário, outra falavam do ensino técnico, falavam do ensino comercial, do ensino superior. Não existia um diploma legal único, uma lei de caráter geral. A primeira lei de caráter geral que condensou tudo numa única lei foi a de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de vinte de dezembro de 1961.

Surge em 1971 a lei que unificou o antigo primário com o antigo ensino médio: a 5692 de 1971. Em 1996 tivemos a Segunda Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e cada lei que tem surgido no Sistema Escolar Brasileiro vem disciplinando no sentido de descentralização, liberdade do ensino, do Ministério da Educação e Cultura: órgão único que dirigia todas as escolas, seja particular ou oficial. Antes das Diretrizes e Bases de 1961 o programa dado numa escola, norte a sul, leste a oeste, no Brasil, era único. Entrava e terminava o período letivo, período de férias. Depois, numa rua podia ter uma escola particular e na outra uma oficial e cada uma ter seu programa e suas disciplinas. Também surgiram os Conselhos (na época era Federal de Educação hoje é Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais) e hoje, com a Lei de Diretrizes e Base de 1996, foram determinados até os Conselhos Municipais de Educação, que não existiam.

Antes da promulgação da Constituição vigente, de 1988, não existia Sistema Escolar Municipal, só o Estadual e o Federal. O município era subordinado ao Estado (embora já existisse o Conselho Municipal de Educação, ele não tinha força oficial como tem hoje, com a descentralização do ensino). A Constituição Federal de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 vieram facultar que os municípios criassem seus próprios Sistemas Escolares e, ao mesmo tempo, o Conselho Municipal de Educação (ainda temos municípios tateando nessa parte).

Hoje se fala até em Educação a Distância. Isso é novidade em todo Brasil, é da Constituição de 1988. Antes não se admitia nem pensar nisso. Hoje o currículo é muito flexível: fala-se em primeiro ciclo, segundo ciclo, e isto já se tentou em 68. Falava-se “nível”, mas só para o Primário antigo (primeira à quarta) de primeira e segunda série e depois terceira e quarta⁸⁶. Hoje como já está o Fundamental com oito anos de duração, o primeiro ciclo é da primeira à quarta e de quinta à oitava era o antigo primário e ginásio. Isto é a situação do ensino, nesse desenvolvimento de acordo com os anos.

Embora a Lei de Diretrizes e Base de 1996 fale em Plano Nacional de Educação, abrangendo desde a Educação Básica até o Ensino Superior Universitário e tenha sido aprovada pelo Congresso, não está ainda em prática. Isso ainda não foi executado, infelizmente. Eu acho que agora vai precisar divulgar amplamente que existe um Plano Nacional de Educação, como existe Plano Orçamentário.

Tem que ter um Plano Nacional, mas à Educação, infelizmente, no Brasil, não é dada a importância que se deveria, e no aspecto entre Ensino Particular e Ensino Oficial, sempre existiu Ensino Particular. Nesse regime democrático no qual vivemos, isto sempre existiu. Mas da época em que ingressei no Magistério, até início da década 70, o Ensino Oficial

⁸⁶ Em 1968 a Secretaria da Educação do estado de São Paulo estabeleceu um projeto no estado de São Paulo, dividindo o Ensino Primário em nível 1 (1º e 2º ano) e nível 2 (3º e 4º ano).

dominava desde a Educação Básica (como denominamos hoje) até o Superior Universitário. Dominava em eficiência, em qualidade de padrão de ensino, fosse ele estadual ou federal. Aqui no Estado de São Paulo eram os Grupos Escolares Estaduais, os Ginásios do Estado, Colégios Estaduais, Institutos de Educação Estaduais e depois as universidades de São Paulo. Era um ensino de eficiência total.

Hoje temos a total desvalorização da Educação Básica Oficial. Os pais que têm recursos procuram colocar os seus filhos nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio, particulares. Mas no Ensino Superior querem USP, UNESP e UNICAMP: o Ensino Oficial. Isto eu vejo (poderá ser contestado), como resquício de aristocracia existente ainda no Brasil desde o tempo de Dom João VI, quando ele mudou de Portugal com toda sua corte. Tinha que dar educação à corte, mas só pensou na Educação Superior, o “povão” ficou na ignorância total que está até hoje.

Hoje falta creche, escola fundamental para todas as crianças. Resquício de aristocracia, o Brasil só se preocupou e ainda se preocupa, com o Ensino Superior. Agora está havendo um certo interesse no governo, com referência à Educação Básica, que é importantíssima, porque a base é “fundamental”. Veja a dificuldade que o Brasil teve em relação às indústrias por não ter pessoas qualificadas, operariado qualificado. Isto é uma tristeza.

Em Bauru temos o Instituto Penal Agrícola que foi construído para ser uma Escola Agrícola. Acabaram com a Escola Agrícola e transformaram em um presídio, o que é uma aberração. Depois aconteceu mais: aquele prédio todo onde está hoje instalado e funcionando o CEFAM⁸⁷ e Diretoria Regional de Ensino, foi construído para ser uma Escola Técnica Profissional. Quando ela ficou pronta o que a elite de Bauru fez? Não aceitou que fosse instalada uma Escola Técnica no local. Instalaram uma Faculdade de Engenharia, fundaram a Fundação Educacional de Bauru (antiga), depois encampada pelo Governo do Estado e assumida pela Unesp. Funcionou muito tempo lá a Fundação Educacional de Bauru.

A própria Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo, iniciou sua atividade no prédio do Grupo Escolar. O Grupo Escolar funcionava numa casa de tábuas, atrás de onde é o Hospital de Base. Quando ficou pronto em vez do Grupo Escolar instalaram a Faculdade de Odontologia. Este é um exemplo, no sentido de mostrar a desvalorização que sempre se deu para a Educação Básica. Desaloja-se a Educação Básica para se atender o Ensino Superior: que se atendesse os dois.

Situação atual: construíram uma FEBEM em Bauru. Interno da FEBEM custa para o poder público R\$ 1.700,00 por mês. Um aluno do Ensino Fundamental custa R\$ 700,00 por ano. Nossas escolas não tem assistência (falta isso ou falta aquilo), no entanto para um bandidinho... Antes de deixar ficar bandido, porque que não dá total assistência? Gasta 1700 reais na escola. Acabaríamos com a FEBEM. Lá tem sala de musculação, assistência médica. E os alunos aqui? Porque tem ainda, até hoje, Curso de Alfabetização de Adultos? Não se investiu na Alfabetização da Criança. Eu lecionei em Curso de Alfabetização de Adultos de 1953 a 1955, e até hoje, 2.002, não acabou. Por quê? Porque não se combateu a causa de existir adulto analfabeto. A mesma coisa agora.

A Faculdade de Odontologia de Bauru (USP), tem campo de futebol iluminado. E, no entanto, não se encontra um campo de futebol numa Escola de Educação Básica, nem piscina. É justamente a mais desfavorecida para quem se deveria dar mais assistência.

Nas faculdades tem porteiro, tem guarda, o segurança, refeitório, e nas escolas de ensino fundamental? Os alunos da Unesp no ano passado estavam fazendo uma greve porque queriam um refeitório e uma refeição subsidiada, inclusive estavam querendo alojamento para os alunos. Escrevi: “o único ensino, no Brasil, oficial obrigatório gratuito é o Ensino Fundamental, pela Constituição. O Ensino Médio e o Superior não são obrigatórios e nem

⁸⁷ Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

gratuitos pela Constituição”. Os alunos fizeram um movimento porque querem um ensino gratuito, como se o governo fosse obrigado a dar, não é. Pela Constituição não é. A Constituição apenas diz que o Ensino, em estabelecimento oficial, é gratuito. Não quer dizer que seja obrigado a fornecer ensino. A grande conquista para o sistema escolar brasileiro na Constituição de oitenta e oito foi o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante o atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade. Eu tenho escrito muito sobre isso e dizendo que, antes da Constituição de oitenta e oito, em qualquer dicionário, a palavra creche é: instituição para crianças pobres.

A Constituição de oitenta e oito mudou esse conceito. Hoje é obrigação do poder público, dar educação desde zero ano de idade, do zero a três, em creche, de quatro a seis, em pré-escola. A Prefeitura de Bauru aprovou uma lei, tirando todas as creches da Secretaria da Promoção Social passando à responsabilidade da Secretaria da Educação. Estamos em 2002 e só agora é que aprovaram essa lei. “O Estado de São Paulo” de 10/04/02 tem uma reportagem dizendo que o MEC vai suspender a merenda escolar das escolas porque os prefeitos não apresentaram um balancete do que eles receberam de recursos. A criança vai ser punida: “Atitude esdrúxula do MEC, em vez de punir os prefeitos querem punir as crianças, cortando a merenda”. No ensino superior querem o alimento subsidiado, refeitório. Quanto à criança, o prefeito recebeu dinheiro do governo federal, não aplicou, a criança vai ficar sem a merenda e não cobra nada do prefeito. Se fosse no ensino superior, faria um bafafá dos diabos. Ninguém grita em favor da criança. O pai gosta da criança, a mãe tem um apego pelas crianças, o professor das crianças. Mas, na realidade, o pior ensino é o das crianças. Existe o estatuto da criança, não existe?

Há uns dois meses atrás, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo estava preparando professores, mais de 1500, para fazer o teste de acuidade visual e auditiva. Isso já existia em 1960, 1970: eles chamavam de educadores de saúde pública. Iam às escolas, às vezes davam vermífugos para as crianças, levavam para o Posto de Saúde. Porque não se admite um Assistente Social para uma Escola de Ensino Fundamental? Tanto desemprego. Têm tantos alunos na Faculdade em Assistência Social: dá emprego para essa turma, vai dar assistência para essas crianças, para as mães, nessa parte de saúde. Ir às famílias, ver porque o aluno não foi à escola. Querem que o professor faça isso. Isso é desvio de função, ele já tem o seu serviço!

Eu estive no Japão em 1980 e tive a felicidade de visitar uma Escola Primária. Eu era vereador e foi uma comissão aqui de Bauru (o prefeito, presidente da câmara, os vereadores) porque Bauru é considerado cidade irmã de Tenry, lá no Japão.

Da programação constava uma visita a uma Escola Primária de Tambaiti. Fui até o intérprete e perguntei: nesta cidade aqui de Tenry tem Faculdade, Universidade? Ele falou: tem. Porque que o senhor está perguntando? Eu falei: porque eu estou admirado constar na nossa programação visita a Escola Primária. Porque no Brasil ninguém visita, nenhuma autoridade que chega, vai visitar uma Escola Primária. Vai visitar Universidade, Faculdade, Hospital (agora mesmo está para chegar aqui o ex-reitor da USP, o famoso jurista Miguel Reale, foi Reitor da Universidade de São Paulo, foi diretor da São Francisco, Faculdade de Direito, ele vai visitar o Centrinho, mas visitar grupo escolar?). Nesse sentido eu fiquei abismado, fiquei esperando. Quando chegou o dia da visita, isso em 1980 (faze 22 anos). Vi piscina para os alunos, nos sanitários tinha toalha, torneira com água quente para lavar a mão. E era Escola Primária. Cada sala de aula era sala ambiente. Se era aula de Matemática, era exclusivamente para Matemática. Em cada carteira de aluno, a tampa era como uma maquininha de calcular, todo o teclado o aluno batia e saia no painel, lá na frente, acima do quadro negro, tudo o que fosse aparecer aqui no visor da maquininha aparecia lá no quadro negro.

O professor ficava na frente, também tinha o seu teclado. Aula de Ciências: era só para Ciências. Tinha um laboratório tão completo como um curso superior de Universidade aqui. Ia para uma aula de Música, só com Música: o aluno tinha na sua cadeira aqui o teclado, ele batia e saía no lá painel na frente a grave do som e notas. Tudo eletrônico.

Tinha vídeo cassete, que não existia no Brasil naquela época. O professor usava televisão na sala, no ensino primário. Nós ficamos abismados de ver aquilo, falei: “que progresso!”. Você não via um risco numa carteira, na parede, nada. Uma disciplina, um respeito (temos que ver que é um povo, uma geração milenar, cuja cultura é muito grande, mas ficamos abismados). A criança já com uma educação daquela. Eu dizia: “veja, a Escola Primária que tem que educar a nova geração, justamente no Grupo Escolar ou Ensino Fundamental, nós temos que entender que é a educação de base”.

A escola pública é a escola que educa o povo. Ela tem que ter toda a atenção de base. Eu falava: “chega aqui não tem refeitório, vai ter na Universidade, mas não tem na Educação Básica. O aluno além de não ter nem refeição (é uma merenda, muitas vezes é um copo de suco com um pão), muitas vezes come em pé”. Quando eu estava na direção de escola, em 1983, colocávamos um cavalete, umas tábuas e os pratos encima para o aluno tomar uma sopa ali em pé.

Porque que não se faz um refeitório para o aluno como o que existe nas Universidades? Para educar esses alunos a comerem, para terem disciplina, lavarem as mãos. É o que vejo: depois nós vamos atender na FEBEM, depois nós vamos atender lá na Penitenciária. A Educação Básica é importantíssima nesse aspecto. O mal está na raiz e nós estamos pulverizando as folhas. Pulverizar as folhas não adianta. O mal está na raiz.

Vamos investir na Educação Básica. No Japão eles diziam: “daqui para frente é só aperfeiçoamento, aquela base foi feita”. Aqui, hoje, 2002, estamos ouvindo falar que um aluno termina a 8ª série, do 1º grau e não sabe nem escrever direito, quer dizer, depois vem a “peneirada” no vestibular, aí vamos falar em 40% das vagas para o negro, para o índio. Mas não é isso que vai resolver o problema.

Infelizmente, eu estou com quase 72 anos, com toda essa vivência desde a Escola em fazenda, não estou vendo ainda um ensino que eu esperava ver, acredito que não vou ver. Acho que vou morrer e não vou ver o ensino que deveria ter. Sobre isso eu tenho várias publicações, de minha autoria. “Esplendor e Decadência”, escrito em 1998, mostrando como era o ensino e como está hoje. Há também um outro “Como as ferrovias, as escolas relegadas ao desprestígio”, de mesmo teor.

Como professor antigo tenho sentido que, como comecei no ensino primário, licenciado em Pedagogia, sempre procurei educar as novas gerações (a família, a escola educava as crianças). Hoje estou vendo que não se educa mais. Não existe mais aquela preocupação em educar. A Pedagogia diz: “Educação é mudança de comportamento”. Se a pessoa não mudou seu comportamento ela não se educou. O animal adentra-se para ter um comportamento. Para o homem diz-se educa. Como seria se todo o homem fosse analfabeto? Seria difícil.

Hoje há muita instrução, mas não educação. Uma criança de três, quatro anos aperta um botão da televisão, está recebendo instrução, só isso, mas educando não, pode até estar se deseducando. Antigamente, quando você aposentava, ensinava para criança: aquele fulano se aposentou, ele ganhou um prêmio, é um prêmio merecido, ele cumpriu a sua missão de trabalho. Agora ele vai ficar aposentado, aproveitando, descansando. Hoje estamos vendo a marginalização dos aposentados.

Isso é totalmente “deseducativo” para as novas gerações. A juventude é passageira. A velhice é permanente. Precisamos ver que tudo o que usufruímos hoje, no presente, foi luta, sacrifício e conquistas do passado. Vejo que a política salarial do governo, seja estadual ou federal, está dando bônus para os que estão na ativa, excluindo os aposentados. Tanto que se trabalhava (até de Sábado), aquele sacrifício (não tinha luz elétrica), hoje você é apenas

descartado, como um objeto, não presta mais, aposentou. Não procura valorizar a experiência, a vivência da pessoa. Eu entendo isso como muito negativo para a educação: o exemplo do governo.

Nós ensinávamos nas escolas primárias o aluno a respeitar o adulto. Hoje eu não sei, parece que é tirar a liberdade do aluno. Quando o professor chegava na classe o aluno levantava, hoje eles perguntam: “por quê isso?” Não é submissão nenhuma, é um cumprimento, era tido como um cumprimento. Quando chega uma pessoa, levantamos para cumprimentar. Não é questão de importância. Você vai ao Japão a pessoa se curva quando chega o velho. É questão de respeito, educação. Não tem nada de dizer que um sujeito é superior ao outro. É no sentido de educação, de respeito ao mais velho: do filho para o pai, e assim por diante, para o avô. Hoje sinto que isso não é mais levado em consideração

É outra coisa que eu critico muito e tenho visto até crítica na imprensa: chamar a professora de tia. Não me conformo, já ouvi dizerem: “o que é que tem, Rodolpho?” Você chama um juiz de tio? Porque não fala professor-doutor. Agora, é como diz o ditado: quem se desvaloriza por si se enjeita. Dentista não tinha o valor de hoje nenhum, a uns 60 anos atrás, chamava-se furador de dente. Hoje é cirurgião, é doutor odontólogo, é valorizada. Agora justamente a categoria profissional que educa tem que estar desvalorizada? Vemos muita desordem no Brasil, tanta indisciplina, tanta violência. Por quê? É a realidade negativa na parte educativa.

Eu tenho um livro, “Brasil: país de contrastes⁸⁸”. Na orelha desse livro está afirmado que a Universidade de São Paulo foi criada em 1934 (quase 70 anos), sendo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi considerada como núcleo da Universidade do Estado de São Paulo porque era justamente a faculdade que ia formar as novas gerações do Brasil. Quer dizer: foi considerado o núcleo porque iria formar professores para as novas gerações! Antes disso só havia Curso Normal. Foram contratados vários professores do exterior, principalmente da França, que vieram contratados no mínimo 10 anos para formar o corpo docente da Faculdade de Filosofia (a minha esposa é formada pela Faculdade de Filosofia da USP (FFCL), turma de 1951, faz tempo... Foi contemporânea do Fernando Henrique⁸⁹ e da Ruth, esposa dele).

A FAFIL aqui em Bauru foi fundada em 1954, só existia no interior em Campinas, mais nenhuma, isso no interior do Estado de São Paulo. Imagina no resto do Brasil! Aqui a FAFIL recebia alunos do Mato Grosso, de todos os estados aqui por perto. E vemos que a própria Universidade de São Paulo valorizou justamente a formação das novas gerações. Muitas vezes pensa-se que está valorizando o professor, não é o professor em si, a pessoa dele, é valorizar um profissional devida a importância da educação das novas gerações! Eu li uma entrevista do atual reitor da Universidade de São Paulo, que foi eleito agora, e ele dizia que sua primeira preocupação é voltar-se para uma formação bem mais eficiente e de qualidade para os professores, porque há necessidade de melhoria da qualificação dos professores para as escolas médias brasileiras. E, principalmente, do ensino oficial. E tem que ver que não sou eu que estou falando...

Por essa razão é que acho: porque hoje um governador vem menosprezar o aposentado? Ele trabalhou barbaridade. Agora cair no padrão de vida, no seu poder aquisitivo, justamente agora. Eu estou diabético, todo dia tenho que tomar remédio para diabetes. Tem despesas com problemas de saúde, é marginalizado, pois dá aumento para a turma da ativa e não dá para os inativos. Hoje o aposentado é um peso morto. Eu não sou bandido. Estão gastando com bandido, isso me revolta. Isso é “deseducativo” para as novas gerações que não vão se aposentar.

⁸⁸ Roger Bastide

⁸⁹ Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1994 a 2002.

Isso daí é tão grave que havia uma lei estadual que garantia que ao funcionário (não era o professor, era o funcionário público estadual) que ficasse 50 anos de serviço público estadual, um cheque no valor de um ano de salário, entregue pelo governador do estado em seção solene. Era valorizado o funcionário, hoje só se fala mal do trabalhador, é desemprego, é vagabundo como o presidente chamou os aposentados: “vagabundos”, além de ganhar pouco.

Parece que o funcionário de antigamente lutava pelo Patrimônio Público, ele tinha um civismo. Não é conversa de aposentado, de velho, não. Era diferente, havia um respeito. Pelo menos na minha época, hoje eu sinto isso, posso ser até criticado por outro. Outros professores, como o Djalma⁹⁰, sabem como era o ensino oficial estadual primário e médio da década de 70 para trás.

Eu mesmo fiz o Ensino Normal no Guedes, que era particular, mas que não se comparava com o Instituto Estadual de Educação. De jeito nenhum, tanto que o ensino oficial era privilegiado, como é hoje o ensino superior da Unesp, UNICAMP, USP.

A minha esposa⁹¹ fez o Ginásio do Estado, fez o Colégio, foi para São Paulo, prestou vestibular na USP e passou sem precisar fazer Cursinho. A geração da minha idade em Bauru, se fizer uma pesquisa, vai ver que toda essa turma aí que hoje é médico, engenheiro, todos com curso superior, todos passaram pelo Instituto de Educação aqui de Bauru. Não foram para a Escola Particular, apenas um ou outro foi.

Nessa época não se admitia um homem (estou falando do preconceito) ficar sentado num ônibus e uma mulher em pé, fosse até uma moça. Admitia-se caso fosse uma criança, mas mulher não. Hoje eu não sei, eu não estou criticando não, porque eu acho que a evolução é muito importante, ninguém trava a roda do mundo. Antigamente o cabeça da casa era o homem, a mulher era submissa ao homem, essa foi a educação de uma época, concordo que a evolução foi necessária, é positiva a igualdade. Hoje não existe mais cabeça, até no imposto de renda, o cabeça era o homem, tudo isso eu concordo. Antigamente a mulher era educada para ser esposa e mãe, hoje não, é a liberdade, com tudo isso eu concordo. O que eu acho é que não houve ainda um equilíbrio

E eu vejo assim: é como chegar numa poça de água e mexer no fundo, depois ela decanta, ela fica clara de novo. Nós estamos numa fase de transição. Logicamente da minha geração para trás era muito diferente, a do meu pai foi diferente. Eu lembro dele falar sobre o namoro com minha mãe: ficava sentado numa sala, ela numa cadeira e ele noutra namorando. Para sair precisava de duas irmãs juntas. A minha já foi melhor. A família da minha esposa morava em Andradina, longe, fui daqui até lá para ficar noivo, para pedir autorização. Queria namorar, ficar noivo e ela já era professora de Faculdade e eu falava para ela: “professora de Faculdade e eu preciso ir lá ficar noivo, botar aliança na mão direita”. Aquela formalidade, festinha. Hoje pai não sabe nem que o filho casou.

Eu entendo isso, é a inovação. Nós assustamos porque somos uma geração que foi educada com costumes diferentes. Eu entendo que se tenha essa resistência natural, não que seja nato. Mas acho que ainda não houve aquele equilíbrio, que é positivo. É o mesmo caso da nova geração, recebe muita instrução. A minha netinha, mora em Goiás, com 7 anos desenhou no computador e depois ela mesmo imprimiu, eu falei: “é o fim”. Imagina isso naquela época? Nessa parte de instrução acho que a geração atual tem tudo, pega um telefone e telefona, pega o computador, tira um xerox, liga a televisão, tem todo o recurso para se instruir, para adquirir conhecimento. Mas agora, quanto à parte formativa acho que nós ainda estamos falhando um pouco, eu estou entendendo como sendo esse desajustamento de uma época. Não estou falando que essa família educa melhor que a outra, no sentido geral da sociedade. Eu acho que a nossa sociedade atual está passando por uma fase de transição e essa fase de transição tem os desajustamentos naturais. Como se fosse calouro, todo calouro tem sua fase difícil.

⁹⁰Djalma Pacheco de Carvalho, professor do Departamento de Educação da Unesp – campus Bauru.

⁹¹Francisca Nunes Pereira Lima

Primeiro dia é difícil. No caso, vejo uma fase de transição difícil da parte educativa, e na zona rural muito mais.

Havia muito a parte educativa, de Educação Moral e Cívica. Exigia a educação, comportamento do aluno, no sentido disciplinar, tinha castigo mesmo: colocar o aluno de braço aberto na frente da sala. Até mesmo na zona rural, porque tinha alunos mais ativos, que cutucavam o outro e reclamavam: “professor fulano aqui me cutucando”. Eu falava: “fica quieto menino”. Caso abusasse muito, chegava e dava um tapa na cabeça dele, pegava e puxava a orelha. Hoje é um escândalo. Se o professor fizer isso hoje ele vai para a cadeia. Agora, o soldado pode matar, o sujeito vai para a FEBEM faz misérias. Costumava-se dizer na época que criança que não apanha na escola vai apanhar da polícia.

Vai para a cadeia e cadeia aquele tempo era um escândalo (ah, nossa senhora!). Uma pessoa que fosse para a cadeia era um marginalizado. Hoje não tem mais separação do marginal, FEBEM, se é filho de rico, drogado, se é de pobre... Mas naquela época existia muita estratificação social. O operário era operário, a classe média classe média, a classe alta classe alta, havia muito estratificação. Quando eu era menino de dez, oito anos, eu lembro que lá em Pederneiras numa rua tinha um barbeiro para negro e um barbeiro para branco, nenhum entrava no barbeiro do outro, era proibido. Em Jaú, a cidade era tida como tradicional, existia o jardim de baixo e o jardim de cima, jardim que não entravam negros. Eu não sou tão antigo assim, calcula a geração dos meus pais e dos meus avós? Era pior ainda

A escola, uma instituição, uma agência por excelência viva, ao mesmo tempo em que ela educa e procura modificar, ela resiste às inovações. É um paradoxo que existe. Uma escola tem por objetivo educar gerações, inovar com essas reformas todas. No entanto a própria professora resiste às inovações. A geração nova está sendo educada com conceitos novos e eu muitas vezes querendo resistir até inconscientemente achando um absurdo. Por exemplo: uma neta, com 18 anos chegar três horas da manhã em casa, isso é um escândalo, se na nossa geração uma moça fizesse isso ela era marginalizada, era meretriz.

É como eu digo: hoje nós temos muitas facilidades no sentido de instrução, agora “educação” acho que está falho, o respeito (hoje em dia parece que pedir benção para os pais é até retrógrado, superado). Nós ensinávamos para os alunos, principalmente nas cidades: “quando você for atravessar uma rua e tiver uma pessoa mais velha, você dá a mão para ela, ajuda atravessar, se estiver num ônibus, você levanta, dá o lugar para ela”. Quer dizer: educava-se. Hoje eu acredito que não se eduque mais, hoje acham tudo comum. Vemos muitas vezes o pai com seu filho de quatro, cinco anos, a criança está sentada e o adulto está em pé e o pai não se toca que ele devia falar: “faz favor, senta, eu pego meu filho no colo”.

Pela época, pelas dificuldades, pela falta de material didático, até mesmo de parte eletrônica, pela técnica que existe hoje eu acho antes se fazia muito mais. Não quero ser mal interpretado: não é que o professor era mais consciente: havia mais fiscalização sobre o professor. Hoje não existe mais isso. Educação é investimento, não é gasto, e o governo vê educação como gasto.

Essa foi uma chance para um velho falar do passado, porque eu não tenho presente, eu tenho passado.

II.1. Carlos Roberto Graciano, aluno.

O meu nome é Carlos Roberto Graciano. Nasci em 13 de agosto de 1962, em Iacanga. Atualmente sou assessor do prefeito de Iacanga (há dois anos).

Fui aluno de escola rural. Comecei quando tinha 7 anos de idade, 1969, na escola da fazenda Monção onde estudei até 3ª série. Depois a 4ª série fui para Ribeirãozinho⁹², e depois ingressei no Ginásio (5ª a 8ª série). O 2º grau fiz na cidade. Fiz o curso Técnico em Contabilidade.

A escola rural é onde fiz no início. No sítio é gostoso, aquelas brincadeiras de sítio, aquelas brigas de escola. Ia roubar manga, aquelas coisas de sítio mesmo. Era gostoso. Aconteciam muitas brigas dos amigos. Nossa! E isso não interferia no nosso aprendizado. Não tinha nada a ver. Briga de criançada de escola, no outro dia já estava tudo bem. Tinha uma colônia perto de casa, tinha que passar em frente, tinha que fazer as pazes de novo. Chegava em casa e falava que tinha brigado, a mãe: “brigou com quem?” “Ah, com o filho da comadre lá”. “Ah, o que é isso? Tem que ir lá fazer as pazes.” Brigava cedo e à tarde estava tudo bem de novo.

A escola era pequena: uma sala, o banheiro era aquela privada de buraco. Era tudo rústico! Tinha em torno de 30 alunos (25 a 30 alunos), nas três séries juntas. As atividades eram só na sala, a única que fazia fora era de Educação Física, que era num campinho.

Nos dois primeiros anos foi uma professora, depois foram outras. Mas não mudava durante o ano, só quando elas tinham algum problema aí outra ia repor. Não tive aula sempre com a mesma professora. O relacionamento com essas professoras era muito bom. Era essa coisa de família, elas iam na casa da gente, almoçava em casa...Passava a ser da família. Era muito gostoso! A relação com os pais (nossa!) era muito tranquilo! Ainda mais em casa, ali pertinho. Elas iam, e até no final de semana elas voltavam para as casas nossas pra fazer pamonha, fazer aquelas coisas de sítio. Os alunos adoravam ir na escola. Eu gostava! A gente não via a hora de ir na escola. Corria abrir a porteira para a professora, coisa desse tipo.

A merenda as professoras levavam. Pegava, esquentava numa cozinha que tinha para fazer leite, essas coisas. Chegava na hora, a professora ia e esquentava para nós: sopa, essas coisas. A dona Neide, lembro até hoje, Dona Neide Cantão.

A gente tinha os materiais. A professora levava no começo do ano. De casa só levava um caderninho, um lápis e uma borracha, essas coisas. Comprava um caderno de 100 folhas, um lápis, nem de caneta escrevia naquela época, era tudo de lápis mesmo. Um lápis, uma borracha...

Aprendia tudo na escola. Não existia como existe hoje o “prezinho”...Nada disso. Era mais na força de vontade mesmo. Você ia aprender o BE-A-BÁ no 1º ano de escola, aos 7 anos. Hoje não, tem essa preparação, bem antes, tudo...Eu fui aprender o ABCD com 7 anos de idade mesmo.

Na sala estavam as 3 séries juntas, mas era separado. Tinha as filas das carteiras, essa aqui é 1ª, a 2ª, alí a 3ª série. A professora dividia na lousa, e cada um...a turma da 1ª olhava aqui, a 2ª alí. E ela passava, 1ª, 2ª. ... Explicava na lousa também. “Agora estou explicando lição do 3º ano, olha isso aqui, tal, tal, tal.”E enquanto isso o 1º ano ficava fazendo alguma atividade “você vai fazendo isso aqui, enquanto isso vou explicar para o 2º, vou passar alguma coisa para o 3º ano”. Era bem aproveitado mesmo o tempo. Eram 4 horas de aula.

Aprendia Matemática, Português, Estudos Sociais, Educação Física, Religião. Não tinha dificuldade nas matérias. Sempre tiramos notas boas.

⁹² Bairro rural do município de Iacanga

Em Matemática a gente aprendia as contas de dividir, de somar, de vezes (multiplicar). Tabuada. Vixe! Tabuada tinha que estar na ponta da língua. E tinha os problemas relacionados com a zona rural, resolver aqueles probleminhas: de compra, venda, aquelas coisas assim.

Tinha aqueles materiais...No sítio a gente levava aqueles colares de sabugo pra contar. Para fazer contagens, aquelas coisas. Grão de milho...Essas coisas assim. Não tinha igual hoje que tem tudo de plástico. Cortava o sabugo em pedacinhos, fazia tipo um anel num arame, passava o arame dentro do sabugo, e contava ali. Fazia aquelas contagens Cada um tinha um daquele para fazer suas continhas e isso ajudava aprender.

Eu tive uma deficiência no Português. Fui prestar vestibular esses dias, deu um branco, não fiz a redação. Não sei se esqueci, não fiz a redação. Em Português eu não era bom. Mas enquanto eu era aluno da zona rural não. Mas a correria do dia a dia aqui na cidade...Reprovei uma vez no 3º ano. Eu acho que reprovei por caso de Português. Acho que foi com a dona Regina⁹³ ...

Festa na escola, só quando tinha algum aniversário, alguma coisa dos professores Levava presente prá professora no dia do professor. Tinha comemoração. O pessoal comemorava, cantava o hino nacional com a mão no peito, aquela coisa assim. Tinha que cantar. Saber o hino certinho. Tinha essas comemorações normais. Dia da Bandeira que era dia 19 de novembro. Tinha essas comemorações. Hastear a bandeira...

Mesmo sendo as 3 séries juntas, a aprendizagem era bem melhor que hoje. Meu filho está na 6ª série, tem muita coisa que ele não sabe e que aprendi na 4ª série. O professor estava mas encima, acho que era melhor.

Eu morava bem pertinho da escola da Monção, mas tinha aluno que morava longe. Tinha gente que morava até 10 ou 8 quilômetros da escola. E mesmo assim vinha prá escola. Quando fui para a 4ª série eu tinha que andar 12 quilômetros, a pé. Nós íamos em quatro: eu, o meu irmão e mais dois amigos.Como na Monção só tinha até o 3º ano, no 4º ano a gente ia no Ribeirãozinho, que era uma escola maior. Tinha de manhã até o 3º ano e à tarde funcionava a 4ª série. Estudei no período da manhã até o 3º ano. O 4º ano, no Ribeirãozinho, foi à tarde.

Na escola rural também tinha prova. Opa! Todo mês tinha prova e no final do ano tinha aquela prova que se a gente não passasse naquela ficava mesmo, e era aplicada pela professora mesmo.

O inspetor ia e o diretor da escola ia de vez em quando para ver. Tinha que ter todo aquele respeito, quando o diretor chegava todo mundo tinha que ficar em pé. Ou mesmo quando qualquer outra pessoa que fosse visitar a escola. Tinha que ficar todo mundo em pé, aquela coisa! Era diferente de hoje!. O inspetor faziam perguntas para ver como estava o aprendizado. Cobrava para ver se estava sabendo, principalmente tabuada: “Levanta fulano de tal e fala a tabuada de tal”. Acho que era mais exigido. Cobrava sim. Perguntava para a professora como que estava funcionando tudo. Era sempre assim. Cobrado.

O dia que o inspetor ia, ficava: “ah, porque vem fulano hoje, ou fulano”. A professora avisava.Tinha que estar tudo certinho: no sítio é tudo pé no chão, aquela roupa simples...Ia com uma roupinha melhor. A professora orientava isso. Falava: “tal dia vai chegar um diretor aí”. Ele nunca ia de surpresa, que eu me lembre não. Ela falava: “vai vir o diretor”.

Quando terminei o 4º ano, eu viajava para a cidade de Kombi. Meu pai tinha uma Kombi, tinha uma concorrência na prefeitura, e transportava os alunos (nós e mais os outros alunos). Estudei na parte da tarde a 5ª e 6ª série, já a 7ª série, 8ª série fiz , 1º, 2º e 3º ano, estudei a noite. Eu mudei para a cidade só no último ano, quando cursei um ano do Magistério, já

⁹³ Regina Cruz

morava aqui. Mas não concluí o Magistério. Depois que fiz o técnico em contabilidade, depois de dois anos é que fiz um ano de magistério. Aí desisti.

Eu tinha vontade de vir morar na cidade. Me formei em 1982, falei: “de hoje em diante eu não trabalho mais no sítio”. Tomei uma decisão. “Eu não vou mais trabalhar no sítio”. Porque era assim: chegava à tarde, você tinha que pegar a perua, tomava banho correndo e ia. Um dia eu tomei essa decisão, falei: “eu não quero mais. De hoje em diante eu vou para a cidade. Eu vou arrumar um serviço para mim.” Aí entrei na Força e Luz, trabalhei 18 anos na Força e Luz. Mas eu sempre tinha essa vontade de vir para a cidade, de ter um negócio, fazer alguma coisa diferente. E dar conclusão nos meus estudos.

Nós tínhamos 2 sítios. Trabalhávamos no nosso sítio e quando sobrava tempo nós trabalhava na fazenda do lado, trabalhava por dia, empreita... Ou com outros vizinhos. Tinha o sítio, mas como o sítio era pequeno, acabava o nosso serviço, ia ganhar outro por fora no outro sítio. Desde de que eu estava na 1ª série eu já ajudava. Opa! Sempre. Porque minha mãe, ela fala até hoje, nós fomos criados debaixo dos pés de café. Era um na barriga e um para cuidar do outro. E eu como era mais velho, cuidava do outro. Tinha que trabalhar. Limpar os troncos de pé de café. Como a gente era pequenininho, podia entrar lá e limpar os troncos dos pés de café, os pais iam lá na frente. Trabalhei desde pequenininho. Nos anos iniciais que eu estudava na zona rural só faltava quando ficava de companhia com a mãe que precisava sair... Mas só faltar assim não. Mas depois, às vezes, o tempo fechava, queria chover: “olha, hoje tem que acabar isso aqui, vamos ficar até mais tarde, tá.” Às vezes não dava tempo de pegar a perua. Meu pai ia, e a gente ficava.

Meu pai sempre disse “você tem que estudar para no dia de amanhã você ser alguém”. “Ser melhor do que eu”. Meu pai fez até o 4º ano. Ele aproveitava também quando vinha prá trazer nós para estudar à noite, naquela época ele tinha 48 anos, ele estudava. Ele dava essa força e tinha essa força de vontade dele de aprender.

Não senti nenhuma dificuldade quando sai da zona rural, continuei estudando na zona urbana. Na época que eu estudava lá, o que aprendia era o mesmo que na zona urbana. Eu me lembro que tive 3 amigos que eram filhos das professoras que iam lecionar lá, fizeram o 3º ano junto comigo no sítio. Era a mesma coisa, eles iam junto, de companhia com a mãe e estudavam no sítio. O Bileguinha⁹⁴, que está no Cartório hoje, e o Vidinho, Ovidio Pomba⁹⁵, é enfermeiro da Mendes Júnior. Eles iam da cidade para lá, prá estudar.

A vida toda é um aprendizado, a gente aprende se a gente coloca em prática. E acho que valeu sim, deu para aprender muita coisa do que foi ensinado na zona rural.

⁹⁴ Edval de Oliveira Leme Júnior

⁹⁵ Ovídio Pomba Filho

II.2. Geni Giorgetto Salles, aluno.

Meu nome é Geni Giorgetto Salles. Nasci em 21/04/53, na cidade de São Manuel, pertinho de Areiópolis, onde resido atualmente. Trabalhei a vida toda como Servente Municipal e hoje estou aposentada.

Comecei a freqüentar a escola em 1962. Estudei três anos em escola rural e um ano em escola da cidade. Fiz até a 4ª série, como se falava na época. Na zona rural sempre estudei na mesma escola: Escola Mista da Fazenda Córrego Novo. Era 1º, 2º e 3º anos juntos numa mesma sala. Só tinha essa escola. Eu morava na colônia da fazenda, perto da escola. Era possível ir a pé.

Havia uns 30 alunos entre as três séries. E não tinha dificuldade em aprender por esse motivo. A professora dividia a lousa em três partes, uma para cada série. Passava para uma turma, explicava e passava para a outra turma... Naquele tempo ia bem devagar. Não é como atualmente, quando os alunos fazem tudo apressadamente para ter tempo de sobra. Inicialmente a professora passava para os alunos de 3º ano que eram mais adiantados, depois ficava com os de 1º ano, na lousa. Enquanto isso os outros iam fazendo o que ela tinha passado. Ela explicava a matéria e dava os exercícios.

Em Português (eu não gostava muito dessa matéria), a professora não tinha outros recursos para ensinar, só a cartilha. Estudamos na Cartilha “Caminho Suave”. Já em Matemática, só havia o livro do Professor: passava-se tudo na lousa. Era tudo escrito na lousa. Hoje é uma mordomia: estêncil, todas essas coisas. Levávamos palitos de fósforo para contar, em Matemática. Não tínhamos Educação Física. Só quando estava muito frio é que nós íamos caminhar

Quando eu terminei o 3º ano, fui estudar na cidade. Meu pai era tratorista nessa fazenda e meu tio era o administrador. Pedimos a meu tio e ele deixou usar a charrete. Todo dia, eu saía sete horas da manhã e andava de charrete 8 km até a cidade. Porque o Estado não fornecia transporte para os alunos. Mas as outras crianças não iam. Não tiveram condição de fazer a 4º ano. A maioria parava no 3º ano.

Tanto na zona rural quanto na cidade, sempre estudei no período da manhã: das oito horas ao meio dia. E tinha aulas de sábado. Na zona rural, aos sábados, a própria professora limpava a sala. Às vezes, nós, crianças, ajudávamos: jogando água, lavando a sala, limpando as carteiras. E gostávamos de fazer isso.

Antigamente tinha-se muito respeito pelo professor. Como trabalhei como servente em escolas da Prefeitura durante 18 anos, não é possível comparar o que as crianças sentiam em relação ao professor antigamente com hoje. Hoje as crianças não têm educação. Elas têm muito poder e o professor nenhum! E cada vez mais. Você não pode falar nada para criança, o professor não pode falar nada, quem trabalha na escola, servente, inspetor de aluno, não pode falar nada para a criança.

Na zona rural, caso o aluno tivesse algum problema com a professora, quando chegava em casa não contava nada para a mãe. Respeitava muito o professor, tinha educação. Hoje, coitado do professor, é muito massacrado na escola. Não pode falar nada para os alunos, que são muito sem vergonha. Não me conformo! O aluno está muito abusivo, é por isso que não aprende. Isso porque os professores de agora são ainda mais esforçados: o aluno não entendeu torna a repetir, não entendeu torna a repetir... Fica cansativo para o professor, mas os alunos não se importam. O professor está explicando uma matéria: “professora, deixa eu ir no banheiro?” Ficam o tempo todo fora da sala de aula. Trabalhei 18 anos...

Na minha época a professora nem dava castigo. Bastava falar. Todo mundo tinha medo do professor, respeitava. É o que eu falo: “fui aluna da Toninha Fortes⁹⁶, minhas filhas também, e ela ensinava mesmo. Dava educação”. Fui aluna dela e nunca tive problemas.

Tive vários professores na zona rural. Passava às vezes 3 ou 4 meses com uma professora, vinha outra, no mesmo ano. Além da Toninha, que não era efetiva na época, tive Nazareth Blanco, Sílvia Blanco (irmã do atual Secretário de Ensino de Areiópolis), Jéssica Naveles Canevesi. Não tive professor homem, só professora.

Como o aluno era mais interessado em aprender, havia menos dificuldades. Hoje o professor de 1ª a 4ª série passa a tabuada na lousa, quando não está na mão do aluno. No meu tempo não! Ela dava a tabuada para estudarmos em casa. Tínhamos que decorar, porque ela “tomava” a tabuada dos alunos. E todos conseguíamos decorar.

Fazíamos as contas que ela passava. Hoje, criança de 8ª série não sabe fazer conta que 4ª série fazia antigamente! Não sabe. Tirávamos a prova real das contas: pegava o que deu e somava para ver se estava batendo, se era isso mesmo o resultado. Ela ensinava a fazer tudo isso. Eu aprendi! Hoje ninguém sabe fazer essas coisas.

Havia muitos probleminhas envolvendo dúzias, dezenas..., porcentagem. Muitas pessoas não sabem fazer porcentagem até hoje. Minhas filhas falam: “ah, fazer porcentagem!” Porcentagem é o que tem de mais fácil. Aprendi bem até a 3ª série e depois, quando fui para a cidade fazer a 4ª série, eu já sabia.

A professora dava aula de Matemática, História, Geografia: de todas as disciplinas. O caderno era dividido, deixava-se uma certa quantidade de folhas. A professora, às vezes, fazia um “bico” no caderno para demarcar o início de outra matéria. Tínhamos 2 ou 3 cadernos apenas. Ela dividia porque tínhamos poucos materiais. Nós que comprávamos, meu pai. Não tinha nada na escola. Não é que como agora que “rola” materiais na escola à vontade. E a fazenda também não ajudava. Fui ter uma bolsa de couro quando fui para a 4ª série. Levávamos naquelas bolsinhas de pano: embornal.

Na escola do sítio tinha leite. O governo mandava para as Prefeituras e estas distribuíam para as escolas isoladas. A própria professora fazia. Tinha fogão para ela esquentar.

Fazíamos provas no meio do ano. Uns testes que vinham para a professora aplicar. Mas quando chegava o final do ano era o diretor das escolas que ia aplicar a prova. Eram provas difíceis. Toda matéria que aprendíamos durante o ano. Embora não fosse muito, havia repetência: numa sala reprovavam 5 ou 6.

Durante o ano o diretor visitava a escola. A professora avisava: o diretor vai vir. Morríamos de medo dele. Só olhava os cadernos para ver como é que estavam. E tínhamos um boletim com as notas durante o ano. Não é como atualmente.

Nunca encontrei dificuldades por ter estudado em escola rural. Fiz a 4ª série na cidade e não encontrei dificuldade nenhuma na sala de aula. O que aprendia no sítio aprendia na cidade. Não tinha diferença nenhuma. Também fiz vários concursos públicos, na Prefeitura mesmo, e passei. Fui, inclusive, efetiva. Para mim, a escola do sítio foi boa, porque fui para a cidade e não me atrapalhou em nada. Tanto eu quanto minha irmã.

Quando éramos crianças trabalhávamos no período da tarde. Ajudávamos minha mãe na roça. Mas não faltávamos da escola. Íamos à escola de manhã e, na parte da tarde, trabalhávamos. Éramos acostumados. Minha mãe ia para a colheita do café e nós, crianças, limpávamos todos os troncos dos pés de café.

Estudar não me influenciou para vir morar na cidade. Porque morávamos na fazenda, era bom. Moravam os meus parentes juntos. Fui criada junto com as minhas primas: éramos em 6 ou 7. Não tinha essa vontade de morar na cidade. Éramos acostumados junto com os meus

⁹⁶ Antônia Vieira Portes Bentivenha, também é depoente no nosso trabalho.

avós. E nem os pais queriam sair. Meu pai morou a vida toda nessa fazenda Córrego Novo: 30 anos.

Não tive condições de estudar depois da 4ª série. Não tinha condução que ia buscar nessa fazenda. Um menino que terminou a 4ª série comigo, vinha, porque havia uma perua que buscava os alunos do patrimônio de Paranhos, à noite, onde ele morava. Mas passava longe da nossa fazenda, 2 km. Como era à noite meu pai não ia deixar: 11 horas da noite, chegar no meio do canavial, cafezal... Caso tivesse tido transporte eu teria continuado os estudos. Vontade os alunos tinham!

II.3 Marina Brosque, aluna.

Meu nome é Marina Brosque. Nasci no dia 27 de Dezembro de 1.953, no Bairro Laranjeiras, município de Avaí. Hoje sou corretora de imóveis.

Desde a 1ª série estudei em escola rural, que normalmente era uma escolinha simples, de madeira e de assoalho. Era uma casa qualquer que ficava bem localizada na colônia. Ficava num bairro mais central para atender todos os alunos dos bairros mais próximos. Os fazendeiros escolhiam uma casa (no bairro, a pessoa que tinha uma fazenda grande oferecia uma casinha) e ela servia de escola. Muitos anos a escolinha foi no mesmo local, depois demoliram aquela...Na primeira escola que estudei era uma casinha, um quadradinho, bem simpleszinha, que acredito ter sido feito para ser escola (talvez!). Depois foi mudando, foi melhorando a qualidade...

A escola não ficou sempre fixa no lugar. Houve um certo período que tinha alunos de um bairro mais distante e por isso mudou a escola. Permaneceu no mesmo bairro, mas era em outro sítio, favorecendo uma turminha que morava mais próximo desse sítio, pois acontecia de uma turma que ficava mais próxima de uma escola terminar a 3ª série e as novas turmas serem de bairros mais distantes. Na época que estudei, a escola permaneceu mais ou menos um ano num outro sítio. Como a escola estava sempre no mesmo bairro, acabava tendo sempre o mesmo nome, Escola do Bairro Laranjeiras.

A escola estava a uns dois ou três quilômetros de distância para a maioria dos alunos. A professora que morava na minha casa ia a pé junto com a gente. Ela não tinha condução. Ia a pé, porque para ir a cavalo era perto, não compensava. Por isso a gente saía bem mais cedo. Se as aulas começavam às 8 horas a gente tinha que sair de casa às 7 horas. Tinha esse probleminha, mas as professoras costumavam morar sempre num lugar mais próximo da escola para facilitar suas vidas.

Essas escolas existiam desde que eu me lembro por gente. Meus irmãos, os mais velhos, já tinham passado pela escolinha dessa mesma região. Não fomos daquele tempo mais antigo que não tinha escola. Tivemos esse privilégio, ainda que precário! Não sei se a escola era estadual ou municipal, não tenho certeza, a gente era tão leigo, não conhecia nada, não sabia como funcionava. Eu sei que ela era do município de Avaí, mas não sei se era a prefeitura da cidade que mantinha a escola ou se era o Estado.

Houve um período em que a professora do nosso bairro ficou doente e não tinha substituta, fomos estudar na Aldeia dos índios⁹⁷, nem lembro como íamos, mas muitas vezes fui a cavalo. Meu pai levava eu e meu irmão que era menor. Levava a gente na escolinha. Não sei com precisão o período que ficamos nessa escola (um ou dois meses, não sei quanto tempo). O ensino era igual, mas a gente chegava meio ressabiado porque não conhecia a professora e nem os alunos.

Nós, meninas, gostávamos da escola, já os meninos não gostavam muito. Como juntávamos turminhas e vínhamos para a escola, dava briguinha no caminho da escola! Os meninos acabavam brigando, e as meninas tinham que apartar. Brigavam mesmo. Porque um olhava para a irmã do outro (tinham muito ciúmes dos irmãos, dava um pau feio!). Às vezes os pais tinham que levar porque dava briga feia, e o caminho era longe, embora desse para ir a pé.

As classes não eram numerosas, eram poucos alunos, 6 ou 7 na 1ª série, no geral não dava nem 20 alunos. Porque tinha várias escolas. Em cada bairro mais distante tinha escolinha mesmo não tendo muito morador (principalmente na região que morei, apesar do bairro ser meio grande, não tinha muitas crianças, muitos já tinham passado essa fase). E, no sítio, naquela época, os filhos estudavam até a 2ª série e os pais já tiravam porque achavam que

⁹⁷ Aldeia Araribá no município de Avaí.

tinham que ir para a roça. Era meio complicado. A maioria acabava nem estudando direito, nem terminavam a 4ª série. Hoje está um pouco mais fácil porque tem a condução que vai buscar e os pais já têm outra cabeça, já acham que o filho tem que estudar mesmo, porque é necessário, mas os mais antigos não agiam desta forma.

Sempre estudei no período da manhã, acredito que seja das sete e meia, oito horas, era bem de manhãzinha, até onze horas, meio dia. E tinha um intervalo para lanche. A professora fazia merenda. Na minha época não tinha sopa ainda, depois parece que criaram o sopão, e tudo mais, era só o leite mesmo, mantido pelas prefeituras das cidades. A professora recebia uma boa quantidade de leite, era um saco grande de leite em pó. Tinha um lugarzinho, um cobertinho fora da sala, bem simpleszinho, bem precário mesmo, onde se fazia um fogãozinho improvisado com uma meia dúzia de tijolos, a turminha mesmo colhia madeira no campo para fazer o fogo e ela tinha um caldeirão bem grande. Isso na 1ª série. Depois a escolinha mudou para uma casa que tinha um fogão de lenha e passou-se a usá-lo. Não tinha uma pia, não tinha nada, era água de mina. Para pegar água para beber, às vezes, ela escolhia os alunos para irem na mina buscar, porque a mina não era perto. Como não tinha água encanada, na classe tinha um filtro para os alunos beberem água. Mas era tudo bem difícil mesmo! A professora escolhia aquele que estava com o trabalho mais adiantado para sair uns dez minutos antes do intervalo para acender o fogo. Ajudava ela, porque esse trabalho era ela que fazia.

No meu tempo, no sítio não tinha 4ª série. Aquela turma que terminava a 3ª série tinha que estudar na cidade de Avaí. Sempre acabavam indo uns três ou quatro alunos e alguns até desistiam devido a dificuldade de transporte, porque para ir tinha o caminhão de leite, mas para voltar dependia de carona ou de alguém ir buscar. Não tinha esse ônibus como hoje, que facilita tudo. Era bem complicado. Tinha que ir de caminhão do leiteiro!

Eu, particularmente, fiquei hospedada na casa da minha tia que morava na cidade de Avaí. Normalmente vinha para casa nos finais de semana, muitas vezes apenas uma ou duas vezes por mês. Embora meu pai já tivesse condução, era tudo caro e o acesso era bem difícil, estrada ruim, não tinha asfalto, era uma estradinha de terra, não era qualquer carro que passava, era difícil, tinha que vir a cavalo. E era bem longe. Da minha casa até Avaí dá uns vinte, trinta quilômetros.

Quando chovia, por conta da estrada, os carros não passavam. Nem caminhão de leite vinha, nem as professoras. Se chovesse no sábado e domingo e as professoras tivessem ido para casa, elas não vinham na Segunda-feira, por conta da chuva e do mau acesso.

As professoras hospedavam-se no sítio, ora na casa de um, ora na casa de outro. Hospedaram-se um bom tempo na casa dos meus pais. Algumas ficaram vários anos em casa. Às vezes uma professora acabava ficando dois ou três anos no bairro. Algumas ficavam um ano, não se adaptavam devido às dificuldades. Tinha que ficar a semana inteira, não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha nada, e para elas que viviam na cidade era ou não era difícil mesmo? Já a professora Deusa⁹⁸, que foi minha professora, ficou um bom tempo, não sei nem quantos anos ficou! Ela se adaptou bem. Sua família, seus pais, já eram pessoas simples, já tinham morado em sítio...Então ela se adaptou até bem. Mas houve outras que não conseguiam não: ficavam um ano e depois iam embora. E você tinha que começar tudo de novo, porque normalmente essa mesma professora dava aula para todas as séries, 1ª, 2ª e 3ª série.

Ela passava um trabalho para a 1ª série e explicava, e deixava todo mundo trabalhando. Passava uma tarefa, um serviço para a turma, dividia a lousa em três partes e passava para cada uma das turmas. E desenvolvia a tarefa super bem, não tinha esse tipo de problema de “não fez tarefa”. Ela passava uma atividade para fazer em casa e todo mundo acabava

⁹⁸ Deusa Maria Trindade Morales, professora que também é depoente na pesquisa

fazendo, porque respeitava mesmo ela, como uma pessoa de autoridade! Uma pessoa super importante!

Trabalhava legal, pois não era como hoje que as crianças não respeitam, a classe inteira só com uma turma e eles não respeitam os professores. Antigamente não, se ela falava

“pára”, era “pára” mesmo! E os nossos pais também ensinavam que tínhamos que respeitar, que tínhamos que ir à escola para aproveitar o estudo, mesmo que os pais não participassem muito da escola. Eles trabalhavam muito, o dia inteiro na roça, não tinham nem tempo de ir à escola. Por isso as professoras tinham um trabalho de ir diretamente às casas, conhecer as famílias. Faziam visitas e conversavam com eles. Eram bem voltadas para isso, era bem interessante. Embora quase não tivesse problemas com os alunos, como não estar fazendo tarefa, não estar indo bem...Era bem aproveitado o ensino.

Na escola, as professoras tinham bastantes livros, explicavam bem, nós tivemos boas professoras, tinham paciência com os alunos. Desenvolviam bem a matéria. Nós fazíamos divisão do caderno em várias partes, numa fazia Matemática, na outra Português...Dividia umas folhas no caderno para não ficar tudo misturado. A escola dava os cadernos, os livros, cartilhas, dava todo o material para a professora: giz, lousa, o apagador. Às vezes ficava sem material e ela acabava tendo que comprar. Às vezes ela reclamava, “olha, acabou o material, não tem, então a gente vai ter que economizar”. Porque os alunos, quando terminava a aula, tinha uma vontade louca de levar um pedacinho de giz para casa: “professora, dá um pedacinho de giz pra eu levar para casa”. Muitas vezes ela dava um pedacinho, mas muitas vezes, diante da dificuldade por falta de material, ela não dava não. O material era fornecido pela Prefeitura da cidade.

As aulas eram sempre na sala. Às vezes quando saíamos para o recreio, a professora falava “hoje vamos reunir todos os alunos no intervalo, para gente bater um papo, para os alunos mais tímidos ficarem mais desinibidos”. Tinha uma certa dificuldade, às vezes, dos alunos se entrosarem. Ela falava, “no intervalo, vamos todo mundo sentar debaixo de uma árvore, vamos conversar, vamos tentar entrosar mais a turma”. Isso ela costumava fazer também.

Lembro de comemorações do dia da bandeira, algumas vezes que se hasteava a bandeira, se fazia alguma homenagem, um trabalhinho voltado àquela data. “Amanhã é dia do índio, vamos fazer um trabalhinho do índio, vou trazer uns jornais vocês vão fazer uns recortes...” Era onde a gente fazia um muralzinho na parede, ia pondo os cartazes comemorativos, das datas.

Uma área que eu gostava bastante era Matemática, tinha uma certa facilidade de aprender bem. É lógico que Matemática é prioridade. A professora tomava bastante tabuada. Fazia levantar do lado da carteira, um por um, não ficava um sem ela fazer a tomada. Começava do primeiro da fila e tomava a tabuada. O que me lembro muito era isso, que tinha que estudar mesmo a tabuada, senão você ia passar vergonha. O aluno tinha medo de passar por esse tipo de humilhação, por isso estudava mesmo. Ela falava, “amanhã vou tomar a tabuada tal”. E você tinha que saber na ponta da língua, senão ela punha de castigo. Ficava num cantinho de castigo. Tinha uns castigos meio engraçados: ela punha no cantinho da sala olhando para a parede, não podia olhar para trás, não podia dar risada. E ela falava, “você tem que dar graças a Deus que eu não trouxe grão de milho porque senão eu ia por você ajoelhado no grão de milho. Então você fica aí paradinho olhando para lá. Olhando lá pra fora”. Às vezes ela punha na janela, você tinha que ficar olhando só lá fora, com tempo marcado no relógio. Não eram castigos assim de tacar a régua na cabeça, essas coisas, elas não eram agressivas desse tamanho, não! Não tinha necessidade porque os alunos respeitavam.

A tabuada era muito explorada também diante dos problemas. Porque nos problemas aparecia divisão, multiplicação e se você não sabe a tabuada...Quem não sabe tabuada não sabe nada. Eu tenho filho que terminou o colegial e que às vezes não sabe tabuada direito. A

minha filha, estava na 5ª, 6ª série, não sabia a tabuada. Eu cobro isso dos meus filhos, acho que é primordial a tabuada. Os alunos não podem passar de série se eles não souberem a tabuada. Apesar de eu ter estudado no sítio, sei a tabuada na ponta da língua. Isso é importante, você não esquece nunca mais. É uma tecla que tem que ser sempre batida. E tem alunos fazendo 2º grau e não sabem tabuada! Isso é uma falha muito grande da Matemática.

A professora era muito criativa, muitas vezes ela mesma montava um problema, muitos eram da cartilha, mas ela também costumava fazer algumas alternativas, inventar, criar coisas diferentes. Não era muito malhado, só aquilo que está na cartilha. Ela usava materiais para ensinar, mas não lembro o quê.

Fazíamos tudo, divisão...No primário não lembro se tinha outras coisas mais. Sei que em Matemática eu conseguia me desenvolver bem, só enrosquei mesmo quando cheguei no 2º grau, que tinha raiz quadrada, aquele monte de coisas...acabei me enroscando um pouco. E hoje, se tiver que fazer, não sei mais, tenho que fazer um curso de novo. Agora, o básico mesmo, eu sei fazer!

Outra coisa que não lembro se aprendia no primário, mas a gente ocupa muito, é porcentagem. Tem muito aluno fazendo colegial e não sabe fazer porcentagem! Acho muito importante porcentagem, porque tudo o que você vai fazer na vida..., por exemplo, se você vai numa loja e vai comprar uma coisa o cara fala “olha, isso aí é cem reais, mas você tem desconto de 30%”, eles não são capazes de saber quanto que é 30% de cem reais! Não sei falar se está sendo bem trabalhada a Matemática que é básica na vida. Isso eu não aprendi na zona rural. E isso faz muita falta, a gente ocupa muito depois de adulto. Metros cúbicos, essas coisas, a gente acabava aprendendo, mas era na 4ª série.

Quando as professoras vinham para cidade sempre levavam jornais para fazermos pesquisa, recorte. Bastante recorte de jornal, bastante pesquisa de atualidades, de guerras, naquela época já tinha muita guerra no Vietnã. Passavam para a gente as coisas do mundo, porque lá não tinha televisão, praticamente você não ouvia rádio, era difícil, o rádio era a pilha, aquela pilha grande, era difícil de adquirir. Bastante trabalho de parede, para expor em cartolinas, davam as cartolinas para fazermos trabalho em várias áreas.

Na área artística ela fazia alguns trabalhos. Na época a gente brincava muito com uns saquinhos que fazia em casa e enchia de terra. Nem sei como chamava, sei que acabava usando aquilo para fazer trabalhinho na escola. Ela pedia para trazer algumas coisas, montar um trabalhinho ou fazer um joguinho de quebra-cabeça, alguma coisa assim eu lembro.

Não lembro muito de prova durante o ano, lembro da prova de final de ano, para ver se ia para passar de série ou, se não conseguia nota, continuar, voltar a fazer de novo a mesma série. Tinha que estudar bastante. Era o exame, a gente chamava de exame! Você tinha que fazer o exame, e era com todas as matérias. Tudo no exame! O exame era no mesmo dia para todos os alunos e parece que vinha uma pessoa de fora, um fiscal, nesse dia, para assessorar a professora.

Não havia muita reprova. Só não passava mesmo aquele que faltava muito. Muitas vezes esse aluno acabava desistindo mesmo, nem chegava fazer exame. Ia, ia, ia...faltava muito, acabava desistindo. Chegava no próximo ano, estava lá de novo, tentando fazer a mesma série. Mas era uma coisa espontânea mesmo. E cada aluno tem uma dificuldade, numa matéria...Isso é normal, até hoje.

Eu reprovei na 4ª série. Reprovei na 4ª série! Porque fui estudar na cidade e aconteceu um fato inédito comigo. Eu, criança, era tão criança, no dia do exame, levei um saquinho com canetinha, tudo dentro. Para fazer exame só podia levar o lápis, uma caneta e borracha. Isso já foi na escola de Avaí. E não sei porque cargas d'água, o saquinho estava furado, perdi a caneta. Todo mundo recebeu o material. Como eu morava no sítio, era bem tímida, fiquei com vergonha de pedir uma caneta emprestada. A turma começou a fazer e eu fiquei esperando. Fiquei ali pensando o que eu ia fazer, você imagina isso? E sem caneta. A professora

percebeu que eu estava super ociosa e perguntou o que tinha acontecido, falei “ah, perdi a caneta”. Não tinha caneta. “Eu não tenho caneta pra fazer a prova, o exame”. Era dia de exame! Eu era excelente aluna. Mas você podia ser ótimo aluno, se chegasse no dia do exame, não soubesse, você repetia mesmo! Eu fiquei nervosa, já não conseguia, porque já tinha passado um bom tempo. Não consegui, deu o sinal. Ainda tocava o sinal. Tocava o sino “paaaa”, tem que entregar. Igual faculdade: tocou o sinal, recolhe, passa alguém recolhendo tudo. E eu não consegui terminar. No final me chamaram para dizer que eu tinha reprovado. Fui chorando. Minha professora disse, “não acredito, ela é a melhor aluna da classe!” Conteí para ela que eu tinha perdido a caneta, “perdi a caneta no caminho”. Triste. Tive que fazer de novo a 4ª série. Mas não reprovei por conta de não ter acompanhado não. Foi por conta dessa situação mesmo. Fui até relativamente bem. Eu até tive que estudar mais, não podia faltar...

De vez em quando, um supervisor, um diretor passava para dar uma olhadinha nos cadernos. Você ficava morrendo de medo daquele dia, a professora avisava, “vai vir alguém aqui, vai dar uma olhada, vai fazer uma inspetoria aqui”. Ela pedia para gente procurar ir bem limpinho, bem arrumadinho, porque tinha aluno de família muito pobre, às vezes, ia até meio sujo para a escola, por isso ela pedia, “olha, vem bem bonitinho, bem arrumadinho, corta o cabelo, lava a cabeça...” Não sei se eu estou sonhando, mas acho que existiu sim! Vinha, a gente ficava com medo. Eles perguntavam, “está gostando da professora? Ela está ensinando direitinho? Vocês estão encontrando alguma dificuldade? Vocês querem que troquem de professora?” Eles questionavam, faziam algumas perguntas.

Quando terminei a 4ª série (a segunda vez que fiz essa série) nós mudamos para Duartina. Eu já tinha 12 anos. Fiz admissão e fiz a 5ª, 6ª série em Duartina. Mudei para Bauru e comecei a estudar no SENAC⁹⁹, onde fiz até a 8ª série e um Curso Profissionalizante de Estatística. Foi um curso bem estranho. Foi logo no começo que o governo implantou um estudo que tinha que ser em parceria, a parte técnica era feita no SENAC e a teórica na estadual. O tanto que a gente sofria. Na segunda, quarta e sexta-feira na Escola Estela Machado¹⁰⁰, terça e quinta-feira, no SENAC. Na outra semana era diferente: segunda, quarta e sexta-feira no SENAC, e terça e quinta-feira na escola Estela Machado. Era aula de Matemática e Português na escola, e no SENAC, era Estatística, com professores do profissionalizante na área de Matemática, mas voltado para Mecanografia. Para Computação, aquela época, tinha que fazer 200 cartõezinhos, que eram perfuradinhos, e depois tinha que ir na ITE¹⁰¹, que era o único local onde tinha um computador. Aquele monstro, parecia uma sala, o computador era imenso. Você tinha que jogar um monte de cartões para sair uma coisinha de nada. O computador fazia “pé, pé, pé”. Nós fizemos uma mulher, o desenho de uma mulher, porque era mais fácil. Mas para perfurar aqueles cartões, nós demoramos aulas e aulas. Foi muito difícil o nosso curso, mas foi válido, foi super importante. Foi o 1º ano que teve um curso com a parceria entre a escola estadual e o colégio técnico. Não deu muito certo. Acho que só teve duas turmas. Não foi adiante, não deu certo. Não conseguiam fazer, os alunos desistiam, começou com 40 pessoas e terminou com 20 pessoas. Teve Contabilidade, Secretariado, Estatística. Mas formou só duas turmas.

Tudo foi estranho na minha vida: estudar naquela escola rural, fazer aquela vida, depois de adulta, escolher um curso maluco...Mas ter estudado na zona rural não influenciou em minha vida, porque quem continuou lá não teve oportunidade, mas meus pais já eram pessoas mais cultas, eles também já conseguiram estudar e não eram analfabetos. Isso é importante, pois a maioria dos pais dos alunos daquela época era analfabeta e não podiam ajudar os filhos em nada em casa. E eu tive o privilégio da professora morar na minha casa, e diante de algumas dificuldades, elas acabavam ajudando a gente. E nós acabamos conhecendo pessoas

⁹⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

¹⁰⁰ Escola Estadual Estela Machado, em Bauru

¹⁰¹ Instituição Toledo de Ensino, escola de 3º grau de Direito e Administração, em Bauru.

mais cultas e tendo uma certa facilidade. Ficamos mais desenvolvidos, mais desembaraçados, por conta delas terem um contato mais direto com a gente. Elas sempre me traziam nos finais de semana para casa delas. Acabei conhecendo as cidades. A professora Neide¹⁰², que morou um tempo na minha casa, era de Pirajuí, deu aulas lá uns 2 anos, quando ela ia para casa, acabava me levando junto. Teve a Flori também. Uma delas foi diretora ou vice-diretora da Escola Ernesto Monte¹⁰³.

Eu nem guardei meus cadernos. Era tão importante ter guardado alguma coisa para dar uma olhada, seria tão bom! Quando eu casei, eu tinha tanto livro em casa, tanta coisa guardada...Quando voltei da lua de mel, estava montando minha casa, minha mãe disse que tinha queimado tudo. Não tenho nenhum livro para contar da minha vida, dos vários cursos que fiz depois de mocinha: pintura...Minha mãe falou “estava tudo enchendo o saco, estava enorme aquilo. Pus no quintal e queimei tudo”. Foi tão triste, porque é uma história, uma vida. Chorei tanto. Mas não tinha como.

¹⁰² Neide

¹⁰³ Escola Estadual Ernesto Monte, em Bauru

II.4. Ovídio Pereira Martins, aluno.

Meu nome é Ovídio Pereira Martins. Minha profissão é lavrador. Nasci em 2 de agosto 1947, no Bairro Córrego Fundo do município de Santa Cruz do Rio Pardo. Comecei a estudar em 1955, na Escola Mista Municipal do Bairro Figueira Branca.

Nessa escola tinha até a 3ª série, com apenas uma sala de tamanho 6 por 8. Estudava a 1ª, 2ª e 3ª juntos nessa sala: na base de 43, 40 alunos. Houve um tempinho que teve 48 alunos! A professora se via aturdida: uns chorões, outros safados demais. Nossa senhora! Na 1ª série sempre tinha mais alunos, pois eles furavam, repetiam, mais na 1ª série. E entravam outros. Na 1ª série sempre estava a metade dos alunos da escola. Sempre ficava com 20, 22. Os demais eram da 2ª e 3ª séries. Muitos mudavam, e vinham outros...

Eu estudei até a 2ª série, fui até o mês de maio na 3ª série e depois sai. Repeti o 1º ano: fiz duas vezes essa série. Estive durante 3 anos e 3 meses na escola, porque a escola entra em fevereiro... Nesse período tive três professoras: Edite, Marisa e Léo.

No 1º ano eu não gostava de ir à escola por causa daquele medo de que os outros batessem, aquela coisa medonha. E reprovei por ser muito chorão, muito tímido. Não consegui aprender nada, em nenhuma matéria. Já no 2º ano fui pegando o jeito. Por isso, do 2º ano em diante eu gostava de ir na escola. Já fiquei mais grandinho. Peguei o jeito com os outros, eram todos companheiradas, aquela coisa... Aí sim, aí ia bem. Logo saí, no 3º ano. Mas não saí porque meu pai quis me tirar, não. Eu mesmo falei: “ah, eu não vou mais na escola, não”. E ele: “não, tem que ir na escola”. Como nós mudamos para o bairro Dourados, onde também só tinha a 3ª série, ele falou: “você acaba de fazer a 3ª série no Dourado e faz a 4ª série no Lajeado”. Embora eu gostasse da escola, não sei o que entrou na cabeça, não quis continuar. Tinha uma inclinação, gostava demais, de arar a terra, era pequenino ainda, mas gostava. Arar! Trabalhar com burro! E o meu pai deixava. E assim (nossa senhora!) entrou na minha cabeça que agora eu ia ajudar ele a fazer aquilo”. Não quis ir na escola de jeito nenhum.

No Patrimônio da Figueirinha de São Roque havia uma escola até a 4ª série. A maioria dos alunos foi fazer a 4ª série. Saía da Figueira Branca e ia para a Figueirinha. “Ah, agora fulano foi para a Figueirinha fazer 4ª série”. Mas depois não continuava estudando. Poucos foram os que estudaram após a 4ª série. Não estudava porque era tudo o peso do bolso, não tinha o dinheiro. Tinha que pagar tudo: condução... Só tinha escola após a 4ª série na cidade. Tinha que morar na cidade, mas, morar na cidade aquela vez... Cada um tinha o seu serviço. Era difícil demais. E caro! Não é que era caro, mas é que o povo é sem dinheiro mesmo, da mesma forma que hoje. Mesma coisa

Desde o 1º ano eu ajudava meu pai depois que chegava da escola. Nossa senhora! Ia ajudar no servicinho maneirinho: carpir alfafa, carpir arroz... Desde o 1º ano, quando tinha 8 anos. Quando saí da 3ª série, estava com 11 para 12 anos, já trabalhava mesmo. Trabalhava até com burro. Trabalhava até com burro!

Íamos a pé ou a cavalo na escola. Para mim a distância era de uns 2 km, para os alunos do Bairro “Corgo” Fundo uns 3 km, e para os alunos do Darci¹⁰⁴, era mais longe, uns 5 km. Era mais longe. Eu era uns dos que morava mais perto. A maior força das crianças da escola morava na fazenda, que hoje é do japonês¹⁰⁵, era bem próximo da escola. Já os alunos dos Paranhos¹⁰⁶ e dos Ernestos¹⁰⁷, eram de dentro da escola, -iam tomar lanche na casa, almoçavam em casa, durante a meia hora do intervalo. Não tinha aquele negócio de trazer, iam almoçar mesmo.

¹⁰⁴ Aqui o depoente se refere aos alunos do sítio de propriedade de Darci Pinheiros.

¹⁰⁵ Fazenda Takaoka.

¹⁰⁶ Aqui o depoente se refere aos alunos do sítio de propriedade de Sebastião Paranhos.

¹⁰⁷ Aqui o depoente se refere aos alunos do sítio de propriedade de Ernesto Alves.

A escola não tinha servente. As meninas mais grandes é que varriam, limpavam a classe. Às vezes a professora também limpava, mas ela ia fazer o seu almoço também. Naquela vez não tinha merenda. Cada um levava seu lanchinho. Pão duro. Quando os outros não tomavam. E alguns levavam comida. Nós mesmos¹⁰⁸, quantas vezes não levamos comida. Quando não queria levar comida, levava um pedaço de pão, bolo... E muitos levavam comida todo dia. Lá não tinha lanche.

Tinha aulas aos sábados. E, duas ou três vezes por ano, tinha reunião de pais na escola: a cada três meses. Em sete de setembro havia festinhas, que se faz até nos dias de hoje. Já no Dia da Criança e no dia do Professor não lembro se fizemos alguma coisa. Nem festa junina também.

Na minha época tinha aula de manhã, das 8h às 12h, e à noite para adultos, com a mesma professora. Havia muitos adultos, tanto quanto o número de crianças do período da manhã. Todos os meus tios iam. Nossa senhora! Se abusar tinha mais do que criança. Todos já tinham feito 2ª série, 3ª série. Iam para reforçar. Faziam novamente. Mas não tinha recuperação fora do horário que se estudava.

A gente comprava os materiais. A Prefeitura dava alguma coisinha. Eu lembro que a professora falava: “a Prefeitura deu isso aqui”. Materiais da escola, como giz... Isso já é mesmo obrigação de dar. Mas cadernos não. Na minha escola, nunca recebemos cadernos. Mas tínhamos o material. A gente comprava livro. Muitas vezes a professora trazia e dizia: “custa tanto”. E a gente dava o dinheiro.

Os próprios moradores também construíram a escola: cada um deu um pouco. Fizeram uma “vaca” para construir a escola. Mas a Prefeitura também ajudou. Os pais queriam uma escola ali. Meu pai também ajudou, embora eu ainda não estivesse em idade escolar. Ela deve ter sido construída em 1948 ou 1949, eu não sei certo.

Enquanto estive na escola, aprendi, em Matemática, as tabuadas e as contas todas: de mais, de menos, de dividir, de vezes. Nas contas de dividir e de menos, sofri. As demais contas aprendi rapidamente, facinho. Nossa! Aquele negócio de emprestar, não dava certo. Não funcionava. Antes de fazer as contas na lousa, a professora fazia: “aqui tem três, tira um, empresta aqui, aqui fica dois”. Ela dava aquela explicada e os mais inteligentes pegavam facinho. Os demais alunos, aqueles mais tímidos, sofriam para caramba. A dificuldade para dividir era com mais de um número na chave, achar o tanto que precisava para dividir por aquele da chave, para ver quanto que dá. Por exemplo, se na chave estava 342, eu não conseguia pegar uma numeração que desse para dividir. Não conseguia entender.

Aprender tabuada foi fácil. A professora ensinava: “dois vez um; dois vez dois”, até a tabuada do seis. Porém a do sete e a do oito deram trabalho para mim. Confundi. Começava a aprender tabuada na 1ª série e na 2ª série já sabia todas.

Trabalhava também com os probleminhas: “uma família gastou tanto em tal coisa, tanto em tal coisa”, dava duas ou três continhas no probleminha para resolver naquele bloco. Mas alguns não conseguia resolver. Lembro que vários problemas eu não conseguia resolver, porque não entendia mesmo. Não conseguia fazer. Não conseguia resolver aquilo. Como eu não conseguia resolver (era mais fraco e não conseguia), a professora passava para um aluno da 2ª série, mais forte, via-se que estava melhor. Caso ele não conseguisse também, passava para um aluno de 3ª série: o de 3ª série resolvia.

Tínhamos provas, mas eram poucas durante o ano. A cada dois, três meses, fazíamos uma provinha. E eu não ia bem. Tinha medo da prova. Acredito que ia mal por puro medo. Parece que eu ficava com aquele medo medonho e não conseguia resolver.

E tinha o exame final, com o inspetor. E o medo do inspetor! A professora falava: “ele vai passar tal coisa” E cadê que a gente ia lembrar? A gente ia mal nos exames. Passava com nota

¹⁰⁸ O depoente está se referindo a seus irmãos e a si mesmo.

baixa: 60, 65. O aluno bom tinha a obrigação de passar com pelo menos 80, pois aquela vez era 100, 80. Não como hoje: 10, 8, 7...Aquele vez, de 50 para baixo não passava e de 50 para cima passava. Só que quem passava com 50 até 65 era fraco. O bom aluno, lógico, passava com 100. Nota 100! Mas quem tirava nota 80, 75, já era uma beleza, porque na próxima série conseguia ir bem. Aqueles que passavam com nota baixa sofriam para acompanhar. Se fosse bem mais fraco, sofria para acompanhar os outros alunos. Eu acho que o que se aprende hoje é melhor, tenho a impressão que o ensino de hoje é melhor. Mais fácil.

Em dia de exame, o inspetor mandava o aluno na lousa, porque a prova não era só escrita no caderninho. Tinha que ir lá na lousa resolver. De repente, o inspetor falava: “tal problema, tal fulano vai lá, vai lá na lousa e faz lá na lousa”. Citava um nome. Eu nunca fui mandado. Sorte!

Quando eu estava no 2º ano, o inspetor veio no meio do ano. Veio só bater um papo. Só conversou, olhou os cadernos... Olhou os cadernos e já falou: “você tem que prestar mais atenção”. “Você está mal, você precisa muita atenção”. Falava desse jeito!

Na escola falava-se: “Olha, os filhos precisam estudar porque precisa pegar um sítio, um serviço na cidade...” Falava assim. Mas isso não interferiu na escolha da minha profissão.

Os alunos não faltavam da escola para trabalhar com os pais. Os pais queriam que os filhos fossem na escola. Incentivavam para ir. E os pais ensinavam muito aos filhos. Nossa senhora! Aprendíamos em casa. Usando, naquele tempo, aquela luzinha de querosene, luzinha ruinzinha... Tinha lição de casa, aqueles problemas que eu tinha muita dificuldade, as tabuadas... O quanto o pai com a mãe ensinavam! Porque eles tinham ido na escola, embora fossem fracos também, sabiam bem tabuada. Sabiam tabuada e ensinavam. Ensinava e muito!

II.5. Tomás de Jesus Leitão, aluno.

Meu nome é Tomás de Jesus Leitão. Nasci em Guaianás distrito de Pederneiras, em seis de abril de 1958. Comecei a estudar com sete anos. Morava e estudava no sítio, na Escola de Emergência Bairro dos Carneiros, uma escola municipal. Era uma escola pequena, tinha um pátio, mas não tinha cozinha. Fazia-se o leite, chocolate, para os alunos, numa casa do sítio vizinho, em frente à escola. Fazia-se leite de soja para as crianças todos dias.

As turmas também eram pequenas. No máximo, 10 alunos cada turma. Havia só uma professora que dava aula para três turmas: 1ª, 2ª, e 3ª, numa única sala. Já na cidade de Guaianás, que ficava 8 km de distância do sítio, tinha o ginásio. Eu fiz o 4º ano. Comecei a fazer em Guaianás e conclui na cidade de Bauru, na Escola Carlos Chagas. Depois fiz o SENAI: curso técnico em Mecânica. Atualmente trabalho como mecânico de automóveis.

Quando nasci, já existia a escola. Meus irmãos estudaram lá. Não sei direito, mas a escola deve ter sido construída pelo governo. Os pais valorizavam a escola. Quando eu não queria ir à escola, meu irmão me levava. Mas não havia reuniões de pais.

Os alunos não faltavam para trabalhar. Quando éramos moleques pequenos, não trabalhávamos. Íamos estudar e brincar apenas. Era difícil trabalhar. Os nossos pais, mães, irmãos, não nos forçavam a trabalhar. Trabalhávamos porque queríamos, mas não era forçado.

Era uma região onde a maioria das propriedades eram pequenos sítios. O sogro da minha professora era fazendeiro na região, mas nem tinha sede na fazenda. Nos sítios, plantava-se milho, arroz, feijão: plantava de tudo para consumo próprio: só para o gasto. Lembro-me que quando era moleque, minha mãe fazia açúcar, farinha: fazia tudo lá no sítio. Só compravam-se as roupas.

Eu estudava no período da manhã. Tínhamos intervalo às dez horas, para o lanche. Saia ao meio dia. Os alunos também levavam lanche, às vezes, levava até almoço. No sítio, dez horas já é hora de almoçar.

Alguns alunos vinham para a escola de bem de longe: dez ou doze quilômetros. Vinham a pé e alguns a cavalo. A professora ia de charrete. Às vezes, a professora ia sozinha, e outras, de carona com as pessoas que iam para o sítio trabalhar. Os irmãos dela tinham sítio lá perto. A minha professora, Ana Rosa, viajava todo dia. Mas algumas moravam no sítio. Enquanto estudei, durante os três anos, sempre foi a mesma professora. A única autoridade era a professora. Nos relacionávamos bem com ela. Ela dava castigo, mas não era brava.

As provas e o exame final sempre eram dados pela professora. Ela dava e corrigia. Tinha pouca reprova, eram poucos alunos, não tinha como ter bastante reprova. Não havia recuperação, passava-se na raça mesmo. Quando os alunos estavam no 1º ano, estavam aprendendo, a professora pegava na mão de todos para ensinar a escrever. Depois que aprendia escrever, já ia por conta própria.

Eu gostava muito da escola. Aprendia Matemática, Português: o básico. E aprendia também religião. A mesma professora também dava aula de religião. Não lembro de ter dificuldades, mas Matemática era mais difícil de aprender. O mais difícil era decorar tabuada. A professora tomava a tabuada e tinha que saber. Ela passava a tabuada na lousa e copiávamos no caderno. Fazíamos problemas, contas de dividir, de vezes...

Nós só tínhamos aula dentro da sala. Fazíamos festa de comemoração de sete de setembro, costumávamos cantar o Hino Nacional.

Tínhamos cartilha. Cada série tinha seus livros. Tanto os livros, quanto caderno, borracha, lápis, nós ganhávamos. A professora levava na escola. Mas não sei se ela comprava ou se ela requisitava.

O ensino da zona rural era melhor que o da cidade. Tem conteúdos de Matemática que minha filha, Cristiane, na faculdade, não sabe, e eu aprendi na escola do sítio, até a 3ª série. Contas, alguns tipos de contas eu aprendi melhor no sítio do que na escola da cidade, tanto

que quando saí do sítio e fui para Bauru, passei de ano! Senão eu teria reprovado o 4º ano na cidade. Na cidade já tinha reprova. A escola era grande, tinha muitos alunos.

Na escola rural, a professora usava lápis, caneta: o material que o aluno tivesse na mão, para ensinar as operações. Usava o material que ela tinha em mãos para poder trabalhar. Porque a escola era pobre, os recursos eram poucos. Não tinha muita coisa. Contas de divisão, por exemplo, colocava-se na chave, depois tinha que tirar a prova dos nove para ver se estava certo. Mas não lembro mais como era.

Os problemas eram sobre, por exemplo, laranja: tinha que repartir a laranja com uma certa quantidade de pessoas. Formava uma continha para resolvermos. “Num sítio tinha lá uma certa quantidade de cabeça de boi, o fazendeiro vendeu tanto, quanto ficou?” Problemas mais ou menos desse tipo. Usando coisas da época. E a aprovação não dependia de saber ou não a tabuada. Era difícil não saber a tabuada. Era meio na marra. Mesmo que não a decorasse, acabava fazendo: contava nos dedos... Já outras operações, envolvendo juros e porcentagens, não sei se aprendi na zona rural, se na cidade quando fiz a 4ª série ou se aprendi no SENAI.

O que aprendi na escola rural influenciou ter a profissão que tenho. Caso contrário eu não teria conseguido entrar no SENAI. Não teria passado no exame para entrar. Foi o ensino de lá que meu deu essa base. Hoje eu não tenho noção se está melhor ou pior. Mas eu acho que naquela época era melhor do que agora. Mudou muita coisa na escola. Agora tem computador... Não é como era antigamente. Nem existia calculadora. A única calculadora que existia era aquela tabuadinha no lápis. Só no lápis, só no material, porque calculadora não existia. Nem sonhava com calculadora.

III.1. João Dorival de Carvalho, inspetor de ensino.

Eu sou o professor João Dorival de Carvalho. Nasci em Piracicaba. Estudei no Colégio Piracicabano e fiz o Curso Normal e Científico na Escola Normal Miss Marta Watts - anexa ao Colégio Piracicabano, hoje Unimep. Anos mais tarde fiz Administração Escolar, na Escola Monsenhor Bicudo, em Marília, em mil novecentos e sessenta e um ou sessenta e dois. Fiz também a Supervisão Escolar e um curso em Marília, do qual não me lembro no nome - era o curso anterior à Pedagogia, com dois anos de duração e quem o fazia tinha uma certa facilidade a mais para frequentar a Pedagogia. Porque nós voltávamos na faculdade de Pedagogia para estudar a Supervisão e a Administração Escolar novamente, além das matérias correlatas: Matemática, Estatística, Biologia, História, Filosofia e outras matérias. Nós tínhamos Supervisão Escolar e Administração Escolar dentro do Curso de Pedagogia. Os que não tinham foram obrigados a fazer. O curso de Pedagogia eu fiz na FAFIL (Faculdade de Filosofia) em Bauru.

Comecei minha carreira no município de Jales, na Escola Masculina do Bairro da Rapadura, na zona rural, distante de Jales cerca de 25 quilômetros. A gente usava o trem num trecho, depois usava o cavalo para chegar na escola. Cheguei a morar na zona rural também. Nessa escola fiquei um ano como professor substituto. Depois de um ano é que me efetivei no cargo de professor, só que em outra escola, parecida com essa, cujo nome não me lembro. Ingressei no Magistério Público como professor efetivo em seis de agosto de mil novecentos e cinquenta e três.

Depois fui transferido para a cidade - Grupo Escolar de Jales. Ainda ali, prestei e fui promovido no primeiro concurso para diretor de escola - nos anos sessenta. Fui também auxiliar de inspeção - era um cargo em que o diretor tomava conta das escolas isoladas. Além do inspetor escolar (naquele tempo chamava inspetor escolar), havia o auxiliar de inspeção, que fazia toda a escrituração da escola isolada, que para isso tinha também um outro professor que o auxiliava. Ele às vezes tinha 15, 20, 30 escolas, dependendo do tamanho do município. Eu cheguei a trabalhar com umas 30 escolas - tomava conta da minha escola na cidade e das escolas da roça. As visitas eram aleatórias, a gente fazia um rodízio e dava tempo para visitar todas elas - pelo menos duas ou três vezes durante o ano a mesma escola era visitada. Mais do que isso era impossível porque a gente tinha também as escolas da cidade, e eu, inclusive, tinha a área da saúde e a área da religião, o que era mais difícil ainda do que para outros colegas que não tinham.

Era bastante difícil o trabalho, sem remuneração nenhuma praticamente, porque o diretor de escola ganhava o mesmo que aquele que acumulava os cargos de diretor e auxiliar de inspeção. E o benefício que a gente tinha eram os pontos que contavam para a remoção, para algum concurso. Mas remuneração mesmo, em dinheiro, não tinha nenhuma.

O delegado de ensino era quem escolhia, entre os diretores, qual iria ocupar esse cargo de auxiliar de inspeção. Por muitos anos exerci essas duas funções. Até que o cargo mudou: passou a chamar supervisor de ensino, por volta de 1975. Mudou a denominação, mas a função era a mesma. O nome do cargo mudou através do secretário da educação. A diferença entre ser efetivo ou substituto estava na remuneração.

Iniciei como inspetor escolar substituto por volta de 1966, em Duartina. Como o meu supervisor de ensino veio a ficar com problemas do coração, passei a substituí-lo. Depois fui efetivado nesse cargo - trabalhei nele mais de vinte anos, principalmente na região de Bauru, mas também nos municípios de Agudos, Piratininga, Arealva, Presidente Alves, Tibiriçá, Iacanga, Duartina, Cabrália Paulista, Gália e Fernão Dias - que era um distrito de Gália. O trabalho de inspetor escolar era maior, mas também nós tínhamos uma remuneração melhor pelo trabalho executado.

O supervisor de ensino tinha duas funções precípuas. A primeira era visitar as escolas na cidade, na comarca. Em Bauru, por exemplo, supervisionei o Grupo Escolar Torquato Minhoto (aquele tempo ainda era grupo, depois passou a ser Escola de Primeiro e Segundo Grau Torquato Minhoto); as escolas municipais que naquele tempo pertenciam às Delegacias de Ensino; o Grupo Escolar Francisco Antunes; a escola Madre Clélia, das Irmãs (essa era uma instituição particular, mas os professores que lá davam aulas eram comissionados do Estado, atualmente nem sei como é que funciona, acredito que seja com professores municipais). Também fui supervisor de ensino no Grupo Escolar da Vila São Paulo, no Prevé Objetivo (que também era uma escola particular, mas a supervisão era do Estado); na Escola Mercedes Paes Bueno, onde a minha esposa era diretora; na APAE, onde nós tínhamos seis professores do Estado que trabalhavam comissionados. E eu era responsável também pelo comissionamento desses professores, o responsável pela documentação. Eu verificava, acertava tudo, ia para São Paulo junto a Secretaria da Educação. Era muito trabalhoso.

Na Delegacia de Ensino, além das minhas funções, também atuava na área da saúde: vacinação, toda essa parte da saúde, vacinação de cães, de criança, toda essa parte eu ficava encarregado de fazer, de articular o movimento, como ele seria feito - tanto na zona urbana quanto na zona rural. Tínhamos reuniões com a Secretaria da Saúde e trabalhávamos em conjunto, fazendo a planificação de como o trabalho devia ser realizado. Também exercia a função de ensino religioso junto à USC (Universidade do Sagrado Coração) que, naquele tempo, era a FAFIL (Faculdade de Ciências e Letras).

Nas escolas, o trabalho do supervisor era o de verificar o prontuário dos professores, se estava tudo em ordem, se o professor realmente tinha a documentação completa junto à escola, se o diretor levava a efeito o planejamento anual como deveria ser feito, verificava as escalas dos professores substitutos. Porque cada escola tinha sua escala de professor: um recém-formado chegava na minha escola e falava: “Seu João, eu quero me inscrever como substituto na sua escola”. Eu já ia dizer: “Não tem vaga, mas você vai anotar nesse livro aqui, seu nome, endereço, telefone, à medida que for correndo essa escala aqui eu o chamo”. Era assim que funcionava naquele tempo. Hoje não sei mais como funciona isso. O tempo mudou muito. Dentro dessa escala podia aparecer uma vaga na zona rural, aí eu chamava, se o candidato quisesse ir, perdia a sua vez na escala e ia para a zona rural. Agora se falasse: “Não professor, eu prefiro ficar na escala do grupo”. O diretor chamava a subsequente para ir para a zona rural. Então, outra ia e ele ficava no seu lugar aguardando. Cada diretor de escola tinha a sua lista de professores. Eu via também o prontuário, verificava a matrícula, eliminação e transferência de alunos, enfim, aquela parte administrativa da escola. Mas o supervisor quando chegava na escola também via a parte pedagógica - discutia com o diretor da escola como estava sendo a parte pedagógica: o que ele oferecia... Às vezes nós assistíamos aulas, entrávamos dentro de uma sala de aula de surpresa, ia lá num cantinho no fundo, numa carteira, e ficava olhando a aula do professor, para ver como é que ele desenvolvia a matéria - o professor de primeira à quarta série tinha um amplo cabedal de conhecimento. Porque ele dava História, Matemática, Português, todas as disciplinas concernentes à grade curricular que o Estado exigia.

No começo do ano, o Estado publicava no Diário Oficial uma grade curricular a ser seguida, proposta pela Secretaria para o Estado inteiro. O professor podia variar dentro daquilo. Fazer suas variações, suas nuances. Dentro dessa grade curricular é que nós desenvolvíamos os planos de trabalho: cada professor desenvolvia o seu, porque um era professor de quarta série, outro era professor de terceira, outro era professor de segunda, outro era professor de primeira. Houve um tempo em que nós tentamos fazer um rodízio de professores, cada um dava uma disciplina, mas não deu certo, porque o professor se removia no começo do ano, era substituído, o substituto não tinha condições de dar continuidade naquela programação, se tornava difícil. Mas o professor era responsável por todas as aulas

que tinha na grade curricular da quarta série. Se removesse ou não, já ficava pronto, ele fazia uma espécie de Semanário, Diário - um plano de aula - que o diretor vistava mensalmente.

As escolas rurais tinham professores que lecionavam em três classes - três graus¹⁰⁹ - nessas escolas: 1º, 2º e 3º. Em quatro não podia, mas em três podia. Nas classes multisseriadas não tinha limite de número de alunos por sala, dependia do espaço físico. Se o espaço físico comportasse trinta alunos no máximo, era trinta. Se ele comportasse vinte e cinco, era isso, ninguém podia fazer milagre. Mas mesmo assim não se abria um grupo, arrumava-se uma outra casinha ao lado para fazer divisão dos alunos de terceiro e quarto, primeiro e segundo, ou então os alunos de quarto a gente dava um jeito de levá-los para a cidade, embora fossem poucos os alunos que iam. Atualmente as prefeituras carregam os alunos de ônibus. Essas escolas rurais geralmente eram mistas. Houve épocas em que não, mas depois de 1975 se aglomeraram e passaram a ser todas mistas. E tanto o professor homem quanto mulher lecionava na mesma classe.

Na zona rural era a mesma rotina. O supervisor chegava, a primeira coisa que via era o livro de matrícula, se estava certinho, as eliminações de alunos, os alunos que foram matriculados, a época certa da matrícula, a época certa da eliminação – podia eliminar até setembro, depois não podia mais, podia matricular até junho, depois não podia mais. Havia uma série de observações que eram próprias da Legislação e que o supervisor observava. Tinha um livro que chamava Termo de Visita, ali o supervisor contava tudo o que encontrou no dia: o trabalho do professor, elogiava ou fazia uma crítica, não uma crítica pejorativa, mas na intenção de melhorar o trabalho do professor. Nunca houve punições. Algumas vezes o professor faltou naquele dia e não justificou a sua falta, mas nunca houve nenhum problema. Observava depois a parte pedagógica, pegava um caderno dos alunos, de um aluno qualquer, aleatoriamente. Vamos supor que era uma classe de primeiro e segundo graus, eu pegava um caderninho de um aluno do primeiro grau para ver o adiantamento dele. Se ele já estava semi-alfabetizado, se já estava alfabetizado, qual era o livro adotado, qual era a cartilha adotada, qual era o plano que a professora se propunha fazer para que aquele aluno fosse alfabetizado o mais rapidamente possível. E na terceira e na quarta série era a mesma coisa. A gente já tinha o planejamento proposto pelo professor, víamos pelos cadernos se estavam acompanhando em *pari e passu*¹¹⁰ o que a professora se propôs a fazer. Às vezes atrasava, às vezes adiantava, porque havia remoção no meio do ano, o outro professor que ia ocupar o lugar às vezes não estava adaptado com o meu sistema de trabalho, ou com o sistema de trabalho do auxiliar de inspeção, que tomava conta também dessas escolas. Havia uma série de implicações, mas funcionava muito melhor do que hoje.

O inspetor chegava na escola rural para visitar, todo mundo ficava em pé e cantava uma musiquinha de “seja bem vindo senhor inspetor”. Quando nós saímos todos eles ficavam em pé se despedindo, era uma maneira muito gostosa em que o professor que tinha o seu ideal de bem servir era bem servido também. Os alunos não tinham problemas nenhum com o professor e nem com o inspetor escolar. Todos nós vivíamos em perfeita harmonia. O supervisor de ensino passava na escola onde ficava o auxiliar de inspeção e dizia: “visitei hoje tais e tais escolas, assim, assim. Achei os professores tais, tais, tais e tais. Tais e tais faltaram no dia de hoje. O senhor queira anotar: eles não compareceram à escola”. Para ver se no fim do mês batia com anotações feitas pelo professor em um bloquinho (eles tinham para fazer o seu resumo do mês): “dei tantas aulas, faltei dia tal, não faltei”. Esse boletim era entregue para o auxiliar de inspeção, que passava para o livro. Tinha que bater com as visitas do inspetor também. Era uma época em que o ensino, no meu ver, teve a melhor época e realmente com um ensino muito seletivo, muito bom. O ensino naquela época era bem melhor, porque o

¹⁰⁹ Três graus se referem aos três primeiros anos iniciais do Ensino Primário da época.

¹¹⁰ Expressão em latim que significa concomitantemente.

professor era um idealista, trabalhava com o ideal de bem servir a comunidade. Eu acredito que cada um precisa cumprir a sua missão.

O supervisor de ensino visitava os núcleos rurais, verificava o número de alunos, a necessidade de nova escola, a necessidade de aumentar o núcleo... Levava ao delegado, a proposta era feita e a Secretaria aprovava. Na hora que fazia essas visitas, verificava essas necessidades. Às vezes o fazendeiro tinha uma filha ou alguma conhecida e chegava até o auxiliar de inspeção ou ao inspetor escolar e falava assim: “Bom, eu vou criar uma escola aqui, na minha fazenda”. “Olha, muito bem, o senhor está de parabéns”. “Só que eu quero que essa escola seja regida por uma professora da minha indicação”. Nós não concordávamos e falávamos: “Nós agradecemos a sua boa intenção, se o senhor quiser criar a escola, construir a escola, muito bem, mas tem que seguir os preceitos da Secretaria da Educação”. A maioria das vezes entendia e aceitava.

Na zona rural também havia o curso noturno, no qual o professor ganhava pontos para que ele se efetivasse no ano seguinte, por concursos de títulos e provas, muito mais por títulos, e também pelos pontos auferidos durante o ano: devido a promoção de alunos, se a escola era de difícil acesso, tudo isso contava ponto a mais ou a menos para o professor. Chegava no fim do ano, em dezembro, o auxiliar de inspeção fazia um relatório, um boletim, e entregava para o professor. “A senhora aprovou - vamos supor, dezoito alunos - sua escola ficava na zona rural de difícil acesso ou de fácil acesso...”. Por esses pontos, além da programação que geralmente o professor tinha durante o dia, à noite ele exercia também a função de professor na escola de alfabetização de adultos, que dava mais pontos para ele ainda. Somava os pontos do dia e os da noite para se remover para um lugar melhor. Geralmente tinha um intervalo de tempo, o professor trabalhava cedo, e à noite com o curso noturno. O curso noturno ia das sete às nove, ou das oito às dez, conforme o lugar, conforme a disponibilidade dos alunos. E na parte da tarde, ou da manhã eram quatro horas de aula com meia hora de recreio.

Para o curso de adultos, os alunos tinham que comprovar realmente que eram analfabetos porque às vezes o aluno já tinha feito no ano anterior, mas gostava tanto que voltava à escola e dizia que era analfabeto, a gente tinha que ter um certo cuidado para que esse aluno não fosse novamente matriculado e passasse a constar como um novo aluno a ser alfabetizado, porque ele já era alfabetizado - às vezes acontecia, mas a gente tinha o zelo, o carinho, o cuidado de fazer uma verificação muito boa para que isso não acontecesse.

A maioria dos professores da escola rural estava com a tendência para fazer Pedagogia ou sair do ensino primário e ir para o de quinta a oitava série, e escolhia um dos cursos, ou Línguas, ou História, ou Matemática, ou Geografia. Fazia um novo concurso para se efetivar dentro dessa situação. Todo mundo queria vir para a cidade. E havia muitos professores que até se casavam com professores porque facilitava muito para trazer a esposa para a cidade, e vice-versa, a esposa trazer o marido para a cidade. Eu dizia que, naquele tempo, o professor casava mais por necessidade do que por amor. E era uma verdade.

Na zona rural o professor desenvolvia outras funções pelas quais ele apenas ganhava pontos a mais, mas a remuneração era a mesma. Ele era responsável pela matrícula, tinham um boletim onde marcavam as presenças e as faltas; tinha um livro de matrícula; um livro de chamada; o seu diário de classe e o plano que ele estava desenvolvendo. Toda vez que o supervisor de ensino passava, dava um visto no dia da visita e verificava se estava de acordo com as instruções da Secretaria da Educação. No curso noturno havia uma pequena divisão: o professor podia ser remunerado, conforme a escola e local, mas a maioria preferia ter apenas pontos computados, porque assim se removia e se efetivava muito mais rapidamente. Nem sempre o professor do curso de adultos era o mesmo da alfabetização das crianças. A maior parte ia para a alfabetização de adultos por pontos, vamos dizer 80%, para poder ingressar no Magistério. Eu não me recordo, mas cada aluno da roça que ele aprovava no fim do ano contava, vamos supor um ponto, um ponto e meio. Contava também o período que lecionou,

porque nem todos lecionavam período igual, às vezes abria uma escola de alfabetização no meio do ano, outros no mês de abril, outros em fevereiro - desde o comecinho do ano até o fim, para esse contava mais pontos.

Havia também a cadeira prêmio: quando um aluno se formava com as melhores notas nas Escolas Normais, tinha direito de ingressar sem se submeter a provas ou a esses pontos que outros levavam um ano para fazer. A própria Consolidação das Leis do Ensino e a Legislação da Secretaria da Educação do estado de São Paulo davam a ele esse direito de escolher. Havia inclusive escolas que nós chamávamos de escolas de zona rural. Só para zona rural. O professor era formado só como ruralista, só podia dar aula na zona rural, mas não era o típico rural. Ele poderia escolher escolas que pertenciam à zona rural. Esses professores eram formados por uma escola que tinha só em Piracicaba: Escola Normal Rural de Piracicaba. Eles tinham preferência sobre os outros para escolha na zona rural. Depois, por ser meio conflitante com a Legislação, desapareceu também. E todos os professores passaram a ser iguais para todos os fins. A minha cunhada, inclusive, foi uma que se aproveitou dessa situação. Era previsto na Legislação e depois foi modificado.

Os professores substitutos eram celetistas. Eram regidos pela CLT. Não tinham vínculo com o Estado. Para ter vínculo com o Estado precisava se efetivar no cargo, passando de celetista para funcionário efetivo do Estado – professor efetivo do Estado. Todos esses substitutos eram regidos pela lei da CLT – Consolidações das Leis do Trabalho. Não ter vínculos com o Estado era dizer que ainda não era efetivo.

O salário naquela época até que era compatível com o trabalho. Mas de 1975 para cá começou a ficar defasado. E ficou nos nossos dias uma situação de calamidade pública. Hoje em dia o salário do professor é uma calamidade pública, como de outras secretarias também. Os governos foram se afastando da realidade da função do professor... O ensino para mim é primordial, nenhum povo evolui se não for através da educação. Na educação, hoje, se é muito mal remunerado. O pagamento do professor era assim: ele ingressava e dali dois meses passava a receber. Mas vinha certinho, não tinha problema quanto ao pagamento. Era o próprio diretor quem pagava. O total daquela escola vinha no nome do diretor num cheque, o diretor depositava no Banco do Estado ou na Caixa e emitia os cheques que a própria caixa fornecia, no nome do professor. O professor ia lá e sacava.

Outra coisa que eu gostaria de chamar a atenção é sobre a dificuldade de transporte do professor da cidade para a zona rural: às vezes ia de charrete, ou usava uma montaria ou aquela jardineira aberta dos lados, que hoje não existe mais, parecia trem, só que aberta dos lados. E andava um bom trecho a pé para chegar na sua escola. E as crianças andavam às vezes quatro ou cinco quilômetros para chegar na escola. Os alunos adoravam estudar. E os pais também acompanhavam os alunos na escola. Atravessavam pastos com gado bravo, riacho, às vezes atravessava estrada de rodagem que era perigoso para criança de sete ou oito anos. São pormenores que hoje em dia não existem, pois me parece que são raras as escolas rurais. Hoje a maioria das escolas está dentro da zona urbana ou suburbana. Na zona rural eu acredito que nem existam, ou se existem, é um aglomerado de escolas em que o prefeito leva de ônibus os alunos de diversos núcleos para um núcleo só. É isso que tem sido feito hoje em dia. Mas naquele tempo era tudo mais difícil.

Na zona rural, tanto fazia ser de Gália, de Duartina como Arealva, o aluninho que vinha da roça, coitadinho, ele vinha na maioria das vezes descalço...A merenda escolar era fornecida pela Prefeitura e pelo Estado, ainda na década de 1960, e era distribuído no começo do ano para as escolas: lata de leite em pó, bolacha... Mas a professora se virava muito em conjunto com o fazendeiro, ela pedia e ele, às vezes, dentro das suas possibilidades, fornecia cadernos para os alunos, merenda, ajudava a pintar a escola nas férias, a consertar um banco que quebrou, um poço que desmoronou - fazer em outro lugar, uma nova fossa séptica que precisa

ser mudada de lugar depois de um certo tempo. O fazendeiro não recebia nada por isso, fazia isso com a maior boa vontade.

A avaliação era feita geralmente pelo supervisor de ensino, ou inspetor de escola. Na época do inspetor escolar era ele quem preparava as provas, levava e aplicava, e o professor só ficava num cantinho vendo. Corrigia ali na hora. Toda a aprovação era feita na hora, e quem passou, passou; quem não passou, não passou. A prova era baseada nos programas de ensino, na programação que a professora desenvolveu com a criança, mesmo nas escolas da cidade. Com provas geralmente diferentes para cada escola. Era meio trabalhoso e difícil, mas houve um tempo em que também nós, diretores de escola, aplicávamos as provas nas classes dos professores. Nós fazíamos em casa as provas e no outro dia cedo ou à tarde aplicávamos, e o professor ficava como coadjuvante, auxiliando na aplicação da prova. Depois foi mudando: o professor ficou encarregado pela feitura de suas provas, da aprovação ou reprovação do aluno. Eu achava que esse sistema anterior era deficitário, porque num dia só de prova o aluno podia estar com diversos problemas, como emocionais, em casa, cansado, dor de cabeça, problemas de família, a gente não sabe. E o professor que acompanhou o aluno durante o ano todo já nem precisava de uma prova. Ele sabia quem tinha condições de ser aprovado ou não, baseado nas suas próprias observações. Era muito mais útil e racional que assim fosse. E passou a ser feito assim. Graças a Deus os “iluminados” aceitaram isso.

Havia mensalmente uma reunião pedagógica. Esses professores de roças vinham até a sede do auxiliar de inspeção e numa das salas da escola era feita uma reunião com eles, para saber se havia algum problema: a água era de poço, se o poço desmoronou; se a vacinação foi feita; se havia alguma coisa que merecesse uma atenção maior do inspetor para levar ao conhecimento do delegado. Nessas reuniões tratava-se das necessidades tanto das escolas, do aluno, quanto do próprio professor. E o inspetor participava também de todas as reuniões.

Nós tínhamos naquele tempo um órgão que funcionava junto à Delegacia de Ensino, chamava-se SEROPE - Serviço de Orientação Pedagógica. E esse SEROPE formulava as publicações de ensino que eram distribuídas aos professores tanto da zona urbana quanto da zona rural. E em todas as férias tínhamos cursos de aproveitamento do professor, elaborados pela Secretaria da Educação, para fazer uma reciclagem dos professores do ensino primário. Geralmente vinha de São Paulo uma equipe, todos qualificados com ensino superior - formados em Pedagogia, Letras, História, Geografia, Matemática, conforme a área que iam desenvolver os seus trabalho, e nem seria possível fazer de outro jeito - para poder ministrar essas aulas aos professores de todas as escolas. E, às vezes, também para o ensino secundário, Normal. Havia participação, era obrigatório. Geralmente todos tinham interesse de se inscrever.

Na zona rural era mais sacrificante. Era sacrifício trabalhar na zona rural com sol, chuva, poeira, areia, alimentação, locomoção... Todo dia debaixo de sol ou de chuva para chegar na escola. Inclusive, acredito que o sacrifício tenha sido mais dos alunos do que do professor. Mas cumpríamos com nossa função. A qualidade do ensino era a mesma coisa. O currículo era a mesma coisa. Procurava-se dar toda a assistência para que o aluno saísse da escola com toda a condição de enfrentar o mundo de amanhã.

A escola da época formava a verdadeira cidadania preparando o aluno para ser o homem do amanhã, conhecendo seus direitos e deveres. Hoje a escola tornou-se um sacrifício, um verdadeiro drama que estamos cansados de observar. Porém, acima de tudo e de todos, ainda existe o ideal de ser professor.

Naquela época o excelente trabalho realizado deveu-se ao professor Wilson Monteiro Barreto (já falecido), delegado de ensino de Bauru, que tinha verdadeiro amor e dedicação à educação.

ANEXOS

Anexo A¹¹¹ - População rural e urbana da “região”

Município	População					
	Ano 1950		Ano 1960		Ano 1970	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Álvaro De Carvalho	744	5.702	974	4.398	1.146	3.048
Araraquara ¹¹²	36.476	26.212	60.591	23.307	84.582	15.884
Areiópolis ¹¹³	486	4.133	928	4.440	1.477	4.250
Avaí ¹¹⁴	1.877	6.208	1.737	4.967	1.686	3.584
Bauru ¹¹⁵	52.557	12.895	85.881	8.099	120.878	11.179
Bernardino de Campos	4.093	5.446	5.375	5.490	5.920	4.345
Cafelândia ¹¹⁶	5.997	21.069	7.397	18.856	8.535	9.033
Duartina ¹¹⁷	4.200	13.213	5.549	7.482	6.036	4.818
Echaporã	1.355	7.944	1.857	6.647	2.244	5.467
Gália (Fernão)	3.406	14.670	4.578	11.781	4.417	8.220
Iacanga	2.034	7.928	2.602	6.234	3.831	3.331
Lins ¹¹⁸	26.379	29.925	32.384	15.555	38.198	7.430
Martinópolis ¹¹⁹	5.291	31.741	6.959	19.037	9.601	13.489
Mineiros do Tietê	1.344	3.731	2.252	3.127	3.254	1.841
Nova Guataporanga	0	0	1.249	3.266	1.062	1.319
Ouro Verde ¹²⁰	372	3.195	1.805	7.538	2.555	5.141
Pederneiras ¹²¹	6.784	11.020	8.748	10.830	11.759	6.642
Pompéia ¹²²	7.591	31.807	9.531	28.295	9.606	8.326
Presidente Alves ¹²³	1.818	8.309	1.947	7.980	1.540	3.589

¹¹¹ Fonte: VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950, VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960, VIII Recenseamento Geral – 1970: IBGE – Conselho Nacional de Estatística

¹¹² Araraquara, Américo Brasiliense, Bueno de Andrada, Gavião Peixoto, Motuca e Santa Lúcia, sendo deixam de ser distritos em 1.960 Santa Lúcia e, em 1.970 Américo Brasiliense.

¹¹³ Em 1.950 Areiópolis ainda era distrito de São Manuel.

¹¹⁴ Avaí e Nogueira.

¹¹⁵ Bauru e Tibiriçá.

¹¹⁶ Cafelândia, Bacuriti, Cafesópolis e Simões.

¹¹⁷ Em 1.950 os dados se referem à Duartina e Gralha

¹¹⁸ Em 1.950 os dados se referem a Lins, Guaiçara, Guarapiranga, Sabino.

¹¹⁹ Martinópolis, Guachos e Teçaidá, sendo que 1.950 não havia Guachos.

¹²⁰ Ouro Verde e Arabela, sendo que em 1.950 Ouro Verde ainda era distrito de Dracena.

¹²¹ Pederneiras, Guaianás, Santelmo, Vanglória.

¹²² Pompéia, Novo Cravinhos, Paulópolis, Queirós, Pontana, sendo que apenas em 1.950 inclui Pontana e em 1.970 Queiroz já não é mais distrito de Pompéia.

Município	População					
	Ano 1950		Ano 1960		Ano 1970	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Presidente Prudente ¹²⁴	28.352	32.551	54.980	17.802	92.420	12.983
Reginópolis	870	5.177	1.518	4.510	2.017	2.463
Rinópolis	1.937	14.694	3.921	20.419	4.537	9.889
Santa Cruz do Rio Pardo ¹²⁵	9.176	22.982	14.582	23.809	17.125	17.305
Santo Anastácio ¹²⁶	7.190	29.299	11.637	9.940	14.810	10.541
Timburi	658	4.823	858	4.902	924	3.342
Uru ¹²⁷	303	3.775	404	2.852	333	1.136
TOTAL 1	211.290	358.449	330.224	281.563	450.493	178.595
TOTAL 2	569.739		611.807		629.088	
% sobre total 2	37%	63%	54%	46%	72%	28%

¹²³ Presidente Alves e Guaricanga.

¹²⁴ Presidente Prudente, Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul, Montalvão, Anhumas, sendo que em 1.950 não estão incluídos Ameliópolis e Floresta do Sul, e Anhumas consta apenas em 1.950.

¹²⁵ Santa Cruz do Rio Pardo, Caporanga, Sodrélia, Clarínia, Espírito Santo do Turvo que em 1.950 era denominado Rio Turvo.

¹²⁶ Santo Anastácio, Ribeirão dos Índios, Costa Machado, sendo que apenas 1.950 inclui Costa Machado.

¹²⁷ Em 1.950 Uru ainda era distrito de Pirajuí.

ANEXO B – Roteiro para entrevista com professores

1. Qual seu nome, local e data de nascimento?
2. Qual sua formação? Onde se formou? Como você a avalia? E em matemática, como foi sua formação? Havia alguma preparação especial para quem ia para escola rural?
3. Como, onde e quando começou a carreira de professor?
4. Período em que atuou em escola rural? Localidade? Séries nas quais lecionou?
5. O que se plantava na região? Como era a população (sitiantes, fazendeiros, ...)?
6. Como era a escola rural? (infra-estrutura - salas, pátio, quantidade de alunos, outros profissionais, séries, classes agrupadas, tempo de aula, período, acesso/transporte para professores e alunos, tinha outras escolas na região)
7. Como, quando e porque surgiu a escola?
8. Como era a educação em geral? Tinha apoio do Governo ou outras entidades (material, salário)? O ensino na zona rural era similar ao da zona urbana? Como eram preparadas as aulas? Alunos tinham material?
9. Quais eram as maiores dificuldades de aprendizagem para os alunos? E em matemática?
10. Havia relações do conteúdo matemático com o cotidiano do aluno? As aulas eram sempre na sala de aula?
11. Como eram feitas as avaliações? Eram separado por disciplina? Havia muita reprova? Havia motivos aparentes? E quanto a evasão e frequência? Tinha relação com a safra?
12. Como era a relação professor-aluno, aluno-professor, aluno-aluno, aluno-matemática?
13. Compare, se possível, o que se ensinava em Matemática com o que se ensina hoje. Melhorou, piorou?
14. Como hoje a maioria da população é muito mais urbana e com os avanços tecnológicos, existem conseqüências da formação que foi dada aos alunos na zona rural para a atualidade?
15. Qual era expectativa dos alunos em relação a continuar na zona rural? E dos seus pais?

ANEXO C – Roteiro para entrevista com aluno

1. Nome, local e data de nascimento.
2. Qual profissão?
3. Quando ingressou na escola? Estudou em mais de uma escola rural? Eram perto umas das outras? Nome das escolas rurais onde estudou
4. O que gostava e não gostava na escola
5. No que tinha mais dificuldades de aprender
6. Até que série estudou?
7. Como era a escola rural? (infra-estrutura - salas, pátio, quantidade de alunos, outros profissionais, séries, classes agrupadas, tempo de aula, período, acesso/transporte para professores e alunos, tinha outras escolas na região, era mista?)
8. Como, quando e porque surgiu a escola?
9. Como era a educação em geral? Tinha apoio do Governo ou outras entidades (material, salário)? O ensino na zona rural era similar ao da zona urbana? Alunos tinham material ?
10. Os professores ficavam vários anos na escola?
11. As aulas eram sempre na sala de aula? Tinha outras atividades na escola? Comemorações,
...
12. Como eram as avaliações?
13. Visita de alguma autoridade na escola?
14. Como era a relação com o professor, com os outros alunos, com a escola?
15. Por ter vivenciado uma escola rural, acredita que isso influenciou na sua vida?
16. Compare, se possível, o que se ensinava em Matemática com o que se ensina hoje.
Melhorou, piorou?
17. Qual era expectativa em continuar na zona rural? E dos seus pais?

ANECO D - Roteiro para entrevista com inspetor de ensino

1. Qual era a formação e como era a preparação do inspetor escolar?
2. Como era organizada a visita às escolas rurais?
3. Quais eram as atividades desenvolvidas por esse profissional?
4. O que e como ele avaliava?
5. Houve ocorrência de fatos interessantes?
6. Fale sobre sua prática.
7. Como era o vínculo dos professores das escolas rurais?
8. Como eram as reuniões pedagógicas?
9. Como eram os treinamentos dados aos professores?